

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

OLIVIA MACEDO MIRANDA CORMINEIRO

**TRILHAS, VEREDAS E RIBEIRAS:
OS MODOS DE VIVER DOS SERTANEJOS POBRES
NOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS
(SÉCULOS XIX E XX)**

**UBERLÂNDIA
2010**

OLIVIA MACEDO MIRANDA CORMINEIRO

**TRILHAS, VEREDAS E RIBEIRAS:
OS MODOS DE VIVER DOS SERTANEJOS POBRES
NOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS
(SÉCULOS XIX E XX)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção de Título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida
Área de Concentração: História Social

**UBERLÂNDIA
2010**

AGRADECIMENTOS

Todo o caminho percorrido foi com o auxílio de muitas pessoas. Algumas colocaram em mim muitas esperanças: a estas, mesmo a palavra *gratidão* não consegue expressar o reconhecimento do valor do comprometimento e da amizade que me dedicaram durante todo esse tempo. No entanto, sou-lhes grata.

À CAPES, pelo subsídio sem o qual o trabalho teria sido, sem dúvida, muito mais difícil.

Agradeço à orientação do Professor Doutor Paulo Roberto de Almeida, pelos valiosos momentos em que me indicou possibilidades que eu não conseguia ver, e pelas contribuições na caminhada destes dois anos em minha formação de historiadora.

À Professora Doutora Rosângela Patriota Ramos pela generosa e valiosa contribuição em minha Banca de Qualificação, iluminando questões de difícil reflexão, especialmente no trato com as fontes literárias.

À Professora Doutora Dilma Andrade de Paula pela participação na minha Banca de qualificação. Às professoras do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia Doutora Marta Emísia Jacinto Barbosa e Doutora Regina Ilka Vasconcelos pelas profícuas discussões acerca de Sertão e Sertanejos, nas quais encontrei a compreensão que me fortaleceu a continuar em meu caminho.

Ao ex-professor da Universidade Federal do Tocantins, Professor Mestre Luziano Macedo Pinto, por ter sido a primeira pessoa a me dizer que meu caminho era este. A ele, a gratidão de quem sabe o valor de um simples reconhecimento. À professora Doutora Martha Victor Vieira, que muito me auxiliou nos meus primeiros passos como pesquisadora na graduação. Aos demais professores e funcionários da Universidade Federal do Tocantins que, de alguma forma, auxiliaram-me nesta jornada.

Ao professor Mestre Euclides Antunes de Medeiros, da Universidade Federal do Tocantins, pelo incentivo incondicional e por acreditar na minha capacidade. Muito obrigada pelas infinitas discussões e, principalmente, por ter me mostrado – por meio do exemplo – o valor da ética e do compromisso no ofício do historiador.

Aos colegas de mestrado de todas as horas Valéria de Jesus Leite e Andrey Lopes de Souza pela disposição em discutir meu trabalho, mas principalmente pela preocupação e carinho sincero que sempre me dispensaram.

A Maria da Paz Medeiros Macedo, pelo apoio incondicional, pelo amor e pela amizade, mas, principalmente, pelos dias em que as dificuldades tentaram me fazer desistir e

um simples abraço me deu a força necessária. À minha linda Aline, pelo carinho e delicadeza, raras nas pessoas hoje em dia. Ao João, pelas gentilezas indizíveis. Jamais poderei retribuir o que esta família fez por mim.

Às amigas Josivânea e Rosângela que, mesmo à distância, continuaram sempre me apoiando emocionalmente e torcendo pelo sucesso do meu trabalho. À Ana Paula pelas horas a fio de conversas e algumas lágrimas: obrigada por existir na minha vida.

À minha família extensa, que me apoiou em muitos momentos importantes. Em especial, agradeço à minha querida tia Dadá pela força moral, sempre ao meu lado, e pelas noites que embalou meu filho enquanto eu estava na faculdade, onde quer que esteja sei que está partilhando comigo este momento. Ao meu pai, Gilberto, pela ausência que se tornou uma marcante presença. Aos meus lindos filhos, Rayssa e Gilberto, que sempre foram um incentivo para que continuasse a lutar: vocês dois são uma das principais razões para que eu esteja aqui. Ao meu companheiro Antunes, por tudo que me ensinou.

Agradeço aos sertanejos dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins por terem me legado, na experiência de ser filha desta raiz, a coragem para não desistir e a humildade para corrigir rumos.

A Antunes,

Meu grande amor e luz em minha vida. Pelos combates que temos, lutado lado a lado – alguns contra moinhos de vento, outros contra o chão do chão desta vida terrena. Obrigada por me acompanhar desde tempos imemoriais e por me presentear nesta vida com seu amor incondicional.

OLIVIA MACEDO MIRANDA CORMINEIRO

**TRILHAS, VEREDAS E RIBEIRAS: OS MODOS DE VIVER DOS SERTANEJOS
POBRES NOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS
(SÉCULOS XIX E XX)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção de Título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida
Área de Concentração: História Social

Banca Examinadora

Doutor Paulo Roberto de Almeida (Orientador)

Doutora Rosângela Patriota Ramos - UFU

Doutor Paulo César Inácio - UFG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
CAPÍTULO I	
Levantados do Chão: da terra às armas.....	57
CAPÍTULO II	
Moral, costumes, víveres, economia: Estratégias venatórias e de cultivo.....	120
CAPITULO III	
Práticas, olhares e vozes dos e sobre os Sertanejos Pobres.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	231
REFERÊNCIAS.....	239
ANEXO A.....	249
ANEXO B.....	251
ANEXO C.....	253
ANEXO D.....	255
APÊNDICE A - FONTES.....	256

RESUMO

Neste trabalho, pretende-se investigar os modos de viver e trabalhar dos sertanejos pobres que viveram nos vales dos rios Araguaia e Tocantins desde meados do século XIX, tendo-se como objetivo reconstruir as experiências destes homens, mulheres e crianças que tiveram significados de resistência, acomodação, transgressão e negociação dentro das disputas sociais pela vida no sertão. Para alcançar este objetivo empreender-se-á o cotejamento e a crítica das fontes a partir da abordagem da História Social, que compreende modos de vida como modos de luta contra a exploração e a dominação. Nesse sentido, no Capítulo Primeiro, "Levantados do Chão: da terra às armas" investigar-se-á a ocupação da terra em termos de espaços de viver: nas perspectivas da agregação e do braço armado, ou seja, serão problematizadas, nestes termos, as relações de poder que perpassavam e eram perpassadas pelos interesses regionais nas lutas armadas e que se articulavam às condições e às situações de ocupação da terra pelos sertanejos pobres. No Capítulo Segundo, "Moral, Costumes, Víveres, Economia: estratégias Venatórias e de Cultivo", buscar-se-á compreender os sentidos de viver não apenas na terra, mas da terra, com os pés assentados no solo e com as mãos cavando o chão para enterrar as sementes. Assim, serão perscrutadas suas tarefas cotidianas, suas práticas cinegéticas e práticas de cultivo, buscando entender a interface do costume e da mudança em que viviam os sertanejos pobres nos tempos da normalidade possível. No Capítulo Terceiro, "Práticas, Olhares e Vozes dos e sobre os Sertanejos Pobres" procurar-se-á investigar e explicar alguns aspectos centrais do trabalho por ajuste, ou seja, do trabalho na condição de camarada, com o objetivo de compreender as situações de opressão dos sertanejos pobres e, ao mesmo tempo, suas manobras para arrefecê-las.

Palavras Chaves: Sertanejos pobres. Modos de vida. Modos de luta.

ABSTRACT

In this work, we intend to investigate ways of living and working poor of the backwoods who lived in the valleys of the Araguaia and Tocantins rivers since the mid-nineteenth century, and it was the aim of reconstructing the experiences of these men, women and children who had meanings of resistance, accommodation, transgression and negotiation within the social struggle for life in the backwoods. To achieve this goal will be to undertake the collation and review of the sources from the approach of Social History, which includes ways of life as means of struggle against exploitation and domination. Accordingly, in Chapter One, "from Raised Floor: earth weapons" will investigate the occupation of land in terms of living spaces: from the perspectives of aggregation and the arm, or will be problematic, these terms, the power relations that pass and were pervaded by regional interests in the armed struggles which were articulated to the conditions and situations of occupation of land by poor backwoods. In Chapter Two, "Moral, Custom, food, Economy: Farming and hunting strategies," will seek to understand the meanings of living not only on earth but the earth, seated with feet on the ground and digging with their hands the ground to bury the seeds. Will therefore be scrutinized their daily tasks, their hunting practices and cultivation practices, seeking to understand the interface of custom and change where the Bushmen lived in poor times of normalcy as possible. In Chapter Three, "Practice, Perspectives and Voices of the Poor and on Sertanejos" search will investigate and explain some key aspects of the work for adjustment, ie the work provided comrade, in order to understand the situations oppression of the poor backwoods and at the same time, their maneuvers to cool them.

Keywords: Sertanejos poor. Lifestyles. Fightmodes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins (Medeiros - 2009).....	57
Figura 2 – Roseno: o camarada ideal (Audrin – 1920).....	182
Figura 3 - Pilotos de batelões (Coudreau – 1897).....	196

APRESENTAÇÃO

O Objetivo desta pesquisa é re-construir os modos de viver e trabalhar dos sertanejos pobres que viveram nos vales dos rios Araguaia e Tocantins a partir do século XIX e até meados do século XX. No entanto, o interesse pelo tema modos de viver, a escolha dos sujeitos, do espaço e do tempo a serem investigados constituiu um longo e complexo processo de descobertas fundadas em um movimento de ir e vir entre passado e presente. Neste processo, minha experiência pessoal, no percorrer os caminhos de história e de memória, representou um aspecto negligenciável. Assim, na transformação desta proposta em um problema efetivo de pesquisa foi necessário dirigir meu olhar para outras possibilidades, exercício que realizei a partir do meu ingresso, em 2008, no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Todavia, este percurso iniciou-se bem antes de 2008. Desde o ano de 2002, ainda cursando a graduação em História na recém-criada Universidade Federal do Tocantins, interessei-me pela história da região do Norte de Goiás. Pesquisando a historiografia sobre o a região descobri que a maioria dos trabalhos surgira a partir de 1988¹, e tratava basicamente de três temas: a luta pela criação do estado do Tocantins; a construção da "identidade tocaninense"; e, principalmente, reconstruía a prática política de uma elite que, segundo a perspectiva dominante nos trabalhos, *era a concretizadora da luta de mais de dois séculos pela independência do norte de Goiás: transformando-o no Estado do Tocantins*.

Vinculada atualmente à Universidade Católica de Goiás – UCG, a historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante participou ativamente da construção dos temas centrais da historiografia sobre o norte de Goiás e o Tocantins, por meio da publicação de reconhecidos trabalhos:

O sentimento de se pertencer ao norte de Goiás é assumido pela representação política regional em suas várias tendências, a identidade nortense, é apropriada como o fator legitimador das diferenças inter-regionais, que se acentua a partir da década de 70 com a expansão do capital no outrora sertão de Goiás. A secular oposição norte/ centro-sul de Goiás possibilitou historicamente a formação dos limites de fronteiras de identidades entre essas regiões.²

¹O ano de 1988 foi o ano da Criação do Estado do Tocantins, sendo seu território formado pelo desmembramento da região norte do Estado de Goiás.

²CAVALCANTE, Maria do E. S. Rosa, **Fronteiras de Identidade Regional no Sertão do Brasil Central**. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/CavalcanteMaria.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2009.

Em termos gerais, nesta historiografia, os eventos foram articulados como um processo único e em uma narrativa linear. As reconstruções, por um lado cunhavam líderes e heróis altruístas. Por outro lado, evidenciavam identidades coletivas fechadas no território norte-goiano e marcadas por características que oscilavam de explorados a guerreiros. Sobre este dois temas centrais, uma questão inquietava-me. Poderia eu facilmente visualizar os rostos *dos líderes heróicos destes 200 anos de luta*, principalmente dos líderes contemporâneos; não obstante, as identidades eram sombras em que apenas contornos difusos, de fantasmas não identificáveis eram encontrados: a "identidade tocaninense" não permitia ver as pessoas e suas relações.

As memórias que serviram de fonte para esta historiografia preocupavam-se, em um sentido mais geral, em atribuir a responsabilidade de todos os males da região norte de Goiás ao "abandono e ao isolamento" praticado pela administração goiana, porém sem deixar de registrar que a incúria do sertanejo prejudicava seriamente qualquer tentativa de desenvolvimento na região, o que esclarece a influência dos relatos de viajantes do século XVIII. Os viajantes viam os sertanejos como indolentes e fracos, e a historiografia transformou estas características na imagem da exploração, conseqüentemente, demarcando a fortaleza destas pessoas ao suportarem as condições que lhes eram impostas. De qualquer forma, foram estas características – de explorados e fortes – que terminaram constituindo a base da "identidade tocaninense". Era o passado, por meio das apropriações e reelaborações de memórias, assumindo uma de suas funções: justificar o presente.

Ao mesmo tempo, principalmente a partir da década de 1990, a reatualização do passado transformou-se em agenda do Estado: tornando-se o exercício de *lembrar* também uma tarefa programada. Materiais didáticos que apresentavam o primeiro governador, José Wilson Siqueira Campos³, como o *criador do Tocantins* foram produzidos pelo estado, e tornados obrigatórios nas redes de ensino municipais e estaduais. Por outro lado, a imprensa, especialmente a escrita, "criava" em jornais de circulação regional os "acontecimentos" que se queria tornassem memória⁴ em uma constante reatualização da história.

³Político do norte de Goiás que, desde a década de 1960, participou do movimento político que pretendia a divisão do Estado de Goiás e, conseqüentemente, a criação do estado do Tocantins. Tornou-se, em 1989, por eleição indireta, o primeiro governador deste estado, tendo sido reeleito duas outras vezes por voto direto.

⁴Exemplo deste esforço da mídia foi a matéria veiculada no *Jornal do Tocantins*, em 05 de outubro de 1998, data do aniversário de 10 anos da criação do estado, com a seguinte manchete: "Siqueira Campos, o amigo dos pobres, do povo sofrido do Tocantins e legítimo realizador de um sonho de mais de dois séculos".

Acompanhando a argumentação acima, percebi que, no imbricamento entre presente e passado, há um movimento de lançadeira: a historiografia volta à memória do século XVIII e XX para construir-se e a memória recente, sob a tutela do Estado, retorna à historiografia referida para legitimar-se. Uma lição havia aprendido sobre a reconstrução histórica: "o retorno do passado nem sempre [ou quase nunca] é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente"⁵.

Na perspectiva historiográfica dominante sobre o norte de Goiás, interessaram-me principalmente dois aspectos: primeiro, o fato de não existir nestas narrativas a presença das pessoas comuns; em segundo lugar, o fato de encontrar um grande vácuo em relação ao século XIX. O segundo aspecto não representou um problema – logo identifiquei que não havia reconstituições acerca do século XIX porque, até aquele momento, nada que pudesse ser relacionado à criação do Tocantins havia sido localizado nas fontes deste período, o que levou ao seu "esquecimento".

A primeira questão era mais complexa, pois o "povo" do norte de Goiás foi uma invenção política, como afirma Emília Viotti da Costa sobre o povo brasileiro. No caso, o "povo" era, na historiografia, as pessoas que concordavam com o projeto de criação do Estado do Tocantins, quer na década de 1980, quer no século XVIII. Ou seja, as pessoas pobres não apareciam na historiografia porque sua participação na criação deste Estado não era considerada relevante. Neste ponto vi que eram os pobres, de fato, que não apareciam na historiografia: foi então que resolvi pesquisar suas vidas neste sertão a partir do século XIX.

Comecei, a partir de então, a pesquisar a documentação sobre este período, não apenas a pública, mas a literatura, os diários de viajantes, os almanaques, os arquivos, os anais e as memórias. Localizei fontes, muitas e variadas. A formação deste acervo, por meio da aquisição ou reprodução das fontes que aos poucos localizava encaminhou-me a descobertas sobre as pessoas pobres que viveram nesta região a partir do século XIX, o que contribuiu sobremaneira para a construção de um projeto consistente, afinal eu sabia o que desejava investigar.

Porém, não imaginava que seria esta *a priori* solidez uma de minhas maiores dificuldades. Uma questão recorrente dentro da linha de pesquisa⁶ referia-se à minha justificativa para desejar pesquisar os modos de viver daquelas pessoas. Em princípio defendi como razão o fato de esses sujeitos terem sido excluídos das narrativas históricas. Mas, com o

⁵SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: Cultura da Memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. 09 p.

⁶Linha Trabalho e Movimentos Sociais.

decorrer do tempo, esta posição tornou-se insuficiente. O caminho da dúvida levou-me a rever e reformular minhas questões: de uma certeza absoluta no momento da construção do projeto passei a um mar de perguntas, e certamente eu não sabia caminhar sobre as ondas.

Nesse ínterim, continuei com o cotejamento das fontes e com várias leituras. Refletia sobre alguns artigos do livro *O Clarim e a Oração*⁷, publicado em comemoração aos 100 (cem) anos de *Os Sertões*⁸, de Euclides da Cunha, quando me deparei com o texto *Euclides da Cunha, Canudos e o Exército*, escrito por Ariano Suassuna⁹. Neste artigo, Ariano Suassuna explora as relações entre passado e presente a partir da comparação entre as duas formas que o Brasil foi apresentado para o conjunto da sociedade: um "real e mais escuro" e outro "oficial e mais claro". Tomando por base para sua análise *Os Sertões*, propõe neste resumido estudo a compreensão de que ao tempo de Euclides da Cunha, e de Machado de Assis pouco antes, as forças que estavam formando o país oficial, e que durante muito tempo seria o único Brasil reconhecido, colocavam-se:

Ao Brasil 'oficial e mais claro' pertenciam das melhores figuras do tempo [de Euclides da Cunha] bem intencionados, mas cegos, honestos mas equivocados, estavam convencidos de que o Brasil real de Antonio Conselheiro era um país inimigo que era necessário invadir, assolar destruir.¹⁰

Conforme Suassuna, Euclides da Cunha foi um dos primeiros a "querer reparar tão doloroso erro", porém, só lhe ocorreu à época propor uma modernização do "Brasil real e mais escuro" de Conselheiro, conformando-o aos:

moldes da Rua do Ouvidor e do Brasil oficial. Isto é, uma modernização falsificadora e falsa, e que, como a que estão tentando fazer agora, é talvez pior do que uma invasão declarada. Esta apenas destrói e assola, enquanto que a falsa modernização, no campo como na cidade, descaracteriza, assola, destrói e avilta o povo do Brasil.¹¹

Era a idéia de que apenas o Brasil oficial – civilizado e civilizador – poderia, com "sua cultura falsificada", retirar "o Brasil real, simbolizado pelo bruto e poderoso Sertão" de seu lugar de atraso. Porém, Ariano Suassuna dá um salto na discussão ao expor que a "modernização falsificadora e falsa" atingiria o elemento essencial: o povo do Brasil – e aqui

⁷FERNANDES, Rinaldo (Org.). *O Clarim e a Oração*: Cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Ed., 2002.

⁸CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*: A campanha de Canudos. 5. ed. São Paulo: Ediouro, s/d.

⁹SUASSUNA, Ariano. *Euclides da Cunha, Canudos e o Exército*. In: FERNANDES, Rinaldo (Org.). *O Clarim e a Oração*: Cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002. 21-23 p.

¹⁰SUASSUNA, Ibidem, p. 21.

¹¹SUASSUNA, Ibidem, p. 23.

ele não faz diferença entre Brasil oficial ou real. Ainda, a questão era menos complexa do que parece: não era possível separar o Brasil oficial modernizador (da Rua ouvidor, ou seja, da cidade) do Brasil real atrasado (de Canudos, ou seja, o rural ou o campo) porque as pessoas eram o elo destes dois mundos: o que equivalia a dizer que numa houve dois Brasis, mas emblemas que falseavam a existência de dois Brasis. Até aqui Suassuna estava no passado, porém, no esforço de unir ontem e hoje, ele avança, procurando um emblema que possa "expressar" no presente a inexistência desta ruptura entre povo e Brasil. Um único Brasil.

De fato, o povo brasileiro está no campo e na cidade, a prova de um único país, mas sua apresentação no presente, como no passado, era realizada a partir de uma dicotomia: atraso/modernidade. Porém, no Brasil de hoje, Suassuna encontra equivalentes do urbano e do rural imbricados nos espaços sociais por onde o povo se movimenta: os espaços de viver da favela. Assim, o emblema que lhe parece adequado é a favela – e explica:

Lembrei-me de que a favela é uma planta típica das caatingas e carrascais do nosso sertão do Nordeste. Lembrei-me, também, de que, em Canudos, o grosso da artilharia que atirava sobre o arraial conselheirista ficava num certo 'Morro da Favela'. Teria o nome surgido daí? Teria sido posto pelos soldados cariocas (pobres e também participantes de um Brasil tão real quanto o de Antonio Conselheiro)? Teriam sido alguns deles que, ao voltar da guerra para suas casas, situadas num morro qualquer do Rio, tinham percebido a semelhança e começado a chamá-lo de 'Morro da Favela'?¹²

Após algum tempo, Suassuna encontrou em um "sebo" no Recife o livro *Antonio Conselheiro e Canudos*, de Ataliba Nogueira. Suas questões e suspeitas ganham então um reforço pertinente. Segundo Suassuna, Nogueira falando sobre as atividades do arraial, diz:

O Grosso da população de Belo Monte trabalha na indústria da pele de cabra (...) Num dos morros do povoado vão buscar a casca da favela. Por extensão de sentido aplica-se ao morro o nome dessa árvore ali abundante e cuja casca tem bom emprego na indústria do curtume. E, após a guerra de Canudos, no Rio de Janeiro, passaram a denominar favela a toda e qualquer casaria paupérrima situada no dorso dos morros.¹³

Neste artigo, Suassuna propõe uma reflexão profunda sobre o imbricamento entre passado e presente, no limite daquilo que Fontana, partindo do suposto de que são as questões sociais que melhor iluminam nossos caminhos, nos convida a pensar em momentos de difícil discernimento:

¹²SUASSUNA, Ariano. Euclides da Cunha, Canudos e o Exército. In: FERNANDES, Rinaldo (Org.). **O Clarim e a Oração**: Cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002. 22 p.

¹³NOGUEIRA, Ataliba apud SUASSUNA, Ibidem, p. 23.

Abandonadas nas bifurcações em que se fez uma escolha – nas encruzilhadas em que se escolheu um ou outro caminho-, ou entre a bagagem dos que foram derrotados pelos vencedores que depois reescreveram a história para legitimar o seu triunfo, há muitas coisas que vale a pena recuperar.¹⁴

É a experiência humana que unifica o Brasil e permite buscar compreender os processos para além das dicotomias. Era este o meu caminho: procurar compreender e reconstruir os modos de viver dos sertanejos pobres a partir da percepção de que as lutas sociais e culturais são diferenciadas, mas são também parte de um mesmo processo de construção e transformação da vida que faz com que entender o passado ajude a compreender o presente e projetar um futuro. Desta forma, o empenho de Ariano Suassuna em dizer que não havia dois Brasis, mas apenas o Brasil do povo, em Canudos ou nas guerrilhas das favelas na contemporaneidade, representou para esta investigação a abertura de novas possibilidades.

Havia eu encontrado o mapa que tornava possível responder o porquê da importância de reconstituir as vivências dos sertanejos pobres. A resposta estava no elo permanente entre passado e presente. Deveria buscar em minhas inquietações presentes o que me motivava a retornar ao passado, o foco estaria no imbricamento – em um dos sentidos simbólicos que talvez Suassuna tenha tentado nos fazer pensar – das práticas das pessoas em suas dimensões de luta pela vida: processando pele de cabra com casca do arbusto favela, transportaram aprendizados, do passado para o presente, que forjaram experiências e transformaram, em direções variadas, o uso de cascas¹⁵ "da e na favela" ou, no caso aqui investigado, "dos e nos vales dos rios Araguaia e Tocantins", em ardis e estratégias para disputar seus modos de viver.

Seguindo esta inspiração inicial, compreendi que, por fazer parte desta história, deveria atentar sempre, com muita acuidade, para os procedimentos da investigação e para a operacionalização das estratégias narrativas. Surgiu então deste embate problemas que me obrigaram a rever posicionamentos o que contribuiu, ao mesmo tempo, para fortalecer algumas convicções acerca das práticas de pesquisa.

¹⁴FONTANA, Josep. **História: Análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998. 277 p.

¹⁵Dentro das possibilidades de compreensão do arbusto favela, há a casca como um simbolismo, em Ataliba Nogueira, e sobre o qual Suassuna talvez tenha desejado fazer refletir. Neste caso, a casca de um sentido material - a casca do arbusto sendo utilizada para **conservar** a pele de cabra - passaria a um significado simbólico: a casca **transformada** pelos pobres em cobertura e proteção, como meio e estratégia de continuarem a luta pela vida, nas favelas, nos sertões nordestinos ou nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. Reconhecendo que neste caso seria exigido não apenas uma vinculação entre passado para presente, mas uma leitura de realidades e processos diversos.

Uma das primeiras questões revistas foi a definição do recorte espacial da pesquisa, pois eu havia compreendido que se minha motivação a pesquisar residia em querer saber em que a constituição do passado do sertanejo-pobre definia, ou não, sua práxis presente, seria necessário começar a buscar além dos lugares, das pessoas e das relações que haviam sido canonizadas pela historiografia goiana e tocantinense oficial. Assim, comecei a inquirir os cânones da historiografia sobre o norte de Goiás, especialmente as narrativas que reconstruíram a história do norte de Goiás a partir da região aurífera, ou melhor, que a construíram como se a "região do ouro" fosse todo o norte de Goiás.

Até mais ou menos o final do século XVIII, a extração de ouro era a principal atividade na Capitania de Goiás, sendo também este o local onde o centro povoado do norte goiano concentrou-se. Foram estas as razões para que a maioria dos cronistas e viajantes, principalmente os estrangeiros, denominasse como "região norte de Goiás" somente a zona de minério, o que foi um equívoco, pois o norte goiano era uma vasta área, povoada no período basicamente por indígenas. De qualquer forma, devido à importância econômica desta zona, também a maioria dos historiadores seguiu os passos daqueles cronistas e viajantes¹⁶. O historiador Luís Palacín¹⁷, por exemplo, foi o principal representante desta perspectiva: defendia ele, a partir das conclusões de Cunha Mattos¹⁸, no início do século XIX, acerca da *decadência* aurífera da região, que em todo o "norte h[avia] fome constante, [que] a preguiça de seus moradores ainda excedia à dos [centro-sul] de Goiás"¹⁹.

Certamente, com a estagnação da extração aurífera a partir do final do século XVIII, ocorreu um período de dificuldades na região extrativa, que, na verdade, expandiu-se para toda a Capitania. Entretanto, desde a década de 1820, outros espaços começaram a ser ocupados, surgindo novos núcleos de povoamento na região norte de Goiás; porém, estas povoações e populações não apareciam na historiografia goiana e tocantinense. Reconhecer a

¹⁶Sobre a visão dos viajantes, Cf. CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG, Ed. UCG, 1997. 67-81 p.

¹⁷Palacín, um historiador metodologicamente rigoroso, tem o mérito de ter sido o primeiro a reconstruir um processo sobre o extremo-norte, no livro *O Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as três Revoluções de Boa Vista* (1890/1930).

¹⁸Raymundo José de Cunha Mattos, autor da *Chorografia da Província de Goiás* (1824), respalda-se nas informações de Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que percorreu Goiás entre 1818 e 1819, sobre a decadência da região aurífera do nordeste goiano para enfatizar a dicotomia entre norte e sul de Goiás. Segundo Mattos o sul estaria destinado ao progresso e o norte de Goiás ao atraso, em função da decadência da produção aurífera no nordeste goiano. Por sua vez o historiador Luis Palacín sustenta sua concepção de atraso e decadência do norte goiano em Cunha Mattos.

¹⁹PALACÍN, Luis. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. 11 p.

inflexibilidade desta historiografia quanto aos sujeitos e aos espaços geográficos fez-me pensar se colocar minha pesquisa sob o marco territorial de extremo-norte goiano seria uma prática de pesquisa adequada.

Voltando então às fontes para localizar as povoações que foram surgindo no extremo norte de Goiás a partir das primeiras décadas século XIX, comecei a perceber que, concomitantemente às povoações que surgiam nesta região, apareciam também vilas no sul do Maranhão, e que as pessoas se movimentavam entre elas – especialmente os pobres. No mesmo sentido, já nas últimas três décadas do século XIX aumentava a povoação no sul do Pará, no extremo-norte de Goiás e no sul do Maranhão; era neste amplo espaço que habitavam os sertanejos pobres oriundos de todas estas regiões, partilhando expectativas, disputando interesses e enfrentando necessidades em uma permanente relação.

As fontes apontavam evidências importantes de que o recorte que eu havia proposto inicialmente não daria conta das relações sociais que pretendia investigar, realizando, na verdade, um trabalho inverso: limitava, dessa forma, a reconstituição dos sujeitos e das relações. Estes escapavam sempre, na interpretação que eu buscava fazer, para lugares mais amplos. Certamente eu estava incorrendo na mesma falha que apontava na historiografia existente, pois, ao mesmo tempo em que condenava a constituição de uma identidade baseada em um projeto de divisão territorial, circunscrevia-os, aprioristicamente, a uma fronteira político-administrativa.

Foi inevitável, então, acompanhar a movimentação dos sertanejos pobres para conhecer em quais espaços construíram seus modos de viver. Observei que se movimentavam para os castanhais, para os campos e para as florestas de caucho no sul do Pará; para os babaquais, no extremo norte de Goiás, e para os maniçobais no sul do Maranhão; movimentavam-se também para os pastos e fazendas localizadas nas zonas daqueles três províncias/estados, onde seguiam o gado do patrão e faziam suas roças. Ademais, faziam do movimento o próprio viver, ao circular pelos Rios Araguaia e Tocantins, varando todos os espaços referenciados acima, conduzindo barcos e batelões.

Não havia uma precedência entre estes espaços. O que havia apreendido era que suas relações e necessidades definiam as mudanças, e que seus modos de viver e trabalhar estavam definitivamente imbricados às experiências construídas nesta movimentação, não apenas entre espaços diversos, mas entre modos de se relacionar diferentes. Seguindo esta perspectiva o espaço a ser investigado ampliou-se. A região a ser investigada deveria ser os espaços geográficos e sociais por onde aquelas pessoas se moviam, ou seja, o extremo norte de Goiás, o sul do Maranhão e o sul do Pará; porém, para uma definição mais sintética, denominei a

estes lugares de movimentação e vida apenas "Vales dos rios Araguaia e Tocantins", esclarecendo que as referências para a descrição abaixo foram as povoações como mais ou menos existiam no período investigado²⁰.

Os Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, tratados aqui indiscriminadamente em razão da mobilidade e da confluência das águas destes rios, de seus afluentes e das pessoas que neles habitavam, inicia-se no sentido oeste/leste em território sul-paraense: nas Matas do Xingu. Partindo destas matas, passa pelas vilas de Conceição do Araguaia-PA e Santa Maria-GO²¹, seguindo por áreas de cerrados e de campos até Piabanhas - GO²²; enfim, direciona-se para território sul-maranhense: terminando na ampla região conhecida como Pastos Bons²³.

No sentido sul/norte inicia-se em território norte-goiano: em Piabanhas. Partindo deste povoado, passa por Boa Vista, Santo Antonio da Cachoeira e São Vicente do Araguaia²⁴ seguindo para terras sul-maranhenses, onde estão localizadas as cidades/povoados de Carolina, Estreito, Santa Teresa e Grajaú²⁵. Do território sul-maranhense, ainda no sentido sul/norte, continua em direção ao sul do Pará onde está localizado, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, o povoado de São João do Araguaia, encerrando-se na região de confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, atual cidade de Marabá²⁶.

A redefinição do espaço trouxe uma nova questão, que redefiniria, também, as relações institucionais das pessoas com o Estado²⁷. As evidências presentes nas fontes indicaram-me que as ações político-administrativas das províncias/estados de Goiás, Maranhão e Pará eram diferenciadas, mas que, no entanto, havia entre elas traços comuns, que

²⁰Ver Mapa página 57.

²¹Conceição do Araguaia situa-se à margem esquerda do rio Araguaia, em território sul-paraense, e Santa Maria - atual cidade de Araguacema - TO - situa-se à margem direita do mesmo rio, em território goiano.

²²Atual cidade de Tocantínea, no estado de Tocantins.

²³Durante o século XIX, a região conhecida por Pastos Bons ocupava não apenas o sul maranhense, adentrando também por terras do Piauí. No mesmo sentido, já no início do século XX, alguns exploradores procuraram estender esta denominação para áreas de campos no sul do Pará: a partir da cidade de Marabá estendendo-a até a região de campos nas proximidades das matas do rio Xingu. Neste trabalho reconheço esta denominação apenas para a região sul maranhense e parte do Piauí.

²⁴Boa Vista e Santo Antonio da Cachoeira são, respectivamente, as atuais cidades de Tocantinópolis e Itaguatins, situadas à margem esquerda do rio Tocantins; São Vicente do Araguaia hoje é a cidade de Araguatins, situada à margem direita do rio Araguaia. Todas eram pertencentes à província/estado de Goiás, hoje estado de Tocantins.

²⁵Exceto Grajaú, as cidades de Carolina, Estreito e Santa Teresa, atual cidade de Imperatriz, localizam-se à margem direita do rio Tocantins, em território sul-maranhense.

²⁶Antigo Burgo de Itacaiúnas - PA, região de imensos castanhais.

²⁷O uso de termos como "institucional", "estado", "instituição", "poder público", etc., referem-se aos traços comuns das práticas e políticas públicas das províncias/estados do Maranhão, Pará e Goiás direcionados à região dos Vales. Por outro lado, em caso de políticas específicas e particulares citarei o nome do estado/província em referência.

as aproximava e identificava suas práticas, ao menos até a década de 1930. Estes traços comuns, no que se referia às intervenções nos Vales, apareciam especialmente nos discursos e políticas que envolviam o desenvolvimento econômico e o recrutamento militar dos sertanejos pobres.

Acompanhando essa argumentação, compreendi que, apesar das dificuldades de comunicação entre os poderes públicos e a região, a argumentação do isolamento e do abandono era inadequada para se pensar as práticas e as relações institucionais, pois se, por um lado, a precariedade das comunicações viárias e a irregularidade dos serviços de correios, ao menos até a década de 1940, eram aspectos que dificultavam a articulação de um diálogo ou mesmo a circulação de informações, por outro, em grande parte das vezes, a dificuldade de um diálogo ou de relações mais próximas com o Estado se definia pela ausência de interesse dos grupos sociais, inclusive dos próprios sertanejos pobres.

Certamente, conforme as circunstâncias, os interesses político-sociais eram os indicadores de quanto uma aproximação ou um distanciamento se faria necessário; porém, esta não era uma prática de isolamento e abandono, mas uma prática relacional. Nesse sentido, ao colocar em perspectiva uma relação, deslocada pela diferença e pela desigualdade, é claro, desvelaram-se aspectos sobre como necessidades, interesses e vontades eram articuladas pelos sujeitos sociais destes lugares e como, des-fazendo este feixe, foi possível perceber que as relações sociais nos Vales eram de novo "tipo".

De fato, nas questões de disputas pelo poder a presença do Estado nesta região foi *sui generis*: ao menos até 1940, o mando era freqüentemente disputado entre oligarquias e coronéis rivais, com raras interferências dos poderes estatais. Entretanto, sua presença algumas vezes se tornava ostensiva, a exemplo dos casos de recrutamento e de revoltas, o que recrudesceu sempre os conflitos. Assim, termos como isolamento, abandono, decadência e integração, comuns nos discursos políticos e historiográficos, significaram para as pessoas da região apenas o que, na concretude da vida, fosse capaz de materializar, prática ou simbolicamente, em termos de interferência em suas vidas. Esta não é uma questão irrelevante, pois, conforme a visão do narrador, as práticas adquiriam significados diferentes daqueles que realmente tiveram para as pessoas que viveram. Um exemplo das reelaborações acerca da intervenção do Estado refere-se às diferentes interpretações acerca das práticas reais dos sujeitos sociais quando havia a presença de forças policiais, em momentos de luta armada, ou de recrutadores oficiais na região. Voltarei a esta questão.

Mas quem eram as pessoas de quem eu buscava reconstruir os modos de viver? Entre a necessidade de apresentá-las e a decisão de como fazê-lo, estava o desafio de não criar

tipologias. Atenta a esta dificuldade, esclareço que os sujeitos aqui investigados são os homens, mulheres e crianças livres e pobres que viviam do seu trabalho na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins. Estas pessoas eram índios, negros, cafuzos, mamelucos, mulatos e brancos, porém eram os mestiços em sua diversidade que predominava em relação à formação étnica destes sujeitos.

Vivendo do cultivo da terra e, concomitantemente ou alternadamente exercendo uma ampla variedade de atividades como *agregados*²⁸, *camaradas*²⁹ e *jornaleiros*³⁰ nas povoações e no campo, seus modos de trabalhar consistiam em tensas relações sociais construídas em um terreno comum de disputas com os demais sujeitos sociais que viviam nestes sertões. Entretanto, os traços que constituíram a identificação principal entre estes sertanejos foi sua condição de pobre e o partilhamento de vivências de exploração, dominação, negociação e resistência, muito embora as formas de lidar com estas experiências, em diversas circunstâncias, fossem diferentes.

De fato, estas pessoas viviam no sertão, o que me colocou diante de um enfrentamento inevitável: as dificuldades e controvérsias sobre o uso dos termos *sertão* e *sertanejo*. A perspectiva que tradicionalmente trata o tema *sertão* vincula-se a um olhar geográfico. Euclides da Cunha, ao narrar, em 1902, a Guerra de Canudos³¹ aponta a terra, o meio geográfico, como o elemento determinante do sertão e, conseqüentemente, construtor do sertanejo, tornando-se desta forma o instituidor da matriz geográfica no tratamento deste tema. O sertanejo euclidiano "é antes de tudo um forte" porque a terra o fez assim e seria este sujeito que, sucumbindo à força irresistível do progresso, promoveria a integração do sertão com o "mundo civilizado".

Porém, anterior a esse Euclides convicto de que a vitória do litoral seria o sustentáculo do progresso da nação brasileira, haveria outro Euclides da Cunha que conforme Ricardo de

²⁸Há várias definições para o termo agregado, porém A. Saint-Hilaire, ao percorrer Goiás entre 1818 e 1819, definiu-o como a condição de "indivíduos que nada possuíam de seu e que se estabeleciam em terreno de outrem", recebendo um pedaço de terra para trabalhar em troca de certas prestações de serviço de natureza principalmente não econômica. Porém, qualquer noção deve ser testada à luz das evidências, o que neste caso específico significa perceber as múltiplas formas de viver a agregação. Cf. SAINT-HILAIRE, A. Trad. Regina Regis Junqueira. **Viagem à Província de Goiás**. Col. Reconquista do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 64 p.

²⁹Camarada, segundo Ana Lúcia da Silva, era qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de viagens e serviços domésticos. Cf. SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cênese, 2001. 41 p.

³⁰Jornaleiros, conforme o Censo de profissões do IBGE de 1905, eram os sertanejos pobres que trabalhavam por diárias, não possuindo um vínculo contratual ou costumeiro com seu empregador. Ver www.ibge.gov.br/biblioteca.

³¹CUNHA, Euclides da, **Os Sertões: a campanha de Canudos**. 5. ed. São Paulo: Ediouro, s/d.

Oliveira era um romântico. Oliveira, no artigo *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo*³² (2002) expõe esta faceta de Euclides da Cunha ao problematizar na crônica denominada *Em Viagem*³³, publicada no jornal o Democrata em abril de 1889, que Euclides da Cunha defendia a preservação da natureza contra os ataques do progresso:

É majestoso o que nos rodeia – no seio dos espaços palpita coruscante o grande motor da vida, envolto na clâmide do dia, a natureza ergue-se brilhante e sonora sublime de canções, auroras e perfumes [...] Uma ruga sim, sim!... Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre: – o progresso envelhece a natureza, cada linha de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá [...].³⁴

Oliveira não atenta para o fato de que a natureza referida por Euclides da Cunha é a da floresta amazônica, aliás, que ele ainda não conhecia quando escreveu *Em Viagem*. De qualquer forma, mesmo não se referindo ao sertão nordestino nesta crônica, é impossível negar que a marca principal de *Os Sertões* é a ambigüidade quanto à visão do sertão e dos sertanejos. No Euclides jornalista, repórter militar que chega a Canudos ainda no século XIX, há um intelectual que acredita no *homem natural* de Rousseau e, por isso, o jagunço/sertanejo se mistura com a paisagem que o protege. Porém, não é esta imagem que se sobressai em *Os Sertões*, apesar de manter-se subjacente na narrativa, mas a da vitória da cidade e do presente, marcada nesta época pelo progresso.

Dessa matriz nasce a perspectiva que se consolida no Brasil no que se refere aos estudos sobre sertão e sertanejos: a oposição entre sertão e litoral, urbano e rural, sertanejo e civilizado, geografia e história, passado e presente. Por um lado, essa oposição constituiu uma visão que condena o sertão e o sertanejo a integrarem-se à civilização ou ao esquecimento. No caso, o esquecimento ocorreria porque, ao negar-se ao progresso, recusando-se a sair da determinação da terra, estaria recusando-se ao presente; o homem do litoral, ao contrário, estaria destinado a permanecer na história, pois sendo a história a arte de dominar a natureza, somente o "homem civilizado", habitante do litoral ou da Europa, seria capaz de realizar esta tarefa.

Por outro lado, há o *sertão* construído a partir de uma visão romântica que o considera como o último refúgio do homem ainda não contaminado pelo poder destruidor da

³²OLIVEIRA, Ricardo. *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de Brasil profundo*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V. 22, nº 44, p. 511-537. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14010.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2009.

³³Segundo Ricardo Oliveira a referida crônica encontra-se In: CUNHA, Euclides da. "Em Viagem". In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Aguilar, vol. I. 1966. 517 p.

³⁴CUNHA, 1966 apud OLIVEIRA, 2002, p. 514.

civilização. Este sertanejo pertenceria ao passado por ter escolhido permanecer preso à terra, e por isso, foi no relato de memória e na literatura os lugares onde ele sobreviveu, e ainda sobrevive, com mais força. Não obstante, esses dois caminhos estão presentes na literatura, na memória e na história – ora rigidamente separados, ora imbricados em complexas narrativas, como é o caso da narrativa de Euclides da Cunha, seu precursor.

Conforme o historiador Alysson Luiz Freitas de Jesus, no artigo *O Sertão e sua Historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX*³⁵, em parte significativa da historiografia, o sertão e o sertanejo informam realidades diversas daquelas do litoral. De fato, historiografia referida por Jesus segue uma perspectiva que, apoiada em memórias, relatos de viagens e romances, sustenta um lugar de inferioridade tanto para o sertão como para o sertanejo. Muitas questões são pertinentes sobre esta discussão. Entretanto, para a pesquisa aqui em desenvolvimento, um aspecto que deve ser imediatamente esclarecido e que torna enormemente complexa esta discussão é a idéia de que o sertão não é apenas o espaço regional nordestino, o que amplia os significados possíveis para o termo, além, e principalmente, do fato de desmistificar as perspectivas hegemônicas que buscam homogeneizar os *sertões* e os *sertanejos*.

Nesse sentido, apesar de compreender que a discussão sobre sertão e sertanejo seja uma tarefa polêmica e sempre em construção, foi nesta perspectiva de desmistificação que seguiu esta pesquisa. Assim, compreendo-o como um espaço delimitado e diverso que, apesar das dificuldades em apreendê-lo, pode ser caracterizado por sua relacionalidade. Desta forma, se o *sertão* se definia, em uma perspectiva clássica, por sua oposição ao *litoral*, aqui ele se define em *relação* ao seu outro, seja, o litoral, o progresso ou o "civilizado".

O avanço é que não mais prevaleceu uma idéia de inferioridade, mas de tensão entre diferentes e desiguais. Nesta perspectiva, as razões para ter sustentado a legitimidade das noções de sertão e sertanejo relacionam-se, por um lado, com o fato de ter problematizado estes termos – empírica e conceitualmente – em suas singularidades, considerando que sertões e sertanejos se definiram conforme a própria vida foi vivida nos Vales: dentro de um terreno comum de relações sociais e como práticas culturais a partir de bases dialógicas. Por outro lado, vinculou-se à evidência de que os sujeitos sociais que investiguei evocaram uma identificação com o *sertão* e como *sertanejo*, o que aclara sua intervenção na constituição do simbolismo vinculado a esse espaço e às práticas dos homens que o habitava.

³⁵JESUS, Alyson L. F. *O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. História e Perspectiva*. Publicação dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, n. 35, p. 247-265, jul. 2006.

Quanto à definição do "recorte" temporal, foi, ainda, o interesse em compreender as singularidades das relações neste sertão que a orientou. Pesquisando fontes que tratassem sobre a questão do uso e da posse da terra, dimensão essencial para a vida na região, localizei uma significativa documentação que tratava da aplicação da Lei de Terras (1850) em Goiás, Maranhão e Pará. Eram relatórios e ofícios das presidências e das secretarias destas províncias que recomendavam a necessidade de promover a medição e a venda das terras "devolutas", pois, afirmavam estes relatórios, somente com a privatização da terra seria resolvido o problema persistente de desabastecimento na região. Certamente o discurso era de que a venda das terras significaria um aumento da produção.

Inicialmente, imaginei que as conseqüências da Lei de Terras (1850) na região teriam sido imediatas, significando para os sertanejos pobres um processo suficientemente traumático - dado o vínculo destes com a terra e a centralidade de seu modo de vida rural - que delimitaria algo de específico e apontaria para um momento relevante no processo de construção dos seus modos de viver. De fato, foi este o argumento inicial que, imaginei, permitiria a construção de uma expectativa de recorte temporal para a investigação. Porém, cotejando estes relatórios com outras fontes, especialmente relatos de viajantes e memórias observei que a Lei de Terras nos Vales somente começou a ser aplicada, e ainda assim o foi de forma precária, a partir do princípio do século XX. Isso definiu, sob muitos aspectos, as formas pelas quais a terra foi ocupada na região, inclusive no que se refere às relações de trabalho e às disputas pelo mando da terra e dos homens.

Todavia, quando ainda estava pesquisando sobre a questão da terra nos relatórios públicos, chamou-me a atenção o fato de que a cada vez que se recorria ao argumento de que a privatização resolveria o problema do desabastecimento, em seguida havia a advertência de que se deveria, na impossibilidade de se privatizar a terra imediatamente, ter cautela com o recrutamento. Qual a relação entre recrutamento, privatização da terra e desabastecimento? Mais significativa do que pude perceber naquele momento.

Desde a Guerra da Cisplatina, mas principalmente a partir de 1839, com a Revolta da Balaiada, a tensão entre o sertanejo pobre e o Estado recrudescceu. No centro desta tensão estava o recrutamento, assumindo duas vertentes importantes na ação dos governos. Por um lado ele reforçaria as tropas e, por outro, ao engajar militarmente os sertanejos pobres, impediria que o poder dos coronéis aumentasse, pois esses pobres eram o braço armado arregimentado por chefes políticos locais e fazendeiros, o que envolvia revoltas e lutas pelo poder e pelo mando da terra. Porém, durante a Guerra do Paraguai, a partir de 1864, a situação em torno do recrutamento tornou-se mais complexa, mas não somente em função do serviço

militar. Na verdade, o fator complicador da situação é que foi ordenado à Província de Goiás, por Aviso do Ministério da Guerra de 23 de Maio de 1865, que alimentasse as tropas paulistas e mineiras que haviam de deslocar-se para a trincheira mato-grossense³⁶.

Ora, esta era uma situação complexa e crítica: os sertanejos relutavam contra o alistamento e, quando recrutados à força, fugiam para as matas, o que comprometia o abastecimento alimentar, tanto na província, quanto para as tropas estacionadas no Mato-Grosso. Ademais, sua rebelião contra o recrutamento encontrava muitas vezes o respaldo dos fazendeiros, que, por meio dos apadrinhamentos e das relações de pessoalidade e necessidade, dificultavam o recrutamento de seus agregados e/ou "protegidos". Formava-se, assim, dentro de relações estruturadas e estruturantes de mandonismo um vínculo de gratidão e solidariedade que em situações específicas foram importantes na organização social da região, mesmo a despeito da exploração e da dominação,

De qualquer forma, a articulação entre "recrutamento forçado", condições de posse e uso da terra, mando dos homens, influência na política regional, inclusive a questão da Lei Terras de 1850, foram importantes dimensões na constituição dos modos de viver e trabalhar do sertanejo pobre. Especialmente quanto à Lei de Terras, a percepção de dois desdobramentos envolvendo sua criação tornou-se relevante para compreender "os momentos de tensão" que destruíam e ao mesmo tempo reconstruíam os modos de vida das pessoas pobres nos Vales. Em primeiro lugar, porque a não aplicação desta Lei não significou o seu esquecimento, aliás, foi exatamente ao contrário: este era um tema que preocupava os fazendeiros que detinham a posse das terras e, conseqüentemente, atingia o sertanejo pobre. Em segundo lugar, foi a circunstância e a condição necessária para que os fazendeiros buscassem consolidar seus domínios, o que exigia homens. Esta foi uma das razões para que o recrutamento fosse rechaçado e tenha, em certa medida, determinado as disputas armadas, representando, ainda, a possibilidade de reordenamentos intermitentes da ocupação da terra.

Nesse sentido, a inter-relação destas dimensões – especificamente porque envolvia não apenas os sertanejos pobres – provocou tensões nas relações sociais que contribuíram para que as práticas sertanejas entrassem em uma condição de incerteza acerca da validade das normas e padrões sociais, conduzindo os pobres a uma busca por *consolidar* determinadas práticas, meios e formas como seus modos de viver e trabalhar.

³⁶FRANÇA, A. F. **Relatório da Presidência da Província de Goiás**. Ano de 1866. 14 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

Por outro lado, estas expectativas de estabilidade, instituintes e instituídas como os modos de viver dos sertanejos pobres, permaneceram, nas configurações ativas das lutas de classe, provocando tensão nas relações com o objetivo de dinamizar as transformações sociais, o que, evidentemente, questionava e ainda questiona qualquer condição dada, acabada e consolidada de modo de vida. Em outras palavras, o que constituiu os modos de viver e trabalhar dos sertanejos pobres foi especificamente este frágil equilíbrio entre estabilidade e mudança dentro das determinações e indeterminações do processo social.

No rastro desta perspectiva, não estabeleci para esta pesquisa um marco temporal rígido, mas um recorte flexível: iniciando-se no século XIX e estendendo-se até meados do século XX. A razão desta flexibilidade foi o fato de que trabalhar com as fontes levou-me a compreender que o tempo em que ocorrem as mudanças deve ser investigado a partir do reconhecimento de que os vestígios das transformações e das permanências exigem do pesquisador acuidade para não fixar na prática já estabelecida o lugar onde se evidencia a constituição do processo, embora o nascimento mesmo de qualquer modo de viver já traga em si os princípios de sua dissolução.

Neste sentido, considerando algumas das dificuldades superadas e o campo de possibilidades que se colocava, a objetivação desta investigação ocorreu por meio da análise e cotejamento de séries documentais qualitativamente diversas, cujo intuito foi apreender evidências, vestígios e indícios das práticas sociais reais dos sujeitos investigados. Não obstante, dada a natureza narrativa da documentação, a execução dos procedimentos adequados às especificidades das fontes requereu uma leitura que observasse as atribuições de sentidos e significados às realidades, procurando evidenciar as convergências e discrepâncias entre a realidade histórica e os significados que lhes foram atribuídos.

No procedimento mesmo de definir as dimensões básicas da pesquisa, a consciência da importância de saber não apenas o "que fazer", mas também "como fazer" foi se constituindo. Assim, o exercício inicial foi compreender que a documentação, em suas potencialidades e limitações, podia ou não se confirmar; que ela expõe as hipóteses a um campo de possibilidades, e que o historiador deve estar preparado para refazer as perguntas e para recolocar em novos termos os seus problemas, inclusive abandonando questões.

Considerando esta posição, procurei trabalhar as fontes considerando sua característica central: em sua totalidade, eram fontes narrativas. Partindo da problematização das particularidades narrativas da documentação, iniciou-se uma busca incessante das evidências e dos indícios sobre a vida e as práticas dos trabalhadores pobres nos Vale do rio Araguaia e rio Tocantins. Nessa perspectiva, é necessário esclarecer que cada narrativa, tomada aqui

como fonte, apresentou uma interação verbal específica – falas e discursos – remodelada na escrita a partir de visões de mundo, de ideologias, de memórias, de interesses e de necessidades. Ao mesmo tempo, busquei estabelecer uma percepção dialógica para explorar estas dimensões das narrativas, pois somente reconhecendo a polifonia, as múltiplas vozes das fontes, foi possível fazer uma leitura das práticas desordenadas e/ou ambíguas, porém quase sempre coerentes, dos narradores.

Estes exercícios fizeram surgir muitas vezes vestígios de experiências e processos que não estavam no horizonte de cognoscibilidade pretendida pelos narradores, evidenciando, assim, versões diferentes de um mesmo acontecimento ou prática e, principalmente, trazendo à luz uma pluralidade de sentidos em razão da polifonia e plurivalência dos diálogos. No entanto, observando a advertência de M. Bakhtin de que os sentidos, "se subtraídos às tensões de luta social, se postos à margem da luta de classes, [...] degenerará em alegoria [...] e não serão mais um instrumento [...] vivo para a sociedade³⁷", foi necessário, antes de tudo, compreender as fontes – narrativas ou não - como parte da realidade vivida e concreta. Somente assim tornou-se possível buscar os significados atribuídos pelos narradores – considerando as forças antagônicas em combate no interior do texto –, sem que os sentidos encontrados se tonassem alegorias, ou melhor, simples representações.

Tratar de fontes e documentos estruturados sob a forma narrativa foi um desafio permanente e complexo. Especialmente porque, em determinada vertente da historiografia, as narrativas são tratadas apenas como representação³⁸. A questão central, aqui, não era apontar na direção de uma relação direta entre narrativas e processos, mas estabelecer que, apesar do deslocamento e da diferença entre elas, essa relação permanece inalienável entre relatos e evidências das práticas sociais reais³⁹. Esta foi uma questão complicada, especialmente dentro do espaço de uma pesquisa de mestrado; porém, enfrentar os aspectos conexos e desconexos das *narrativas*, pensadas em seus múltiplos sentidos, foi essencial e norteador na construção deste trabalho, embora não tenha sido possível aprofundar algumas questões em razão de limitações da pesquisadora.

³⁷BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 10. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Annablume, 2002. 46 p.

³⁸Sobre uma resposta ao ceticismo radical a partir de um exercício de pesquisa Cf. GINZBURG, Carlo. *No rastro de Israël Bertuccio*. In: **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 154-169 p.

³⁹THOMPSON, E. P. de **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 50 p.

De qualquer forma, antes de discutir algumas especificidades das fontes narrativas desta pesquisa, é necessário dirimir algumas questões sobre a narração em sua dimensão de evidência ou indício do real histórico e em sua dimensão de apresentação literária. Carlo Ginzburg em *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*⁴⁰ elabora uma rede coesa e, ao mesmo tempo, propositadamente descentralizada sobre problemas atuais da historiografia. Portanto, prender-se à presença das expressões *fictício, falso ou verdadeiro* no título da obra pode levar a conclusões apressadas, no sentido de pensar que se trata apenas da análise da relação história e literatura: nada mais longe de seus objetivos e dos resultados alcançados. De fato, dentre os inúmeros combates que trava nesta obra, a literatura tem um papel importante. Porém, outras questões são efetivamente debatidas: o ceticismo; a realidade e as possibilidades na história; as implicações políticas e sociais do problema da cientificidade da historiografia, aparecendo, neste torvelinho, a noção polêmica de prova, a questão da narração, etc. No entanto, apresentarei sinteticamente apenas alguns aspectos das inúmeras questões sobre as narrativas que inspiraram esta pesquisa.

Em primeiro lugar, Ginzburg chama atenção para uma verdade óbvia, mas profundamente incômoda: "uma narração histórica se assemelha a uma narração inventada"⁴¹ em função de partilharem, principalmente, duas singularidades: ambas são construções e são apresentadas literariamente, ou seja, são apresentadas como texto. No entanto, essa constatação tem implicações vinculadas tanto aos exageros positivistas quanto à argumentação dos céticos⁴².

Certamente, o *elemento construtivo* é o elo central entre a narração histórica e a ficcional. Nesse sentido, investigando as narrativas, Ginzburg analisa as dimensões essenciais das pesquisas históricas no que concerne ao procedimento, dentre outros aspectos. Porém, sua análise constitui-se um viés inovador por buscar deslocar a discussão acerca das formas narrativas da história do plano apenas historiográfico para a interface das práticas de narrar. Ou seja, sua argumentação parte da problematização das relações entre relatos ficcionais e relatos históricos, o que se distingue, dentre as temáticas de *O fio e os rastros*, quando

⁴⁰GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d'Aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴¹Ibidem, p. 18.

⁴²Cf. GINZBURG, Carlo. *Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito*. In: **O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d'Aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 249-279 p.

problematiza as convenções literárias utilizadas para produzir o efeito de verdade das narrativas históricas⁴³.

Nesse sentido, parece-me que uma questão singular na proposta de Carlo Ginzburg, talvez o fio que une as diferentes temáticas nesta obra, seja a busca pela afirmação de uma articulação na escrita historiográfica, como parte material do texto, de questões epistemológicas, teóricas e de procedimento. Assim, foi inevitável pensar, durante a pesquisa, o procedimento articulado à escrita da história. Trata-se inicialmente da discussão do tratamento do referencial externo da narrativa como documento e, conseqüentemente, do texto enquanto fonte.

Ao examinar o que o historiador poderia aprender com o olhar do inquisidor e, analogamente, com a visão do antropólogo no capítulo *O inquisidor como antropólogo*⁴⁴, Ginzburg trás à luz o problema da leitura dos documentos, ou melhor, do problema da leitura dos documentos a partir de seu aspecto elementar: suas bases textuais. É interessante ressaltar que a própria estratégia de tratar documentos e narrativas a partir de seu aspecto mais polêmico, o texto, significa sua disposição para ampliar o debate sem o receio de adentrar aos limites do que deseja combater.

Seus exemplos de fontes narrativas são os processos inquisitoriais. Porém, no aspecto específico da relação texto/narrativa/realidade, considere que a transposição para outras fontes narrativas fosse útil do ponto de vista do método, embora soubesse das implicações e cuidados que tal generalização significa. Não obstante, o que permitiu alguma segurança neste exercício de transposição é o diálogo que Ginzburg trava com Mikhail Bakhtin para explicar como dos processos inquisitórios afloram uma narrativa com estrutura polifônica. Além disso, sendo o trabalho de Bakhtin pautado no estudo da linguagem literária, especialmente em Dostoiévski, a partir de uma perspectiva dialógica, considere legítimo recorrer ao exemplo de Ginzburg para problematizar as bases textuais dos relatos de memória e dos romances que são fontes nesta pesquisa.

Ginzburg levanta a questão a partir de um ponto provocativo: não foi apenas a categoria de narração histórica que se transformou, mas a da narração *tout court*. Segundo ele, a relação entre quem narra e a realidade aparece mais incerta, mais problemática, porém, os historiadores, têm às vezes dificuldades em admiti-lo⁴⁵. Mais problemática porque a

⁴³Cf. GINZBURG, Carlo. *Descrição e citação*. In: **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 17-40 p.

⁴⁴Cf. GINZBURG, Carlo *O Inquisidor como antropólogo*. In: *Ibidem*, p. 280-293.

⁴⁵*Ibidem*, p. 333.

ampliação qualitativa das fontes, especialmente com as narrativas ficcionais, apresenta dificuldades que, a despeito da obviedade, ainda provoca perplexidades:

Naturalmente, estes documentos não são neutros; a informação que nos fornecem não é nada 'objetiva' [...] Para decifrá-los, devemos aprender a captar por trás da superfície lisa do texto um sutil jogo [...] Devemos aprender a desembaraçar os fios multicores que constituíam o emaranhado desses diálogos [...] Nos últimos anos os antropólogos tornaram-se cada vez mais conscientes da dimensão textual da sua atividade. Para os historiadores, que muitas vezes (nem sempre) têm que lidar com textos, esta não é, à primeira vista, uma grande novidade. Mas a questão não é tão simples assim. Ter consciência dos aspectos textuais da atividade do etnógrafo⁴⁶ [...] implica a superação de uma epistemologia ingenuamente positivista, ainda hoje partilhada por muitos historiadores.⁴⁷

Aqui, poder-se-ia enveredar por vários caminhos. Porém, escolhi apenas dois desdobramentos. Assim, à medida que se aprofundam as percepções de que a "relação entre quem narra e a realidade é incerta", que as fontes – narrativas ou não – são lacunares, torna-se imperativo discutir qual o status da narrativa e do procedimento histórico em suas implicações textuais. Esta não é uma discussão recente, está colocada há muitos séculos. No entanto, em 1912, o crítico italiano Renato Serra⁴⁸ expressou uma dimensão inquietante:

Tem gente que imagina de boa-fé que um documento pode ser uma expressão da realidade [...] Como se um documento pudesse exprimir algo diferente de si mesmo [...] Todo depoimento dá testemunho apenas de si mesmo, do momento, da sua origem, de seu fim, e de nada mais. [...] Todas as críticas que fazemos à história implicam o conceito da história verdadeira, da realidade absoluta. É preciso enfrentar a questão da memória; não na medida em que é esquecimento, mas na medida em que é memória [...] Existências da coisa em si.⁴⁹

Os questionamentos de Serra apontam na direção do seguinte enfrentamento: "todas essas narrativas, independentemente do seu caráter mais ou menos direto, [...] têm uma relação altamente problemática com a realidade"⁵⁰. Note-se que a referência à relação altamente problemática de "todas as narrativas" com a realidade não exclui a *narrativa histórica*. Nesse sentido, parece-me que Ginzburg estaria encaminhando a discussão para um campo ainda pouco estudado: Renato Serra, a despeito de sua ambigüidade, estaria expondo um deslocamento, uma diferença entre narrativa, narrador e real histórico e não a determinação da inexistência da realidade, leitura que muitos fizeram.

⁴⁶Etnógrafo aqui tem o sentido de: quem escreve.

⁴⁷GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 287-288 p.

⁴⁸Renato Serra foi interlocutor de Benedetto Croce.

⁴⁹SERRA, 1912, apud GINZBURG, 2007, p. 272-273.

⁵⁰GINZBURG, op. cit., p. 272.

De fato, as óticas das narrativas sobre um mesmo acontecimento alteram-se conforme o "olhar" de quem narra, ou seja: trata-se do problema da reelaboração e construção dos documentos, por isso se é convidado a enfrentar a questão da memória. Para Serra, a memória não poderia encontrar "mais do que o seu momento, sua origem, ou seu fim", ou seja, a "si mesmo". Mas este "si mesmo" da memória – no documento, no testemunho e na narrativa – é sublinhado por ele, não como esquecimento, e sim como lembrança: é o fragmento "da existência da coisa em si" que a memória preservou. A questão do "si mesmo" do documento e da "existência da coisa em si" como referencial externo é essencial por trazer em si as sementes dos avanços e também dos retrocessos que a historiografia sofreria desde então.

Conforme Serra, a memória – sempre reelaborada – grafaria no documento apenas a "si mesmo"; por isso ele propõe enfrentá-la como o que é: memória. Mas o que significaria enfrentar a memória como memória? Considero que seguindo o esquecimento será possível algum esclarecimento. Este crítico propõe enfrentar a memória não à medida que é esquecimento porque memória é existência, mesmo que para ele fosse apenas de "si mesmo". Ou seja, para Serra "a existência da coisa em si" seria conservada na memória sob a forma de fragmento, como lembrança, relato, etc., e por isso seria apenas memória de "si mesmo", pois não poderia alcançar mais que um vestígio do real. Por outro lado, para ele o esquecimento⁵¹ seria o vazio, algo findo e inalcançável.

É possível ir mais longe, pois a narrativa em seu sentido mais amplo é o ponto fulcral aqui: surge o problema do vestígio do real, da evidência (evidência existência da coisa em si), filtrados nas diversas dimensões sociais e culturais, mas que ainda assim permanecem em todo documento, da memória ao romance, como um fragmento do real histórico, como diria E. P. Thompson. Essencialmente, há aqui um incômodo que alguns intelectuais ainda não superaram: as narrativas históricas constituem-se sempre lacunares, incapazes de trazer à luz o passado como realmente aconteceu, pois suas fontes são fragmentos, parciais e incompletas. Mas, mesmo assim, são parte do real e guardam dele evidências, indícios e vestígios.

Provavelmente em função destes espaços opacos e cinzentos das narrativas, sejam eles na historiografia ou na fonte narrativa, Ginzburg propõe um breve diálogo com Ítalo Calvino acerca da memória e da reconstrução histórica. Na percepção de Carlo Ginzburg, quando Serra escreve "É preciso enfrentar a questão da memória", este propõe um enfrentamento que Calvino realizou em *Lembrança de uma batalha* (1974). Segundo ele, Calvino busca reconstruir uma narrativa acerca da guerrilha contra a ocupação alemã, durante a 2ª Guerra

⁵¹Reconheço a existência de uma discussão acerca da relação entre memória e esquecimento, porém esta questão faz-se improdutivo dentro da perspectiva que defendo.

Mundial, baseando-se em sua memória sobre este acontecimento, porém, apesar de dizer que "não é verdade que já não [...] lembra de nada", reconhece que sua memória está emaranhada em seu cérebro como romances⁵².

Carlo Ginzburg reconhece na expressão "não é verdade" um princípio de dúvida que o próprio Calvino assume ao afirmar ter medo que sua memória "se torne um pedaço de relato com estilo de então, que não pode nos dizer como as coisas eram de fato, mas somente como acreditávamos vê-las e dizê-las"⁵³. Seu medo materializa-se no desabafo: "tudo o que escrevi até aqui serve para compreender que daquela manhã já não me recordo quase nada"⁵⁴. Ginzburg afirma que as últimas palavras de *Lembrança de uma batalha* – "O sentido de tudo aparecendo e desaparecendo" – ilumina o fato de que nossa relação com o passado é sempre precária, porém no "quase", "('quase nada')" de Calvino havia a sugestão de "que o passado, apesar de tudo não é inalcançável"⁵⁵.

A partir da dúvida de Calvino – que poderia levar ao relativismo bastando apenas que um atalho fosse tomado – Ginzburg ilumina uma pergunta de Hobsbawm, que aparece em outra parte de *O fio e os rastros*: "Que aconteceu durante minha vida, com a maneira de escrever a história?"⁵⁶. Muitas mudanças na escrita da história estão em movimento⁵⁷. Nenhuma é unanimidade, vivemos um momento histórico em que a tempestade de diferenças e pluralidades assumiu uma posição central. Muitos historiadores e intelectuais vinculados à historiografia estão levando-a (esta tempestade) ao limite, com atos temerários, diante de uma humanidade quase perplexa; outros se escondem atrás das ortodoxias, quaisquer sejam elas, afinal são lugares seguros. Outros ainda enterram a cabeça na areia esperando que a intempérie passe.

Estes últimos, os casos mais difíceis, não se atrevem a olhá-la: receosos de enfrentar, com o rigor de novos ou de tradicionais procedimentos, o ciclone que busca destroçar o

⁵²CALVINO, 1974 apud GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 273 p.

⁵³CALVINO, 1974 apud GINZBURG, 2007, p. 274.

⁵⁴CALVINO, 1974 apud GINZBURG, 2007, loc. cit.

⁵⁵CALVINO, 1974 apud GINZBURG, 2007, p. 273.

⁵⁶HOBBSAWN, 2002 apud GINZBURG, 2007, p. 154.

⁵⁷Dentre as mais polêmicas transformações estão: a estrutura não ser mais o centro das análises e das narrativas, ocupando, a experiência, espaço significativo na investigação dos processos; as representações estão muitas vezes substituindo as realidades possíveis; a economia, assim como também a política macro, foi deslocada abrindo espaços para a cultura, que é hoje uma parte relevante nas pesquisas, embora este termo (que é principalmente uma prática) esteja sendo tomado muitas vezes sem a devida consideração da dimensão social e das lutas de classe; o esforço de escrever a história tem sido convertido, em alguns discursos falaciosos, em uma historiografia baseada apenas na imaginação; as macro-análises já não são a única forma de se escrever a história, pois espaços para que as pessoas comuns materializem-se nas narrativas, para além das grandes conjunturas, estão abertos.

esforço de séculos. Entretanto, nem tudo deve ser preservado, especialmente espaços que criamos contra a mudança, afinal esta é a mais incontestada contradição do nosso *metiê*. A transformação – seja em qual direção for – é irreversível, no entanto muitas delas são perigosas. Questões como a que Hobsbawm levanta contra os *que levam os feitos e efeitos da tempestade cética ao extremo* devem ser acuradamente pensadas; mas, principalmente, devem ser combatidas, pois o "maior perigo político imediato para a historiografia é hoje o 'antiuniversalismo', ou seja, a convicção de que a minha verdade vale tanto quanto a tua, independentemente das provas apresentadas"⁵⁸.

A pertinente preocupação de Hobsbawm é recolocada por Ginzburg a partir do argumento de que fragmentos do passado impregnam todas as práticas da humanidade, inclusive, suas narrativas. A luta - nas dimensões intelectuais, lógicas, políticas e morais- contra o relativismo, que paira em um céu escuro, é enfrentada no próprio campo historiográfico à medida que se combate afirmações como a que defende ser a escrita da história "uma atividade de tipo artístico, que produz narrações incomensuráveis entre si", que "a ambição de conhecer o passado está superada [e que] o significado dos fragmentos é buscado no presente, no mundo"⁵⁹, onde sua "configuração pode ser adaptada a formas de civilidade existentes no dia de hoje"⁶⁰.

Acima, a afirmação contra a história não é legítima, porém é preciso aprender a lidar, em termos mesmo de procedimento histórico, com a pluralidade das fontes narrativas sem cair na armadilha relativista que "objeta [ser] um termo como 'realidade' [...] ilegítimo: o que estaria em jogo seriam apenas vozes diferentes"⁶¹. De fato, as narrativas têm vozes múltiplas, mas sua polifonia não é um argumento contra a existência de um passado real, "afinal de contas, a integração de diversos textos num texto de história ou de etnografia se baseia na referência comum a algo que devemos chamar *faute de mieux*, de 'realidade externa'⁶². Nessa perspectiva é, ainda, a partir da evidência e do indício – partes constitutivas do passado que chegou até o presente – que se deve continuar a realizar pesquisas significativas, pois como afirma Ginzburg elas baseiam-se "na aguda consciência de que todas as fases da pesquisa são construídas, e não dadas"⁶³, porém

⁵⁸ HOBBSBAWN, 2002 apud GINZBURG, Carlo. *O Fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 157 p.

⁵⁹ GINZBURG, *Ibidem*, p. 275.

⁶⁰ ANKERSMIT, 1989 apud GINZBURG, 2007, p. 275.

⁶¹ GINZBURG, *Ibidem*, p. 288.

⁶² *Ibidem*, loc. cit.

⁶³ *Ibidem*, p. 275.

uma maior consciência da dimensão narrativa não implica uma acentuação das possibilidades cognoscitivas da historiografia, mas, ao contrário, sua intensificação. É precisamente a partir daqui, portanto, que deverá começar uma crítica radical da linguagem historiográfica de que, por ora, só temos algumas referências.⁶⁴

Sua proposta, a meu ver, não passa apenas pelo "combater o bom combate" contra os cétricos pós-modernos, mas também contra os medos de que uma ortodoxia – *aqueles que enterram a cabeça na areia esperando que a tempestade passe* – tenha de sair de suas zonas confortáveis, onde lidam apenas com alguns tipos de narrativas que 'parecem' confiáveis, mas limitam – quando não excluem – outras tantas por se tratarem de ficções, ou melhor, de apenas representações imaginadas. Nesse sentido, o que ensina a professora Déa Ribeiro Fenelon é crucial, especialmente quando esta lembra que até bem pouco tempo as fontes históricas eram trabalhadas

com uma compreensão bastante linear. Referindo-[se] ao trato da fotografia e da imagem como ilustração, da imprensa como fonte de dados objetivos [...] e da literatura ora como espelho fiel da realidade, ora como representação (entendida aqui como ideologia).⁶⁵

A partir destas reflexões, um trabalho árduo se projetou à frente nesta pesquisa. Por um lado, recusei-me a tratar as fontes narrativas como espelho do real ou como representação. Por outro lado, insisti, conforme lembra Ginzburg, que se as narrativas históricas, com pretensões de verdade, não tivessem um lastro "*do que é ou do que foi*", que "tornasse possível corrigir imaginações, expectativas ou ideologias" com base em evidências e indícios advindos "do mundo externo, a espécie *Homo Sapiens* teria perecido faz tempo"⁶⁶. Assim, o caminho trilhado foi buscar na documentação as evidências das práticas de viver nos Vales. Mas, também foi uma busca por evidenciar, na narrativa histórica, que o passado real – em alguns momentos – foi reconstruído a partir de um campo de possibilidades.

Algumas possibilidades foram perscrutadas no campo de muitas narrativas e por meio das quais foi possível tecer, acompanhando os fios que articulam memória e literatura, indícios e vestígios fragmentários capazes de iluminar um tempo que, se nas memórias era lacunar, ficaram grafadas nas lendas, nas "histórias de trancoso"⁶⁷ e de valentias, que a

⁶⁴GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 239 p.

⁶⁵FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2005. 10 p.

⁶⁶GINZBURG, op. cit. p. 328.

⁶⁷São histórias sobre proezas fantásticas, criaturas bizarras – umas marcadas para o bem e outras para o mal –; lendas de animais falantes; assombrações e forças sobrenaturais grafadas nos romances como

literatura tem reconstruído. No lugar dos *possíveis*, ficaram também as perguntas para as quais minhas fontes não possibilitaram respostas; e, claro, os silêncios que limitam as reconstruções: quando as brumas que espreitam todas as fontes não permitem que se veja a partir de onde as encontramos. De fato, a construção deste trabalho foi um processo de escolhas difíceis. Entretanto, já na fase final da pesquisa percebi, ao conhecer as reflexões de Ginzburg acerca da construção de *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*⁶⁸ (1976), como era importante desistir do simplismo, pois como alerta Joseph Fontana: o presente, e também o passado, rejeita qualquer interpretação simplista e o projeto social que defendemos deve estar:

Livres daquelas ilusões de que muitos de nós compartilhamos e que fizeram da história, como lhes recordei que disse Benjamin, 'o narcótico mais poderoso do nosso século', nós historiadores devemos combater, armados de razões, as profecias paralisadoras [...] e, com maior empenho ainda, todas as aberrações que servem para justificar, em nome de preconceitos assentados na deformação da memória [...] as mais diversas formas de opressão e de extermínio [...].⁶⁹

Não fiz da história ou da historiografia um narcótico, pois – inspirada em Fontana, Davis e Ginzburg – comunicar na história as dificuldades com a documentação fez com que "as hipóteses, as dúvidas, as incertezas tornassem-se parte da narração; a busca da verdade tornasse-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta)"⁷⁰. Livrar-me das ilusões fez parte desse processo: percebi que todos os caminhos me levaram para lugares de possibilidade, pois mesmo a batalha política, como recorda Fontana, ainda é por uma "igualdade possível dentro de [uma] maior liberdade possível"⁷¹.

Mas uma dúvida ainda persistia: Por se tratarem minhas fontes de uma documentação narrativa, muitas delas ficcionais, o relato histórico que eu construí estava apenas apresentando vozes, perspectivas, versões e representações de representações? Não esconder as dificuldades, mostrar as idas e vindas e as lacunas das fontes era um empecilho à reconstrução dos processos reais? Não – foi minha resposta às duas perguntas. Trata-se de um paradoxo irônico: a literatura ficcional, rejeitada por muitos como incapaz de conter

ficção e imaginação do escritor, mas que aparecem nas fontes memorialísticas, nas narrativas orais dos velhos, e também de muitos jovens da zona rural como parte do real. Este é um dos exemplos em que ficção e realidade se misturam e sobre os quais uma pesquisa consistente ainda deve ser realizada.

⁶⁸GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁶⁹FONTANA, Josep. **História: Análise do passado e projeto social**. Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998. 281 p.

⁷⁰GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 265 p.

⁷¹FONTANA, 1998, loc. cit.

indícios de práticas reais, tem a prerrogativa de apresentar sua história de tal forma que o leitor tem a impressão de entrar em contato com os acontecimentos na aparente linearidade e regularidade da vida.

Para os historiadores, reconhecer que a reconstrução da realidade é problemática obriga a considerar as dúvidas e as lacunas em todo o processo de investigação, porém a escolha entre apresentar estas lacunas no relato ou narrar uma superfície lisa "capaz de comunicar ao leitor [uma] certeza física da realidade"⁷², uma questão de forma e estilo, ainda é uma prerrogativa do historiador.

Considero importante levantar alguns problemas que deverão tomar parte em uma futura reflexão: narrar como uma superfície uniforme, sem expor os vácuos e "buracos negros" da reconstrução, mesmo quando foram considerados na pesquisa, para além de uma questão de estilo e de forma literária, não seria também uma questão ideológica? Uma "idéia", interligada à "patologia da representação", "experimentada" por quem entende os trabalhos históricos que lidam com vozes, memórias, ficções como capazes de fazer ver apenas significados e interpretações, mas nunca realidades possíveis?

Não seria por isso que as "representações" tornaram-se um problema patológico? Alguns de nós que defendemos a existência de uma realidade histórica – da qual nada estaria fora, inclusive os textos – ao desconhecermos nas narrativas de ficção a possibilidade de apreender indícios do real vivido (que impregna todas as relações) não teríamos introjetado a concepção de que em algum lugar existiria um espaço apenas de representações, ou de ideologias⁷³, que não estaria ao alcance da historiografia e que não faria parte da realidade? Alheios ao fato de termos sido infectados, não estaríamos reforçando na nossa prática historiográfica o que tanto combatemos em nossas falas e debates? São estas contradições e ambigüidades que procuro sempre problematizar.

Volto ao caminho. As lacunas das narrativas históricas possuem várias perspectivas de abordagem como vimos acima; porém, é na decifração dos textos⁷⁴, como documentos narrativos ativos em relação com seu referencial externo – a realidade histórica, que se encontram algumas das novas possibilidades históricas. A distância entre o tempo dos acontecimentos e o tempo da narrativa, a preocupação com a dimensão da memória, não é

⁷²GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 271 p.

⁷³Cf. FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2000. 05-13 p. Especialmente a comparação entre representação e ideologia.

⁷⁴Aqui textos tem o sentido de fontes documentais narrativas em sentido amplo: relatos memorialísticos, romances e contos de ficção, diários de viajantes, relatórios públicos, jornais etc.

especificidade apenas dos relatos memorialísticos; da mesma forma, esta distância não é uma impossibilidade para se abordar os vestígios do passado, mesmo que por meio do "quase nada" apontado por Calvino. Outras narrativas, além do problema das temporalidades, trazem também uma discussão sobre real e invenção: são os relatos de ficção.

Nestas fontes, a ótica da criação deve ser considerada sempre como uma limitação, porém nunca como um interdito; por isso, apesar da proposta realista das narrativas ficcionais investigadas nesta pesquisa, é preciso cotejar a construção do "mundo ficcional" do romance com outras fontes qualitativamente diferentes e escritas em épocas comuns, buscando apreender, com estes procedimentos, o processo de construção da memória social e das tradições em que os autores se inserem e que permanecem de alguma forma e com alguma intensidade em seus romances e contos. Este jogo sutil entre ficção e memória, dimensão permanente dos romances interrogados neste trabalho, possibilitou a apreensão de vestígios dos modos de ser e de viver das pessoas comuns.

Apesar da relação entre história e literatura envolver uma infinidade de problemas, alguns dos quais tratei acima, ela também possui aspectos que enriquece ambas as áreas de conhecimento. Em primeiro lugar, é necessário dizer, são campos distintos: a literatura, como arte e como conhecimento, possui métodos e técnicas que diferem do procedimento histórico. Porém, seu interesse central, o homem no mundo e com o mundo – enfim, toda a cultura humana – não lhe é exclusivo, as ciências humanas de uma maneira geral alicerçam seus interesses nas construções culturais e nas humanidades.

Entretanto, o termo *cultura* é complexo e procurar não tratá-lo como consenso ou como um sistema fechado é uma das dificuldades inerentes à pesquisa⁷⁵. Contemporaneamente, este termo tem tomado dois caminhos – ambivalentes é verdade. Por um lado, pesquisadores têm trabalhado no sentido de fazer esta noção abarcar mais e mais dimensões da vida social; por outro, tem havido a busca por uma reflexão sobre os seus limites, pois em função de a cultura apresentar a especificidade de estabelecer intrincadas correlações entre as dimensões da vida das pessoas é necessário observar, como adverte a professora Déa Ribeiro Fenelon, que ela não é uma solução mágica para problemas complexos e concretos⁷⁶.

⁷⁵THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005. 19 p.

⁷⁶FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 10, p. 73-90. 1993.

De fato, nem todas as práticas das pessoas podem ser compreendidas por esta noção, assim como os sentidos que lhe são atribuídas nem sempre são verificadas, investigadas, à luz das evidências das práticas sociais. Nesse sentido, *cultura*, nesta pesquisa, foi pensada como um processo social que modela modos de vida global, e em suas múltiplas dimensões, deve ser tratado em termos de prática e de significações, como ensina a professora Déa Ribeiro Fenelon⁷⁷.

Não obstante, cultura é o elo que articula, significativamente, trabalhos historiográficos e romances: o olhar para a vida dos homens realizado pela literatura abre-se como um campo de possibilidades à investigação histórica, pois sua não-preocupação com o conceito de cultura, um distintivo da ficção, voltando seu olhar para as práticas, como significado e ação, oferece à historiografia uma abordagem diferente acerca do tratamento das relações humanas, o que pode significar a retomada da discussão de como tratar as noções dentro da investigação dos processos.

Obviamente, não se trata de uma reprodução, mas de uma relação de verossimilhança com as práticas culturais das pessoas, alcançando, inclusive, uma concretude que ultrapassa a materialidade, caso dos valores e sentimentos narrados pela literatura com a latência da vida: aproximando a experiência. No entanto, para alcançar estes indícios foi necessário problematizar, aprioristicamente, os sentidos da época em que foram escritas estas obras de ficção: abordando memórias, visões de mundo, ideologias, projetos políticos, experiências, valores e sentimentos. Acerca das relações entre literatura e realidade Nicolau Sevchenko diz:

Fora de qualquer dúvida: a literatura é, antes de tudo, um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais?⁷⁸

Ademais, as potencialidades abertas aos historiadores que investigam as pessoas comuns, a cultura dos trabalhadores, os iletrados e o mundo rural – sujeitos de cuja existência é mais complexo encontrar vestígios –, foi um incentivo para buscar extrair das fontes literárias os indícios da vida dos sertanejos pobres, pois, como esclarece Sevchenko, nestas

⁷⁷FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa*. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 10, p. 73-90. 1993.

⁷⁸SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 29 p.

narrativas estão os sinais da vida das pessoas que "ficaram marginais ao sucesso dos fatos"⁷⁹. Estranhos ao êxito, mas nem por isso ausentes, eles formaram o [...] humano de cujo abandono e proteção se alimentou a literatura"⁸⁰.

Alguns dos primeiros trabalhos significativos com fontes literárias são da década de 1960, tal como é *De la culture populaire aux 17 et 18 siècles* (1964)⁸¹, de Robert Mandrou, sobre a cultura das classes populares na França dos séculos XVII e XVIII. Também no trabalho com fontes literárias, Edward Palmer Thompson, no capítulo *Padrões e Experiências* do Tomo II da *Formação da Classe Operária Inglesa*⁸² (1968) evidencia, por meio do cotejamento de documentação literária e estatística, o campo de possibilidades da primeira para alcançar dimensões da experiência humana que outras fontes apenas quantificam. Este mesmo historiador, com o objetivo de problematizar a cultura popular inglesa realiza um cotejamento entre a historiografia, uma gama variada de narrativas literárias e fontes de natureza diversa na obra *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*⁸³ (1991).

No artigo *Rough Music*⁸⁴, da obra referida, Thompson reconstrói, a partir de evidências encontradas na literatura folclórica, compilada no século XIX, práticas camponesas que iluminam a ambivalência das tradições de zombaria, deferência e rebeldia inglesa no século XVIII. Nessa perspectiva, há ainda – mas não por último – o livro *O Retorno de Martin Guerre*⁸⁵ (1987) de Natalie Zemon Davis. Davis fascina-se com a história de Martin Guerre⁸⁶ quando lê o *Arrest Memorable* (1561) escrito pelo jurista Jean de Coras

⁷⁹Embora a afirmação de Sevcenko, de que a literatura expõe os "excluídos" relacione-se mais diretamente à discussão sobre o poder na história, amplamente discutido por Roland Barthes em "Novos ensaios críticos: o grau zero da escrita", para meus objetivos, o relevante é sua verificação de que a literatura é um índice para a compreensão social da história, no sentido de apresentar vestígios de sujeitos sociais que encontrar em outros materiais seria mais difícil.

⁸⁰SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 31 p.

⁸¹GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 13-18 p.

⁸²THOMPSON E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa II: A maldição de Adão**. Trad. Renato B. Neto e Cláudia R. de Almeida. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 179-224 p.

⁸³THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

⁸⁴Ibidem, p. 353-397.

⁸⁵DAVIS, Natalie Z. **O Retorno de Martin Guerre**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁸⁶Martin Guerre era um camponês abastado que, nos anos de 1540, fugiu de sua aldeia, abandonando família e bens, sem dar qualquer notícia por anos. Anos depois, apareceu um homem dizendo ser Guerre. Recebido por Bertrande, a esposa, vivem maritalmente, afirmando a mulher crer se tratar de seu verdadeiro marido. Porém, após quatro anos de união Bertrande resolve denunciar o homem com quem vive como um impostor. De fato, ele não era Guerre, mas Arnaud Du Tilh. Processado, Du Tilh

sobre o caso. Logo após, ainda na década de 1980, envolve-se com a produção de um filme sobre esta história, o que aguçou ainda mais seu interesse. Desde então, passou a questionar a linguagem do cinema: "onde estava espaço para as incertezas [...] a que o historiador tem que recorrer quando as evidências são inadequadas ou geram perplexidades?"⁸⁷.

Claramente, sua reflexão não estava mais no campo do cinema: o que lhe instigava era como narrar esta trama historiograficamente e por isso perscrutava a técnica cinematográfica. Surge, assim, a idéia de dar a essa "estória seu primeiro tratamento global, usando todos os documentos legados pelo passado"⁸⁸. Davis admite que a pesquisa fora mais difícil do que jamais imaginara: a documentação era insuficiente, o processo judicial contra Arnaud Du Tilh não havia resistido ao tempo, dispunha somente de duas narrativas.⁸⁹ Assim, quando não conseguia encontrar as pessoas que procurava, seu procedimento foi voltar-se para as fontes da época ou local, buscando no mundo em que viveram rastros do que talvez tenha sido suas existências, porém esclarece "o que ofereço ao leitor é, em parte, uma *invenção*"⁹⁰ minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado"⁹¹.

Carlos Ginzburg propôs, no apêndice *Provas e Possibilidades*⁹², uma discussão acerca das relações entre ficção e história e, ao mesmo tempo, sobre narrativa, partindo de *O retorno de Martin Guerre*, de Davis. Nesta oportunidade, discutirei apenas o sentido que o termo *invenção* tem para Natalie Zemon Davis, na perspectiva de Ginzburg.

Logo de início, ele afirma que, apesar de provocativo, o termo *invenção* desvia a discussão do real problema, pois Davis não estaria opondo *verdadeiro e inventado*, mas apontando "escrupulosamente" os limites das fontes às suas perguntas e, ao mesmo tempo, expondo uma reflexão muito pertinente, além de ousada, sobre a narrativa histórica ao admitir que mesmo buscando minimizar as lacunas que suas fontes lhe impunham – por meio da busca de "fontes indiretas" –, a reconstrução do processo que pretendia resultou em um lugar

quase convence a todos não ser um impostor, porém uma reviravolta sela seu destino: o verdadeiro Martin Guerre volta à sua aldeia, assume seu lugar e Arnaud Du Tilh – o falso Guerre – é enforcado.

⁸⁷DAVIS, Natalie Z. **O Retorno de Martin Guerre**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 10 p.

⁸⁸Ibidem, p. 11

⁸⁹Eram os relatos Arrest Memorable escrito pelo jurista Jean de Coras, uma combinação de texto jurídico e literário, e da Histoire admirable d'un faux et supposé mary de Guillaume Le Suer, ambos de 1561.

⁹⁰Grifo meu.

⁹¹DAVIS, op. cit., p. 21.

⁹²GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 311-335 p.

de integração entre realidades e possibilidades e, por isso, sua obra estaria repleta de "talvez" e "deviam"⁹³.

O lugar de suas inquietações era, na verdade, os ensaios dos atores: perturbava-a os dois caminhos que percebia na linguagem cinematográfica. Por um lado, as várias possibilidades de compor uma vida, uma situação, um sentimento (quando os atores procuravam a melhor expressão possível para seus personagens); de outro, o desfecho como "verdade absoluta": vencia o verdadeiro Guerre, *vencia uma versão da história*. Nenhum dos dois caminhos isolados interessava a ela: o que iluminou suas reflexões sobre a narrativa histórica foi justamente perceber que onde se integravam campos de possibilidades (o possível das re-apresentações) e realidades (a apresentação de um relato histórico coerente, informado por documentos) era o lugar das reconstruções dos processos realizados pelo historiador. Deste modo, sua ousadia em procurar nas vozes do passado algum indício da voz de seus sujeitos sociais, inclusive com a integração de séries documentais diferentes, se justifica plenamente pela segurança do procedimento que realiza.

Esta me parece uma argumentação presente em quase todos os capítulos de *O fio e os rastros*. De fato, sua agudeza transparece ao apontar que o cotejamento de conjuntos de fontes qualitativamente diferentes não é inviável. No entanto, esclarece que a legitimidade do uso de narrativas, ficcionais ou não, integradas a qualquer outra documentação, pressupõe que o historiador esteja disposto a "lê-las [...] criticamente, inserindo-as, se possível, num contexto"⁹⁴ documental mais vasto"⁹⁵.

Nesta obra, mesmo quando problematiza o fato de que as reelaborações realizadas em toda e qualquer fonte podem dissipar os processos, devendo, por isso, o historiador manter-se atento para reconhecer quando um acontecimento ou um processo se perde dentro de variações ao longo do tempo⁹⁶, seus argumentos não se revestem de ceticismo. Ao contrário, Ginzburg afirma que é possível "isolar um elemento comum, um fio vermelho (uma metáfora retomada das *Afinidades eletivas* de Goethe) no interior de determinado conjunto"⁹⁷, como

⁹³GINZBURG, Carlo. *O Fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 315 p.

⁹⁴A palavra **contexto**, nesta pesquisa, foi tomada com o objetivo de compreender, a partir do cotejamento de fontes diversificadas, as relações que se constituem e são constituídas em determinado processo.

⁹⁵GINZBURG, op. cit., p. 164.

⁹⁶Cf. GINZBURG, Carlo. *No rastro de Israel Bertuccio*. In: *O Fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 154-169 p. Neste capítulo Ginzburg esclarece a importância e a singularidade do procedimento histórico no trabalho com fontes de naturezas diferentes, inclusive as ficcionais.

⁹⁷GINZBURG, op. cit., p. 168.

realizou Ludwig Wittgenstein ao compor superposições de fotografias e encontrar uma linha de semelhanças.

Por outro lado, acrescenta à discussão a possibilidade oposta, pois em um exercício de composições e superposições pode acontecer, e não é raro, que nenhum traço comum entre o primeiro e o último elemento ocorra, voltando-se ao signo da descontinuidade entre a realidade e as interpretações. Entretanto, exatamente em função do descontínuo com aparência de contínuo, considera importante que o historiador "aprenda a reconhecer quando realidade e ficção se emaranham uma na outra, transmitindo-lhe algo que poderíamos chamar, com a palavra cara a Stendhal, de energia"⁹⁸.

Finalmente, o cruzamento de narrativas qualitativamente diferentes – desde que, a partir de um procedimento adequado – é capaz de iluminar todo um processo histórico. Nesse sentido, as relações entre ficção, verdade e história jamais esteve tão viva – não no sentido de eliminar as fronteiras entre narrações históricas e ficcionais, mas na perspectiva de perceber suas relações, seus limites e principalmente seus potenciais. Isso se dá porque, de um lado, por ser "importante distinguir entre realidade e ficção, devemos aprender a reconhecer quando uma se emaranha na outra"⁹⁹, e de outro, devemos manter em perspectiva que:

A fé histórica [...] nos permite superar a incredulidade, alimentada pelas objeções recorrentes do ceticismo, referindo-se a um passado invisível, graças a uma série de oportunas operações, sinais traçados no papel ou no pergaminho, moedas, fragmentos de estátuas erodidas pelo tempo etc., Não só. Permite-nos, como mostrou Chapelain, construir a verdade [busca da verdade] a partir das ficções [fables], a história verdadeira a partir da falsa.¹⁰⁰

Assim, a diferenciação – como também a relação entre ficção e realidade possível –, deve aparecer na narrativa histórica por meio da exposição da documentação, das conjecturas e das possibilidades presentes no trabalho. Porém, sem manter qualquer vinculação com perspectivas céticas ou relativistas: propositoras da inexistência da realidade. Por outro lado, também não deve articular-se a qualquer viés positivista, ainda vivo, "propenso, muitas vezes a preencher (com um advérbio, uma preposição, um adjetivo, um verbo no indicativo em vez de no condicional...) as lacunas da documentação, transformando um torso numa estátua completa"¹⁰¹.

⁹⁸GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 169 p.

⁹⁹Ibidem, loc. cit.

¹⁰⁰Ibidem, p. 93.

¹⁰¹Ibidem, p. 332.

Após esta longa, porém primordial, discussão sobre narrativa como fonte e como relato histórico, passo à descrição das fontes de pesquisa.

Neste trabalho, elas são relatórios e ofícios das presidências, secretarias e governos; relatos memorialísticos e obras literárias de ficção, ou seja: são qualitativamente diversas, mas tendo em comum a natureza narrativa. Considero que algumas das dificuldades relativas ao tratamento das fontes foram resolvidas – muitas ainda permanecem como desafios a serem enfrentados no futuro ou por outros pesquisadores. No entanto, o enfrentamento que busquei realizar colocou em relevo ser necessário reconhecer que:

Hoje [...] o entrelaçamento de verdades e possibilidades, assim como a discussão de hipóteses de pesquisas contrastantes, em alternância com páginas de evocação histórica, não desconcertam mais. A nossa sensibilidade de leitores se modificou [...] Não é apenas a categoria de narração histórica que se transformou, mas a da narração tout court. A relação entre quem narra e a realidade aparece mais incerta, mais problemática. Os historiadores, porém, às vezes tem dificuldade em admiti-lo¹⁰².

Proponho agora apresentar as fontes e discutir encaminhamentos pontuais acerca dos seus usos nesta investigação, esclarecendo que, em função de sua variedade, casos específicos serão discutidos na própria narrativa dos capítulos. Os relatos de memória desta pesquisa são variados em suas formas, perspectivas e nas datas em que foram escritos. Assim, a seguir procurarei apresentá-los a partir de um mínimo de informações em função da exigüidade do espaço.

Seguirei o seguinte ordenamento: autor; obra; data da escrita, quando for possível definir, ou data da primeira publicação. José M. P. Alencastre, *Anais da Província de Goiás* (1863); Frei José Maria Audrin, *Sertanejos que eu conheci* (1963); Frei José Maria Audrin, *Entre Sertanejos e Índios do Norte* (1947); Carlota Carvalho, *O Sertão*: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil (1917); Ruy Carvalho, *De gente e de bichos* (1982); Leônidas G Duarte, *Anais de São Vicente* (1948); Frei José Maria Gallais, *Entre os Índios do Araguaia* (1901); Frei José Maria Gallais, *O Apóstolo do Araguaia*: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano (1906); José Vieira Couto de Magalhães, *Viagem ao Araguaia* (1864); José Vieira Couto de Magalhães, *O Selvagem* (1889); Othon Maranhão, *Setentrião Goiano* (1990); Astrogildo Mariano, *Histórias Maranhenses: os missionários e os pobres* (1908); Dunshee de Abranches, *A Esfinge do Grajaú* (1940); Diego Mourão, *Acontecimentos de Conceição do Araguaia* (1909); Augusto Vieira, *Memórias do Sertão* (1936).

¹⁰²GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 333 p.

Ainda fazem parte das narrativas de memória: Joaquim Almeida Leite Moraes, *Apontamentos de Viagem* (1883); Ignácio Batista Moura, *De Belém a São João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins* (1896); Artur Neiva e Belisário Pena, *Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás* (1917); Júlio Paternostro, *Viagem ao Tocantins* (1935); Umberto Peregrino, *Imagens do Tocantins e da Amazônia* (1940); Adozinda Luzo Pires, *Meu mundo encontrado* (1979); Lysias Rodrigues, *Roteiro do Tocantins* (1936); Rufino Teotônio Segurado, *Viagem pelos Rios Araguaia e Tocantins* (1848); Francisco Ayres da Silva, *Caminhos de Outrora: Diário de Viagens* (1920); Hermano Ribeiro Silva, *Nos Sertões do Araguaia* (1935); Quinto Tonini, *Dom Orione: Entre Diamantes e Cristais*. Fortaleza (1959); Ana Britto Miranda, *História de Pedro Afonso* (1943).

Os relatos de viajantes são os seguintes: Francis Castelnau, *Expedição às regiões Centrais da América do Sul* (1844); Henri Coudreau, *Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas* (1897); Henri Coudreau, *Viagem ao Tapajós* (1896); Henri Coudreau, *Viagem ao Xingu* (1896); George Gardner, *Viagem ao interior do Brasil* (1819) Johann E. Pohl, *Viagem no interior do Brasil* (1817-1821); Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de Goiás* (1819); Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco* (1818).

Problematizarei agora algumas questões sobre as dificuldades de procedimento no que se refere aos relatos memorialísticos. O primeiro problema enfrentado foi estabelecer a datação em que foram escritos alguns relatos, pois "é inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o tempo presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres [...]do tempo presente da enunciação"¹⁰³. Nesse sentido, foi necessário recorrer ao conhecimento de alguns aspectos técnicos sobre a produção literária, tomada aqui em seu sentido mais amplo. Conforme Antonio Candido:

[...] 'análise histórico-literária'. Denominação [...] que deseja, todavia, significar o seguinte: análise dos elementos que dão à obra individualidade material e estudam a sua gênese e duração no tempo. É o estudo de como ela é; [...] mostra como se leva em conta seu autor; como o ambiente artístico e social influi [...]¹⁰⁴.

Esta análise trata do corpo e da história dos textos, porém interessa-me neste momento apenas a história dos textos. Os instrumentos válidos para se datar um texto podem ser materiais internos e externos. Os externos são especialmente três: "elementos históricos e

¹⁰³SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: Cultura da Memória e guinada subjetiva**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. 49 p.

¹⁰⁴CANDIDO, Antonio. **Noções de análise histórico-literária**. São Paulo: Humanitas, 2005. 15 p.

biográficos: [...] conhecimento da vida do autor e da época em que viveu; [...] testemunho do autor: informações prestadas pelo próprio autor [...] e testemunho de terceiros: caso de uma pessoa autorizada, ou qualificada de qualquer modo para isso"¹⁰⁵. Todos estes instrumentos de datação foram utilizados em uma ou outra fonte, sendo que os elementos históricos e biográficos foram os mais produtores por contribuírem para desvelar como se inscreviam nos relatos as temporalidades: o vivido e o pensando no tempo presente da narrativa e as vivências, rememoradas, do tempo passado de que fala a narrativa.

Em algumas circunstâncias este exercício foi simples, pois havia uma documentação que esclarecia datas prováveis da escrita: é o caso do relato de memória *Entre os Índios do Araguaia*¹⁰⁶, escrito pelo padre francês Estevão M. Gallais¹⁰⁷, que, por meio da existência de cartas trocadas entre este religioso e o tradutor do referido relato para o português no ano de 1902, foi possível definir a data da sua escrita entre 1901 e 1902¹⁰⁸, embora sua publicação no Brasil tenha ocorrido apenas no ano de 1954¹⁰⁹.

Em outro livro de Gallais, *O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano (1942)*, este dedicado a tratar da vida de frei Gil Vilanova nos Vales e da fundação de Conceição do Araguaia no sul Pará, o processo de datação foi semelhante. Este relato foi publicado no Brasil apenas em 1942¹¹⁰, porém algumas indicações na própria obra esclarecem sobre a data provável em que foi escrita. De fato, há como introdução desta obra uma carta, datada de 28 de maio de 1906, em que o autor da missiva, Padre Jacinto Maria Cormier¹¹¹, agradece a Gallais por ter sido um dos primeiros leitores do relato terminado em 14 de maio de 1906¹¹². Em outros termos, apesar da publicação tardia no Brasil, a obra foi escrita certamente entre 1900 e 1906, pois é este o lapso temporal entre a vinda de Gallais ao Brasil e a carta de Padre Cormier.

¹⁰⁵CANDIDO, Antonio. **Noções de análise histórico-literária**. São Paulo: Humanitas, 2005. 107 p.

¹⁰⁶GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954.

¹⁰⁷Padre Provincial da Ordem Católica Dominicana, em Toulouse na França, e chefe do Serviço Missionário para a Catequização dos Índios no Brasil que realizou algumas viagens a este país. De suas observações sobre a região aqui investigada resultaram dois livros: *O Apóstolo do Araguaia*, publicado em 1942, e, *Entre os Índios do Araguaia*, escrito em 1901 e publicado em 1954. A concepção deste padre aparece, em suas narrativas, profundamente marcada pelo etnocentrismo europeu, o que nos permite conhecer como o sertão, sob a perspectiva da religião católica e de certa noção de "civilização", era percebido na passagem do século XIX para o XX.

¹⁰⁸Cf. página 183 desta dissertação ou GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 05-09 p.

¹⁰⁹Edição única.

¹¹⁰Edição única.

¹¹¹Padre Jacinto Maria Cormier era o Mestre Geral da Ordem dos Frades-Pregadores no início do século XX.

¹¹²GALLAIS, E. M. **O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano**. Belém: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942. 06 p.

Em ao menos uma ocorrência, pude valer-me do testemunho do autor para resolver um problema de datação. É o caso do relato de memória: *Sertanejos que eu conheci*¹¹³, escrito pelo Frei francês José Maria Audrin¹¹⁴ e publicado em 1963, em edição única. Neste livro, Audrin narra sua vivência com os sertanejos pobres (entre 1904 e 1938), mas não há no relato informações sobre a data em que foi escrito. Não obstante, na carta- epílogo do livro, assinada pelo autor, surge a indicação de uma data aproximada para a escrita: entre 1947 e 1951¹¹⁵.

O objetivo desses cuidados em relação à datação dos relatos memorialísticos reside no fato de a distância entre o tempo da narração e o tempo do vivido constituir-se um dos aspectos que transformam as lembranças e a memória. Na realidade, toda memória é fragmentária e lacunar, se for colocada sob a perspectiva de sua relação com o vivido. De fato, as lacunas da memória, que não são preenchidas pelas lembranças, são ocupadas "pelas operações lingüísticas, discursivas, subjetivas e sociais do relato de memória [e pelos] princípios morais e religiosos"¹¹⁶, ou seja, preenchidas por aspectos sociais.

Assim, por um lado é inegável haver, na reconstrução do passado, a marca indelével do presente; por outro lado, defendo que dimensões da memória permanecem carregadas de evidências e indícios do passado vivido pelas pessoas. Isso se dá porque se a memória é construída socialmente, ela é também de uma pessoa e, como sustenta Alessandro Portelli:

Não se pode submeter completamente a memória de um indivíduo sob o marco de memória coletiva. Cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis¹¹⁷.

¹¹³AUDRIN, José Maria. *Sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963.

¹¹⁴Frei José Maria Audrin nasceu no sul da França em 1879. Ingressando na Ordem Dominicana em 1896, veio como missionário para o Brasil em 1902 e em 1904 transferiu-se para o sertão goiano e paraense com o objetivo de evangelizar os sertanejos e os índios. Trabalhou em Conceição do Araguaia até 1921, quando foi transferido para a cidade de Porto Nacional, no norte de Goiás, permanecendo aí até 1928. Em 1929, retornou a Conceição do Araguaia onde trabalhou principalmente na catequização dos índios Caiapós. Em 1938, retirou-se dos Vales, passando a residir em Uberaba-MG, quando começou, então, a escrever a biografia de Dom Domingos Carrerot denominada *Entre Sertanejos e Índios do Norte* (1947). Entre 1947 e 1951 escreveu suas memórias: *Sertanejos que eu conheci*, publicada em 1963, onde faz uma apresentação minuciosa das relações e das pessoas com as quais conviveu no período em que morou nos Vales (1904-1938). Estas duas obras são referência para o conhecimento etnográfico e para a pesquisa histórica sobre os sertanejos.

¹¹⁵Cf. página 64 desta dissertação ou carta epílogo de Audrin In: AUDRIN, José Maria. *Sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963. 202-205 p.

¹¹⁶SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da Memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. 99 p.

¹¹⁷PORTELLI, Alessandro. *As fronteiras da memória: massacre das fossas ardeatinas - História, mito, rituais e símbolos*. **História e Perspectiva**. Publicação dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, n. 25 e 26, p. 9-26, jan. 2002. 31 p.

Os indivíduos que lembram, sob o marco das relações sociais no presente, lembram também sob o marco de sua própria individualidade. Nesta investigação, há significativo número de relatos memorialísticos escritos no tempo mesmo da realidade vivida. No entanto, por haver, dentre as fontes investigadas, memórias escritas entre as décadas de 1960 e 1970 sobre fatos vividos a partir do final do século XIX se fez necessário atentar para a questão da reatualização da memória.

No caso específico das narrativas de memória escritas entre 1960 e 1970, ou seja, escritas distante do tempo dos acontecimentos narrados, o fato de serem de uma mesma "época", e sobre um mesmo período, não as homogeneiza em seus interesses e expectativas. Entretanto, dois aspectos as aproximam: primeiro, seus narradores foram homens e mulheres octogenários que escreveram sobre acontecimentos que viveram ou indiretamente participaram no decorrer de mais ou menos setenta anos. Segundo, estes narradores guardaram, sobre os acontecimentos passados, determinada coerência que pode ser verificada por meio do cotejamento com outras fontes.

Nas memórias, as diferenças entre as lembranças dos acontecimentos – que são próprias dos narradores e as constituídas socialmente – esclareceram, por meio da aplicação de procedimento adequado à fonte, algumas questões sobre a tensão passado/presente e individual/social, o que viabilizou a apreensão de evidências das práticas sociais dos sertanejos pobres.

Por outro lado, quando o objetivo era compreender relatos memorialísticos que visavam em última instância re-construir acontecimentos que pretendiam, como expõe Audrin sobre seus relatos, "[serem] acolhidos com confiança, [oferecendo] a garantia de sempre dizer a verdade, com a mais escrupulosa sinceridade"¹¹⁸, foi prudente seguir a advertência de Beatriz Sarlo

A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança. A narrativa também funda uma temporalidade, que a cada repetição e cada variante torna a se atualizar.¹¹⁹

Assim, em termos gerais, as fontes memorialísticas foram investigadas considerando-se o problema da reelaboração como um enfrentamento necessário, pois os narradores, ao escreverem sobre lembranças de outro tempo, deixaram registrados – sob a forma de

¹¹⁸AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 03 p.

¹¹⁹SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: Cultura da Memória e guinada subjetiva**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. 25 p.

contradições e opacizações de algumas questões – os conflitos entre suas expectativas no presente e suas práticas no tempo passado, fundando outra temporalidade. Temporalidade esta em que as práticas de viver dos sertanejos pobres costumam ser revisitadas a partir de questionamentos construídos no presente do narrador. Portanto, para compreender tais narrativas, foi preciso perscrutar a razão argumentativa no presente de quem narrava e, concomitantemente, investigá-la em sua relação com o passado, procurando articular as evidências e os vestígios do real histórico, pois os relatos, memórias ou romances, não isolam a experiência: antes instauram uma relação de diferença, mas não de exclusão.

As fontes literárias nesta pesquisa são romances reonhecidos pela teoria e crítica literária como regionalistas, embora com algumas peculiaridades que as diferencia do que se constitui atualmente a literatura regional. Utilizar obras literárias como fontes históricas é uma perspectiva em crescendo na historiografia. Entretanto, a profusão de trabalhos não diminuiu os problemas advindos desta opção. A começar pela definição de literatura, situada no centro da discussão sobre suas funções históricas vinculadas ao poder e, ao mesmo tempo, sobre sua dimensão utópica. Roland Barthes professor de semiologia da literatura define-a:

não por um corpo ou uma seqüência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática de escrever. Nela visio, portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que se constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro. Posso, portanto dizer, indiferentemente: literatura, escritura ou texto.¹²⁰

A ampla definição de literatura de Barthes faz sentido: qualquer escritura é literária, pois se inscreve em uma prática de escrever. Desta forma, considere importante evocá-la para fazer lembrar, mais uma vez, o problema da apresentação literária da reconstrução histórica.

Por outro lado, como alerta Sarlo, é necessário distinguir, em algum momento, a diferença entre texto, literatura ou escritura, pois a crítica e a teoria literária, em função do amplo alcance do termo literatura e da apresentação literária, têm atribuído a si própria a função de controlar a variedade de discursos que lhe toma por objeto ou fonte. Inclusive, atrevendo-se, as duas disciplinas referidas, a designar qual o grau de pertinência não apenas das narrativas de ficção, mas também da historiografia e da sociologia. Este foi um problema mantido no horizonte desta investigação, enquanto procedimento e narrativa.

Ademais, apesar da pertinência parcial do redimensionamento, em suas bases textuais, do valor semiótico da literatura realizada por Barthes, seu posicionamento

¹²⁰BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 13. ed. São Paulo: Cultrix. 2007. 16 p.

desconsidera que o "tecido dos significantes que constitui a obra" é também uma prática ideológica, ou retomando Bakhtin são "signos que se subtraído das tensões de luta social, se posto à margem da luta de classes, [...] degenerará em alegoria [...] e não será mais um instrumento [...] vivo para a sociedade"¹²¹. Em outras palavras, no jogo de significantes no interior do texto estão inscritas forças sociais que devem ser problematizadas por seus vínculos com a realidade presente e passada.

As narrativas de ficção que se constituem fontes nesta investigação estão inscritas no cânone descrito por Antonio Candido, na obra *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (2007), como o de uma *formação regionalista* que se caracteriza por ter a pretensão de construir ficções que mantenha um contato com a realidade específica - concretamente demarcada no tempo e no espaço – e, concomitantemente, articulem-se indelevelmente com o humano. É na interface do *Romantismo* e do *Naturalismo* que Candido situa o início do programa de uma literatura regional, entretanto sua percepção se afasta da historiografia tradicional ao afirmar que o regionalismo é uma evidência que a literatura nacional não se consolidou prioritariamente sob a égide de algum sentimento nacional¹²².

O reconhecimento de que a literatura feita no Brasil era baseada na diversidade vinculava-se ao empenho de fazer ver a necessidade de uma literatura nacional. Neste sentido, para Cândido a principal característica desta "literatura brasileira" não era o fato de ser produzida em tal ou qual lugar, mas a condição de se desvincular de uma expressão do mundo rural.

É fato que a construção de "uma literatura nacional" tenha estado vinculada à discussão sobre a "formação da nação" e de uma "identidade nacional", o que significou em certo sentido a validação do regionalismo, na interface do romantismo e do naturalismo, como uma apresentação dos sentimentos do "verdadeiro Brasil". Porém, com o Movimento Literário de 1930 a noção de modernidade suplantou a de colonização como argumento de sustentação do projeto para as artes brasileiras e determinou a substituição de uma busca pelos valores, pela paisagem e pelo homem do interior por uma literatura citadina: era a cidade como representante da nacionalidade, porque representava também a modernidade.

¹²¹BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 10. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Annablume, 2002. 46 p.

¹²²CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos 1750-1880. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. 614 p.

Segundo Marcelo Frizon em *O Regionalismo na Literatura: o diagnóstico de Antonio Cândido*¹²³ (2007) a compreensão dos modernistas paulistas de que sua literatura era, de fato, uma literatura nacional influenciou profundamente Antonio Cândido¹²⁴ no sentido de deslocar/ alocar as produções regionalistas para um lugar "de estágios superados" frente ao projeto de construção de uma "identidade para a literatura nacional". A primeira consequência é que já em *Brigada Ligeira*, um livro que condensa vários textos publicados no *Jornal da Manhã* entre 1943 e 1945, Cândido consigna que a literatura regional em sua constituição, especialmente durante a Primeira República, desgastara-se:

O romance procedeu a uma espécie de preparo do terreno para a integração das massas na vida do país. Na fase regionalista, sertaneja, o caboclo era considerado sobretudo como um *motivo*, um objeto pitoresco. Mesmo em escritores tão compreensivos como Afonso Arinos. Entre ele, caboclo, e os escritores, ia a distância que vai do empregado ao patrão bondoso e interessado pela sua vida. A força do romance moderno foi ter entrevistado na massa, não *assunto*, mas realidade criadora.¹²⁵

A oposição entre campo e cidade daria o tom da colocação do personagem regional, do homem do campo, em segundo plano quando comparado às massas e ao homem moderno da cidade. Neste sentido, parece-me, que na perspectiva de Antonio Cândido a literatura modernista estaria pronta para fazer a integração entre interior e litoral, o problema é que esta integração custaria a exclusão do mundo rural, romanceado pelos regionalistas:

Talvez se possa dizer que os romancistas da geração dos anos 1930, de certo modo, inauguraram o romance brasileiro, porque tentaram resolver a grande contradição que caracteriza a nossa cultura, a saber, a oposição entre as estruturas civilizadas do litoral e as camadas humanas que povoam o interior – entendendo-se por litoral e interior menos as regiões geograficamente correspondentes do que os tipos de existência, os padrões de cultura comumente subentendidos em tais designações. Essa dualidade cultural, de que temos vivido, tende, naturalmente, a ser resolvida, e enquanto não for não poderemos falar em civilização brasileira.¹²⁶

Haroldo de Campos em *O Seqüestro do Barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*¹²⁷, publicado em primeira edição no ano de 1969, combate a exclusão das letras coloniais da história literária brasileira a partir do estudo do problema de Gregório de Mattos. Em um diálogo com Antonio Cândido, este complexo trabalho aprofunda a discussão acerca da normalização do "nacional". Para Campos na obra de Cândido, *A*

¹²³FRIZON, Marcelo. **O Regionalismo na Literatura: o diagnóstico de Antonio Cândido**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

¹²⁴Ibidem, p. 22-23.

¹²⁵CÂNDIDO, Antonio. **Brigada Ligeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. 43 p.

¹²⁶Ibidem, p. 41.

¹²⁷CAMPOS, Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

Formação da Literatura Brasileira (2007), o "exercício de exclusão do barroco" enunciou uma perspectiva substancialista da evolução literária que respondia a um ideal metafísico de "entificação do nacional" ao mesmo tempo em que tomado por um caráter teleológico operaria um seqüenciamento de eventos acabados¹²⁸.

Não é possível, por razões óbvias, problematizar esta profícua discussão, porém acerca de um aspecto levantado por Haroldo de Campos é necessário fazer alguns comentários. Ao expor que na história da literatura brasileira, falando especificamente de Cândido, estava colocada a exclusão da "própria dimensão histórica" apontava para as tentativas de organizar e controlar a formação da nação e do povo brasileiro a partir de um projeto político-ideológico coerente, que resultaria não apenas na exclusão da "literatura colonial brasileira" como alheia aos padrões nacionais que se pretendia com a modernidade e o modernismo, mas também na desvalorização da diferença e no privilégio da continuidade e da linearidade.

O que interessa especificamente para esta pesquisa é a proposição feita por Campos de que, em nome de uma teleologia, foi excluída a diversidade da literatura no e do Brasil, com o objetivo de construir uma homogeneidade literária que foi traduzida como a "literatura nacional brasileira". De fato, conforme Antônio Cândido no ensaio *Literatura e Subdesenvolvimento*, publicado na obra *A Educação pela noite e outros ensaios* (primeira edição de 1973), o regionalismo teria sido um estágio necessário na literatura, inclusive,

algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria os seus produtos tenham envelhecido [...] A realidade econômica do subdesenvolvimento mantém a dimensão regional como objeto vivo, a despeito da dimensão urbana ser cada vez mais atuante.¹²⁹

Acima é possível perceber a idéia de linearidade e de que uma inevitável superação do regionalismo chegaria, pois com a "dimensão urbana ser cada vez mais atuante" o subdesenvolvimento seria ultrapassado, ou seja, Cândido retorna aqui à oposição entre regional e nacional por meio da dicotomia rural e urbano. Para ele em determinado momento, quando o subdesenvolvimento fosse superado em razão de uma integração entre rural e urbano, o regionalismo também o seria, pois teria cumprido seu papel, a saber, de denunciar as mazelas do campo. Por outro lado, Haroldo de Campos percebeu outros potenciais na questão da diversidade literária, apontando para a concepção de universalidade literária como

¹²⁸CAMPOS, Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira**: o caso Gregório de Matos. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989. 12-14 p.

¹²⁹CANDIDO, Antonio. *Literatura e Subdesenvolvimento*. In: **A Educação pela Noite & outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989. 159 p.

a capacidade de a literatura deslocar-se e realocar-se numa multiplicidade de configurações que não se estabeleceria como algo acabado e definitivo, mas como construção permanente¹³⁰.

De qualquer forma, a noção de que a literatura em suas configurações, inclusive espaciais e sociais, não se restringe a uma "formação única", no sentido de origem e fim, contribuiu para refletir acerca da posição que a literatura regional assumiria em relação à discussão da homogeneidade do "nacional" por um lado, e da inferioridade do "regional" por outro. Aqui, surge em Haroldo de Campos a idéia de *não-lugar* como o lugar de todos, ou seja, a região, como construção, não seria um lugar delimitado por um projeto de nação, mas pela diversidade.

De fato, esta idéia fez a mediação, na busca pelo equilíbrio e pela coerência na pesquisa, entre a utilização das concepções de Antonio Cândido acerca de aspectos do regionalismo, amplamente difundidos nesta investigação, e a crítica necessária de que um caminho mais atual sobre a compreensão do regional e da região, em seus significados múltiplos, seria demarcado pela diversidade e pela diferença e não pela inferioridade ou pelo atraso. Foi este o caminho que busquei percorrer.

De fato, as concepções, ou melhor, as opções político-ideológicas de Antonio Cândido não invalidam sua percepção, por exemplo, acerca do trabalho de Franklin Távora como precursor, desde antes da década de 1870, de um programa regional. No entanto, nesta investigação, o interesse mais expressivo pela obra de Távora vincula-se ao seu desejo em procurar na história um alívio da imaginação, o que em sua prática literária culminava com um recuo de tempo e com a expressão de problemas sociais, aproximando sua perspectiva, especialmente seu empenho realista, das dos autores cujos romances são aqui investigados, à medida que:

o escritor deveria partir de um conhecimento exato do quadro em que se localizam as ações descritas [...]. Mas esta condição, por assim dizer da ética literária, não envolvia a de reproduzir minuciosamente a realidade, nem substituir pelo arrolamento e a observação o trabalho imaginativo, que continuava em primeira linha. [Porém] não apenas o aspecto estético, mas também quanto ao ideológico, a história se tornou elemento importante no [...] romance, permitindo estribar o ardente regionalismo no passado, sempre suscetível de maior prestígio pelo embelezamento [...]. A história é, pois, uma segunda dimensão que vem juntar-se à geografia como componente da estética.¹³¹

¹³⁰ A questão da *reconstrução permanente* pressupõe o problema da noção de *desconstrução* no trabalho de Haroldo Campos, merecendo amplas ressalvas por seu vínculo com a proposta "desconstrucionista" de Jacques Derrida. Outro aspecto que merece ser investigado é a noção de universalidade. Nesse sentido esclareço que, embora não tenha espaço para problematizar tais dificuldades, reconheço-as como aspectos importantes da discussão acerca do regional.

¹³¹ CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos 1750-1880. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. 616-617 p.

Algumas das fontes literárias desta pesquisa são constituídas de narrativas escritas e publicadas, em primeira edição, na última década do século XX, mas que tem a temporalidade de seus enredos construídos entre a última década do século XIX e as quatro primeiras do século XX – ou seja, “estriba-se no passado”. As fontes literárias com esta especificidade constituem-se de romances, contos e novelas, discriminados a seguir por autores, obras e datas das primeiras edições, respectivamente.

Os romances de Carmo Bernardes são: *Memórias do Vento* (1986) *Perpetinha: um drama nos babaçuais* (1991) e *Santa Rita* (1995). Os de Jorge Lima de Moura são *Serra dos Pilões: Jagunços e Tropeiros* (1997) e *Veredão: contos regionais e folclóricos* (1999).

Alguns ainda foram escritos entre as décadas de 1940 e 1960. Eli Brasiliense publicou os romances *Rio Turuna* (1964) e *Uma sombra no fundo do Rio* (1971); Bernardo Élis publicou o livros de contos *Ermos e Gerais* (1944); os romances *A terra e as carabinas* (1951) e *O Tronco* (1956); além de *Caminhos e descaminhos* (1965) e *Veranico de Janeiro* (1966), ambos de contos e novelas. Estas narrativas, de fato foram escritas em tempos muito variados, algumas efetivamente distantes do tempo investigado e outras na interface de um tempo próximo, mas que já se afastava.

Finalmente, há o livro de novelas e contos de Hugo de Carvalho Ramos: *Tropas e Boiadas*¹³² (1917). Reconhecido pela crítica literária como o precursor da literatura goiana, este livro constitui não apenas um olhar sobre a época, mas um olhar sobre a tradição sócio-cultural goiana de desde as últimas décadas do século XIX, além de um "modelo", algumas vezes no sentido estrito do termo, para parte dos literatos de Goiás e Tocantins.

Considerando a singularidade destas narrativas ficcionais, o aspecto que viabilizou sua utilização foi o fato de estarem fundadas no realismo. Os autores construíram seus enredos a partir de pesquisas em arquivos públicos e de um amplo conhecimento da literatura escrita sobre a região desde o século XVII.

Entretanto, uma dimensão especial nestas obras é o lastro de uma memória social e de uma memória própria dos autores, que é o fio e o filtro com que teceram seus romances e contos e que, no cotejamento com fontes qualitativamente diferentes, permitiu encontrar relações de verossimilhança. A historiadora Gracy Tadeu da Silva Ferreira, em trabalho sobre o coronelismo, apresenta o viés realista da literatura goiana:

¹³²A obra literária *Tropas e Boiadas*, na verdade, é uma coletânea de escritos de Hugo de Carvalho Ramos onde estão presentes contos, novelas, memórias e trechos de carta trocada entre este escritor e seus familiares do sertão de Goiás, escritos e publicados paulatinamente em jornais e revistas entre os anos de 1910 e 1919. Neste sentido, os editores desta obra procuraram organizar os textos respeitando o máximo possível a ordem cronológica em que foram escritos.

As tramas nos contos, novelas e romances privilegiam a descrição de fatos [...] ocorridos [em] Goiás [...] Os autores criam a trama a partir de tipos sociais reais com a captação de aspectos de ordem geral. A criação é própria de cada autor, mas não é uma ficção descompromissada. Os livros se referem a fato[s] históricos [...] cuja existência é comprovada por documentos. A criação fictícia dos autores adquire um estatuto referencial, pois resulta em muitos casos de pesquisa histórica.¹³³

Estes autores utilizam como temporalidade o momento em que se passam os fatos históricos, ou seja, em um amplo recuo no tempo em relação ao presente da narrativa procuram articular, na trama, acontecimentos reais e ficção. Assim, analisei-as a partir de um cotejamento documental amplo, observando que a necessidade

de ter presente que em cada obra existe um autor que tem um determinado projeto e filosofia de vida, e que traduz a realidade a seu modo, ou seja, de maneira singular. Este autor deixa fluir intermitentemente imaginação, medos [...] angústias, aspirações [e] emoções e dão vozes a diferentes sujeitos sociais¹³⁴.

Em regra, essas fontes literárias são ambientadas em *lôcus* reais: as povoações do vale dos rios Araguaia e Tocantins. Suas personagens são os sertanejos pobres: ora jagunços, ora agregados, ora camaradas, ora mulheres que trabalham e amam, ora policiais que matam e morrem – todos aparecem em toda a sua humanidade nessa literatura, mesmo que na historiografia não tenham nome. São padres, coronéis, comerciantes de peles e de castanhas, sujeitos estes re-conhecidos da e na historiografia. Por outro lado, são também os índios que "não são gente": artifício que os literatos utilizam para apresentar os transparentes da história nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, pois se não são gente, não são também personagens, ou seja, não se constituem reais ou fictícios.

A vida das personagens, em parte dos romances, é tecida no cotidiano e no tempo da "normalidade". Nestes casos são narradas as práticas de viver e trabalhar dos sertanejos pobres em meio às tensões e aos conflitos ocasionados pela luta contra a exploração e a dominação. Em outros romances e contos a violência direta constitui-se o tema central¹³⁵. Nestes, os tempos e os lugares da violência são apresentados em enredos insólitos, construídos para possibilitar a continuidade da vida, e por esta razão as lutas armadas e as valentias, ambigualmente, quase sempre estão no horizonte das personagens sertanejas, ou

¹³³ FERREIRA, Gracy T. S, *O Coronelismo em Goiás (1889-1930)* In: CHAUL, N. F. (Org.). **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**. Goiânia: Kelps, 1998. 92 p.

¹³⁴ CARVALHO, A. M. M; FLORIO, Marcelo. *A literatura como documento histórico*. **Revista D'art** São Paulo, n. 02, p. 42-44, Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 1998. 42 p.

¹³⁵ Os romances e contos que têm seus enredos centrados na violência direta possuem suas referências nos conflitos armados reais ocorridos entre o final do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX na região dos Vales; e são, principalmente, de autoria dos seguintes literatos: *Hugo de Carvalho Ramos, Bernardo Élis, Eli Brasiliense e Jorge Lima de Moura*.

seja: a violência, de certa forma, era também a "normalidade". Dos valores, crenças e práticas narradas nesta literatura surgiram vestígios do viver sertanejo que iluminaram os processos sociais que foram reconstruídos.

O caso de Carmo Bernardes é *sui generis*, pois, no conjunto, sua obra foi construída na interface de pesquisas em registros públicos, de ficções e de memórias. Entretanto, seus primeiros trabalhos, ainda na década de 1960, são relatos de memória, que tomados como fontes nesta investigação trouxeram, algumas vezes sutilmente, aspectos centrais da vida social nos Vales durante o século XIX e o XX. Estas memórias, percorrendo acontecimentos anteriores à primeira década do século XX, vêm em direção à contemporaneidade, porém sem jamais tocá-la plenamente, para em seguida retornar, através de caminhos de história por diversas temporalidades do século XIX, ao processo de disputa pela ocupação da terra nos Vales. Relacionadas a seguir, em ordem crescente, conforme o ano da primeira edição, as narrativas de memória de Carmo Bernardes foram problematizadas, no interior deste trabalho, ora individualmente, ora a partir de um cruzamento: *Rememórias I* (1968); *Rememórias II* (1969); *Idas e Vindas* (1977); *Força da Nova: relembrações* (1981); *Quarto Crescente: relembrações* (1985); e *Quadra da Cheia: Relembrações* (1988).

Por último, há uma documentação de natureza diversa, que compreende Relatórios das Presidências, Relatórios Policiais e Administrativos das Províncias/Estados de Goiás, Maranhão e Pará, além de alguns Anais que compilam documentos públicos e matérias de jornais da região. Estas fontes foram tratadas sem qualquer lastro de preconceito; ao contrário, na análise – de modo análogo às demais fontes – foram observadas tanto suas potencialidades quanto suas limitações, apesar de reconhecer a permanente necessidade de uma leitura a contrapelo.

Todavia, por um lado elas foram problematizadas a partir da expectativa de encontrar evidências sobre questões que os narradores públicos não se preocuparam em opacizar, provavelmente por não imaginarem que seria interesse da posteridade. Por outro, foram perscrutadas observando que há uma indissociabilidade, intencional ou não, entre narradoras e narrativas: articulando práticas sociais interessadas.

Sobre a perspectiva histórica. Considerando que, nesta pesquisa, para reconstruir os modos de viver dos sertanejos pobres o caminho trilhado caracterizou-se pelo esforço em compreender e explicar as dimensões de viver e trabalhar em um mundo agrário, os Vales dos rios Araguaia e Tocantins, dentro de relações de classe, a perspectiva histórica que integrou coerentemente esta busca foi a História Social. Geralmente, quando perscruto a História Social, o sentido que primeiro transparece é o do campo das relações e das lutas de classe.

Certamente porque o diálogo que procuro manter no interior da historiografia se dá com aqueles historiadores que, enfrentando os problemas da desigualdade social, empreendem o desafio de buscar renovar o materialismo histórico por meio da operacionalização de novos métodos históricos e de novas práticas políticas.

Entretanto, os recentes caminhos que trilhei para aprender e apreender metodologicamente como lidar com a teoria na investigação histórica levou-me a refletir sobre outros aspectos e dimensões da História Social. Nesse sentido, busquei analisar o que Eric Hobsbawn, na discussão em torno do campo de possibilidades da história social, designa ser o aspecto essencial desta perspectiva: a indivisibilidade das dimensões da vida do homem. Certamente, uma dimensão nesta pesquisa é que os modos, meios e formas de trabalhar somente adquirem sentido, como estratégias para lidarem com a exploração e a dominação, por se fazerem imbricados às práticas de ocupação da terra, de lazer, de alimentação e de cultivo.

Portanto, um objetivo perseguido foi manter na narrativa este sentido de integralidade, porque somente a partir dele foi possível articular coerentemente diferentes práticas dentro da reconstrução do processo pretendido. De fato, as perguntas e os problemas que foram colocados para as fontes apenas iluminaram-se com a percepção de que as intrincadas práticas sociais da região (somente) fariam sentido em uma perspectiva de conjunto. Porém, realizar distinções importantes foi necessário. Assim, o exercício inicial foi desfazer o feixe e examinar com cuidado os seus componentes: os ritos, os modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração a geração e o "desenvolvimento" do costume sob formas historicamente específicas de relações sociais e de trabalho¹³⁶.

De fato, apreender que as noções devem ser manejadas "sem pretensões de consolidar compreensões acabadas das categorias, [devendo-se] pensá-las como problemas de investigação"¹³⁷, foi o desafio que balizou o tratamento das fontes. Nesse sentido, procurei realizar esta investigação a partir do esforço em encaminhar uma prática histórica que colocasse as noções em um diálogo disciplinado com as evidências, cujo objetivo foi verificar

¹³⁶THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005. 22 p.

¹³⁷FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2005. 08 p.

sua operacionalidade, isto é, confirmar sua capacidade de organizar e "explicar" as evidências que ainda não tinham sido esclarecidas¹³⁸.

Assim, testes, descartes e confirmações de hipóteses, evidências e noções tornaram-se parte da inquirição das fontes. No rastro da contribuição de Thompson, dialogar com Stuart Hall suscitou questões sobre como lidar com configurações diferentes dentro das lutas de classes, especialmente pela apreensão dos repertórios de resistência, que sinalizavam para "formas de desfiliação que, de certa forma, representavam as ameaças e negociações com a ordem dominante [mas] que não podiam ser assimiladas, pelas categorias tradicionais da luta revolucionária de classes"¹³⁹, o que lembra a provocação da Prof^a Déa R. Fenelon de que modos de vida são também modos de luta.

Nesse sentido, não foi uma preocupação, nesta investigação, estabelecer e apresentar classes, mesmo porque para a região e o período estas apareciam em complexas relações. Ou seja, pretender problematizar *relações de classe*, demandou o abandono de expectativas formais e formatadas de *categorias tradicionais de classe*. Por outro lado, a cada evidência do processo, as experiências construídas nas *lutas de classe* eram expressas por modos de sonhar, de trabalhar, de festejar, de combater, de lutar, isto é, por modos de viver, embora para conseguir vê-las sem a necessidade da "teorização" foi necessário estar aberta a novas experiências e com outras expectativas.

Nesse sentido, problematizei no Capítulo Primeiro a ocupação da terra em termos de espaços de viver: nas perspectivas da agregação e do braço armado, assim como nas expectativas da construção e afirmação de valores partilhados por sertanejos pobres e fazendeiros. Portanto, em se tratando de investigar a ocupação da terra nas relações de agregação, discuti, ao mesmo tempo, as redes de poder que perpassavam e eram perpassadas por interesses regionais nas lutas armadas. Em termos objetivos, a investigação da ocupação da terra procurou reconstruir aspectos da pressão sofrida pelos pobres nesta dimensão e ao mesmo tempo suas estratégias para lidar com estes limites. Perseguir este caminho iniciou-se com a percepção do imbricamento entre as relações de poder, acima apontadas, e as vivências e experiências de exploração/dominação e resistência/acomodação nas disputas pelas formas de viver na terra.

¹³⁸ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 54 p.

¹³⁹ HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al] Liv Sovik (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 214 p.

No Capítulo Segundo, acompanhei os sertanejos pobres pelos caminhos de viver da terra. Assim, busquei reconstruir quais outros interesses e necessidades lhes moviam quando as suspensões, às vezes longas, da vida de cultivo terminavam e o chão voltava a lhe "pertencer": o mundo da abastância, dos ardis e do partilhamento dos valores sociais, como participantes da economia social da região, foram dimensões perscrutadas neste capítulo. Compreender os sentidos de viver não apenas na terra, mas da terra, com os pés assentados no solo e com as mãos cavando o chão para enterrar as sementes foi algumas das questões problematizadas neste capítulo. Assim, procurei perquirir suas tarefas cotidianas, suas práticas cinegéticas e de cultivo buscando entender a interface do costume e da mudança em que viviam os sertanejos pobres nos "tempos da normalidade" possível nos Vales.

No Capítulo Terceiro, busquei compreender e explicar alguns aspectos centrais do trabalho por ajuste, denominado também sistema de camaradagem, investigando como os homens foram compreendidos enquanto trabalhadores em tão diferentes formas. As relações de trabalho foi o centro deste capítulo. Relações estas compreendida nas inter-relações de interesses específicos, mas, primordialmente, nas inter-relações de uma violência peculiar contra a qual lutaram os camaradas. Problematizei a imprescindibilidade destes homens e ao mesmo tempo as manobras que buscavam empreender para que o "ser indispensável" não os transformasse em "coisa": à disposição dos patrões como escravos. Nesta perspectiva, o esforço foi fazer a reconstrução das práticas destas pessoas, buscando alcançá-los como sujeitos potenciais, para além das condições extremas que vivenciaram.

Um último esclarecimento. Na busca por alcançar os objetivos deste trabalho foi necessário problematizar os sentidos que foram atribuídos pelos narradores, na diversidade de fontes, às vidas dos sertanejos pobres, perscrutando as reelaborações, os usos ideológicos, as construções de memórias e o empenho imaginativo. No entanto, perscrutar os significados destas fontes narrativas, interpretando-as em sua polifonia, não se vinculou a qualquer procedimento que as compreendesse como representações, pois a centralidade desta pesquisa foi reconstruir, a partir das evidências e indícios das práticas reais, os modos de trabalhar e viver dos sertanejos pobres, observando as discontinuidades e continuidades entre acontecimentos e experiências partilhadas por todos os sujeitos sociais nos Vales.

CAPÍTULO I

LEVANTADOS DO CHÃO: DA TERRA ÀS ARMAS

"Eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar..."
Geraldo Vandré e Theo Barros

O espaço¹⁴⁰ onde os sertanejos pobres viviam eram os vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

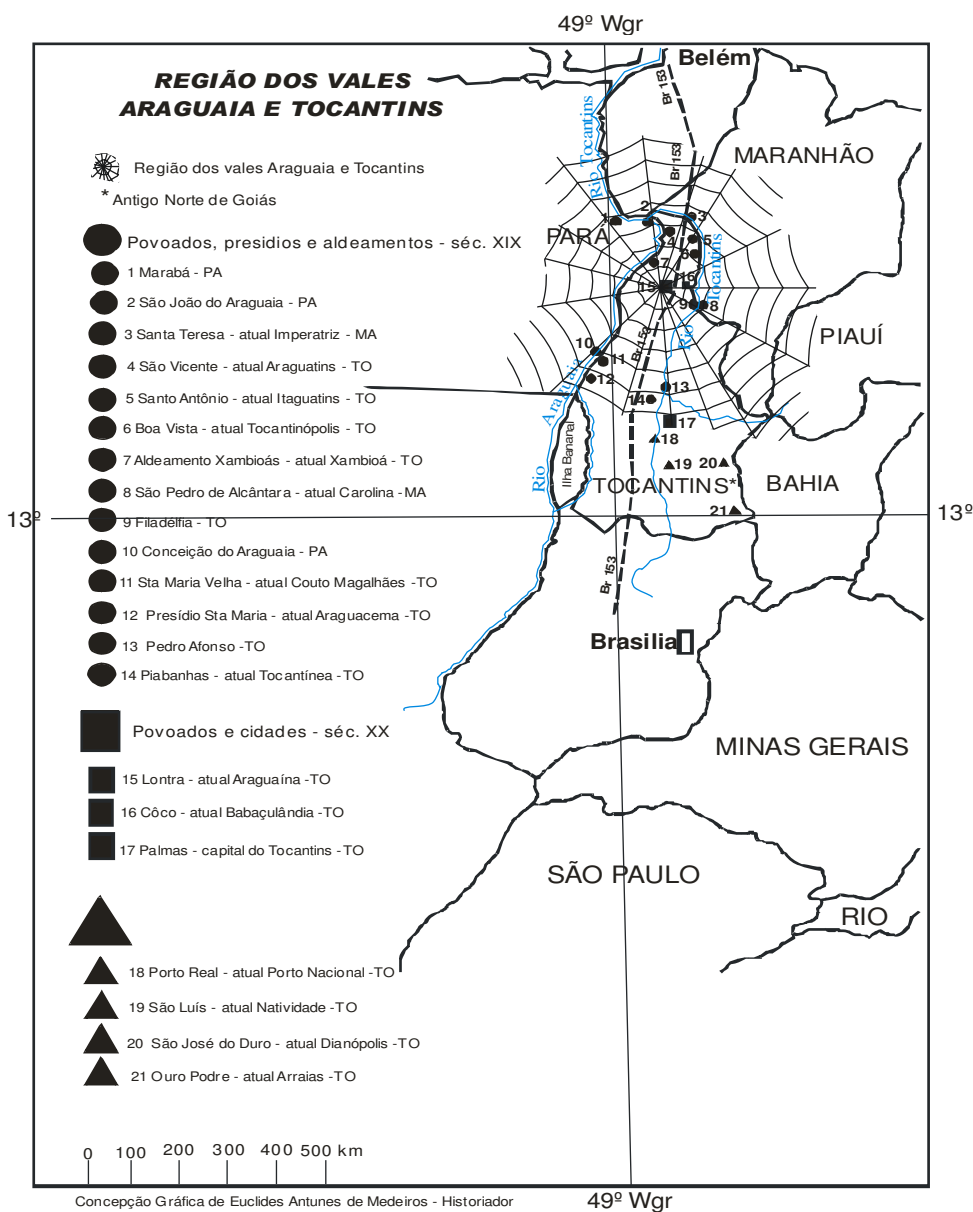


Figura 1 – Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.
Concepção Gráfica de Euclides Antunes de Medeiros - Historiador

¹⁴⁰Segundo Claude Raffestin, o espaço local é um campo de possibilidades, “uma realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Cf. RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 2005. 144 p.

Esta era uma região de múltiplas paisagens: abrangia áreas de campos, florestas, cerrados, babaçuais e castanhais no extremo norte de Goiás, sul do Pará e sul do Maranhão. De fato, não havia, até mais ou menos a década de 1940, uma rígida fronteira separando os homens e os modos de viver nestes espaços. O que havia era um variado e intrincado movimento nas relações de trabalho e nas práticas de viver dos sertanejos pobres que habitavam estes espaços. Transitavam entre trabalhos diversos: plantavam seus roçados e a intervalos, ou concomitantemente, colhiam castanha-do-pará em Marabá, Santo Antonio e São João do Araguaia; quebravam cocos da palmeira babaçu e trabalhavam em alguma lavoura em Boa Vista ou em Carolina; cuidavam de gado em Santa Maria e em Conceição do Araguaia. "Alugavam-se" como remeiros nas viagens de botes¹⁴¹ que comercializavam couros, castanhas, cocos babaçus, peles silvestres e diversas outras mercadorias com a cidade de Belém do Pará.

Não obstante, sobre a questão dos espaços, dois outros aspectos devem ser considerados: a mobilidade e as vivendas em lugares afastados, especialmente as afastadas das margens dos principais rios da região¹⁴². De fato, os sertanejos pobres não eram nômades como querem algumas narrativas: na verdade, construíam choupanas nas proximidades das vilas e povoados, porém, na maior parte do tempo, permaneciam nas moradas da roça, como agregados de algum fazendeiro. Por outro lado, uma viagem de meses, prática de mobilidade costumeira, poderia ter origem em uma devoção e, ao mesmo tempo, em um interesse comercial. Também era possível que se mudasse de determinado lugar por não encontrar meio de limpar seu roçado, por ter sido expulso das terras que ocupava por algum fazendeiro ou, menos comum, fugindo das disputas sangrentas pelo poder de mando na região.

As moradias estabelecidas em lugares ermos, segundo aspecto levantado acima, tem ampla ligação com o primeiro problema, pois muitos sertanejos pobres, em razão das dificuldades com o trato da terra ou por terem sido expulsos do lugar que ocupavam, deslocavam-se para o interior do Vale ou para além dos rios Araguaia e Tocantins, mantendo-se internados nas matas e nos cerrados por tempo indefinido. Não obstante, desde o fim do século XIX sua fixação nestes espaços, ainda não ocupados, dependia de circunstâncias específicas que envolviam não apenas seus interesses, constituindo-se uma situação bastante volátil, o que será oportunamente relatado.

¹⁴¹Embarcações de madeira movidas a remos, com capacidade média para transportar 30 toneladas, caso em que necessitaria de, em média, 20 remeiros.

¹⁴²Os principais rios da região eram o rio Tocantins, o rio Araguaia, o rio Itacaiúnas, o rio Manoel Alves Grande, o rio Sono, o rio Piabanhas, o rio Perdida e o rio Lontra.

Uma primeira consequência historiográfica é o fato de que as pessoas que viviam "afastadas" quase não figuraram nas narrativas, pois quase sempre os espaços povoados providos de caminhos ou estradas carroçáveis eram as áreas ribeirinhas, principalmente até a década de 1940. Entretanto, esta ausência também deve ser perscrutada à luz de questionamentos específicos às narrativas aqui problematizadas, o que conduz a esclarecer que para reconstruir as práticas dos sertanejos fez-se necessário investigar os sentidos dos silêncios e das palavras sobre eles.

No entanto, mesmo entre silêncios, é possível encontrar, às vezes, vozes esporádicas e irregulares de pessoas que, se afastando dos "caminhos dos rios", deixaram descrições e impressões sobre a vida de homens que viviam nos ermos. Frei Domingos Carrerot¹⁴³ foi uma destas pessoas. Em 1901, por exemplo, viu-se na necessidade de buscar socorro alimentar em um pequeno grupo de "roceiros" que moravam a mais de 250 quilômetros da margem esquerda do Rio Tocantins, dizendo a respeito de Alexandre – um sertanejo pobre, que a partir de então estaria sempre presente na vida e nas narrativas dos freis dominicanos –, que era boa gente e apesar de habitar em longínquas e humildes choupanas cumulava-lhe de atenção e não lhe faltaram bons alimentos¹⁴⁴.

Na realidade, é este precário equilíbrio entre fixação e mobilidade ou afastamento e contato um dos elementos organizadores de suas vidas. Apresentar tais questões tem o objetivo de chamar a atenção para o fato de que não é pertinente pensar estas relações sociais como constituídas em espaços urbanos e sempre em condições de convívio diário, mas como configurações geográficas e sociais constituídas no movimento das relações e estabelecidas pelos homens em movimento. Portanto, o espaço aqui investigado se constitui de fronteiras móveis, não estando delimitado por nenhuma paisagem geográfica ou critério político-administrativo. Nesse sentido, a noção de região utilizada nesta pesquisa foi construída a partir do problema que se pretende investigar, ou seja: foi estabelecida conforme o interesse nos conflitos em torno dos modos de viver de pessoas que partilharam experiências de dominação/exploração e luta por autonomia, em um processo de idas e vindas entre lugares, espaços e terras.

¹⁴³Frei espanhol da Ordem Dominicana Francesa: veio para os Vales em 1891, permanecendo aí até sua morte em 1934. Tornou-se o primeiro Bispo do sul do Pará e, posteriormente, o primeiro Bispo do norte de Goiás. Empreendedor, ele organizou fazendas de gado para a Igreja Católica na região e ajudou na construção da Catedral de Porto Nacional, no norte de Goiás, e do seminário de Conceição do Araguaia, no sul do Pará. Foi biografado por Frei José Maria Audrin no Livro *Entre Sertanejos e Índios do Norte* (1947).

¹⁴⁴AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947. 75 p.

Não obstante, mesmo com estas nuances de flexibilidade, ainda era na lavoura, uma atividade que fixava as pessoas na terra, que estava a base elementar e imprescindível da vida do sertanejo pobre. Frei José Maria Audrin esclarece pertinentemente a importância da roça ao afirmar que:

O trabalho agrícola [era] a condição essencial de vida para os nossos sertanejos; [era] a manifestação mais ordinária de sua atividade. [...] [Seu] primeiro cuidado [...] consistia, pois em assegurar o alimento cotidiano pelos esforços dos seus braços e o suor do seu rosto.¹⁴⁵

A lavoura, de fato, significava o alimento cotidiano e o sustento da vida do sertanejo pobre, esta era sua concretude inquestionável. No entanto, não apenas a vida na região era constituída de muitas dimensões que respondiam a expectativas e necessidades diferentes, como uma de suas dimensões elementares eram as condições para que o sertanejo pudesse viver na terra. O historiador E. P. Thompson, investigando a cultura política das pessoas que participaram de revoltas durante os períodos de escassez ou preços altos de alimentos na Inglaterra do século XVIII, apresenta alguns aspectos relevantes sobre a relação terra, alimentos, agricultura e escassez na Ásia e África em estudo realizado pelo Dr. Amartya Sen.

Segundo Thompson, em *Pobreza e fome* (1981) Sen atribui à noção de direito a subsistência a condição de "apontar todos os diversos meios pelos quais as pessoas têm acesso aos alimentos essenciais quer diretamente, pela agricultura de subsistência, quer pelas provisões fornecidas pelo empregador ou senhor (em sua casa), quer pela compra dos produtos..."¹⁴⁶. O Objetivo principal de Sen é discutir as razões da fome na Ásia e na África a partir da problematização das práticas das pessoas nestes períodos, o que não era o interesse principal aqui.

Entretanto, a idéia que as pessoas, na luta pela vida, utilizam uma diversidade de meios, conduziu à reflexão de como também na investigação sobre os sertanejos pobres seria necessário sair do círculo alimentação/agricultura, avançando em direção ao problema de saber "qual eram as necessidades e expectativas dos sertanejos pobres no que referia à condição de ocupar a terra?". A questão não era transpor um modelo utilizado na África e Ásia para o sertão dos vales do Araguaia e Tocantins, mas era, inspirada neste estudo, perceber que a investigação da luta pelos modos de viver do sertanejo pobre não poderia ser tratada como uma relação não problemática.

¹⁴⁵AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 43 p.

¹⁴⁶SEN, 1981 apud THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005. 222 p.

Nesta altura, Thompson apresenta um argumento essencial: a idéia de que as relações das pessoas com o sustento alimentar "envolve sistemas de poder, propriedade e leis", ou seja, não se restringe às práticas de cultivo, ampliando-se para espaços de ação social e política diferenciada¹⁴⁷. Este argumento iluminou e ampliou as possibilidades de discussão neste trabalho ao revelar a pertinência de manter em perspectiva que mesmo as tensões vinculadas diretamente ao problema da abastância¹⁴⁸, não poucas vezes, aconteciam em circunstâncias e espaços de disputa múltiplos, vinculando-se, inclusive, a interesses individuais.

Realmente, a presença persistente de evidências acerca de interesses e de expectativas individuais constituiu nuances que dificultaram o restabelecimento das redes de costumes e práticas comuns de viver das pessoas. Porém, a partir da inquirição das fontes foi possível reconstruir relações que articulavam, em torno da luta pela vida, os interesses particulares às tensões e disputas que definiam as necessidades para os grupos.

Acompanhando esta perspectiva, "o cuidado [do sertanejo pobre] de assegurar seu sustento com o suor de seu rosto", descrito acima por Audrin, foi problematizado a partir da perscrutação das diversas relações destas pessoas. Porém, um aspecto centralizador da questão do sustento era o fato de que, antes de poder plantar, estes sertanejos deveriam estabelecer os caminhos para a terra. Neste sentido, para reconstruir estes imbricados caminhos de interesses e de expectativas foi necessário esclarecer como, nas relações de plantar e habitar, os pobres viviam o trabalho, a valentia, a astúcia, o medo, etc., pois todas estas dimensões "realizavam algo, não eram formulações abstratas [...] e estavam claramente associadas e arraigadas às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho"¹⁴⁹.

Em termos objetivos, a ocupação da terra, *a priori*, era uma das dimensões que mais amplamente conseguia estabelecer um vínculo entre as dimensões sócio-culturais, inclusive, sendo um dos "lugares sociais" onde a pressão sobre os sertanejos pobres era mais freqüente e

¹⁴⁷Utilizo a noção de espaços de ação política em sentido próximo à noção de cultura política utilizada por Thompson para problematizar as ações dos pobres durante os períodos de escassez. Considero que o sentido político das práticas dos sertanejos pobres encontra-se na defesa deliberada, muitas vezes coletiva, de seus interesses, vinculados aos costumes e tradições no que se refere às questões de garantia do sustento alimentar. Cf. THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005. 152 p.

¹⁴⁸A definição da noção/prática de abastância é, em termos gerais, "uma economia agrícola que não é nem tanto a de subsistência, nem tanto a comercial. [...] Poderia ser entendida como a agricultura do século XIX que se caracterizaria como de abastância vez que seu mercado [...] só raras vezes ultrapassava as barreiras extra-regionais", mas que seria satisfatória dentro das relações de determinada região, o que para os Vales constitui-se uma explicação pertinente. Discutirei esta questão com mais acuidade no Capítulo II. Cf. BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil**, Brasília; CODEPLAN, Goiânia: UCG, 1988. 43 p.

¹⁴⁹SIDER, 1986 apud THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005. 22 p.

intensa. Portanto, a ocupação da terra foi constituída por dois aspectos básicos: a agregação e o braço armado, o que envolvia redes de poder que perpassavam e eram perpassadas pelos interesses regionais nas lutas armadas. De fato, as redes de poder, acima referidas, estavam articuladas às macro questões da política brasileira – império, república, construção da nação, liberais, conservadores, pátria etc., - porém, somente foram tratadas nesse trabalho à medida que possibilitaram esclarecer aspectos dos problemas investigados.

Partir-se-á, então, da problematização da questão agrária na região por meio da investigação dos *modos de ocupar* a terra pelos sertanejos pobres. Assim, em primeiro lugar, para se compreender a roça sertaneja, deve-se esquecer os modelos de empreendimentos agrícolas modernos, pois nesta região não havia, ao menos até a década de 1940, tecnologia agrícola; parcelas de terra adquiridas por herança ou compra; áreas tituladas e registradas em cartórios; ou fazendas demarcadas e cercadas, a não ser como exceção, o que não raras vezes eram as principais razões de sangrentas lutas. Comumente, as terras eram divididas entre fazendeiros, *detentores do mando* de grandes áreas, e agregados, que viviam nas terras com a permissão dos primeiros.

Deter-me-ei sobre as condições que o solo deveria ter para atender às necessidades de cultivo do sertanejo pobre, pois reconstruir este aspecto iluminará algumas de suas dificuldades de permanecer na terra, desdobrando-se inclusive em várias práticas sociais. A literatura do século XVIII e XIX, principalmente os relatos de viajantes, registrou que os sertanejos pobres somente plantavam sob uma condição primordial: que a terra fosse mata ou floresta.

A questão da vegetação foi estabelecida como essencial não apenas porque, em função da preservação do solo, significasse a possibilidade de uma boa colheita, mas, especialmente, porque na perspectiva dos viajantes estrangeiros, como Francis Castelnau¹⁵⁰, as derrubadas das florestas no norte de Goiás e no sul do Pará era, além de um processo destrutivo e primitivo de cultivo, uma elegia à ociosidade¹⁵¹.

¹⁵⁰Francis Castelnau foi um naturalista francês que veio ao Brasil na década de 1840. Sua expedição tinha como objetivo reconhecer, recolher e catalogar recursos naturais e para esta tarefa contou com o apoio do Governo Imperial Brasileiro. O ponto terminal de uma das etapas da viagem era a capital da Província de Goiás, porém quando lá chegou, em 1844, recebeu a proposta de estender sua viagem até os vales dos rios Araguaia e Tocantins, com o objetivo de reacender o interesse de empresários na navegação daqueles rios. O relato derivado desta viagem encontra-se no Livro *Expedições Às Regiões Centrais da América do Sul* e além do registro sobre as riquezas naturais expõe a visão de Castelnau, construída a partir do olhar europeu de civilização, acerca das relações sociais no sertão.

¹⁵¹CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões Centrais da América do Sul**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. 254 p.

Por outro lado, desde a carta de Pero Vaz de Caminha a referência à uberdade das terras do Brasil é um aspecto irrefletidamente propagado, sem que, durante muito tempo, estudiosos detivessem-se em distinguir as características do solo conforme a região. Dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, os viajantes vislumbraram apenas a "pobreza após o fim da exploração aurífera". Auguste de Saint-Hilaire¹⁵², na década de 1910, afirmou que:

Nem todas as terras [...] têm a mesma fertilidade [...], porém é incontestável que existem terras excelentes [...] Mas não basta incentivar as culturas [...] Seria necessário combater o sistema destruidor adotado na exploração das terras [...] que só permite a plantação nas matas [...] simples exortações, [...] mesmo bons conselhos, não serão suficientes para arrancar os lavradores à profunda apatia em que estão imersos.¹⁵³

Saint-Hilaire, ao indicar que seus conselhos eram apenas vãs exortações, apresenta com clareza a origem de sua visão: seu olhar reflete a imagem do mundo europeu organizado socialmente para produzir. Ou seja, os signos que lhe esclarecia o sentido da existência de uma "civilização" não eram reconhecidos por ele nesta região e, desta forma, o que prevaleceu como a imagem dos Vales foi o "vazio absoluto", pois, não havendo qualquer aspecto reconhecível do mundo europeu, "nada poderia retirar o sertanejo da vida indolente". Infelizmente, foi esta imagem, constituída a partir de um olhar desviante sobre as práticas dos sertanejos pobres e marcada por uma visão de mundo que reconhecia apenas os valores capitalistas europeus, que ficou registrada em parte da historiografia como a realidade sobre os Vales¹⁵⁴.

Frei José Maria Audrin, em *Sertanejos que eu Conheci* (1963), discute também os métodos e os meios de cultivo do sertanejo pobre, apresentando argumentos que merecem ser interpretados à luz das necessidades e expectativas destas pessoas. Audrin viveu nesta região por 34 anos, sendo este um aspecto relevante por esclarecer que sua narrativa é uma das constituídas a partir de experiências partilhadas com os sertanejos, pobres e abastados, por um longo período. Por outro lado, foi escrita provavelmente entre 1947 e 1951, conforme carta do

¹⁵²Auguste de Saint-Hilaire é um naturalista francês que viajou por quase todas as regiões brasileiras no início do século XIX – entre 1816 e 1822 - o que resultou em diversos relatos de viagens publicados até meados do referido século. Esteve na Província de Goiás por duas vezes da primeira viagem resultou o relato *Viagem às nascentes do Rio São Francisco* e da segunda *Viagem à Província de Goiás*, oriundos de viagens realizadas nos dois últimos anos da década de 1810. Sua descrição é ácida acerca da população e das condições naturais de Goiás, porém sua honestidade quanto aos padrões dos quais se originam suas concepções enriquecem suas narrativas como fontes potenciais.

¹⁵³SAINT-HILAIRE. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. A. Trad. Regina Regis Junqueira Coleção Reconquista do Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004. 181-183 p.

¹⁵⁴Cf. PALACÍN, Luis. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. 09-30 p.

próprio Audrin ao final da narrativa¹⁵⁵. Ou seja, foi escrito uma década após ele ter se retirado da região, o que implicou uma evidente tensão entre passado e presente no relato.

De qualquer forma, estes esclarecimentos não eximem sua narrativa das implicações de uma concepção de mundo eurocêntrica – Audrin era francês – e muito menos da vinculação aos interesses das oligarquias da região. Ele inicia narrando sumariamente a escolha do terreno e o preparo do solo realizado pelo sertanejo pobre, sua descrição é semelhante à de Castelnau e à de Saint-Hilaire ao relatar que:

Para fazer uma roça, escolhem-se, dentro de uma mata virgem [...] umas “braças em quadro” de terreno livre de pedras ou de gorgulho. [...] No “fim das águas”, isto é, em maio ou princípio de junho, empreende-se a broca, ou preparação da terra, limpando-a com foices e facões dos cipós e plantas parasitas [...] Deixam, depois, secar ao sol tudo que foi assim desbastado e começam a derruba, tarefa rude na vida do roceiro. Dias após dias, de manhã à noite, os machados batem sem tréguas, atacando e prostrando árvores. Apenas ficam de pé alguns gigantes da floresta.¹⁵⁶

Apesar da semelhança descritiva, Audrin afastou-se dos viajantes ao buscar explicar (ou talvez sua busca fosse por entender) as razões pelas quais os sertanejos pobres faziam suas roças nas áreas de matas e preteriam terrenos que já haviam sido cultivados por vários anos. Inicialmente, sustentou que a principal razão fosse o fato de que plantar em uma área que já havia sido cultivada seguidamente em anos anteriores era uma faina penosa, pois os cipós e ervas que permaneciam no solo, após subseqüentes colheitas, cresciam formando resistentes capoeiras¹⁵⁷ que, em geral, os sertanejos pobres, reconhecendo quão insanas eram estas condições, terminavam por abandonar por não terem meios para adquirir instrumentos agrícolas básicos, como enxadas e foices, com os quais poderiam derrotar o mato¹⁵⁸.

As mais de três décadas que Audrin viveu, construiu e partilhou experiências com os sertanejos, abastados ou pobres, ampliou seu olhar, fornecendo-lhe um conhecimento que Saint-Hilaire e Castelnau, de passagem pela região, jamais teriam. Na verdade, em sua narrativa não estão presentes apenas suas experiências e seu conhecimento da vida e da região; nela existem diálogos subjacentes, travados por ele, com diversos sujeitos e grupos sociais dos Vales e de fora dos Vales. Assim, seja por meio do conflito, seja por meio do

¹⁵⁵ Em carta epílogo deste frei encontram-se duas datas: "Uberaba -1947 e Rio de Janeiro -1951", indicando a data provável em que foi escrito: entre 1947 e 1951, embora somente tenha sido publicado em 1963. Cf. AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963.202-205 p.

¹⁵⁶ AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 43 p.

¹⁵⁷ Capoeira é um terreno onde a mata já foi derrubada, o solo cultivado e que depois da colheita é abandonado crescendo capins e erva daninhas difíceis de combater, o que impede novo plantio sem instrumentos e homens suficientes para limpá-la.

¹⁵⁸ AUDRIN, op.cit., p. 47.

consenso, é difícil perscrutar determinados limites na narrativa de Audrin, pois, dentro dos relatos deste frei, vozes dissonantes narravam práticas de viver na região a partir de diferentes expectativas e perspectivas. É no espaço dessa polifonia que narradores subjacentes aparecem e apresentam outros argumentos para o fato do sertanejo pobre cultivar áreas de matas. Este é o caso da voz do velho Alexandre.

O mês de julho já andava pela metade, estava passando mais veloz do que bando de queixada¹⁵⁹ atravessando povoado. Alexandre tinha terminado a broca e a derrubada da mata, "ficaram de pé apenas alguns gigantes da floresta, o babaçual, umas enormes cajazeiras e o buritizal perto do brejo"¹⁶⁰; afinal, quem agüentava ficar um ano sem uma sembreba¹⁶¹ de cajá com farinha?

Além do mais, preservando também o babaçual, poderia com suas palhas "enfim consertar a cobertura da morada", pois sua mulher, "já estava vendo a casa inundada pelos aguaceiros do inverno seguinte"¹⁶². Na verdade, sua companheira estava certa: no verão, "não se lembrava de efetuar o conserto tão urgente", porém ao chegar o tempo das chuvas¹⁶³ "eram tantas as goteiras que o rancho se transformava em um [...] alagado"¹⁶⁴.

Estes pensamentos distraíam Alexandre no caminho para a roça, porém a lembrança da chuva fez com que olhasse para o céu: havia quase "duas luas" que o tempo andava escuro. Será que as 'chuvas da manga'¹⁶⁵ chegariam mais cedo este ano? "Ou seriam as chuvas do caju?" Alexandre "não estava lembrando se a florada do caju já tinha recebido água"¹⁶⁶. A mata derrubada já estava "exposta aos ardores do sol", esperando "pelos dias do fogo na primeira segunda-feira de agosto, [...] dias de São Lourenço e São Bartolomeu", quando seriam acesas "imensas fogueiras nos quatro cantos da roça ao mesmo tempo"¹⁶⁷. Alexandre já havia combinado com Francisco, seu compadre, a colaboração no serviço da queimada.

Mas e se chovesse antes? O perigo no Vale do Tocantins, pensava, era sempre o excesso de chuva: capaz de alagar os terrenos, acelerar o "crescimento das plantas inúteis e

¹⁵⁹Espécie de porco silvestre que vive em manadas.

¹⁶⁰AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 46 p.

¹⁶¹O mesmo que suco, feito à base de água ou leite.

¹⁶²AUDRIN, op. cit., p. 64.

¹⁶³Inverno nos Vales do Rio Araguaia e Tocantins é o mesmo que "tempo das chuvas". Normalmente iniciava em setembro ou outubro e terminava em março ou abril.

¹⁶⁴AUDRIN, op. cit., p. 64-65.

¹⁶⁵*Chuvas da manga e do caju* são dois ou três temporais seguidos que ocorrem, normalmente, no fim de junho e a partir da segunda quinzena de agosto, respectivamente, e que os sertanejos pobres acreditam tenha o objetivo de realizar "a florada das mangueiras e cajueiros", ainda hoje existe a tradição de lembrar as chuvas deste período por estas designações.

¹⁶⁶AUDRIN, op. cit., p. 47.

¹⁶⁷AUDRIN, op. cit., p. 46-47.

daninhas sufocando os pezinhos de arroz e de milho"¹⁶⁸. Mas o risco imediato para sua roça eram as “chuvas da manga”, pois da queimada dependia uma boa colheita:

Uma roça mal queimada, ou como dizem, apenas sapecada, seria, para o lavrador, verdadeiro desastre. [...] Para queimar era preciso método; é a coivara, confiada, sobretudo, às mulheres e às crianças, Quanto aos troncos, separam-no, para alinhá-los em redor do roçado e, em seguida, colocá-los sobre forquilhas para servir de cerca que protege as plantações¹⁶⁹.

Mas o céu fazia ameaça há muitos dias e Alexandre não estava muito animado. Caso chovesse antes do fogo, o chão não seria adubado por falta de cinzas suficientes, os garranchos continuariam a entulhar o terreno e – o pior – os troncos encharcados não secariam, mesmo com os dias de fogo. Resultado: a madeira apodreceria. Logo este ano, que estava contando com uma boa colheita, pois da derrubada tinha tirado uns "troncos com os galhos mais grossos [...] estes troncos já estavam separados, prontos para alinhar em redor do roçado, e em seguida colocar sobre forquilhas para servir de cerca que protegeria as plantações"¹⁷⁰. E se chovesse? A cerca seria fraca e mal tapada, o pior é que o fazendeiro não iria gostar nem de ouvir dizer em derrubar outras árvores para reforçá-la. Os bichos iriam vará-la e acabar com sua esperança¹⁷¹.

A narrativa acima foi construída a partir de fragmentos do relato de Audrin sobre o viver da terra praticado pelo sertanejo pobre. Alexandre era um antigo conhecido dos padres dominicanos¹⁷² que em um de seus encontros com Frei Domingos Carrerot, no ano de 1901, contara-lhe de seu "medo de vir chuva antes do fogo", o que causaria o apodrecimento da madeira reservada para a cerca do roçado. Mas também foi construída a partir do cotejamento em outras fontes, onde convergências surgidas iluminaram evidências do processo.

Na verdade, naquela ocasião, Alexandre não falou sobre a adubação, mas Audrin relata que "as cinzas originadas do fogo eram o adubo da terra"¹⁷³. No entanto, mencionou a frei Carrerot que deixou ficarem as cajazeiras na mata derrubada porque delas dependia o prazer da sembreba. Talvez, tenha sido a respeito de Alexandre que determinado fazendeiro um dia afirmou para Audrin: "essa gente, Senhor Padre, de manhã almoça farinha com cajá; de tarde, janta cajá com farinha"¹⁷⁴.

¹⁶⁸ AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 48 p.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 47

¹⁷⁰ Ibidem, p. 46-47

¹⁷¹ Ibidem, p. 48.

¹⁷² Cf. AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947. 75 p.

¹⁷³ AUDRIN, 1963, op. cit., p. 47.

¹⁷⁴ AUDRIN, 1963, op. cit., p. 60.

Ademais, é possível que, por estar preocupado com as chuvas, tenha confessado a frei Carrerot precisar arrumar a cobertura de sua casa; nessa hora, provavelmente, lembrou que fez bem em preservar o babaçual da derrubada, pois diz envergonhado: sua "mulher [...] já estava empurrando-o [...] com vassouradas e impropérios, rumo à chapada"¹⁷⁵.

Estas relações aparecem na narrativa de Audrin como um deslocamento importante, à medida que surgem como um novo argumento: a questão da escolha da mata vinculava-se também – ou principalmente – ao fato de que estas ofereciam para a feitura das roças um material que se traduzia em alguma garantia de boa safra. Tal material era a madeira para construir as cercas, pois da "cerca boa ou mal construída dependia o futuro da roça. Sendo alta e feita com capricho, resistiria aos assaltos do gado e animais [...] empenhados em vir devorar as plantações"¹⁷⁶.

As palavras finais de Audrin são vestígios que justificam a preocupação de Alexandre: da cerca dependia um ano de fartura ou de fome para sua família. Mas para apreender outros rastros das práticas de viver dos sertanejos pobres nos relatos deste frei é preciso compreender as mediações construídas em sua memória e que permeiam sua escrita. Sua narrativa é repleta de variações, o que enuncia que seus diálogos não eram apenas com os sertanejos pobres, caso de Alexandre, mas também com outros sujeitos, e partir de ideologias e concepções de mundo ambivalentes e contraditórias. Acima, ele descreveu dimensões que envolviam aspectos concretos do viver da terra: queimadas, forquilhas e cercas, evocando experiências partilhadas com os sertanejos pobres. Porém, em outro momento de sua narrativa surge a descrição do dano que os pobres deste sertão causavam realizando derrubadas:

Desculpemos, todavia, os sertanejos, lembrando-nos de que não dispõem de meios mecânicos para revolver terrenos invadidos por raízes seculares [...] trabalhos que só poderiam realizar poderosos tratores e arados. Aliás, onde poderiam, naqueles ermos, adquirir adubos químicos para revigorar a terra depois de colheitas anuais?¹⁷⁷

Aqui, ainda permanece uma articulação entre o presente da escrita e o passado das vivências. De fato, ao pedir que o sertanejo pobre seja desculpado, fala a partir da década de 1940, seu presente, quando em Uberaba-MG, onde morava, máquinas e fertilizantes eram uma realidade acessível. Porém, ainda nesta circunstância narrativa, seu relato permanece em contato com as experiências partilhadas com os pobres, pois, ao pedir que eles sejam desculpados, estava rememorando que, para aqueles agregados, "não faltavam fadigas e lutas

¹⁷⁵AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 64 p.

¹⁷⁶Ibidem, p. 47

¹⁷⁷Ibidem, p. 45

cotidianas por todo o tempo que durava a sua faina agrícola"¹⁷⁸ e que o arado para eles era apenas uma ilusão.

Por outro lado, passado o momento desta articulação entre passado e presente, a narrativa de Audrin afasta-se cada vez mais da realidade e das experiências construídas nos Vales, aproximando-se de uma concepção de mundo ligada ao progresso técnico. Nesse sentido, em determinado momento sua memória é reelaborada, passando a percorrer-lhe um elemento conflitivo: a propaganda e o projeto da "Marcha para o Oeste". A partir desta interferência, compreendo que o problema deixou de ser, para este frei, a devastação das florestas e passou a ser o fato de que "aquele vandalismo" resultava em quase nenhuma produção. Em outras palavras afasta-se vigorosamente da idéia de preservar um "sertão idílico":

Quem não se entristeceria ao ver uma mata inteira [...] sacrificada para obter algumas quartas de arroz e milho! Riquezas imensas desperdiçadas assim, cada ano, pela imprevidência dos sertanejos, favorecida pela incúria dos governos!¹⁷⁹

Acima, ele responsabiliza "os governos"¹⁸⁰ pela baixa produção nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, ou melhor, responsabiliza as oligarquias da Primeira República, porém, ao mesmo tempo, responsabiliza também a "imprevidência dos sertanejos". Este argumento é coerente com as idéias que conheceu a partir de 1938¹⁸¹ quando deixou a região dos Vales: por um lado responsabilizar "os velhos governos" e o por outro "os velhos sertanejos pobres" era culpar o "velho mundo sertanejo", onde se articulavam oligarquias, fazendeiros, coronéis e sertanejos pobres, pelo "atraso" da região. Esta conexão indica a tensão presente na prática discursiva de Audrin: o novo e o velho se confrontando.

No momento desta tensão o melhor caminho parecia-lhe claro: acompanhar a construção da propaganda do Estado Novo, que aparecia como o novo estado contra os "velhos governos". A "Marcha para o Oeste" apresentava-se como um compromisso do Estado com o desenvolvimento e o progresso do Brasil Central, ou seja, um compromisso com os Vales do rio Tocantins e do rio Araguaia.

¹⁷⁸ AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 48 p.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 46

¹⁸⁰ Audrin estabelece uma divisão entre governo e Estado em sua argumentação, desta forma o governo que ele culpa pelo desperdício das riquezas de Goiás é o governo oligárquico, vinculado à República Velha. Por outro lado, quando a narrativa volta-se para a "Marcha para o Oeste" a expectativa é de um Estado, que se confundiria com a sociedade – comprometido e empenhado com o progresso da região.

¹⁸¹ Apenas um ano após a instalação da ditadura varguista: o "Estado Novo".

Claude Lefort em *A Invenção Democrática* (1983) afirma que a "Marcha para o Oeste" era a expressão político-ideológica do Estado Novo. A idéia da "Marcha para o Oeste", por um lado, consolidou na intelectualidade do Brasil Central a idéia de "progresso" em oposição à idéia de atraso, esta vinculada à política oligárquica da "Primeira República". Por outro, foi absorvida pelo povo porque se encontrava na base da propaganda que fundia sociedade e estado na imagem de Getúlio Vargas. Este amálgama tornava palpável para as pessoas, por meio da figura marcante de Vargas, o projeto de integração do Brasil: "desenvolvimento e progresso com ordem". Assim é que,

a partir do momento em que o 'Estado tende a se confundir com a sociedade, [passa] a existir apenas [o] ponto de vista do poder que [...] possui o conhecimento da [...] realidade social. [...] Tudo se passa como se poder tivesse a capacidade de exibir a obra social [...] ou como se [...] a sociedade se exibisse diante de si mesma'.¹⁸²

A influência desta propaganda na escrita de frei José Maria Audrin aparece logo na apresentação de *Sertanejos que eu Conheci* (1963), ao afirmar: "Cuidemos, sim, de ajudá-los, acudindo às suas necessidades [...] Admiremo-los como os pioneiros silenciosos, mas teimosos da verdadeira marcha para o Oeste"¹⁸³. Entretanto, na prática, as medidas da "Marcha..." não tiveram maiores efeitos nos Vales, a não ser quando retomada por Juscelino Kubitschek com a construção da rodovia 153. Em referência aos impactos provocados pela abertura da Belém-Brasília (Rodovia 153), o historiador Napoleão Araújo de Aquino afirma ser importante "destacar o aspecto da especulação das terras, dada a perspectiva de sua valorização. É quando se tornam freqüentes as grilagens de terras nas diversas localidades, nas áreas de influência da estrada"¹⁸⁴.

As terras cortadas pela rodovia, efetivamente, foram valorizadas, definindo o início da "expropriação" dos pobres das terras onde moravam, inclusive, dos agregados. Conseqüência, aliás, inversa à projeção de que a abertura da rodovia 153 promoveria a "democratização" do espaço por onde ela passasse. Em outras palavras, a ocupação da terra manteve-se firmemente sob as tenazes oligárquicas, pois as relações de poder baseadas no mando, pela com-formação ou pela repressão, eram um filtro que resignificava ou apagava na região os sentidos de "progresso" que o Estado Novo buscava imprimir ao projeto da "Marcha para o Oeste".

¹⁸² LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983. 85 p.

¹⁸³ AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 09 p.

¹⁸⁴ AQUINO, Napoleão A. *A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins*. GERALDIN, Odair (org.) **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2002. 326-327 p.

Frei Audrin foi uma das pessoas vencidas pelas tenazes das oligarquias. Seus 34 anos em contato com modos de viver e de pensar baseados e perpassados por complexas redes culturais e por jogos políticos centrados no poder de mando e no controle social definiram "sua visão" das relações sociais apresentadas em *Sertanejos que eu conheci* (1963). Assim, ao descrever as práticas sertanejas como atávicas aos costumes indígenas e africanos demarcou o modo de viver dos pobres como a causa e o lugar do atraso¹⁸⁵, evidenciando os resquícios de seu olhar colonizador estrangeiro. Como consequência desta visão, termina por defender, como necessidade, que as relações de poder no sertão permanecessem centradas no que denominava de "relações paternas".

Por outro lado, reconstruir o passado é sempre conflituoso e perpassado por muitos fios soltos. Estes fios encaminham a muitos labirintos que apresentam indícios de práticas sociais reais não restritas à concepção de mundo ou às ideologias dos autores das narrativas, tais como os vestígios que surgem a respeito das preocupações de Alexandre, evidenciando uma realidade diversa da que Audrin procurava re-fazer. Outros destes fios tecem as disputas pela ocupação, uso e mando da terra que envolvia fazendeiros, coronéis e sertanejos pobres. Nas articulações desta teia é que pretendo deter-me agora.

Ocupar a terra envolvia uma infinidade de práticas e relações de poder constituintes e instituintes dos modos de viver dos sertanejos pobres, pois a roça era o lugar onde as pessoas viviam e construíam suas experiências. Assim, quando afirmei, acima, que a estrutura fundiária da região no período não permitia pensar em cercamentos, títulos e demarcações, não estava querendo fazer imaginar que as terras "não tinham donos".

Existiam sim "terras devolutas"¹⁸⁶, especialmente as mais distantes dos caminhos dos rios, onde uma pessoa qualquer poderia começar "um sítio". Porém, as ameaças do governo contra a ocupação da terra sem a devida compra, efeito tardio da Lei de Terras de 1850, aumentavam ano a ano desde as décadas finais do século XIX, crescendo a percepção, por parte dos fazendeiros, da terra como valor de mercado. Ou seja, sabiam que em algum momento, não muito distante, disputá-la não seria apenas um conflito pelo mando, mas pelo poder econômico, o que constituía um novo horizonte de tensão. Assim, as pretensões de um

¹⁸⁵A partir das "heranças" de índios e africanos, Audrin traça os aspectos culturais que ele julga serem atávicos ao sertanejo. Nesse sentido a despreocupação com o amanhã, ou seja, a imprevidência seria uma característica de origem indígena; a indolência de origem africana, e por aí segue. Cf. AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963. 105-117 p.

¹⁸⁶As terras devolutas eram as áreas do Estado, embora fosse improvável saber objetivamente quais seus limites por esta época, por isso costumou-se denominá-las "terras de ninguém".

sertanejo pobre que vivesse agregado em "ter uma terra para si" faziam-se cada vez mais voláteis.

Na realidade, nesta região, mesmo antes do fim jurídico da escravidão, a presença de homens livres que residiam no domicílio ou fogo¹⁸⁷ de outrem, sem qualquer vínculo empregatício, já havia sido registrada em levantamentos demográficos: estes eram os agregados. Para Otávio Ianni, o agregado aparece como substituto escravo nas famílias pobres, fornecendo sua força de trabalho no quadro do consumo doméstico¹⁸⁸. Porém, considero que sua definição restringe a diversidade de situações e condições destes homens.

A definição que mais se aproxima das experiências e dos processos que estão registrados nas fontes sobre os Vales dos rios Araguaia e Tocantins é a de Auguste de Saint-Hilaire, que, ao passar por Goiás e pelo vale do Rio São Francisco, entre 1818 e 1819, afirmou ter encontrado "uma categoria de indivíduos, os agregados, que nada possuíam de seu e que se estabeleciam em terreno de outrem", recebendo um pedaço de terra para trabalhar em troca de certas prestações de serviço de natureza principalmente não econômica¹⁸⁹. Esta foi a noção testada à luz das evidências.

É fato que parte dos sertanejos pobres vivia estabelecida nos domínios de um fazendeiro, sob a condição de agregados, desde as primeiras décadas do século XIX. Estes agregados construíam suas moradas e plantavam suas roças comumente em lugares distantes da casa do *donos da terra*. Nestas condições, que durou até mais ou menos a década de 1930, cultivavam a terra onde lhes fosse permitido derrubar uma área sem ter que pagar por arrendamento ou dividir a produção, configurando-se as relações entre agregado e fazendeiro muito mais uma relação de dominação, pois *a preocupação dos donos da terra não era torná-la produtiva*. Por outro lado, a idéia de Saint-Hilaire de que estas relações eram não- econômicas deve ser relativizada, pois não configurar-se monetária não significava que não fossem econômicas, afinal as negociações, as trocas e o comércio realizados eram essencialmente práticas de uma economia.

A esta altura, talvez o leitor esteja a pensar que este é o lugar ideal e necessário para problematizar o Coronelismo: conceito e relação. Entretanto, as questões que interessam a este trabalho afastam-se tanto do conceito em si, quanto das suas definições nos estudos mais conhecidos sobre a região dos Vales. Um problema generalizado sobre o trabalho com esta categoria é o fato de que a maior parte dos pesquisadores utilizarem-na como um sistema, ou

¹⁸⁷ As contagens populacionais do século XIX traduziam domicílio por fogo.

¹⁸⁸ IANNI, Otávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difel, 1962. 91 p.

¹⁸⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Col. Reconquista do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 64 p.

fenômeno, fechado para reconstruir a história política (no sentido tradicional do termo e da perspectiva), legando pouco interesse aos demais aspectos sociais que compõem estas relações de poder.

Principalmente alguns dos clássicos partem desta premissa: dentre eles Marcus Vinícius Vilaça¹⁹⁰ (1965), Edgar Carone (1978), Eul Soo Pang (1979) e Vitor Nunes Leal (1986). Outros, considerados clássicos, mas com um tratamento pouco diferente das relações coronelísticas são Maria Isaura Pereira Queiroz (1969), Maria de Lourdes M. Janotti (1989) e Raimundo Faoro (1993). Apontarei apenas alguns aspectos, que considero fundamentais nestes clássicos, para justificar a recusa em assumir a noção de coronelismo neste trabalho.

Edgar Carone, em *A República Velha I* (1978), afirma que o coronelismo em Minas Gerais foi um fenômeno político que se baseava na criação de "Estados, dentro do Estado"¹⁹¹, ou seja, caracterizava-se pelo fortalecimento do poder local contra o enfraquecimento do poder estadual. A ocorrência deste Estado interno fundamentar-se-ia no personalismo e no poder econômico do coronel: seus dotes pessoais e riqueza oferecer-lhe-iam condições de negociar as relações políticas locais e estaduais por meio do controle do voto. Em *Coronelismo e oligarquia (1889-1934): a Bahia na Primeira República Brasileira*¹⁹² (1978), Eul Soo Pang assume uma perspectiva que se aproxima do caminho seguido por Edgar Carone (1978) no que se refere a compreender o coronelismo como um fortalecimento do poder local, ou seja, compreende-o como o fortalecimento do poder dos coronéis.

Leal, em *Coronelismo, enxada e voto* (1986), entende que "coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra"¹⁹³. Em outras palavras, diferentemente de Pang e de Carone, defende o enfraquecimento do poder local como um elemento constituidor da política coronelística, porém permanece preso ao circuito voto/poder, como os demais estudiosos¹⁹⁴.

Dois caminhos que me parecem interessantes são as análises, ainda dentro dos clássicos, de Maria Isaura Pereira Queiroz em *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (1976) e o de Raimundo Faoro em *Os Donos do Poder* (1993). Sobre

¹⁹⁰VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1978

¹⁹¹CARONE, Edgar. **A República Velha I** (Introduções e classes sociais) 4. ed. São Paulo: Difel, 1978. 113 p.

¹⁹²PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquia (1889-1934): a Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 45 p.

¹⁹³LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1986. 20 p.

¹⁹⁴Ibidem, p. 253.

Queiroz, basta dizer de seu esforço em ver e fazer ver que "a gente do coronel, mesmo dentro das normas de lealdade, não [...] aceitava passivamente a vontade deste"¹⁹⁵. Faoro em *Os Donos do Poder*, por sua vez, inicia afirmando, como também o faz Queiroz, que o "coronelismo não é novo [...] nova era sua cor estadualista após a República, mas que ainda trazia muito das peias e das dependências construídas no Império"¹⁹⁶, ou seja, sua análise sobre o poder é ampla e processual. Além disso, Faoro esclarece a presença, ainda que opaca, de uma realidade social que o leva a questionar a idéia de que o vínculo coronelístico obedeça a linhas simples¹⁹⁷. A complexidade de que fala é traduzida por sua idéia de "pacto não escrito".

Finalmente há os estudos mais específicos sobre os Vales dos rios Araguaia e Tocantins, embora as delimitações territoriais feitas nestes trabalhos não correspondam especificamente espaço geo-humano da região aqui investigada. Sobre Goiás e Maranhão, há os trabalhos do historiador Luis Gomes Palacín, do sociólogo Itami Campos e da historiadora Maria de Lourdes M. Janotti. Os dois primeiros foram vigorosamente influenciados pela visão de Leal e de Carone, além de, por uma abordagem vinculada às idéias de decadência, atraso, progresso, periferia e centro. Não obstante, abster-me-ei de comentá-los neste espaço por ter que dialogar, em circunstâncias específicas desta investigação, com ambos os estudiosos no contexto de suas obras *Coronelismo no extremo norte de Goiás*¹⁹⁸ (1990), *Coronelismo em Goiás*¹⁹⁹ (1982) e *Questão agrária: as bases sociais da política*²⁰⁰ (1985).

Por último a perspectiva de Janotti em *O Coronelismo, uma política de compromissos*²⁰¹ (1989). Neste trabalho ela trata das relações coronelísticas em seu alcance mais genérico, apresentando, também, exemplos específicos, como o caso do coronelismo no Maranhão. De fato, a partir da história de Ana Jânsen Pereira²⁰², rica fazendeira da região dos Pastos Bons, com terras, inclusive, em Carolina, cidade ao sul daquela província, apresenta as

¹⁹⁵QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. 178 p.

¹⁹⁶FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. Rio de Janeiro: Globo, v. 2, 1993. 621 p.

¹⁹⁷Ibidem, p. 622.

¹⁹⁸PALACÍN, Luis. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

¹⁹⁹CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1982.

²⁰⁰CAMPOS, Francisco Itami. **Questão agrária: as bases sociais da política**. São Paulo, 1985, p. 07. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1985. Mimeografado.

²⁰¹JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo, uma política de compromissos**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).

²⁰²O fato de apresentar o caso de uma mulher coronel foi inovador, pois o próprio coronelismo, como tema, teve até aquele momento a característica básica de privilegiar o masculino. Sobre Ana J. Pereira Cf. MORAES, Jomar (org.). **Ana Jânsen: a rainha do Maranhão**. 2. Ed. Imperatriz: Ética, 2007.

condições, ainda em meados do século XIX, dos complexos arranjos políticos e sociais envolvendo a força de mando de Ana Jânsen, além da tensão entre ela, seus agregados e as forças imperiais no Maranhão.

Janotti, nessa obra, defende pertinentemente que o estudo do coronelismo não deveria abranger unicamente aspectos políticos, mas inúmeros outros inerentes à formação da sociedade brasileira²⁰³, esclarecendo, por exemplo, que um aspecto complexo que conviria salientar nas pesquisas é o fato de que "em todas as manifestações do poder coronelístico estava subjacente a violência que presidia essa sociedade, mesmo que aparentemente se revestisse de uma feição benemerente e cordial"²⁰⁴.

Porém, é em função da pertinência de seu argumento sobre o processo de exclusão que os estudos e a categoria Coronelismo realizam que sua utilização torna-se impossível nesta investigação. Realmente, seu uso geral exclui práticas e sujeitos sociais sem os quais é impossível analisar qualquer relação de poder e, ao mesmo tempo, assume estereótipos cristalizados que restringe as possibilidades de compreensão dos processos históricos. A própria Janotti incorre nesta dificuldade ao evidenciar em seu estudo que as relações coronelísticas constituíam-se de ligações altamente hierarquizadas entre coronéis, suas clientelas, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal, formando uma pirâmide bem estruturada de compromissos²⁰⁵. Assim, observando os encaminhamentos dados pelos estudiosos aqui apontados, a noção coronelismo, testada à luz das evidências, não se mostrou adequada para esta investigação²⁰⁶.

No entanto, mesmo a partir de outros pressupostos e noções, é preciso reconhecer que, nas relações entre fazendeiros e agregados, aspectos de violência e deferência, assim como de lealdade e astúcias encontravam-se imbricados nas realidades vividas. De fato, a partir de meados de século XIX, o problema não era a produção, mas a preocupação das administrações provinciais com o fato de que, quanto mais agregados tinha um fazendeiro, mais possibilidades tinham de aumentar seu poder, pois "o comando dos homens significava o mando da terra". Nesse sentido, as relações entre agregados e fazendeiros auferiam mais atenção do estado à medida que se tornava mais importante para o exercício do poder e da

²⁰³JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo, uma política de compromissos**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 08 p. (Coleção Tudo é História).

²⁰⁴Ibidem, p.59.

²⁰⁵Ibidem, p. 11.

²⁰⁶THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 54 p.

dominação. Frei Audrin narra como era o sistema de ocupação das terras pelos fazendeiros, vinculando-o aos espaços e aos lugares de morar e plantar dos sertanejos pobres:

Aqueles recantos do Brasil [...] Vastíssimas extensões permanecem, até agora, devolutas e pertencem **aos primeiros ocupantes. Os mais abastados atribuem-se verdadeiros latifúndios, em que soltam seu gado e outros animais e organizam fazendas**²⁰⁷. Outros, mais humildes, contentam-se de pedir aos primeiros ocupantes, pequena área onde possa levantar a sua choupana e algumas braças de mato para as suas futuras plantações. Esses últimos chamam-se "*agregados*"^{208, 209}.

A ocupação da terra, em si mesma, já definia que o agregado cultivaria a terra, afinal era seu interesse sustentar a si e a sua família. Obviamente, esse cultivo era realizado dentro das normas definidas pelos fazendeiros sobre o "tamanho da área conforme o recurso". Porém, mais relevante é discutir quando Audrin, acima, descreve o processo de ocupação da terra, como ele o denomina: de "primeira ocupação". Fazendo-se necessário perguntar: o que significava "primeira ocupação" na vida concreta dos sertanejos? As informações nas fontes públicas não foram suficientes para precisar os aspectos fundamentais desta realidade. Assim, foi na literatura goiana, em função de sua preocupação realista, que indícios dos silêncios da dominação e das relações de exploração vividos pelos agregados desde meados do século XIX foram perscrutados.

A partir de re-leituras de uma literatura clássica, de experiências no mundo rural e de relatos de memórias, inclusive, da sua memória pessoal e familiar, Carmo Bernardes fez-se um dos literatos que, para construir seus relatos de ficções ou problematizar em suas memórias a constituição da vida dos sertanejos pobres, mais vigorosamente apreendeu as condições de agregação. Nascido em 1915 em Minas Gerais, ainda criança mudou-se com seus pais para *o mato grosso goiano*,²¹⁰ zona de matas ainda fechadas, onde viveu até 1945 trabalhando de agregado em terras alheias.

Mesmo no espaço urbano, seu traço temático permanente foi o mundo cultural da roça. Definitivamente, as tarefas da roça, as artes venatórias e o conhecimento da natureza, aprendidos com seus antepassados, marcaram sua obra. Entretanto, a preocupação política de sua obra foi a exploração e a dominação a que estava submetido o sertanejo pobre: agregado

²⁰⁷Grifo meu.

²⁰⁸Grifo do autor.

²⁰⁹AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 44 p.

²¹⁰A região denominada *mato grosso goiano* é onde atualmente localiza-se a micro-região da cidade de Anápolis-GO.

na fazenda ou expulso dela. Revelação que faz em tom de confissão, uma ironia póstuma²¹¹, ao narrar que ao "ver injustiça com os fracos me danava [...] era uma revolta [...], pois minha gente do passado penou pobreza, morou de agregado, olhos deles arrancados e lambido o buraco"²¹².

Seu traço estilístico e estético: o valor da genuinidade da memória e da narração da memória aprendera com sua mãe: Dona Sinhana. Aprendizado essencial ao escritor que se tornaria, pois suas histórias vinham "naquela linguagem aprendida da veneranda velhinha, que a trouxe sem dúvida de seus antepassados que, por sua vez, buscaram-na em fonte genuína [...]"²¹³. Talvez por isso sua obra seja em parte constituída por relatos de memórias.

Em 1945 mudou-se da zona rural, começando, instintivamente e ao acaso, a escrever para jornais. Na memória *Quarto Crescente: relembrações* (1986), ele relata as dificuldades de manter a família por meio de sua prática jornalística, expondo seu confronto íntimo entre roça e cidade e a obscuridade de suas relações políticas ao afirmar que morando na zona urbana, quando o pouco recurso que tinha acabou, "não sabe como não roubou ou entrou em negócio sujo". Porém, nesta circunstância faz um mea-culpa: "escrevi artigos políticos de encomenda, se isso for sujeira? Escrevia e saía com o nome de algum coronel analfabeto". Questionando-se novamente diz: se isso for desabono? Por último confessa: "escrevi também em dois jornais, de políticas adversárias, sob pseudônimo, sustentando polêmicas de avoar cavacos"²¹⁴.

Perseguido pela Ditadura Militar, foi vítima de vários Inquéritos Policiais Militares (IPM's) durante o ano de 1965. Influenciou-lhe essa página traumática de sua vida, obscura e não escrita: por um lado a raiva da injustiça e, por outro, um medo que, entrincheirado dentro dele, aparece na escrita das formas mais inesperadas. Entretanto, durante os anos em que esteve mais ou menos incógnito, suas longas andanças pelos Vales ofereceram-lhe a oportunidade de conhecer a paisagem humana e natural tantas vezes retratada em seus romances²¹⁵. No prefácio de *Xambioá – Paz e Guerra* (2005) Isanulfo Cordeiro escreveu sobre

²¹¹Por meio do livro *Xambioá: Paz e Guerra*, escrito em 1979, porém somente publicado em 2005, após oito anos do falecimento de Carmo Bernardes: ocorrido em abril de 1997.

²¹²BERNARDES, Carmo, **Xambioá: Paz e Guerra**. Goiânia: AGEPEL, 2005. 66 p.

²¹³ALMEIDA, Nely A. **Estudos sobre quatro regionalistas**. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. 253 p.

²¹⁴BERNARDES, Carmo. **Quarto Crescente: Relembrações**. Goiânia: Ed. da UFG; Ed. da UCG, 1981, p. 207 et. seq.

²¹⁵No Romance *Xambioá – Paz e Guerra* ele narra suas passagens pelo extremo-norte de Goiás: Xambioá, Filadélfia; sul do Maranhão: Carolina e proximidades do Rio Manoel Alves e sul do Pará: São Geraldo, Marabá, matas de castanhais, etc. Cf. BERNARDES, Carmo. **Xambioá: Paz e Guerra**. Goiânia: AGEPEL, 2005.

um dos primeiros refúgios de Carmo Bernardes: "na Ilha do Bananal onde, fazendo-se passar por 'seo-Zé', atuou durante um ano como guia de turistas no Hotel JK"²¹⁶.

Na década de 1970, após manter-se afastado por vários anos, Bernardes voltou a colaborar com jornais goianos por meio de crônicas semanais, enquanto continuava a escrever seus romances, contos e memórias. Nesse sentido, ao cotejar seus relatos memorialísticos com sua produção ficcional, é possível apreender a inter-relação permanente e persistente entre traços de suas personagens – personalidade, contradições, medos, revoltas, trabalho – e traços reais seus ou das pessoas com quem conviveu durante toda sua vida – na roça e na cidade. Na problematização do romance *Santa Rita* (1995) o argumento acima será investigado tanto em seus aspectos de convergência quanto de contradição em relação às práticas e aos significados que a vida de agregado teve para Bernardes quando a viveu e/ou quando escreveu sobre ela.

Acompanhando esta perspectiva, as noções de pobre e de pobreza são centrais em neste autor, pois são constituídas em uma intrincada relação entre mundo rural e urbano, solidariedade/lealdade e mandonismo, analfabetismo e letramento. Assim sendo, analfabetismo e letramento foram essenciais por estarem na interface da crivagem de suas leituras enquanto ainda morava na roça: esta concomitância foi definitiva para a construção da forma como leu a literatura e leu o mundo, ou melhor, como leu na literatura o mundo.

Os livros de sua época na roça foram, ainda na década de 1920, *Pito Aceso* e *Na cidade e na Roça*, ambos de Pedro Gomes; depois leu *Joaquim Bentinho* e *Compadre Berlamino*, de quem Bernardes não identifica o autor, mas a respeito do qual diz: "fiquei com raiva [...], pois ele caçoava dos roceiros". Nesta mesma época, leu também *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato. Os últimos de sua fase na roça foram *Os Sertões*, de Euclydes da Cunha, e *A Retirada da Laguna* do Visconde de Taunay²¹⁷.

Em *Rememórias II*²¹⁸ (1969), relato das décadas de 1930/1940, Bernardes narra sua vivência como agregado na Fazenda Mataburro, cujo dono era Alvarindo Bené, e as experiências partilhadas com Floris, Sebastião, Domício, Antoím, dentre outros roceiros, que também viviam na mesma fazenda. São nestas condições, a partir da tensão entre o que partilhava na vida com os pobres reais e o que conhecia por meio de um cânone literário, que sua concepção de pobre e pobreza processualmente constitui-se:

²¹⁶BERNARDES, Carmo. **Xambioá: Paz e Guerra**. Goiânia: AGEPEL, 2005. 09 p.

²¹⁷BERNARDES, Carmo. **Quarto Crescente: Relembanças**. Goiânia: Ed. UFG/UCG, 1981. 24-25 p.

²¹⁸BERNARDES, Carmo. **Rememórias II**. Goiânia: Leal – Liv. Ed. Araújo Ltda, 1969. 211 p.

Muito mais tarde, quando a leitura me fanatizou, estranhei sempre que as pessoas letradas [...] desconhecem tão por completo a alma da gente simples. Tudo quanto vi escrito sobre a pobreza se encerrava em conceitos equivocados, muito principalmente num ponto: no que os autores, por uma boca só, apregoam que o pobre é triste. Sim, o pobre pode ser triste até um demarcado ponto de pobreza. Assim mesmo não tenho medo de dizer uma blasfêmia em sustentar que até certo ponto os deserdados da fortuna são, antes de tudo, uns revoltados; depois, uns fatalistas, e, daí escala abaixo, o que há de mais absoluto em insensibilidade. E nada disto os impede de serem alegres, justamente porque estão vivendo, apesar de tudo. E o que é a vida senão o movimento, a alegria.²¹⁹

Carmo Bernardes compreende a influência literária como uma relação problemática. Pois se em sua literatura há certo fatalismo nos agregados, nos moldes euclidianos, também está presente uma criticidade frente à idéia de apatia – totalmente lobatiana – ao defender que a vida do agregado é uma experiência de movimento. Por outro lado, seus relatos ficcionais têm a marca do interesse nos processos de formação da sociedade sertaneja dos Vales, interesse que emerge na voz de suas personagens ou nas digressões de seus narradores oniscientes. No prefácio de *Perpetinha: um drama nos babaquais* (1991), o professor João Ernandes de Souza resume o perfil realista da obra carmobernadiana:

Carmo usa [...] – é recurso recorrente em suas obras – com maestria um drama ficcional para narrar [...] o processo de nossa formação histórica [...] Neles estão fixados os jogos de interesse – as lutas de classe – do padre, do juiz, do jagunço, das prostitutas. A narrativa dessas lutas – colocada na voz de outros enunciadores (personagens contadores de histórias), por cruéis e cruentas que sejam – se desenvolve de forma imparcial: o Autor, [...] não toma partido, não bajula, nem condena, apenas retrata impiedosamente é certo, mas com isenção.²²⁰

O jogo de enunciadores e a tendência realista são perceptíveis. Entretanto, o que Souza compreende como a imparcialidade carmobernadiana, considero uma técnica narrativa de desvio. É justamente a presença sutil desta técnica que dificulta a percepção das razões interessadas do autor ao narrar, porém esta percepção pode ser alcançada por meio da compreensão de que os limites de Bernardes, sujeito social, estão expressos, de alguma forma mais ou menos difusa, nos limites dos próprios relatos. Neste sentido, é preciso fazer o exercício didático de, por um instante, buscar perceber, nos relatos, as implicações do fato de Bernardes estar narrando a pobreza e os pobres na condição de partícipe da mesma realidade, pois no tempo em que vivia na roça: ele, Bernardes, e Domício Baiano eram peões da jorna²²¹.

²¹⁹BERNARDES, Carmo. **Rememórias II**. Goiânia: Leal – Liv. Ed. Araújo Ltda, 1969. 213-214 p.

²²⁰BERNARDES, Carmo. **Perpetinha: Um drama nos babaquais**. Goiânia: UFG, 1991. 02 p.

²²¹BERNARDES, 1969, op. cit., p. 211.

Da mesma forma, fazer o esforço de pensá-lo a partir das difíceis experiências construídas na cidade – como jornalista e escritor – o que também constituiu limitações em sua prática de escrita. Assim, para re-conhecer na escrita de um autor “os partidos tomados” é necessário aprender a deslindar a ação da memória, aqui tomada em termos amplos como partilhamento social da ação narrativa do escritor, percebendo que, mesmo os acontecimentos históricos sendo narrados a partir de documentos, vêm com a marca da experiência do autor/pessoa.

Foi importante esclarecer determinadas questões – apenas algumas – acerca de como viveu e se construiu, em suas múltiplas e diferentes experiências, Carmo Bernardes, autor e pessoa, pois neste processo enunciou-se que a própria vida de Bernardes, assim, como suas leituras e a época em que as viveu, é evidência da realidade do sertanejo pobre, especialmente como agregado. Destes esclarecimentos dependeu a apreensão do campo de possibilidades que sua literatura, ficcional ou não, tem a apresentar e a dar a conhecer indícios da vida concreta dos sertanejos pobres.

Posso, agora, voltar à pergunta: o que significava “primeira ocupação” na vida real dos sertanejos pobres dos Vales? Buscar-se-á respondê-la problematizando no romance *Santa Rita* (1995) algumas questões acerca dos primeiros ocupantes da terra proposta por Audrin. Entretanto, neste processo buscarei, também, deslindar o imbricamento entre ficção e mundo real na expectativa de compreender as com-formações entre agregados e fazendeiros.

No romance *Santa Rita*, por exemplo, Carmo Bernardes conta a história da formação de um arraial fictício chamado Santa Rita, mas que poderia ser qualquer uma das cidades originadas desde meados do século XIX no interior goiano ou maranhense. Neste romance, o ponto fulcral do enredo é a tensão entre fazendeiros e agregados no que concerne às possibilidades de uso e permanência na terra quando da formação de uma povoação ou vila. Assim, na obra é possível encontrar indícios de como eram as relações reais no âmbito das disputas *na* e *da* terra. Segundo a historiadora Gracy T. da Silva Ferreira, ao narrar as arbitrariedades cometidas pelos Pereira Moreira e o medo dos pobres de contrariar suas ordens, Bernardes permite que sejam feitas analogias entre os fatos descritos em *Santa Rita* e os ocorridos em São José do Duro ou em Boa Vista²²².

O narrador *de Santa Rita* é Estevão, um sertanejo pobre que vivia de transportar boiadas e mantimentos das roças em sua pequena tropa – na verdade três burros –, o que lhe permitia também transportar a história do lugar. O narrador inicia “contando” sobre a

²²²FERREIRA, Gracy T. S., *O Coronelismo em Goiás* (1889-1930) In: CHAUL, N. F. (Org.). **Coronelismo em Goiás**: estudos de casos e famílias. Goiânia: Kelps, 1998. 99 p.

formação do povoado quando a família Pereira Moreira chegou para a região. Assim, vai desfiando casos sobre o arraial: intercalando sua narração às de outros moradores do lugar. Na narrativa, a família Pereira Moreira surge no lugar que será a futura Santa Rita em um tempo de mormaço, "com os cajuís floridos e a cagaita dependurando frutos"; tempo em que "seo-Francisco" Vigilato Pereira Moreira apareceu na região pela primeira vez: na quadra das chuvas, que naquele ano tardava a chegar, com céu mormaçado.

Nessa época Estevão ainda não morava na *Santa Rita* e nem esse nome ela tinha. "Quem contava estas coisas por miúdo era seo-José Paulino"²²³, avô de Jirumim seu companheiro de infância. Seo-José Paulino lembra muito bem a quadra que o "coronel Chiquinho" chegou porque foi um ano de pouca chuva, as roças definharam e o tempo do cajuí e da cagaita salvou muita gente da fome.

O avô de Jirumim contava também que o coronel Chiquinho Vigilato surgiu das costaneiras da Bahia, vindo de troncos familiares que, afrontando as areias e os pastos, dominaram o Jalapão que afundava nos gerais goianos. Sua transferência havia sido forçada – brigou com os primos, seus sócios, "por conta de criação atentada – vaca varadeira de cerca, bode estragando plantação, e briga de marruás, um empurrando o outro [...]"²²⁴. Não veio sozinho, tinha muita influência no Jalapão, era "tido como homem poderoso, vinha jagunços de longe entrar na sua sombra, fugindo de perseguição, aqui nessas ribeiras foi o maior" ²²⁵.

A história da formação do povoado é cheia de reservas, afinal restavam poucos dos que vieram do Jalapão em 1870. Dentre os oriundos do Jalapão, o único companheiro de Estevão era "seo-Pedro Ponte", mesmo assim, quando surgia esse assunto ele desconversava ou calava. Mas as pessoas falavam e o narrador, juntando os pedaços. Como algo relativamente recorrente, na formação do povoado as "malvadezas" foram muitas e marcaram esse tempo:

Dizem que, quando seo-Francisco Vigilato Pereira Moreira veio pra cá, tudo isto estava sem dono. Vizinhos eram uns poucos, arranchados acolá no Passa Três, um povo atrasado, nem roça faziam. Dizem que seo-Chiquinho mandou os cabras dele "alimpar" o terreno, e eles confiscaram até uns tapuios que apareciam por aqui, naqueles tempos [...] Puxo pela boca dele, ele me conta muitas coisas, mas essa de seu compadre Chico Vigilato ter tido cabroeira, que confiscava gente a seu mando, seo-Ponte calava.²²⁶

²²³BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: Editora UFG, 1995. 31 p.

²²⁴Ibidem, p. 13

²²⁵Ibidem, p. 43-44

²²⁶Ibidem, p. 29

O silêncio de Seo-Pedro Ponte era sinal de que queria fechar a conversa, mas Estevão insistia: "o senhor não é testemunha, mas não nega!"²²⁷. Por fim, Estevão concordava que eram apenas boatos: "dizem que". Porém, estes "dizem que" não era uma negativa dos acontecimentos, mas uma provocação de Bernardes no sentido de fazer perceber a tensão entre memórias. Nesse jogo, constrói-se a diferença entre a memória individual de Estevão, quando diz que "lembrava de uma vez..." ou "sei por que sou testemunha de tudo...", e uma memória social que não é sua, mas da qual participa, pois está em seu horizonte, o que transparece quando afirma ser: "o que dizem, ele [Estevão] não alcançou, mas sabe"²²⁸.

Na mesma perspectiva, Bernardes recorre ao artifício literário do contraste – primeiro diz que "a terra não tinha dono" e, a seguir, afirma que "um povo atrasado que nem roça fazia vivia arranchado na região", porém isto era o "que diziam". Buscando construir um olhar dissidente sobre a questão do povoamento o autor coloca em suspenso se havia ou não moradores na região quando da chegada da família Pereira Moreira. Esta suspensão é constantemente tensionada na narrativa.

Não fazia muito tempo, Estevão fora com Jirumim matar uma paca; era noite de lua e eles ficaram perto de uma gruta, um lugar chamado "Passa Três". Neste lugar,

ainda existia a certidão de muitas casas de morada, fonalha cavada no buraco, onde os primitivos moradores apuravam salitre. Restam largados, por ali, uns cacos de canoas que a gente emborca e entra embaixo pra esconder da chuva.²²⁹

Não seriam estas taperas os sinais da gente que os homens do coronel Francisco Vigilato tinham matado "para limpar o terreno?". Estevão transportava história, viajando mais uma vez sem sua burrada²³⁰.

Jirumim desfiava, "seu avô, homem verdadeiro, contava e [ele] reconta para quem quiser ouvir": a gente do Passa Três vivia sossegada nos seus ranchos, não eram muitos, umas dez famílias. Tinham era uma filharada grande, mas "esses meninos iam para a roça, cacumbu de enxada na cacunda, bodoque, capanga de pedra"²³¹. O problema era o rio: o Passa Três era lugar de nascente e de terra boa, por isso ficou visada por seu Francisco Vigilato. Seu avô, Seo-José Paulino, foi quem se condoeu ao saber que altas horas da noite a cabroeira levantou os pobres, lá "para beira do Jenipapo, fizeram o serviço. Depois amarraram pedras nas cinturas dos defuntos e jogaram no poção". No fim da narração Jirumim entusiasmou-se:

²²⁷BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: Editora UFG, 1995. 30 p.

²²⁸Ibidem, p. 29

²²⁹Ibidem, p. 30.

²³⁰O mesmo que tropa de asininos.

²³¹BERNARDES, op. cit., p. 59

Eu falo com muito ensino! Não vi na verdade não sou desse tempo, mas lembro demais de ver meu avô contar [...] O que agente ignora é que os homens aí, dos troncos do Pereira Moreira, não contam [...] mas não importam que os outros contem. Eles têm orgulho das bramuras que os mais velhos deles fizeram.²³²

Estevão e Jerumim se calaram: a caçada daquela noite estava perdida. Quem sabe o entusiasmo ao narrar as maldades dos poderosos contra os pobres não tenha envergonhado Jerumim? Ou talvez, nessa hora, Estevão tenha pensado pela primeira vez em ir embora de Santa Rita ao vislumbrar, numa faísca vívida, que Jerumim – pela mania de "de se achar confiado, ficar perto, cheirando não sabe o quê"²³³ - teria o destino dos fracos: morrer nas mãos dos poderosos. Mas ainda não era a hora de Estevão esquecer essa história. Em uma pescaria com seo-Pedro Ponte ele vivenciou, em um momento grotesco, o que fazia de Santa Rita um mundo cheio de desmedidas, injustiças e desacertos. É quando o romancista, Bernardes, retira a suspensão do "que dizem" por meio de uma evidência material:

Meu anzol enroscou, dei sopapo, forcejei na linha, deslocou, o anzol veio arrastando o enroscou. "Seja lá o que for, vem aí!" Era uma caveira de gente, e **lembro**²³⁴ que tive um remorso ruim quando vi a volta do meu anzol enganchada no buraco do olho daquele estrupício. Jogamos outras linhadas no mesmo lugar, arrastamos mais: ossadas das arcadas das cadeiras, fios de costelas, nós de espinhaço [...] o anzol dele [de seo-Pedro Ponte] só arrastava caveiras; puxei uma com uma ossada miúda e ele duas. Só uma não tinha furo, como que de bala. Só sei que o dia amanheceu com o barranco do antigo porto do Jenipapo coalhado de ossos...²³⁵

As ossadas retiradas do poço²³⁶ do Jenipapo são expostas como evidência material de como fora o surgimento da povoação de Santa Rita. Essa evidência pode ser defendida por dois argumentos. Da perspectiva da escrita, Bernardes, o autor, é impositivo: obriga Estevão a posicionar-se ao fazê-lo usar o verbo *lembrar* na primeira pessoa do indicativo presente: "**lembro**²³⁷ que tive um remorso ruim quando vi a volta do meu anzol enganchada no buraco do olho daquele estrupício". Ou seja: Estevão aqui se assume como participante do processo, afinal ele viu e lembra-se das caveiras.

Segundo argumento. Da perspectiva de quem vivia aquelas relações, Estevão, personagem, ainda era sutil, uma vez que tinha medo de cair nas mãos dos poderosos, porém seus pensamentos sobre o surgimento da povoação, apesar de incertos não eram mais sobre o

²³²BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: Editora UFG, 1995. 31 p.

²³³Ibidem, p. 139

²³⁴Grifo meu.

²³⁵BERNARDES, op. cit., p. 30

²³⁶O mesmo que lagoa.

²³⁷Grifo meu.

que diziam, havia um tom de concretude ao instigar seo-Pedro Ponte com uma *quase pergunta*: "– **Decerto**²³⁸ era aqui que os homens..."²³⁹. Mesmo instigado seo-Ponte não rompe o silêncio, mas Estevão constata que o companheiro "dava sintomas que sabia de tudo, não queria era contar; e essa hora eu [Estevão] ficava com uma crençazinha de que ele não dizia coisa com coisa era porque era cúmplice"²⁴⁰.

Estevão, depois da "pescaria de esqueletos na lagoa", afastou-se dos questionamentos acerca de como o povoado Santa Rita surgiu, indicando que Bernardes atingiu o objetivo de estabelecer que os primeiros ocupantes do lugar foram os pobres do Passa Três que, mortos pelos "homens de Francisco Vigilato", haviam permanecido submersos, por muito tempo, nas águas do Jenipapo, e que naquele momento emergiam como evidência dos acontecimentos. Uma metáfora de que aquele era o momento em que a história da origem do lugar poderia emergir?

Em *Santa Rita*, os indícios acerca da origem de um povoado fazem transparecer, em primeiro lugar, que o processo de domínio fundiário – de mando das terras, e conseqüentemente, de comando dos homens – não precedeu à ocupação dos espaços pelos pobres. Sertanejos pobres viviam nos Vales antes da chegada dos fazendeiros; porém, viver *na* e *da* terra não era re-conhecido como ocupação e povoamento porque não havia uma estrutura mínima de fazenda. Especialmente, não havia rebanhos soltos. É por essa razão que Francisco Vigilato dizia que a terra em Santa Rita não tinha dono, apenas uns "arranchados acolá no Passa Três, um povo atrasado, nem roça faziam"²⁴¹.

Não é necessário retornar à discussão do cultivo ou do não cultivo, mas a idéia de viver "arranchado" – ou seja, habitar provisoriamente – foi uma justificativa para a expulsão, para o assassinato e para a subjugação do sertanejo pobre na forma de agregado. Audrin constrói sua concepção de "primeiros ocupantes" a partir desta perspectiva: um lugar povoado – ou a formação de uma povoação – não era definido pela presença de pessoas, mas pela presença de um ordenamento, mesmo que precário, do espaço. Ou seja, pela presença de um espaço social organizado. É nesse sentido que se pode compreender sua explicação de que os

²³⁸Grifo meu. Esta citação foi transcrita exatamente como construída no romance. A palavra *decerto*, o mais aproximado de uma afirmação categórica feita por Estevão, articulada às reticências, que aparecem daquela forma no texto original, indicam um silêncio que fala e que ao mesmo tempo poderia ser traduzido: "Então foi aqui que os jagunços dos Pereira Moreira mataram os primeiros ocupantes da região!".

²³⁹BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: Editora UFG, 1995. 30 p.

²⁴⁰BERNARDES, loc. cit.

²⁴¹Ibidem, p. 29.

fazendeiros eram os primeiros ocupantes porque por serem mais abastados podiam atribuir-se verdadeiros latifúndios, onde soltavam seu gado e outros animais: *organizando fazendas*.

De fato, para Audrin o sentido de ocupação, povoamento, ou "propriedade" vinculava-se aos recursos que a pessoa (obviamente um fazendeiro) investia na organização do lugar e por isso afirma: "o quintal faz parte de todo sítio bem organizado [...] indica por parte de seu dono, a vontade de permanecer fixo no lugar. Em contrapartida, sobre os sertanejos pobres o argumento é inverso: "geralmente os sertanejos de limitados recursos não cogitam organizá-lo [um quintal], pois vivem como nômades, sempre à procura de novos pontos para caçadas e lavouras"²⁴².

Para Audrin, os fazendeiros abastados ocupavam e povoavam porque tinham recursos para ordenar o espaço, para "organizar fazendas", demonstrando, assim, que pretendiam fixar-se no lugar. Entretanto, ordenar um espaço ou organizar uma fazenda tinha um aspecto básico: soltar o gado com uma marca própria na terra. Era a condição de ter gado solto em determinado espaço que definia a propensão de qualquer sertanejo a fixar-se em uma região. Por outro lado, como os sertanejos pobres não possuíam gado não eram também considerados ocupantes ou povoadores. A questão é que embora Audrin não seja conclusivo em seu argumento, sua razão para afirmar que os pobres não cogitavam organizar um quintal não era o fato de considerá-los nômades, mas a prioridade que o gado do fazendeiro tinha na ocupação da terra, deslocando constantemente os agregados.

Com a restrição de seu espaço, ao sertanejo pobre apenas restava três condições: morrer, mudar-se, ou, o mais comum, tonar-se agregado. Conseqüentemente, tornando-se agregado, *ele seria organizado* em função da *organização da fazenda*. Para o pensamento dominante a partir do último quartel do século XIX, do qual Audrin era herdeiro, uma fazenda estaria organizada quando três condições fossem atendidas: 1) a terra estivesse povoada pelo fazendeiro e sua família; 2) a terra estivesse ocupada pelo gado criado à larga e 3) o sertanejo pobre encontrasse-se fixado na terra²⁴³ quando, se tornando agregado, aceitasse o mando e o controle do fazendeiro. Na esteira das duas primeiras condições, a fixação do sertanejo pobre

²⁴² AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1963. 48-50 p.

²⁴³ Raffestin procurando diferenciar espaço e território afirma que mesmo que o território somente exista a partir da existência do espaço, estes não se confundem, sendo o território "uma produção a partir do espaço [...]. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder". Nesse sentido territorializar um espaço é exercer um poder sobre este espaço, que no caso das relações sociais no sertão aqui investigado relaciona-se diretamente aos problemas que envolvem o "comando da terra". Cf. RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 144 p.

na terra, por meio da agregação, conduzia à normalização de suas vidas e, com isso, principiava-se o controle social da região.

No entanto, os critérios acima foram construídos a partir de um olhar sobre o processo de *organização das fazendas já concluído*. O que pensavam e objetivavam os fazendeiros à época do processo, entre 1830 e 1870, parece muito diferente das perspectivas construídas *a posteriori*. Inicialmente, pensavam em encontrar uma atividade que melhorasse suas finanças, afinal com o "declínio da mineração e da cultura do algodão em Goiás e no Maranhão", respectivamente, os homens que haviam ficado na região e possuíam algum capital precisavam urgentemente de uma opção que não demandasse avultada mão-de-obra, pois a população escrava que já era diminuta no início do século XIX tendia a desaparecer. Esta foi uma das razões para que, na região, não se investisse na agricultura em escala. Em termos de percepção de mundo, muitos dos antigos donos de lavras ou cultivadores de algodão viam o quase desaparecimento da população escrava como despovoamento.

Outra questão importante refere-se ao fato de que, desde as Guerras de Independência e principalmente com a Balaiada (1839), foi significativa a transferência de fazendeiros que possuíam gado no Piauí e no Maranhão para as zonas dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, em função da perseguição das Forças Imperiais, conhecida como *degola*. Acompanhando este último argumento, é compreensível a relação entre a vinda destes fazendeiros, envolvidos em batalhas e escaramuças, e suas intenções em manter os pobres livres da região como agregados das terras que viessem a dominar: ora, eles seriam no mínimo uma reserva de braço armado, aumentando o contingente dos que já traziam consigo.

Falamos até agora do processo de organização das fazendas nos Vales a partir de duas perspectivas. A primeira refere-se à visão construída por uma memória dominante, a exemplo da memória de Frei José Maria Audrin; a segunda refere-se às expectativas dos fazendeiros à época do processo, entre 1830 e 1870. Mas a construção de uma "história do povoamento dos Vales" é outra história. Na historiografia e na sociologia, houve, a partir de 1970, a construção de uma ruptura total nesta realidade, transformando-a em dois processos desvinculados. Por um lado, historiadores e sociólogos reconstruíram parte deste processo histórico – entre as décadas de 1880 e 1930 – a partir da vinculação da questão agrária às práticas "atrasadas" de um latifúndio que, por meio do braço armado do agregado, impedia o desenvolvimento e o progresso da economia nos Vales.

Influenciados por uma concepção de modernidade, típica da propaganda Varguista, estes historiadores assumiram o posicionamento de que a agricultura deveria suplantiar a pecuária, pois a criação de gado neste momento re-presentava a política da Primeira

República. Ana Lúcia da Silva em *A Revolução de 30 em Goiás* (2001) observa e assume a oposição entre o primitivo, a pecuária, e o futuro, a agricultura e a indústria:

Erram os que pensam que o nosso futuro industrial é problemático. A agricultura e a indústria – a primeira mediante a racionalização e a diversificação de seu trabalho [...] representam duas forças fundamentais [...] Todo louvor à terra [...] Não podem a agricultura e a indústria escapar ao controle do Estado, quando o país adquirir a consciência de que pela exploração racional de ambas vamos sair da fase da economia primitiva [...] para uma obra que recomenda às gerações do futuro ação [...].²⁴⁴

Por outro lado, a despeito dos poucos estudos diretos sobre o século XIX, outros historiadores e sociólogos propuseram que a partir da década de 1830 a *organização das fazendas* foi decisiva para o povoamento dos Vales. Esta perspectiva foi construída tendo como referência a comparação com a decadência das bases econômicas de Goiás e Maranhão a partir do final do século XVIII. Em outros termos, contra a estagnação provocada pelas *antigas economias*, a ocupação da terra por meio da pecuária foi considerada o caminho da recuperação. O sociólogo Francisco Itami Campos, por exemplo, afirma aqui que a "pecuária moldou um trabalhador ligado, como uma raiz, à terra em que criava a criação"²⁴⁵. Para ele

além destes, outro fator foi importante na implantação da atividade pecuária: o seu produto – o gado. Isolado das regiões mais prósperas do país, sem meios de comunicação rodoviária, [Os vales] permaneceu até as primeiras décadas deste século num quase total isolamento. O gado, contudo, supera as condições de isolamento a que era submetida a população [...].²⁴⁶

A perspectiva de Campos (1985), de que o gado, por se autotransportar, retirou a região do "isolamento" aproxima-se da concepção de Audrin de que "o rebanho ocupar a terra" contribuiu para o "povoamento". Por outro lado, há no argumento de Campos de que o trabalhador fixava-se na terra, "onde criava a criação", um problema de base, afinal quem possuía gado não era o *trabalhador* – na época *agregado ou camarada* – mas o fazendeiro. O agregado ou o camarada fixava-se, sim, à terra, mas por outras razões, inclusive, porque não raras vezes era obrigado. Retomando aqui a clássica e pertinente concepção de Edgar Carone de que "do agregado era exigido lealdade e permanência infinita em suas terras [nas terras do fazendeiro ou coronel]"²⁴⁷.

²⁴⁴ LOURENÇO apud SILVA, A. L. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Câne, 2001. 142-143 p.

²⁴⁵ CAMPOS, Francisco Itami. **Questão agrária**: as bases sociais da política. São Paulo, 1985. 07 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1985. Mimeografado.

²⁴⁶ CAMPOS, loc. cit..

²⁴⁷ CARONE, Edgar. **A República Velha I** (Introduções e classes sociais) 4. ed. São Paulo: Difel, 1978. 253 p.

Por outro lado, retornando ao processo, sabe-se que até mais ou menos a década de 1950 a com-formação entre fazendeiros e sertanejos pobres foi negociada. De fato, na maioria das vezes, quando em uma área povoada pelos pobres chegavam fazendeiros ou coronéis de outra região, a intenção destes últimos era, claramente, estabelecer domínios: ocupando e controlando a terra e os pobres. Nestes casos, o custo inicial para estes pobres era deixar-se comandar, ou seja, tornar-se agregado do "novo" dono da terra. Por quê? Porque normalmente os dominadores eram acompanhados de homens armados que há um só tempo eram cabras, jagunços, agregados e camaradas. Porém, mesmo nestas tensas circunstâncias, uma negociação estabelecia-se: prevalecia a prudência do pobre e a força do fazendeiro.

A narrativa de Audrin, ignorando a presença de pessoas habitando os Vales antes dos fazendeiros, é condizente com sua visão de um sertão mais ou menos idílico, preso há um tempo quase mítico, na permanência de relações pseudo-atemporais, onde os modos de viver ancestrais dos sertanejos pobres, a que se refere, não é outro senão a aceitação do mandonismo:

Outro propósito, e este é o principal, impeliu-nos a redigir estas notas. Baseado em provas múltiplas [...] pretendemos afirmar o fato da continuação ou se quiserem, da sobrevivência do sertão de outrora em pleno século XX. [...] A sua posição geográfica preservá-los-á de contatos e influências que fariam desaparecer aos modos de vida ancestrais. [...] poderão sobreviver grupos de sertanejos aplicados aos trabalhos primitivos, sustentados pela fé dos seus antepassados, fiéis às leis familiares [...] Enfim, o que há de resistir eternamente é a natureza com os seus deslumbrantes panoramas [...].²⁴⁸

Voltando a *Santa Rita* é perceptível que Carmo Bernardes constrói outra vertente narrativa para Estevão. Este, por compreender que a questão da ocupação encontrava-se esclarecida e que a vida continuaria para os que restaram vivos, continuou suas viagens carregando, agora, no lombo de seus burros a narrativa da vida dos que *aceitaram* o mando: acomodando-se à condição de agregado. Esta era a forma em que costumeiramente os sertanejos pobres tinham sua vida organizada. Talvez tenha sido esta razão do silêncio mortificado, porém subjugado, de Estevão sobre os *desmandos* dos Moreira Pereira na região.

De fato, terminada a *necessidade* do confisco²⁴⁹ a cabroeira da família Pereira Moreira passou a viver como agregada, tocaram a vida cuidando da roça nas terras do Coronel Chiquinho. Estevão conheceu algumas famílias de jagunços, mas cabe lembrar que nem todos os homens que receberam a alcunha de "cabras dos Vigilatos" tinham a vida por conta das armas, muitos tinham as mãos quase sempre na enxada. De qualquer forma, suas vidas e de

²⁴⁸ AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 204 p.

²⁴⁹ Carmo Bernardes utiliza a palavra "confisco" como sinônimo de assassinato.

suas famílias não eram fáceis: a vida de agregado, com as mãos sujas de terra ou de sangue, exigia fidelidade, permanência nas terras e principalmente a aceitação das ordens do fazendeiro.

Estes eram os momentos de calma na vida do agregado, porém mesmo os que mantinham as mãos sujas de sangue, tinham que disputar a vida diária. Foi em um destes momentos que chegou a Santa Rita uma professora da roça, daquelas que vem a contrato: Dona Filozica. Os agregados queriam que seus filhos também estudassem e os coronéis colocavam impedimentos; em meio a esta tensão, Estevão "enxergava muita discórdia futuramente". Mas o que ocorreu foi justamente o contrário: o povo do Mané-baiano (como eram conhecidas as famílias de agregados) fez o acordo de fornecer o mantimento anual da professora em troca do direito de seus filhos "entrarem no estudo". Estevão "foi ao outro mundo e voltou"²⁵⁰.

Estevão "ir há outro mundo..." é a expressão verbal da revolta contra a exploração. Afinal, não era um disparate os agregados serem obrigados a sustentar a professora com suas roças, insuficientes até para suas famílias, para que seus filhos fossem à escola? Também Bernardes, na década de 1930, quando ainda trabalhava na fazenda Mataburro, "quase sai do sério [...]" ao ver a situação de Sebastião²⁵¹. Afinal, "gente não era animal", mas Sebastião não conseguia plantar sua roça porque o fazendeiro chamava-o toda hora – era um mandado, uma viagem, uma vaca varadeira. "E dizer não, como? Pra onde ia com sua penca de filhos miúdos?"²⁵².

A partir da complexa tensão entre passado e presente na narrativa de Bernardes foram cotejados seus relatos de memória *Rememórias II* (1969) e *Quarto Crescente* (1985) aos romances *Memórias do Vento* (1986) e *Santa Rita* (1995), este último condensando parte do imbricamento entre ficção, memória e realidade vivida presente no trabalho deste autor. Desse cotejamento, surgiram indícios de como os agregados lidavam com suas situações concretas, agindo de acordo com seus interesses e possibilidades²⁵³, em um jogo de limites e pressões.

Aqui o esforço de Bernardes é compreender e ao mesmo tempo explicar as razões essenciais do com-formar-se destes homens, porém considerando que os significados destas práticas eram mediados por uma negociação permanente:

²⁵⁰BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: Editora UFG, 1995. 94 p.

²⁵¹Companheiro de agregação de quem fala no relato de memórias *Rememórias II* (1969).

²⁵²BERNARDES, Carmo. **Rememórias II**. Goiânia: Leal – Ed. Araújo Ltda, 1969. 211-212 p.

²⁵³Cf. BERNARDES, Carmo. **Memórias do Vento**. São Paulo: Marco Zero, 1986. 28 p.

O Floris sabia que se saísse do Bené seu fim seria agregar-se lá adiante nas mesmas condições, e que diferença faz mudar cebola? Também da parte do patrão o caso não mudava de figura. Se num possível acerto o agregado ficasse devendo, e daí? Não seria a mesma coisa?²⁵⁴

O seu olhar é um olhar de dentro e para dentro. Olhar que aponta indícios de um aspecto cultural marcante na realidade social dos Vales ao menos até a década de 1950: a "consciência" que tinha o sertanejo pobre da aura invisível de poder dos fazendeiros e coronéis, o que os levava a agir com prudência, o próprio Bernardes, mesmo não admitindo que participasse da acomodação, estava completamente envolvido pela aura desta força invisível:

É a tal coisa: o freguês possuindo recurso joga com uma força invisível que dá nos miúdos um receio esquisito, uma mestiçagem de respeito com ódio [...] Venho observando e hoje em dia estou a dizer que todo proprietário, é ranheta, sistemático com os agregados, cheio de nó pelas costas. Acho que por serem donos dum largo pedaço de chão adquirem a moléstia de querer manobrar com o mundo.²⁵⁵

Tal força, Bernardes re-conhece, era bastante concreta, e uma das formas pelas quais se materializava era o saber costumeiro das pessoas de que o mando, ou melhor, a *cangalha no lombo*, não se referia apenas às suas relações com o fazendeiro de quem eram agregados, mas com o "mundo do mandonismo"²⁵⁶. Bernardes expõe o alcance da submersão de todos os sertanejos pobres a esta força de mando ao afirmar para si mesmo, enquanto ainda trabalhava na fazenda Mataburro, que somente na condição de "adquirir [ter a posse reconhecida dentro da estrutura agrária vigente] um pedacinho de terras, [um agregado] poderia se considerar um homem fôrro"²⁵⁷.

É claro que Bernardes não estava falando da escravidão propriamente dita e nem mesmo da vida de camarada. Sua observação é arguta no sentido de compreender que, não importando o lugar ou a situação, apenas a condição de *donos da terra* possibilitaria ao agregado manobrar seu próprio mundo, talvez por isso procure entender a *escolha* de Floris. Assim, reconhecer a existência de um *jeito*, mesmo que improvável, para uma condição de relativa autonomia é *sentir* que o improvável tem sua outra face: o possível. Uma improvável

²⁵⁴BERNARDES, Carmo. **Rememórias II**. Goiânia: Leal – Ed. Araújo Ltda, 1969. 212 p.

²⁵⁵Ibidem, p. 209.

²⁵⁶Sobre o Mandonismo, prática social permanente no jogo político brasileiro especialmente entre o século XIX e a década de 1930 cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Mandonismo local na vida brasileira e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

²⁵⁷BERNARDES, op. cit., p. 190

autonomia poderia significar uma possibilidade – se não contra a aura do poder, ao menos contra uma prática de mando. Retomando Fontana, "dentro da maior liberdade possível" ²⁵⁸.

Nesse jogo do improvável e da possibilidade é sempre necessário relativizar as interpretações. Audrin ao narrar a "forma com a terra era partilhada" ²⁵⁹ compreende-as como condições essencializadas de subserviência e paternalismo, "apesar de [reconhecer] alguns abusos" ²⁶⁰. Ou seja, compreende-as como consenso. No entanto, subserviência, paternalismo e consenso foi um desvio tomado por ele para não narrar, como tal, as relações de dominação que tão bem conhecia.

Redimensionando sua visão, surgem novas evidências. Em uma leitura crítica é possível ver (ao contrário de um consenso) o agregado buscando manejar sua condição, pois enfrentar um fazendeiro que se transferia de uma região para outra região em companhia de "sua gente" - semelhante ao que é narrado na ficção por Estevão e em outras fontes cotejadas neste trabalho - era temerário se o agregado já não estivesse na "sombra de outro fazendeiro". Assim, a luta do agregado ²⁶¹ consistia em estabelecer relações que possibilitassem compreender como essa força invisível se materializava em suas vidas para, então, empreender estratégias e meios de acomodá-la ou acomodar-se a ela, visando à constituição de uma com-formação social.

Acima, Bernardes narra o que ele considerava a única forma de se livrar dessa força – no caso, tornar-se "dono de terra". Em *Santa Rita*, Estevão indica como, nas relações de agregação, essa força invisível se apresenta concretamente e como os agregados lidam com elas. Ele expõe que, mesmo nas condições em que o fazendeiro Francisco Vigilato Pereira *requereu* a terra na região do riacho Passa Três ²⁶² - mandando matar os pobres que lá viviam –, os sertanejos pobres, ainda assim, pediram para ficar morando como agregados nas terras agora sob o mando daquele fazendeiro. Mas o pior de tudo era viver ombreado com a cabroeira vinda do Jalapão, que havia forrado o fundo do poço do Jenipapo com as caveiras de muitos conhecidos.

²⁵⁸FONTANA, Josep. **História**: Análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998. 281 p.

²⁵⁹AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 44 p.

²⁶⁰Sobre a visão dos dominicanos, especialmente os franceses, em relação à necessidade que os sertanejos pobres tinham de um "governo" forte e paternalista, cf. GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 74-84 p.

²⁶¹É importante observar que o problema discutido aqui está além da questão indefensável de que os "fazendeiros chegaram primeiro e ocuparam a terra pacificamente". Cf. BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: Editora UFG, 1995. 29-32 p.

²⁶²O Riacho Passa Três era, na verdade, um rio que desembocava no Rio Tocantins, mas que, em extensão, atravessava toda uma vasta região: de cerrados até as matas de cocais nas proximidades do Maranhão, ou seja: a área que a família Pereira Moreira havia "requerido" estendia-se por muitas terras povoadas.

Agora estes jagunços eram agregados, mas deixasse um dos pobres trastejarem? Não havia muito tempo, por conta de criação na roça de fazendeiro, não andou morrendo agregado? "Contam que [quem matou] era da 'gente do coronel' vindos do Jalapão"²⁶³. Esses indícios no romance *Santa Rita* podem não falar sempre de pessoas reais, mas certamente falam de situações, circunstâncias e práticas vividas pelos pobres até meados do século XX. É ao ampliar a série de fontes cotejadas que as evidências se fazem expressivas.

Nesse sentido, cotejando criticamente os relatos de memória de Audrin e de Bernardes com o romance *Santa Rita*, encontrei evidências de que aquela força invisível, concretamente existente, era disputada nas relações: a agregação era uma prática real do sertanejo pobre porque ter uma terra para plantar e morar e estar sob a "proteção" de um fazendeiro ainda era, em muitos casos, a melhor opção, mesmo que para isso fosse necessário manter o compromisso da lealdade ou o teatro da deferência, o que por si só significava a diluição de qualquer possibilidade de consenso e aclara sua situação de movimento e sua potência.

Nesse sentido, há de se observar que, apesar de serem construídos a partir de lugares diferentes, o mundo de *Sertanejos que eu conheci* (1963) e o mundo de *Santa Rita* (1995) não advêm de universos incomunicáveis, constituindo muitos "fios vermelhos" comuns. Entretanto, para encontrar estes rastros comuns, estes fios, foi necessário deslocar muitos dos sentidos atribuídos pelos narradores²⁶⁴, pois o que Audrin via como humildade era astúcia; o que via como consenso era campo de possibilidades colocado em perspectivas realistas; o que Estevão, e também Bernardes, via como falsidade, era consciência dos termos da disputa; o que via como medo, era experiência de auto-preservação.

Nessa direção, passada a fase que ficou conhecida equivocadamente por "povoamento", as situações de conflito e de disputa ampliaram-se. Mas não era apenas entre fazendeiro e agregado que se estabelecia uma tensão constante, pois terminada a fase de "organização das primeiras fazendas" (muitas delas com mais agregados do que rebanhos), a migração "de homens que comandavam gente" foi contínua e, conseqüentemente, a luta pelo comando das terras, envolvendo vários movimentos, aumentou consideravelmente.

Desde a década de 1860, restavam poucos homens nos Vales como o Coronel Francisco Vigilato Pereira Moreira, que mandava sozinho em uma larga região. Realmente, as evidências discordam amplamente dos argumentos que tratam o poder na região apenas como

²⁶³BERNARDES, Carmo. **Rememórias II**. Goiânia: Leal – Ed. Araújo Ltda, 1969. 33 p.

²⁶⁴Cf. GINZBURG, Carlo. *No rastro de Israel Bertuccio*. In: **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.154-159 p. Especialmente discussão das páginas 166-167.

baseados na força econômica e no carisma pessoal de um único líder. A *organização de novas fazendas* tornava o exercício do poder uma negociação e uma composição entre fazendeiros.

Porém, esta composição era muitas vezes bastante frágil, exigindo dos fazendeiros uma constante atenção às relações: o compadrio, as festas de padroeiro e do divino, a negociação de pequenas contendas entre agregados, e muitos outros aspectos. No entanto, os conflitos eram inevitáveis, pois a questão era o comando da terra e dos homens: disputado diversas vezes entre o século XIX e o XX. De forma análoga, também a participação dos agregados era inevitável. As observações de Audrin acerca da forma pela qual se estabelecia o domínio agrário de um fazendeiro convergem com o que narra Júlio Paternostro²⁶⁵. Este médico ao percorrer a região no ano 1935 afirmou que:

diz [ia]-se que a terra e[ra] de fulano ou de beltrano, quando se observa[va]m as ancas do gado marcadas a ferro: e as reses ora se amontoavam na propriedade considerada de seus donos, ora na dos vizinhos. O arame e[ra] um rio por onde o gado não pod[ia] atravessar. Uma faixa de terra boa para pastagens vem do Maranhão até o norte de Minas. [...] a vegetação esparsa e mirrada cede lugar às extensões de gramíneas. Constitui essa extensa faixa o Jalapão, terras de domínio público em que se cria o gado.²⁶⁶

Júlio Paternostro, mais ou menos um século depois do início da referida organização, diz que as terras de "fulano" eram onde seu gado alcançasse: estes eram os limites agrários. Mas se as fazendas começavam e terminavam umas dentro das outras, certamente o rebanho não *re-conhecia* fronteiras. Ao agregado, a restrição era muito mais ampla.

Acima, quando apontei, que uma das premissas do pensamento vigente acerca da organização das fazendas era a de que criar o gado solto nos campos e cerrado significava ocupar a terra, referia-me menos a uma condição simbólica (centrada na mentalidade do final do século XIX e início do século XX) e mais a uma condição material: o gado criado à larga, movendo-se por todos os espaços, não apenas restringia os espaços do agregado, como também promovia e insuflava os permanentes conflitos entre e inter fazendeiros e coronéis.

As conseqüências desta prática (criar o gado à larga) ultrapassavam tanto a evidência da ausência dos limites agrários entre fazendas, no pseudoprocessos de ocupação da terra, quanto a limitação dos espaços do que, retrospectivamente é possível afirmar, foi um

²⁶⁵ Júlio Paternostro: médico que em 1935, trabalhando no Serviço de Febre Amarela, percorreu grande parte do Estado do Pará e Goiás com o objetivo de colher material sobre a distribuição da imunidade de febre amarela entre os habitantes da região do Tocantins. Seu relato de viagem, denominado *Viagem ao Tocantins* é um repositório etnográfico, porém crítico ao problematizar as relações de trabalho.

²⁶⁶ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945. 207 p.

exercício de controle social dentro da tentativa de um processo civilizador maior. Definitivamente, na concretude da vida, quanto maior o rebanho do fazendeiro, mais circunscrita estaria a roça do agregado a menores áreas de terra. Assim, é possível entender a revolta de Estevão com o *dever dos agregados* de fornecer o mantimento anual da professora – em se tratando de sua condição vital: retirar seu alimento de reduzidas roças.

Para o agregado, a busca por mobilidade era permanentemente tensionada por suas preocupações em como conseguir ocupar um pedaço de terra para morar e plantar e, ainda, entender que o problema do viver da terra era:

não estar na vontade da gente o mantimento dar ou deixar de dar. Todo lavrador imagina que Deus deveria ter dado ao próximo a faculdade de governar o tempo. Mas não é assim que se a chuva despeja uma vez só atrasa as plantações, o mantimento não presta no final das contas; se abre veranico muito comprido aí a fruta choca, é pior. Em assim sendo quem planta [...] vive é com o nariz no ar farejando o tempo, rogando misericórdia para que seu suor seja recompensado. Já não eu ali com o coração na mão, desconfiado com o aspecto tristonho da minha roça?²⁶⁷

Acima, na torrente de palavras revoltadas de Carmo Bernardes, posso ver o velho Alexandre, olhando para o céu e suplicando, na forma de uma interrogação: "mas e se chovesse?". Aqui os sofrimentos, limites e pressões da dominação e da exploração estão sendo narrados a partir das dores menores, avançando para as maiores: dos caminhos de normalidade para os de sobressaltos e de violência. Das preocupações acerca do pedaço de chão para plantar, do tempo (chover ou não chover?), da madeira para cercar as plantações seguiam para a condição de obedecerem aos fazendeiros com a força de braços armados. Na permanente condição de dominados, aprendiam a manejar a vida para conseguirem manter-se e manter sua família.

Por outro lado, para os fazendeiros, não cercar seus domínios era uma estratégia que tornava possível a expansão permanente das áreas dos criatórios e dos meios para *comandar a terra*, pois espalhar o gado criava a expectativa de uma ampliação de poder. Portanto, os conflitos entre a própria *elite fundiária* em torno da ocupação da terra e da posse do gado era permanente, e estas circunstâncias eram críticas para os agregados. Muitas vezes, questão mesmo de sobrevivência nos sentidos mais variados possíveis.

As opções dos agregados não eram muitas, mas, como afirmou Bernardes, por mais cruel que fosse essa verdade, a maioria deles se sentia alegre apenas por "estar vivendo, pois a vida não é isso mesmo: o movimento e a alegria". Ademais, a força invisível do mando não era apenas – ou principalmente – uma relação de pessoalidade, mas uma rede simbólica e

²⁶⁷ BERNARDES, Carmo. **Rememórias II**. Goiânia: Leal – Ed. Araújo Ltda, 1969. 204 p.

concreta que jogava com a vida das pessoas e que dava "nos miúdos um receio esquisito, uma mestiçagem de respeito com ódio"²⁶⁸. Portanto, é necessário reconhecer, apesar de reticente, que na realidade dos sertanejos pobres, a drasticidade das situações apenas permite encontrar a com-formação social, quando na verdade o desejo era ter evidências de que suas potencialidades materializavam-se em autonomia.

Porém nem toda a vida se passava assim. Algumas vezes, situações inesperadas abriam para os pobres do sertão algum espaço contra a exploração e a dominação. Chamamentos para pegar em armas eram ordens quase nunca questionáveis. Tocaías e vinganças eram organizadas e a mão-de-obra nestas tarefas era o sertanejo pobre: aqueles com as mãos sujas de sangue e aqueles que dificilmente passariam a vida sem sujá-las.

No livro *a Esfinge do Grajaú*, Dunshee de Abranches relata os antecedentes e o *clima* de conflito e tensão política em que "se fez a República", especialmente nos altos sertões maranhenses. Relata ainda como, por meio da transferência de muitos fazendeiros desta região para o outro lado do Rio Tocantins, este mesmo *clima* se estendeu, na década seguinte à República, para Boa Vista e para o Burgo de Itacaiúnas. No entanto, sua percepção ultrapassa os significados mais superficiais destas disputas na região, ao compreender que:

Dentro da questão partidária, deveria ter uma questão regional [...] Fosse, porém, como fosse, os crimes bárbaros e as depredações cometidos nestes últimos anos do Grajaú, irradiando-se já a Imperatriz, a Carolina e até a Boa Vista, em Goiás, eram uma vergonha para os foros civilizados do Maranhão.²⁶⁹

Conforme nota explicativa da editora, o relato de memórias de Abranches foi iniciado lentamente, talvez ainda na primeira década do século XX, porém foi terminado às pressas no ano de 1940. Jomar Moraes – autor da introdução de sua 2ª edição – esclarece que a urgência da publicação, realizada em 30 de setembro de 1940, foi ocasionada pela debilidade da saúde de Abranches, o que justificava, inclusive, a ausência de uma revisão acurada do texto. De fato, poucos meses depois, em 11 de março de 1941, veio a falecer o autor²⁷⁰, porém não deixou de "revelar o segredo da esfinge".

Nesta memória, a partir de uma leitura sobre os acontecimentos e as violências de Grajaú, Abranches realiza uma espécie de compreensão retrospectiva acerca das transformações ocorridas no sul Maranhão com a mudança de regime político do Império para a República, culminando com um olhar desencantando sobre os rumos desta última.

²⁶⁸BERNARDES, Carmo. **Rememórias II**. Goiânia: Leal – Ed. Araújo Ltda, 1969. 209 p.

²⁶⁹ABRANCHES, D. **A Esfinge do Grajaú**: memórias. 2. ed. São Luís: ALUMAR, 1993. 56-57 p.

²⁷⁰Ibidem, p. 13.

Talvez em função deste desencanto tenha criado uma relação de amizade com Leão Tolstói de Arruda Leda²⁷¹, fazendeiro envolvido em décadas de lutas sangrentas na região do Vales dos rios Araguaia e Tocantins, que o provoca, no dia em que se conhecem (em 1888): "Se a república fosse implantada hoje [1888] em nossa terra, pensa mesmo que o Governo cairia em suas mãos e na meia dúzia de outros jovens?" Sem deixar que Abranches retruque, o próprio Leda é quem responde: "sendo o Maranhão o que é, os atuais partidos mudariam de rótulo e continuariam a dar cartas os Gomes de Castro [...] e seus lugares-tenentes [...]"²⁷². De fato, Abranches quando assumiu o cargo de Promotor da Comarca de Barra do Corda²⁷³, em 1888, acreditava e defendia a causa republicana, mas no último capítulo da *Esfinge...* revela sua concordância com Leão Leda, mostrando-se decepcionado, afirma que após a proclamação:

E, agora, derruba-se o Trono; banira-se a Família Imperial e o resultado é o desgraçado do Maranhão voltar a ser senzala dos Gomes de Castro [...] e vermos ressuscitar no seio dos [...] sertões o Cristo do Grajaú [apelido de Araújo Costa maior inimigo dos Ledas no Maranhão] e toda sua caterva de assassinos e ladrões.²⁷⁴

Mas esta era uma questão secundária, como bem o sabia Abranches. Apesar das tensões políticas, o que fazendeiros e coronéis disputavam, efetivamente, era o controle das terras, do gado e, assim, também o mando das gentes, significando que agregados e suas famílias eram arrastados pelos grupos em guerra. Em 1876, o roceiro José Antonio, conhecido por Paraíba do Norte, encontrava-se cuidando de sua roça de arroz, na fazenda Tresidela, quando ouviu tiros na direção de sua casa. Correu, porém, ao chegar, sua esposa estava morta e suas duas filhas pequenas também. Paraíba do Norte foge para não morrer, "mas de longe vê sua casa e sua roça de arroz e milho... estava cheio de bonecas bonitas a serem queimadas"²⁷⁵.

Esta narrativa encontra-se no livro *Histórias Maranhenses: os missionários e os pobres*, de Astrogildo Mariano (1902), e trata da vida dos pobres e missionários –

²⁷¹Nascido em 1840 em Grajaú, sul do Maranhão, tornou-se proprietário rural e político. Envolvido nas disputas entre liberais e conservadores no Maranhão, travou batalhas sangrentas com seus inimigos na década de 1880 na região de Grajaú. Com a proclamação da República vê-se obrigado a mudar-se, em 1890, para Boa Vista, norte de Goiás, onde será um dos protagonistas da Revolta de 1907 na região. Porém ao perder a luta para o padre João de Sousa Lima muda-se novamente. Procurando instalar-se em Conceição do Araguaia, no sul do Pará, é assassinado em função de disputas por terra e por gado no dia 09 de março de 1909.

²⁷²ABRANCHES, D. **A Esfinge do Grajaú**: memórias. 2. ed. São Luís: ALUMAR, 1993. 106 p.

²⁷³Localizada na região de Pastos Bons no sul do Maranhão, foi cenário dos movimentos independentistas do início do século XIX e da Balaiada nas décadas de 1830/1840.

²⁷⁴ABRANCHES, op. cit., p. 201.

²⁷⁵MARIANO, Astrogildo. **Histórias Maranhenses: os missionários e os pobres**. Rio de Janeiro: Ordem dos Capuchinhos, 1908. 163 p.

principalmente os capuchinhos – durante as revoltas do século XIX em Grajaú-MA. Porém, Mariano não esclarece quem – ou a mando de quem – a família de Paraíba do Norte havia sido morta. Entretanto, José Antonio, o Paraíba do Norte, foi um destes raros sertanejos pobres que surgiram mais que uma vez em narrativas diferentes.

De fato, este mesmo José Antonio surge na narrativa de Abranches como um criminoso a serviço de Araújo Costa no ano de 1888, apresentando-se, esta teia, como um campo de possibilidades onde encontrar alguns vestígios de um sertanejo pobre. No relato de Abranches são consignados apenas seu apelido e as circunstâncias da prisão:

Ainda não havíamos terminado nossa inspeção quando vimos um grupo de populares, em forte algazarra, vir atravessando a praça. Eram vaqueiros que, estando ferrando o gado do Major Rosa Lima, genro do Capitão Leão Leda, tinha descoberto nas matas próximas o famigerado criminoso Paraíba do Norte, autor de quatorze mortes em uma mesma rusga. De braços amarrados atrás das costas e trazendo peias para lhe tolherem os movimentos, mesmo assim dançava no meio dos seus condutores ameaçando liquidá-los um a um logo que fosse libertado.²⁷⁶

Não aparece, em Abranches, qualquer informação sobre o fato de Paraíba do Norte ter tido uma família ou uma casa, mas a fazenda onde ele tinha sua roça, a Tresidela, aparece em outra circunstância do relato como sendo a fazenda de Araújo Costa. Ou seja, antes de ser um matador a serviço de Araújo Costa, possivelmente ele foi seu agregado²⁷⁷. Ademais, ser-lhe remetida a morte de 14 pessoas "apenas em uma rusga" pode muito bem ter sido o ato intempestivo e tresloucado de vingança contra os homens que mataram sua família e destruíram sua casa. É possível, ainda, que os autores da chacina tenham sido os homens de Leão Leda ou de qualquer outro membro da família Moreira, o que justificaria sua sanha e ameaças contras os homens que o havia feito prisioneiro – todos vaqueiros da família Leda Moreira. Abranches procurou conversar com Paraíba do Norte:

Depois de encarcerado, procurei ter a sós com ele uma entrevista. Falou-me serenamente, em voz pausada e calma. Contou-me a sua horrenda história. Era do partido de Araújo Costa, com quem trabalhava na política há onze anos. Na última guerra do Grajaú, as coisas estiveram pretas. Brigara peito a peito com os contrários. Sangrara muita gente. Os liberais do Capitão Leão também tinham boa cabralhada; eram bem-te-vis perigosos e, entre todos, se destacavam o Cascavel e o Aroeira²⁷⁸. E concluiu: 'Matei, seu Promotor, não posso negar, mais uns oito ou dez, mas matei para não ser matado.'²⁷⁹

²⁷⁶ ABRANCHES, D. **A Esfinge do Grajaú**: memórias. 2. ed. São Luís: ALUMAR, 1993. 109 p.

²⁷⁷ Ibidem, p. 119.

²⁷⁸ *Aroeira e Cascavel* são nomes míticos de jagunços nordestinos que aparecem em diversas narrativas de lutas nos Vales ao lado de fazendeiros diferentes em um período mínimo de 50 anos – talvez por isso tantos homens de armas tenham tomado esse nome para si. De qualquer forma, tanto em relatos memorialísticos, passando por relatos ficcionais até fontes públicas aparecem estes nomes, constituindo não apenas uma mítica, mas uma mística sobre a figura destes múltiplos sujeitos.

²⁷⁹ ABRANCHES, loc. cit.

Sobre acontecimentos da vida de Paraíba do Norte que não se relacionem às suas ações criminosas ao lado de Araújo Costa, Abranches não faz referência. E é possível que não o faça para proteger a imagem de Leão Leda, pois, retrospectivamente, em *A Esfinge do Grajaú*, os homens dos Vales do rio Araguaia e Tocantins aparecem como heróis. Não obstante, ao afirmar que Paraíba do Norte contou-lhe "sua horrenda história" não posso deixar de imaginar os enlaces e desenlaces que o fizeram entrar para o grupo de Araújo Costa, pois para além de suas práticas de violência, é necessário refletir também sobre as longas interrupções nas vidas daquelas pessoas durante as revoltas, quando o voltar para casa muitas vezes tardava ou não vinha para muitos deles. Os vaqueiros do genro de Leão Leda estavam ferrando o gado quando pararam para capturar Paraíba do Norte, agregado do inimigo de seu patrão. De fato, esta não era uma tarefa insólita em suas vidas.

Na fazenda do Major Rosa Lima, em uma noite de ferra²⁸⁰, que na verdade era uma festa em "algazarra e explosões de gargalhadas", um dos vaqueiros, e também jagunço, o Cascavel, conta sorrindo as lutas encarniçadas de que participou. O jagunço/vaqueiro era "um negro retinto, de olhos esbugalhados e rubros, alto, magro, ginguento e mal-encarado"²⁸¹. Abranches "chamara-o mesmo para que [...] narrasse os seus feitos mais atrevidos"²⁸². Ao redor da fogueira da ferra, que já ia se transformando em braseiros porque o luar principiava a iluminar o campo, começou a falar e todos ouviam silenciosamente seus sucessos.

No Combate da Serra – dizia Cascavel – tombaram mortos cento e vinte e seis lutadores. Aqui estão alguns valentes desse encontro sangrento – apontando-os ali acorados. Por mais de um mês ficaram muitos corpos sem sepultura naquelas serranias devido à precaução, de parte a parte, a respeito de um ataque surpresa. Foi então que "uma tropilha de camaradas foi à frente sepultando em pessoa companheiros e inimigos, o engraçado, diz gargalhando, é que companheiros e inimigos tiveram que ser enterrados na mesma vala"²⁸³.

Cascavel vira para o lado, diz Abranches, com o olhar mal-encarado, "e sua expressão muda para um sorriso de ternura: vejo uma cafuz arrastando duas crianças, era a mulher, Joanhina, e os filhos daquele que chamavam de facínora"²⁸⁴. Cascavel, olhando para ela, diz que "viviam por ali muitos vaqueiros, naquele ano não tinha roça não, alguém saía pra pegar

²⁸⁰ Atividade de marcar, com o sinal do dono, a anca do animal com ferro em brasa, normalmente o símbolo era a primeira letra do nome do fazendeiro.

²⁸¹ ABRANCHES, D. *A Esfinge do Grajaú: memórias*. 2. ed., São Luís: ALUMAR, 1993. 132 p.

²⁸² ABRANCHES, 1993, loc. cit..

²⁸³ ABRANCHES, 1993, loc. cit..

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 134.

manga, melancia, caju [...] receei que a peste se estendesse pelos campos e meu rancho, mais os meninos também era naqueles rumos"²⁸⁵. Cascavel, homem que assombrava apenas por narrar com tamanha naturalidade suas bárbaras façanhas, reunira homens para sepultar amigos e inimigos, mesmo correndo o risco de um ataque surpresa, para proteger sua família. Afinal, sua vida era muito diferente da vida de Paraíba do Norte, Cascavel tinha para onde voltar e, principalmente, ainda não falhara em proteger os que eram de sua responsabilidade.

Paraíba do Norte tivera que largar sua vida quando viu a morte de sua família – pois nada sobrara do que fora um dia – para seguir o homem que era inimigo dos seus inimigos. Roças abandonadas, práticas de viver colocadas em suspenso não era incomuns para os agregados: era o preço que pagavam para que, em tempo de paz, pudessem tocar suas roças e manter suas famílias. Para alguns – outros Paraibas do Norte – não havia mais motivo para a paz. Não é tão simples vislumbrar quais outras opções estes pobres teriam, pois era um tempo em que os homens não costumavam transigir com seus inimigos ou os aliados destes.

Encaminho-me, então, à década de 1897 para encontrar alguns dos momentos em que as armas simbólicas foram utilizadas, sob diversas formas, nas relações de poder e nas tentativas de reproduzir o equilíbrio de forças na região, o que, talvez, colabore no entendimento do porquê de agregados como Paraíba do Norte, Cascavel ou Alexandre tomarem determinados caminhos. Não me deterei em questões bélicas ou estratégicas da revolta que vou narrar por entender não ser este o objetivo desta pesquisa; ao contrário, problematizarei as expectativas e práticas dos agregados que, muitas vezes, determinaram mudanças nas relações sociais.

Em 1897 retornava da capital de Goiás o Padre João de Sousa Lima²⁸⁶, nascido em Boa Vista era o orgulho do povo do lugar: o primeiro padre "verdadeiramente" da região. Três anos depois, em 1900, Leão Leda – aquele coronel que deixei páginas atrás lutando contra Araújo Costa em Grajaú, sul do Maranhão - transferia-se, com parte de sua extensa família, também para Boa Vista. Atravessara o Rio Tocantins, agora estava em terras de Goiás, certamente na companhia dele estava sua gente, além de Cascavel, o vaqueiro/jagunço, e sua Joantina.

Leão Leda e seu clã eram homens acostumados ao mando, mas, ao chegar a Boa Vista, encontravam-se empobrecidos por décadas de lutas em Grajaú, que, perdidas para Araújo

²⁸⁵ ABRANCHES, D. **A Esfinge do Grajaú**: memórias. 2. ed., São Luís: ALUMAR, 1993. 134 p.

²⁸⁶ O Padre João de Sousa Lima a partir da década de 1900 tornou-se o principal chefe político da região, além de assumir o cargo de diretor da Mesa de Rendas do Norte de Goiás, função que equivaleria atualmente à de Secretário Estadual da Fazenda Pública, até a década de 1930.

Costa, obrigou-lhes ao exílio. Foram suas ações temerárias, o roubo de gado e a usurpação de terras, cujo objetivo era recompor seu patrimônio que lhe conduziu a outra luta armada. Conforme Aldenora Alves Correia, Leão Leda, já em Boa Vista, sentia-se "agora, confiante em si, [...] despertando-lhe o desejo de glória e de riquezas; passa a fomentar guerrilhas no sertão, a fim de apoderar-se de fazendas de gado, cereais e do pouco recurso dos indefesos sertanejos"²⁸⁷.

A concepção acima é de Aldenora Alves Correia, biógrafa do Padre João de Sousa Lima. Aspecto que leva a relativizar suas considerações em função de sua relação de proximidade com o referido padre, que foi o maior inimigo de Leão Leda. Por outro lado, como já discutido sobre as lutas de Grajaú, a tomada de terras e gado não era uma prática incomum para a família Leda. Na verdade, conforme carta de Dom Carrerot²⁸⁸, ao ver perdida a guerra em Boa Vista, Leão Leda dirigiu-se, ainda em 1909, para Conceição do Araguaia no sul do Pará onde "escolheu dez capangas dos que o haviam acompanhado e determinou que cada um fosse arrebanhar cem cabeças de gado vacum, nas fazendas mais próximas, para organizar sua fazenda em local que iria escolher"²⁸⁹.

Em outros termos, apesar do comprometimento de Aldenora Correia com o Padre João, sua narrativa é verossímil em função de outros documentos apontarem para acontecimentos que convergem com seu relato. De qualquer forma, a grilagem de terras e o abigeato praticado por Leão Leda não agradou aos fazendeiros do lugar e mesmo ao padre João, pois, ao chegar a Boa Vista, não se dedicara apenas à Igreja, mas também à criação de gado. Realmente, a sustentação da família Leda, quando de sua chegada a Boa Vista, no extremo norte de Goiás, diferentemente de em Grajaú, onde mantinha aliados fiéis entre os fazendeiros, baseava-se em certo apoio estadual e em sua capacidade de arregimentar homens exclusivamente para pegar em armas. Em outras palavras, apesar de possuir muitos agregados em suas terras, parte de *sua gente era recrutada a soldo*, ou seja, eram pagos.

Nos seis anos seguintes, entre 1900 e 1906, esta família procurou alterar esta situação arregimentando agregados, inclusive de outros fazendeiros, conforme relata Diego Mourão em *Acontecimentos de Conceição do Araguaia* (1909). A atitude de Leão Leda era cada vez mais ameaçadora: "Estava aliciando cabras, e influenciando para que abandonassem os patrões sem pagar as dívidas"²⁹⁰. É importante observar que Mourão não faz, acima, diferença entre

²⁸⁷CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do Padre João**. Goiânia: Aplic. 1975. 35 p.

²⁸⁸Carta transcrita por Frei José Maria Audrin na biografia de Dom Domingos Carrerot: *Entre Sertanejos e Índios do Norte* (1947).

²⁸⁹AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947. 91 p.

²⁹⁰MOURÃO, Diego. **Acontecimentos de Conceição do Araguaia**. Goiânia: Goyaz, 1909. 15 p.

agregado, camarada e cabra. Na verdade, não é uma distinção fácil, a não ser conceitualmente, porque, na prática o imbricamento entre camarada e cabra ou entre agregado e cabra era permanente. Por outro lado, no que se refere à indiferenciação entre agregado e camarada é necessário fazer ressalvas, principalmente em relação ao fato de que o primeiro não era ajustado, ou seja, não tinha qualquer contrato permanente com o fazendeiro, enquanto o segundo tinha seu trabalho baseado propriamente no ajuste, verbal ou escrito.

De qualquer forma, os fazendeiros que mantinham agregados, sob normas culturais reconhecidas socialmente, não admitiriam que Leão Leda aliciasse-os. Assim, em meio a agressões de lado a lado, iniciaram-se, em 1907, os conflitos armados com características que se assemelhavam à revolta de 1892. Entre cercos, defesas e ataques, crescia o *exército* de Boa Vista contra Leão Leda. Sob a chefia de padre João, Pedro Maquinista e José João – estes dois últimos também fazendeiros na região - entre junho e dezembro de 1908 este *grupo* já somava 600 homens²⁹¹.

O historiador Luis Palacín consigna que, conforme o Jornal *O Norte* da Barra do Corda, de 04/07/1908 "os reforços chegavam espontaneamente todos os dias"²⁹² aos revoltosos aliados de padre João. No entanto, os resultados da adesão eram muito voláteis, mesmo as explicitamente voluntárias. No relato *O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova*²⁹³ (1942), de Frei Estevão Maria Gallais, há a narrativa de uma conversa que este frei manteve com um sertanejo pobre que havia se mudado para Conceição do Araguaia, sul do Pará, após a primeira revolta de Boa Vista: em 1892. Gallais era o visitador da missão dominicana de Conceição do Araguaia nesta época e estava interessado em saber o que se dizia da conturbada participação de Frei Gil naquela revolta. Informado que ali em Conceição havia um homem chamado José Pereira que participara da revolta e sabia contar os acontecimentos, procurou-o.

Possivelmente Gallais deixou que José falasse livremente, pois se iniciasse perguntando sobre a ação de frei Gil poderia acontecer de o sertanejo calar-se. A narrativa deste frei parece intercalar a fala de José e sua própria interpretação do que o sertanejo pobre dizia. De qualquer forma, a parte que interessa do relato diz respeito a José. O ano era 1901. Como já havia passado mais ou menos uma década, José começa dizendo de como recordava:

²⁹¹ROCHA, Lima. **Relatório do Governo do Estado de Goiás** – 1909. 23 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

²⁹²PALACÍN, Luis. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. 135 p.

²⁹³GALLAIS, E. M. **O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova**, Missionário Dominicano. Belém: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

"para lembrar a idade [tempo] fico lembrando as roças que a cada ano era diferente. Vaca Morta, Areião, Boca Miúda. Aí eu somo pra lembrar o tempo, isso aconteceu a gente trabalhava na roça tal, aquilo foi na roça do Brejinho"²⁹⁴. E continua:

A gente morava na terra do seo-Virgiliano de Souza, na São Salvador, o rancho da gente era bem arrumado com uma cobertura de babaçu boa e um terreiro limpo, porque fazia uns anos que seo-Virgiliano deixou morar lá, sabe como é, de agregado. Naquele tempo a vida era mais favorável, porque na São Salvador era bom [...] não tinha que ficar indo pedir nada pra ele.²⁹⁵

Frei Gallais passa a narrar e inicia dizendo que José lembrava os "barulhos" por ter participado deles. Certo dia, um bando do Coronel Carlos Gomes Leitão²⁹⁶ entrou na fazenda e arrasou tudo. Tiveram sorte por não terem sido mortos, como "a gente do fazendeiro Anacleto", que foram todos mortos. E volta à fala de José.

Meu patrão era do lado do general Zé Dias, mas 'nós não era obrigado a entrar', por isso eu digo que era bom lá por que tinha outros donos de terra que o agregado era obrigado. Pra falar a verdade quase tudo era obrigado. Só que dessa vez não sobrou roça, queimou tudo, tinha soldado e jagunço tudo junto. A gente entrou pro grupo do general Zé Dias mais não foi obrigado não, foi por precisão. Seo-Virgiliano, mais os filhos eu mais cinco ou seis famílias de agregados, não lembro bem, mas parece que dava uns vinte homens. As mulheres andavam tudo escondida por dentro dos matos.²⁹⁷

Conforme José Pereira, Joaquim Bala, jagunço de Cel. Carlos Gomes Leitão, era conhecido por não deixar passar uma moça à sua frente: desonrava famílias inteiras; Sentenciando: "mas guerra não era pra ser assim, nunca foi, brigavam, mas respeitavam as famílias". Ao prosseguir afirma: "a gente lutou, matamos alguns, não foi por querer, mas também não me arrependo não, era a condição de viver daquele tempo. E ainda é, né não?"²⁹⁸. O patrão de José morreu durante uma batalha, mas os filhos do fazendeiro continuaram na luta, o que fez com que ele também continuasse, justificando: "tinha que ficar no meu lugar pra cuidar do meu serviço da roça, pra onde eu ia?"²⁹⁹

²⁹⁴GALLAIS, E. M. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano. Belém: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942. 205 p.

²⁹⁵GALLAIS, loc. cit.

²⁹⁶Protagonista de diversas revoltas armadas no extremo-norte de Goiás no final do século XIX. Acossado pelo governo goiano, transferiu-se para o sul do Pará, região de Itacaiúnas, onde, após o fracasso da tentativa de implantar o sistema de arrendamento entre os agregados, passou a explorar a castanha-do-pará e a borracha do caucho em terras públicas concedidas pelo governo do Pará.

²⁹⁷GALLAIS, op. cit., p. 207.

²⁹⁸GALLAIS, loc. cit.

²⁹⁹GALLAIS, op. cit., 208

Porém, quando terminou a revolta, a situação de José mudou, pois com a morte de seo-Virgiliano as normas na fazenda São Salvador também mudaram. Segundo José, o filho do fazendeiro, "o mais velho quer dizer, quis fazer regra igual nas outras terras que [José] já tinha morado"³⁰⁰:

O lugar da roça era marcado, agora todo ano tinha esperar ele dizer, acho que o nome era Dito, seo-Dito parece, quando voltava de tarde da roça, pra diante do São Raimundo, [provavelmente porque o fazendeiro só permitia roça em lugar afastado] passava aqui ele mandava carregar mandioca que a gente tinha que descascar para fazer a farinha ainda de noite pra trabalhar no outro dia[...] ainda agüentamos um tempo lá, aí ficamos sabendo que frei Gil fez o povoado de Conceição e saímos. Não era nada da gente mesmo e tava tudo pior [...] Mas não arrependo da luta não, foi pra seo-Virgiliano, mas a gente pensou que ainda ia ter terra pra viver [...].³⁰¹

A compreensão da lógica da *precisão* de José Pereira é representativa. Ele não escolheu, mas precisou lutar. Por outro lado, afirma que mesmo "que a vida favorável que tinha quando morava na fazenda São Salvador tenha acabado com a morte de seo-Virgiliano", não se arrependia de ter entrado na luta, pois o fizera "pelo antigo patrão que era um home bom, pra ele não precisava ficar pedindo nada"³⁰². A razão argumentativa de José Pereira na base é pertinente: ele não se arrependia, mas as motivações, me parece, foram falseadas porque estava conversando com Gallais, reconhecidamente adepto do "paternalismo rígido"³⁰³. Na verdade, não se arrependera porque estava lutando por sua vida e por sua família, mas principalmente não se arrependera porque a decisão que tomou, de entrar na luta, não foi inconseqüente, foi pensada; e esse pensamento foi construído na experiência: ele sabia que algo poderia dar errado, mas também sabia que naquele momento, dentro no campo de possibilidades que possuía, havia tomado o caminho que considerou o melhor.

É pertinente observar que, em 1892, na revolta de Carlos Leitão contra Cel. Perna/José Dias, a adesão – de fato voluntária – de José Pereira não teve o resultado por ele esperado: continuar na fazenda São Salvador. Ao contrário, teve que deixar a fazenda, pois o regime de seo-Dito, filho do dono da terra morto nos combates, era muito rígido, diferente do "sistema de seu pai: seo-Virgiliano". Por outro lado, na revolta de 1907, entre Leão Leda e padre João, outras formas de recrutamento e adesão foram utilizadas e alguns resultados também não foram os esperados. Mas não parece que o sertanejo pobre nas circunstâncias de revolta armada fosse de *chorar sobre o leite derramado*.

³⁰⁰GALLAIS, E. M. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano. Belém: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942. 208-209 p.

³⁰¹Ibidem, p. 208.

³⁰²Ibidem, p. 205.

³⁰³Sobre a questão do "paternalismo" e do apoio de Frei Gallais ao fato de frei Gil Vilanova agir com um "ditador" em Conceição do Araguaia. Cf. GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954.72-82 p.

Não obstante, conforme outras fontes, a formação do exército do Padre João não se deu unicamente pela adesão. É possível que os homens que estavam diretamente sob a chefia deste padre tenham se apresentado, em sua maioria, voluntariamente – em função de sua ascendência religiosa, da qual não se deve esquecer –, porém esta não foi uma circunstância permanente. Leônidas Duarte reproduz uma reportagem do padre Salvador Braz, publicada na Folha dos dominicanos de Uberaba em 15/08/1909 que afirma:

Contra toda previsão nossa [...] vimos a cidade onde exercíamos o ofício de vigário apresentar de repente o aspecto de uma cidade em pé de guerra: trincheiras e homens armados no porto; trincheiras e homens armados no circuito de Boa Vista, em todos os lugares mais favoráveis para a defesa do lugar...pelo interior andavam de sítio em sítio turmas armadas e sob pretexto de defender o direito arrastavam por faz e nefas jovens pais de família, e quantos podiam pegar capazes de levar as armas.³⁰⁴

Percebe-se que o desenrolar do conflito armado foi se constituindo entre inúmeros desencontros e surpresas militares, tanto nos povoados quanto nas fazendas, mas principalmente em desconexas e complexas redes de poder. A primeira delas reside no fato de que todos sabiam que a luta deveria se prolongar e que ambas as partes deveriam ter meios de manter-se. Para isso precisavam de alimentos, homens e dinheiro, assim as contribuições e adesões deveriam ser permanentes. Leônidas Duarte, mesmo sendo inimigo político do Padre João, não deixou de registrar que a permanência de Leão Leda em São Vicente foi marcada pela violência do recrutamento: "aliciavam gente por toda parte, tomavam armas dos viajantes que subiam ou desciam o rio"³⁰⁵.

Pela exposição de Duarte, é pertinente problematizar algumas circunstâncias. Em primeiro lugar, o aliciamento realizado por Leão Leda quase sempre foi por meio da força, o que dificultou a adesão dos pobres ao seu grupo. Relatos de 1907/1908, escritos por João Parsondas Carvalho e preservados, em parte, pelo memorialista grajauense Augusto Vieira, apresentam depoimentos de pessoas que participaram das revoltas recrutadas por Leão Leda³⁰⁶. Um destes sertanejos, Mundico Magu, fala de suas estratégias para fugir dos "soldados" de Leão Leda:

³⁰⁴DUARTE, Leônidas G. **Anais de São Vicente**: Goiânia. J. C. Rocha Editor, 1948, p. 48.

³⁰⁵Ibidem, p. 28

³⁰⁶Conforme Adalberto Franklin, Parsondas Carvalho escreveu a "Guerra dos Ledas" e partiu para o Rio Janeiro com o objetivo de publicar tal história em fins da década de 1909. Porém, Franklin não informa se foi ou não publicado. De qualquer forma, como Parsondas era jornalista, trabalhou, inclusive no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, em fins do século XIX - foram preservados alguns dos seus escritos acerca das revoltas na região. Aliás, ele foi protagonista em algumas destas revoltas nas décadas de 1870/1880. Sobre isso ver: CARVALHO, Carlota, **O Sertão**: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924. 69-70 p.

Aqui na cabeceira do Piau [riacho] escondi eu e mais quatro. Mandava às vezes vinte praças pro modo de pegar aqueles rapazes lá no mato e mais eu. Eles vinham mas não pegava não que a gente não era doido. Passava perto da carreira dentro do mato escondido e o diabo. Os soldados andavam atrás, mas se enganchava, voltavam pra atrás não sabia onde ia. E naquele lugar nós não ia mais, ia pra outra morada, outro lugar [...] fazia roça e riba da cabeceira [do riacho].³⁰⁷

Outros não conseguiam fugir, como é o caso do agregado José Ova, que, depois da fuga de seu patrão para Carolina, ficou à mercê dos *jagunços* de Leão Leda:

João Palmerio era um cangaceiro, bicho ruim. Ele me prendeu. Ele agarrava a gente cabocos. Quando ele chegava a gente corria para o mato e não tinha tempo de tirar a farinha do fogo, ele deixava queimar a farinha. Agregado só andava é escondido pras bandas das matas do Araguaia e João Palmerio perseguindo. Trazia muito gente amarrado sem necessidade. E as dificuldades de plantar a roça então...³⁰⁸

A situação destes dois sertanejos pobres, apesar dos desfechos diferentes, marca a convergência de um problema de primeira ordem naquele momento: a impossibilidade de trabalhar na roça, de produzir para comer, que os levava à situação de fome, pois as fazendas atingidas pelos saques eram normalmente ocupadas pelos bandos armados de Leão Leda. Mas a situação tornou-se mais grave quando forças federais vindas do Maranhão fizeram com que o grupo liderado pelo padre João, mas dividido em três facções – a dele, a de José João e a de Pedro Maquinista – debelassem. De fato, Leônidas Duarte reproduz um artigo do Jornal *O Norte*, de Barra do Corda, de 10 de outubro de 1908, onde consta que as famílias que tinham alguma condição foram para Imperatriz ou Carolina; os que não tinham meios, apenas atravessaram o rio Tocantins e ficaram do outro lado do rio em Porto Franco. Para os agregados como Mundico Magu, que não tiveram condições de sair da região, a situação era desesperadora:

Assim é que ao longo do Tocantins – para cima e para baixo do rio – uma população andrajosa, faminta, anêmica, suportando toda série de privações, parte ao relento, parte mal-abrigada, sem recursos de vida, à qual falta em quase absoluta alimentação sólida. Sustenta-se na sua maioria de frutos silvestres [...] já no interior [nas roças e fazendas] o pânico se apossou dos habitantes que, receosos de assalto à própria vida, abandonam o lar, internam-se no mais recôndito das florestas ínvias, ou procuram os píncaros das altas colinas onde se julgam a salvo dos ataques do vandalismo [...] não havia mais o que comer [...].³⁰⁹

³⁰⁷VIEIRA, Augusto. **Memórias do Sertão**. São Luís: SIOGE, 1936. 21 p.

³⁰⁸Ibidem, p. 24

³⁰⁹DUARTE, Leônidas G. **Anais de São Vicente**: Goiânia. J. C. Rocha Editor, 1948. 83 p.

Acima, há uma questão central, o sentimento e a realidade de abandono dos pobres, principalmente dos agregados, *esquecidos* por seus próprios chefes, conforme reportou *O Norte* no artigo citado: "evadiram-se os chefes revoltosos, que se acham no interior da comarca aliciando pessoal"³¹⁰. No entanto, esta não era bem a situação, os chefes encontravam-se na verdade foragidos por causa da presença das forças federais em uma Boa Vista quase que desabitada. Esta era uma situação *sui generis*: não era uma situação de normalidade, quando agregados e camaradas empreendiam suas estratégias de cultivo conforme se estabelecesse as com-formações sociais, e não era uma situação de luta armada em que eles estariam sob a proteção dos chefes de seus grupos, quando, de alguma forma, conseguiriam manter seu sustento diário dentro de limites seguros. Era uma situação de abandono que colocava em questão a base da vida: estar assentado no chão.

Fugir ou aderir ao lado que melhor representasse seus interesses e necessidades eram as opções mais comuns. Porém, em situações extremas, estas opções pouco resolviam. O ano de 1908 foi um destes momentos singulares, em que era imperativo que o sertanejo pobre tecesse, em uma única articulação, interesses diversos por meio de práticas comuns. Suas opções eram mínimas, pois os aliados do padre João debandaram e não inspiravam confiança. Luis Palacín narra o que lhe contou Antonio Lopes, fazendeiro nas proximidades de Boa Vista no início do século XX, sobre as circunstâncias de seu recrutamento no início da luta:

José João [um dos chefes do grupo do Padre João] percorria as fazendas e sítios convidando os homens a tomar armas. Lembro [me] da madrugada em que um desses grupos chegou [em minha] casa para levar-me com [meu] irmão. Desculpei-me, dizendo que [...] não era de briga; mas responderam que se não queria participar da luta com as armas, podia colaborar reunindo o gado.³¹¹

O consenso parecia impossível, a destruição das fazendas e a guerra entre os fazendeiros, não apenas de parte a parte, mas em um emaranhado impossível de discernir posições, traria a inviabilidade da vida dos sertanejos pobres nas terras que estavam acostumados a ocupar: era o desespero da fome e da desproteção exigindo que algo incomum fosse realizado. E algo, de fato, incomum foi realizado: os sertanejos pobres tomaram a iniciativa de incitar e conclamar à luta o líder que julgaram mais conveniente. Algumas centenas de homens acamparam na margem esquerda do rio Tocantins, território goiano, e enviaram em uma canoa – descendo o rio em direção ao lugar chamado Estreito – um estafeta

³¹⁰DUARTE, Leônidas G. **Anais de São Vicente**: Goiânia. J. C. Rocha Editor, 1948. 83 p.

³¹¹PALACÍN, Luis. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás**: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista. São Paulo: Edições Loyola, 1990. 128 p.

para falar ao padre João que lutariam ao seu lado para retomar a região, "ainda que desarmados e que isso lhes custasse suas vidas". Conforme Aldenora Correia, o recado seria: "aqui estamos, lhe disseram, para que o senhor saiba que pode dispor de nós em qualquer eventualidade"³¹².

Talvez as palavras não tenham sido estas ou ainda é possível não tenha havido um estafeta, mas a presença de grande número de homens na margem do rio Tocantins, quando do retorno do padre João de Sousa Lima do sertão maranhense, está registrada em memórias, romances e documentos públicos: "o padre João Lima localizado no lugar Estreito a margem do Tocantins, do lado do Maranhão, dirige novamente o movimento revolucionário contra Boa Vista [...] o interior da comarca marcha para completo aniquilamento"³¹³.

É possível compreender o alcance deste movimento, significando aqui ação dos sertanejos, se considerarmos a descrição dos jornais e ofícios da época acerca dos "pobres vagando às margens do Rio Tocantins em extrema penúria e escondendo-se nos sertões". As circunstâncias eram novas e não havia no seu repertório cultural estratégias preparadas de reação: não era compreensível para estes pobres ficarem sem a liderança dos fazendeiros e coronéis em tempos de "guerra", pois isso significava a penúria e, literalmente, a morte de fome.

Suas situações eram confusas e suas opções temerárias. Em primeiro lugar porque não era uma situação comum que todos os sertanejos pobres se agrupassem em torno de um único líder sem que "seu fazendeiro" estivesse também dentre os chefes ou participantes do grupo. Em segundo lugar, porque em termos logísticos agrupar-se em torno do cel. José João era mais prático, pois este se encontrava ainda na Comarca de Boa Vista. No entanto, parece-me que as escolhas foram pensadas em função de expectativas futuras. Na visão do sertanejo pobre, em uma lúcida cegueira, o Padre João, naquele momento era a melhor opção, pois não havia, ainda, sido implicado em roubos, assassinios ou recrutamentos forçados, como havia sido o fazendeiro José João. Nesse sentido, devem ter pensado que, a médio e longo prazo, qualquer dos fazendeiros que tenham tido ou viessem a ter suas terras vandalizadas pelo cel. José João não veria *com bons olhos* que seus agregados tenham ficado ao lado do homem que lhes roubara.

De qualquer forma a presença massiva dos homens do sertão em torno do Padre João instaurou uma onda de confiança que teve várias conseqüências e desencadeou vários

³¹²CORREIA, Aldenora Alves, **Boa Vista do Padre João**. Goiânia: Aplic. 1975. 56 p.

³¹³DUARTE, Leônidas G. **Anais de São Vicente**: Goiânia. J. C. Rocha Editor, 1948. 47 p.

processos. A primeira, imediata, foi a vitória do padre e a expulsão de Leão Leda e de seus aliados de Boa Vista; a segunda, a médio e longo prazo, foi a construção de uma aura mítica e mística em torno da figura do padre como representante de uma fé e de uma proteção especial para o sertão e para o sertanejo. No decorrer das quatro décadas seguintes, esta fé e/ou proteção especial foi marcada pelo imaginário da virilidade e da macheza e foi alimentada em um caldo cultural ambíguo e ao mesmo tempo coerente. Mesmo seus inimigos tinham a percepção desta construção desde o desfecho da revolta de 1907, como expressa Francisco Faria Furtado em Ofício de 14 de junho de 1934, endereçado ao Chefe do Estado de Goiás Dr. Pedro Ludovico Teixeira:

Como sacerdote, seria pitoresco o perfil desse tartufo. Mas o grande mal que ele tem causado à terra e ao povo, retrogradando-a e fanatizando-a? Esse crime social é enorme, tem amplitude e fatais conseqüências. Ele empolgou esse primitivismo bárbaro, para explorá-lo, para cevar-lhe a egolatria desumana [...] Os fatos o tem comprovado. A História registra os casos típicos de Canudos, Joazeiro, Contestado e dos Munckers [...].³¹⁴

O que Furtado percebeu foi a fermentação do simbolismo: por um lado, de fé e de confiança e, por outro, de força e de valentia, cujo objetivo era incutir na maioria dos sertanejos o sentimento de que valia a pena, para todos, entrar para as fileiras do padre. Para o agregado certamente valia a pena, pois sua luta era pela vida *tout court*.

Mas esta aura não se estabeleceu e se alimentou apenas no plano simbólico, no âmbito das práticas culturais sua ação correspondeu à transformação de alguns aspectos das relações de mando na região. De fato, neste acontecimento, que selaria o fim da Revolta de 1907 na comarca de Boa Vista, uma diferença se constituiu nas práticas dos sertanejos pobres: eles não foram convocados ou recrutados à força; também não estavam ali sob o comando do fazendeiro de quem dependiam. Apoiar apenas um homem, diga-se detentor de menores áreas de terra e de menores rebanhos que a maioria dos chefes regionais, sem a mediação dos fazendeiros, foi uma ação espontânea, desesperada e inusitada.

Segundo Luis Palacín, numa perspectiva weberiana, este foi um encaminhamento natural da situação, pois para ele, o que tornou o padre João o "maior e mais duradouro coronel da região" foram "seus dotes carismáticos e a força de sua personalidade"³¹⁵. A conclusão de Palacín é problemática por retirar dos demais sujeitos sociais, agregados,

³¹⁴FURTADO, Francisco Faria. Ofício de 14 de junho de 1934, endereçado ao Sr. Pedro Ludovico Teixeira. In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico, **Relatório Oficial Do Estado de Goiás**, 1934. 35 p.

³¹⁵PALACÍN, Luis. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. 116 p.

camaradas, outros fazendeiros e coronéis, a construção de uma experiência que lhes permitisse a possibilidade de escolher. Aliás, procedimento que a maior parte dos historiadores e sociólogos que lidam com a categoria coronelismo fazem. Assim, considero que o importante é analisar as condições sociais e históricas que viabilizaram a ascensão por longas décadas ao poder na região, a partir da problematização do acontecimento fundador: os sertanejos pobres agindo em seus interesses próprios e a serviço do padre João.

Nesse sentido, as pretensões de determinar Boa Vista como a cidade da "Santa fé", como buscou Carlota Carvalho, afirmando-a dominada pela Igreja Católica e pelos missionários, nunca foram tão úteis. Esta afirmação teve, enquanto tradição, uma potência que, articulada a outras práticas, foi utilizada pelo sertanejo pobre como instrumento de sua participação ativa na construção de uma dinâmica social diferenciada na região. Aliás, prática potencial que nenhuma relação guardava naquele momento com qualquer fanatismo. A atitude dos agregados de se colocarem a serviço do padre João naquela situação específica foi a de sustentar a única oportunidade viável de sair da situação limite em que se encontravam, embora não se possa negar que os signos da fé tenham sido utilizados amplamente nesta circunstância.

Sob a insígnia da necessidade e do interesse, tanto sertanejos pobres, quanto fazendeiros uniram-se ao padre João e marcharam sobre a povoação. A ação pode não ter sido organizada, mas apesar de desesperada, não foi impensada ou inconseqüente. De fato, dentre as experiências acumuladas pelas pessoas naquele espaço social, uma das mais marcantes era o costume da representação política exercida por religiosos conseguir controlar situações extremas, obviamente que na maioria das vezes contra os pobres. Portanto, apesar dos agregados não terem arquitetado nenhum plano a curto e médio prazo, não se pode negar que sua ação tenha alcançado o objetivo imediato a que se propôs: trazer a região, as fazendas e a cidade à sua costumeira oscilação entre paz e guerra, mas com condições para manter algum equilíbrio em sua vida, voltando a cultivar a terra: matando sua fome.

Todavia, o que se colocou como inovador, naquela circunstância, foi que os sertanejos pobres reelaboraram o costume da liderança religiosa em função da urgência de suas próprias necessidades. Assim, à aura de confiança e de fé acrescentaram, ainda, dois outros aspectos: a virilidade e a coragem. Mas as qualidades viris de bravura e coragem não deveriam advir apenas dos homens que seguiam o padre João, mas do próprio padre. Neste sentido, enquanto marchavam para Boa Vista já se forjava a imagem de *cabra macho* para aquele sacerdote, nos moldes de padre Cícero.

No romance de Moura Lima³¹⁶, *Serra dos Pilões: Jagunços e Tropeiros* (1994), há um trecho que reconstrói literariamente o alcance da aura de fé e, principalmente, de virilidade e bravura em torno do padre João. O referido trecho, que serve muito bem à imagem que se construiu a respeito deste padre, é um diálogo entre as personagens Capitão Labareda, chefe dos bandoleiros que circulavam pelos Vales no início do século XX, e João Saracura, que havia sido jagunço do sacerdote e que no momento da conversa residia na região do Jalapão, vivendo de suas roças e das atividades cinegéticas:

E ali, ao redor da fogueira, ao pé do fogo, o Capitão conversa animadamente com o senhor João Saracura. – Antão o senhô lutou sob a proteção do padre João, em Boa Vista? – Sim, Capitão, ali é um homem de batina, um cabra macho, que não tem medo de nada deste mundo. É como ele dizia: - No Ceará é o padre Cícero com seu terço, e aqui sou eu com o meu papo amarelo.³¹⁷

É certo que, do ponto de vista histórico, devemos atentar para a intenção ficcional do romance. Porém, esta percepção sobre o padre João é importante por fazer ver como, acerca dele, foi incorporado à memória social na região uma atitude e um imaginário que se constituiria uma resistente dimensão cultural nos Vales. Assim, faz-se necessário problematizar que a *criação*, no ano de 1994, de uma aproximação entre Padre João e Padre Cícero já havia sido colocada em 1934, quando Francisco Faria Furtado destaca que os males que este sacerdote causava ao povo poderia torná-lo em um Padre Cícero.

Especialmente, é perceptível e demarcável a tessitura de uma memória social que valoriza a valentia como arma simbólica nas lutas sociais cotidianas, e não apenas nas lutas armadas, afinal o Padre João e *seus sertanejos pobres* entraram em Boa Vista sem realizar um disparo de arma de fogo e sem empunhar ao menos uma faca. Certamente, o sentido que as personagens de Moura Lima imprimem à articulação entre fé e valentia é positivo, embora não pareça que este romancista tenha pretensão outra, além da de demonstrar os valores culturais da época sobre a qual narra.

Por outro lado, Furtado, acima, expressa seu inconformismo diante da permanência de uma situação dita por ele "retrógrada" que, conforme se esperava no pós Revolução de 1930, deveria ser um tempo de progresso e modernização e, conseqüentemente, o fim das oligarquias e dos mandonismos. Porém, não posso tratar a construção deste imaginário sobre

³¹⁶Nascido Jorge de Lima Moura no ano de 1950 em Goiás, ficou conhecido literariamente pelo nome de Moura Lima. Radicado no Tocantins, tem como tema central de sua literatura as revoltas e disputas em torno do coronelismo, banditismo e mandonismo, procurando em seus enredos apresentar estas experiências a partir da perspectiva dos sertanejos pobres do norte de Goiás.

³¹⁷MOURA, Jorge Lima de. **Serra dos Pilões- Jagunços e Tropeiros** – Romance nos sertões do Jalapão. 3. ed. Gurupi: Cometa Editora, 2000. 95 p.

o padre João como sintoma de fanatismo, pois há evidências de uma realidade que se apresenta como base para estas construções e que se afastam deliberadamente de qualquer ação fanática. Conforme o padre Quinto Tonini, no Livro *Dom Orione: Entre Diamantes e Cristais* (1959), o padre José Antonio Klaus, que assumiu a Paróquia de Boa Vista após a morte do padre João em 1947, encontrou entre os objetos pessoais do referido padre João "um livro de orações com folhas douradas e com uma dedicatória do Padre Cícero"³¹⁸.

Neste sentido, o que pode ter sido uma correspondência sólida entre o Padre João e os sertanejos pobres que viviam nas fazendas da região, foi, após 1930, reelaborado por seus adversários como sintoma da influência daquele padre no atraso do lugar em oposição à modernização que todos esperavam. Ademais, nestas lutas por significações, uma determinada memória social apropriou-se da representatividade destas práticas e valores de fé e valentia, materializando-os, conforme interesses políticos específicos, em jornais, romances, contos, lendas e na própria historiografia. Este é um problema que merece ser investigado.

No que cabe a esta discussão, a tessitura de valores de fé e de valentia como não contraditórias nas práticas sociais coloca de forma bastante concreta a questão de lidar com o problema da ficção, da verdade e da memória na história. Realmente, "o que constrói o quê?" ou "quem é re-construído e quem é re-construtor?" ainda são perguntas para as quais poucos atentaram e que não há espaço para perscrutar nesta investigação, por isso é particularmente válido repetir a observação de Carlo Ginzburg em *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*:

Hoje [...] o entrelaçamento de verdades e possibilidades, assim como a discussão de hipóteses de pesquisas contrastantes, em alternância com páginas de evocação histórica, não desconcertam mais. A nossa sensibilidade de leitores se modificou [...] Não é apenas a categoria de narração histórica que se transformou, mas a da narração tout court. A relação entre quem narra e a realidade aparece mais incerta, mais problemática. Os historiadores, porém, às vezes tem dificuldade em admiti-lo.³¹⁹

Eli Brasiense, goiano nascido em Porto Nacional no ano de 1915, é um dos escritores do norte de Goiás que destinou sua literatura a tratar de temas relacionados à valentia e à mística no sertão. Neste sentido, inquirir sua obra pode ser útil para compreender como, nos Vales, memórias diversas se imbricam reconstruindo-se e desconstruindo-se em meio a

³¹⁸TONINI, Quinto. **Dom Orione**: Entre Diamantes e Cristais. Fortaleza: Exp. Gráfica, 1959. 43 p.

³¹⁹GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 333 p.

práticas e simbolismos de violência. Trabalhando, a partir de 1933³²⁰, como contador forense em Porto Nacional e na área educacional em Pedro Afonso, Brasiliense conheceu diversas áreas de conflito armado na região; talvez por isso, a vertente central em seus romances seja a vida dos pobres em meio a turbulentas revoltas: onde e quando busca ver e fazer ver o sertanejo circundado de uma atmosfera de grandeza moral e vivacidade física e, ao mesmo tempo, coberto pelo sangue derramado em sua própria violência.

No romance *Rio Turuna*³²¹ (1964), Brasiliense cria (ou re-cria) a vida de uma personagem, um roceiro de nome Marcelino, envolvido em uma trama de morte. A cena inicial do romance é Marcelino, nas margens do rio Tocantins, suspenso em uma ingazeira, árvore da região, à espera de Liduíno, que queria matá-lo. Na tocaia, enquanto "esperava" seus pensamentos vagueariam por sua vida e pelos significados de ser homem no sertão:

Marcelino desejava que chovesse. Não, era bobagem pedir chuva. Que adiantaria isso? Pedir prazo era covardia, e ninguém poderia negociar com o destino. Sabia que Liduíno matava com ódio [...] Havia momentos em que lhe passava [...] a idéia de ir procurar o negro. Desafiá-lo-ia para uma briga [...] em pleno dia, no meio da rua [...]. Desejava que todo mundo assistisse à luta. [...] Tinha certeza que poderia liquidá-lo [...]. Liduíno era de carne e osso. Tinha confiança na própria força e em sua destreza, na pontaria infalível.³²²

Ao mesmo tempo, seus pensamentos misturavam-se às narrativas do tempo de valentia de Simão, um octogenário seu amigo, sobre a *briga* entre Carlos Gomes Leitão de um lado e Tenente Coronel Francisco de Salles Maciel Perna e José Dias Ribeiro de outro, ocorrida em Boa Vista em 1892: a denominada primeira revolta. Simão dizia que havia sido uma:

guerra danada, sim senhor. Aquilo durou uns poucos anos [...] Morreu gente feito peixe no timbó. Quem matou mais foi Joaquim Bala – Eu nunca fui gabola, menino. Minha pontaria sempre foi sem defeito. Se eu tivesse visto ele [...] Simão falava dele com os dentes cerrados, acordando uma velha raiva que havia dormido em sua memória [...] se não fosse coronel José Dias único capaz de dirigir “o ódio do povo” contra Carlos Leitão em “um canal seguro, por onde a esperança daquela gente navegava como destino certo.”³²³

O elo entre as personagens na trama é o rio Tocantins, que tanto Marcelino quanto Simão consideram um rio perigoso por suas cachoeiras e rebojos. Com ele, afirmava Marcelino, "facilitou [...], vira cruz no cemitério, se não some de uma vez"³²⁴. No entanto,

³²⁰ SOUZA FILHO, E. H. As reminiscências de um Juiz. Goiânia: Oriente. 1980. 52 p.

³²¹ BRASILIENSE, Eli, *Rio Turuna*. Goiânia: Editora UFG, 1964.

³²² Ibidem, p. 111-112.

³²³ Ibidem, p. 116.

³²⁴ Ibidem, p. 90.

aspecto central deste elo com o rio é o simbólico: a valentia do rio macho colocava à prova a "macheza" do homem, no sentido de que ele não podia se furtar às lutas renhidas:

O homem da margem do Tocantins havia de ser de aço, cabra capaz de matar onça canguçu com zagaia, de enfrentar sucuri grande como Manoel Bacaba, de retalhar desaforado no facão, que nem o seu vizinho Miguel. Era preciso desafiar o rio, montar-lhe no lombo amansá-lo [...] Do contrário seria desmoralizado [...]. Um bicho estranho dentro de uma tapera qualquer, sem coragem para mais nada.³²⁵

O romance inteiro se passa em apenas uma noite da década de 1930: na noite em que Marcelino "espera" para matar Liduíno. Mas nesta noite, um tempo da memória surge por meio da narrativa que Marcelino faz dos tempos de valentia e de violência de Simão, estendendo-se há um tempo histórico e social passado: ao final do século XIX. Marcelino procura nas valentias de Simão um momento de fuga do presente, pois o tempo havia parado na angústia da "espera". Deixando a livre curso a narrativa do que lhe havia contado aquele velho sobre a luta em Boa Vista, relata que a briga começara "porque o Coronel não gostava de negócio de lei [...] implicou com o juiz que foi desenterrar um inventário [...] culparam o marido da morte da mulher [...] papel vai papel vem não ficou nada para o marido"³²⁶.

A narrativa de *Rio Turuna* coloca em perspectiva duas questões importantes para a reconstrução do processo aqui investigado. Primeiro, a dimensão global em que uma relação entre literatura e memória social de valentia e de violência nos e dos Vales é o eixo da construção do próprio enredo do romance. Segundo, aspectos do romance em que a realidade desta violência, vinculada às práticas e às escolhas dos sertanejos pobres, reporta aos interesses sociais em disputa no tempo em que a revolta foi vivida. Nesta segunda questão, como demarcação do caminho que será tomado, vale afirmar que as razões apresentadas por Marcelino, evocadas na memória de Simão, para o início dos conflitos de 1892 em Boa Vista não diferem das apresentadas pelos documentos públicos, pelas memórias e pela historiografia.

Sobre a primeira questão, a da relação literatura e memória social, há dois pontos de interesse. O primeiro deles é a importância de Simão na narrativa da trama e em seus desdobramentos. Por um lado, Marcelino diz que embora o "caso de Boa Vista [tenha sido] contado pelos mais velhos" muitas vezes, a "história relatada por [Simão] tinha um sabor especial" porque ele "havia tomado parte ativa nos acontecimentos"³²⁷. Por outro lado, Simão,

³²⁵BRASILIENSE, Eli, **Rio Turuna**. Goiânia: Editora UFG, 1964. 36 p.

³²⁶Ibidem, p. 92.

³²⁷Ibidem, p. 93.

em seus combates de "um homem de verdade", representa a força do homem e do rio, o que encaminha a pretensão de Brasiliense em trazer para o centro do enredo o ápice da força sertaneja: "que nem uma fera laçada"³²⁸. Em outras palavras, Simão é importante porque, efetivamente, viveu e pelo que viveu: lutas renhidas que só um homem de verdade teria suportado.

Não obstante, surge aqui um aparente paradoxo. Brasiliense, por um lado, evoca a memória de quem viveu como um relato especial: no caso Simão; por outro, não acessa estas memórias diretamente, pois quem narra o caso de Boa Vista é Marcelino e não Simão. As histórias de Simão eram, de fato, consideradas essenciais, mas Brasiliense queria que elas tornassem-se palpáveis, por isso faz com que deixem de ser *histórias de valentia* e passem a ser *tempo de valentia*.

Para isso realiza dois movimentos contínuos: primeiro, aliena, no romance, a presença física de Simão, um corpo velho, de seu *tempo de valentia* por meio do exercício de apropriação que o narrador, no caso o jovem Marcelino, faz das suas lembranças. A epígrafe do capítulo *Histórias de Simão*, retirada de Erasmo, muito esclarece sobre sua compreensão:

Assim, para não incorrerdes em erro, declaro-vos que já não falo daquele decrépito Plutão que nos descreveu Aristófanes, agora caduco e cego, mas de Plutão ainda robusto, cheio de calor, na flor da juventude, e não só moço, mas também exaltado como nunca.³²⁹

Retomar Erasmo de Roterdã apresenta a atmosfera do romance, sendo o próprio Marcelino quem esclarece definitivamente esta questão ao falar que a amizade dele e de Simão nasceu porque "no íntimo ele tinha desejos de ser como aquele Simão famoso do Tocantins, nos tempos de moço: por esse motivo admirava-o"³³⁰. O segundo movimento é a necessidade de se reportar fisicamente a Simão, mesmo que como uma bruma: presente, mas quase nunca percebida, pois é sua fantasmagoria no enredo que torna o passado tangível como se ainda fosse possível tocá-lo³³¹, o que termina por afastar a idéia de lembrança, memória e história: afinal "Simão havia tomado parte ativa nos acontecimentos" e, apesar de velho, ainda estava vivo.

³²⁸BRASILIANSE, Eli, **Rio Turuna**. Goiânia: Editora UFG, 1964. 37 p.

³²⁹Ibidem, p. 79.

³³⁰Ibidem, p. 101.

³³¹Uma discussão importante, mas que não foi possível empreender é a problematização de como o autor Eli Brasiliense, nesse jogo de trazer o passado ao presente para construí-lo como a marca cultural dos Vales, considerou, ou não, que o próprio Simão ao contar para Marcelino já estava reelaborando o passado.

É este artifício que torna possível para Brasiliense aproximar os conflitos humanos e sociais vividos por Simão e Marcelino a partir da unificação de valentia e de violência como atributos fixos na construção cultural da região. A aparente ausência de qualquer limite entre presente e passado em *Rio Turuna* é uma prática de escrever vinculada à noção de continuidade do rio Tocantins³³², que se constituiria, enquanto status simbólico de valentia, como um atributo permanente das práticas sertanejas, ou seja, como um atributo permanente da sua formação cultural.

Desta construção no romance surge mais uma faceta nesta discussão: a especificidade sócio-cultural de Eli Brasiliense, que, de fato, apresenta no conjunto de sua obra a marca de uma memória social, na qual ele mesmo está profundamente imerso, baseada em valores de valentia e coragem, traços permanentes em todos os seus romances. Não obstante, sua percepção acerca de estar imerso nesta memória não é clara, pois, ambigualmente, afirma no romance *Uma sombra no fundo do Rio* (1971) "que, mesmo romanceadas pretende em suas narrativas perceber o que cada 'causo'³³³ é: na medida em que foi realidade vivida por cada um, em cada lugar e em cada tempo de jeito diferente".³³⁴ Portanto, parece não se dar conta que, ao afirmar a valentia como sustentáculo de violências atemporais, constrói continuidades que deslocam os significados descontínuos das histórias que narra.

Neste caminho, há outra vertente importante, no que diz respeito a Brasiliense, acerca desta memória social. Nascido em Porto Nacional, sempre manteve fortes vínculos com a história do norte de Goiás, inclusive como crítico da produção intelectual que retratou o sertanejo a partir de uma visão vitimizada. Este escritor, partindo da influência da memória social que, em construção a partir de 1950, faz o esforço de valorizar o "jeito sertanejo de ser", apresenta em seus romances um fio e um filtro de heroísmo firmemente vinculado aos argumentos correntes nos movimentos políticos pró-criação do Estado do Tocantins.

Nesse sentido, a ambivalência típica da *ideologia* que sustentou a divisão de Goiás aparece na obra de Brasiliense ao propor a valorização desses "sertanejos" por meio do fortalecimento de *suas raízes seculares* vinculadas à coragem e tradicionalmente traduzidas na valentia; e ao propor, concomitantemente, que estas mesmas características sejam traduzidas modernamente no ímpeto para o progresso e para o trabalho. Esta é uma das razões para que

³³²Os vales dos Rios Araguaia e Tocantins estão presentes em grande parte dos discursos acerca da divisão do Estado como o marco natural da diferença sócio-cultural entre nortistas e sulistas de Goiás. Sobre isso ver o livro a (Trans) formação histórica do Tocantins organizado pelo historiador Odair Geraldin (Vide Referências Bibliográficas).

³³³Grifo do autor.

³³⁴BRASILINSE, Eli. **Uma sombra no fundo do rio**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1971. 17 p.

ele narre, talvez sem perceber, todas as práticas das personagens em *Rio Turuna*, a partir de um ímpeto violento, imbricando coragem, disposição para o trabalho e força física para constituir uma cultura sertaneja:

Miguelão [...] bom vizinho, trabalhador, direito e valente; Manoel Bacaba conseguira dar chuçadas na cabeça da sucuri [...] Não era homem de mentiras. Ficara perrengue por muito tempo, até que adquirira de novo sua força antiga e sua vitalidade de homem trabalhador.³³⁵

Não obstante, esta memória social, mesmo vinculada a projetos hegemônicos, é também, ou principalmente, construída a partir do processo de formação da experiência social dos sujeitos da região que guarda relações diferentes da produzida pelos discursos, inclusive do discurso literário, aparecendo mesmo à revelia nas narrativas, inclusive nas literárias, e indicando outros caminhos, talvez mais próximos do vivido pelas pessoas. São nestes caminhos desviantes, lugar onde aparece a polifonia deste romance, que se torna possível reconhecer indícios das formas pelas quais os sertanejos pobres lidavam com suas possibilidades de permanecer na terra mesmo em meio a revoltas armadas.

A partir da perspectiva de Simão e Marcelino é possível aproximar nosso olhar e interpretar alguns dos interesses, valores e necessidades dos sertanejos pobres, para além dos significados mais aparentes da trama construída por Eli Brasiense. A primeira questão que parece ser demarcada por Simão (por meio da narração de Marcelino) é que a participação nestas "guerras" algumas vezes não era pensada em termos de coação ou de desejo de lutar, mas em termos de necessidade. Relembro, aqui, José Pereira, o agregado com quem Gallais conversou em Conceição do Araguaia, que afirmou: "a gente entrou pro grupo do general José Dias não foi obrigado não, foi por precisão"³³⁶.

A narrativa de Marcelino de seu diálogo inicial com Simão sobre esta revolta é instigante: "– O senhor tomou parte na briga, tio Simão? – Ora se... quem não tomou? Eu fiquei do lado do coronel fulano [...] Nesse tempo eu já pilotava o batelão dele [...]"³³⁷. Para Simão, não havia questões pendentes ou dúvidas: ele tomou parte como todos tomaram, ficando ele do lado do seu patrão, porque era a normalidade. É possível que à época dos acontecimentos, Simão tenha feito outras reflexões, mas destas não há como saber. Por outro lado, cotejando a memória de Simão que Marcelino narra, duas personagens de ficção, com a argumentação de José Pereira, uma pessoa real, encontrei uma convergência que aponta para a

³³⁵BRASILIANSE, Eli, *Rio Turuna*. Goiânia: Editora UFG, 1964. 34 p.

³³⁶GALLAIS, E. M. *Apóstolo do Araguaia*: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano. Belém: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942. 207 p.

³³⁷BRASILIANSE, op. cit., p. 92-93.

evidência de que a maioria dos agregados ou camaradas lutava por necessidade, ou melhor, por *precisão*.

Relatada por Marcelino, a história de Simão sobre os fatos de Boa Vista é verossímil. Pessoas e acontecimentos são apresentados em situações que, mediante um cotejamento com outras fontes, faz surgir marcantes convergências. Mais importante, é que narrando o sofrimento das pessoas atacadas pelos jagunços expõe um problema primordial para os sertanejos pobres naqueles tempos: a violência incontida avultou o ódio do povo, como uma represa que se enchia e tomava força de nascentes desconhecidas. "Era preciso lavar a lama [de brutalidade e tortura contra vítimas inocentes] que encobria aquela região, pois era preciso voltar a dedicar-se aos trabalhos dos campos"³³⁸.

Uma terra que somente à força das águas poderia ser purificada da lama em que jazia, trás de volta o simbolismo do rio Tocantins, mas agora em um sentido mais complexo. O rio Tocantins, para além do seu valor de valentia, tinha o valor da honra e da força do trabalho na terra: domar o rio era também honrar seu lugar na terra, para morar e para plantar, pois caso não conseguisse "o pior é que pisaria um chão que jamais lhe pertenceria, a não ser como esmola de uma cova rasa"³³⁹. A metáfora de Eli Brasiense reporta à essência da vida do sertanejo pobre e nos leva de volta à movimentação dos agregados para rearticular a força armada na região, no caso ao lado do padre João de Sousa Lima, para que mais uma vez pudessem pisar um chão que lhes pertencia, não no sentido de ser dono, mas no sentido de ser e se sentir merecedor de ocupá-lo.

Para Marcelino, a angústia era cuidar de sua família e de seu pequeno pedaço de terra, pois pressentia que algum fazendeiro queria tomar-lhe. Era a sua responsabilidade com sua família que, para ele, representava o merecimento de ocupar a terra. Era essa sua justificativa para agir: para matar Liduíno; afinal "não se deixaria extinguir assim que nem um frango sem defesa"³⁴⁰. Da mesma forma, os agregados, na margem do Tocantins, reorganizaram a luta em Boa Vista porque lutavam por suas vidas, inclusive pelo direito de estar na terra. Por outro lado, valentia e honra eram valores sempre mediados pela astúcia e pela sagacidade na vida dos pobres. É possível vislumbrar esta dimensão imbricada por meio da compreensão de como Marcelino elaborava seu raciocínio acerca dos modos e meios mais adequados de enfrentar os que lhe queriam tomar a terra. Ao tentar dirimir suas dúvidas sobre quem havia contratado Liduíno tenta racionalizar a questão diante de uma possibilidade específica:

³³⁸BRASILIANSE, Eli, **Rio Turuna**. Goiânia: Editora UFG, 1964. 115 p.

³³⁹Ibidem, p. 36.

³⁴⁰Ibidem, p. 38.

Quem o havia mandado? Certo coronel lhe falara em comprar o sítio, oferecendo-lhe um preço de velhacaria, e sua resposta fôra meio bruta. Não deseja, de maneira alguma, fazer qualquer negócio com um comedor de terras alheias. Esse mesmo coronel já havia ficado com o sítio de outro, que não tinha ninguém para herdar. Quando o homem morreu, logo surgiu uma conta espichada, de muitas somas, sem sê-lo nem nada, e o espertalhão ficara com tudo.³⁴¹

Ora, a astúcia colocou Marcelino de sobreaviso – não poderia expor-se à sanha dos poderosos. A sua coragem para defender sua família e seu sítio seria silenciosa. Desta forma, não poderia deixar nenhum rastro, nenhum vestígio. Para isso havia calculado tudo muito bem, tomara decisões que julgava acertadíssimas³⁴². Assim, Marcelino, após dar cabo de Liduíno, retomaria sua vida de barranceiro que o Tocantins havia lavado. Da mesma forma, voltando à metáfora de Brasiliense, passada a enchente do rio Tocantins, quando a lama fosse lavada, não haveria ingenuidade: agregados e camaradas voltariam às terras do fazendeiro a que estavam habituados e recomeçariam suas vidas e suas lutas, buscando superar as lembranças viscerais de fome e de sofrimento³⁴³.

Volto agora à Revolta de 1907. Iniciava-se a Era do Padre João, marcada pelo seu poder de mando que, obviamente, não se estabeleceu apenas – ou principalmente – em função da aura de poder e de fé que foi constituindo-se ou de sua fama de valentia e de coragem. O autoritarismo e as provas de que ele não aceitava questionamento à sua forma de conduzir a região não deixava espaços para contestações. Na verdade, dos muitos crimes que fora acusado, o da intolerância sobressaía-se:

ele nunca perdoava quem quer que fosse que discordasse de sua opinião, e muito menos quem falasse em liberdade, democracia e progresso [...] Ai daquele que não dissesse amém a sua vontade [...] sob pena de ser banido de seu túrgio [...] eram severamente punidos.³⁴⁴

De fato, sua prática política se baseava em dois aspectos centrais. Primeiro, na sua capacidade de infringir medo em seus aliados e inimigos. De fato, a adesão dos sertanejos pobres às fileiras do padre João, naquela circunstância específica, representou a condição para

³⁴¹BRASILIENSE, Eli, **Rio Turuna**. Goiânia: Editora UFG, 1964. 51 p.

³⁴²Ibidem, p. 38.

³⁴³Numa analogia, entre os efeitos traumáticos da revolta de 1892 de Boa Vista, narrada por Eli Brasiliense no romance *Rio Turuna* e o relato de Leônidas Duarte, em *Anais de São Vicente*, este último esclarece, pertinentemente, que a hecatombe da revolta de 1907 fez com que os primitivos moradores demorassem dois ou mais anos a voltar, ficando a lavoura abandonada. In: DUARTE, Leônidas G. **Anais de São Vicente**: Goiânia. J. C. Rocha Editor, 1948. 28 p.

³⁴⁴Reprodução fac-similar de artigo de Bernardino Pereira, inimigo político de padre João, intitulado "A velha sereia ainda procura seduzir com seu canto", publicado em 17/11/1935 no Jornal A Tarde de Carolina. In: DUARTE, Leônidas G. **Anais de São Vicente**: Goiânia. J. C. Rocha Ed., 1948. 104 p.

que ele assumisse o poder na região até sua morte: em 1947. Ele descobriu, provavelmente no dia em que os sertanejos pobres foram ao seu encontro nas margens do rio Tocantins, que o poder estava no controle dos homens, afinal ele mesmo não era, ainda, um homem rico. Em segundo lugar, sua preocupação residia em conseguir riqueza material, especialmente sob a forma de terras e gado. Evidências indicam que muitos dos crimes de que era acusado estavam relacionados ao roubo de terras e de gado, além da extorsão direta. Assim, por meio de roubos e fraudes, conseguiu o maior número de terras possível, consolidando sua ascendência sobre os agregados sob sua *proteção*, o que tinha duas implicações significativas.

Primeiro, o fato de se recusar a empregar os sertanejos pobres – fosse como agregados ou arrendatários. Assim, todos, à exceção dos vaqueiros que tinham direito na partilha das crias da fazenda, mantinham suas roças em partes cedidas pelo padre, organizadas mais ou menos pelo costume e sem grandes imposições, ficando, inclusive, com o resultado total de seus cultivos. Ademais, padre João era impositivo quanto ao fato de que seus agregados deveriam ter família e, em função desta exigência, quando um casal, irremediavelmente, separava-se ele não proibia novas uniões, inclusive, oficiando diversas novas bodas entre pessoas anteriormente casadas. Talvez desta prática advenha uma das principais críticas que a Igreja lhe fazia: ele casava três ou mais vezes pessoas já casadas.

Segundo, apesar de não haver contratos de trabalho ou parcerias costumeiras em roças, o retorno que recebiam por apoiarem este padre não era desprezível. As condições para alguma liberdade permitiam que estes pobres mantivessem em seus horizontes diversos interesses comerciais e ou pessoais. Mas não havia inocência: os sertanejos pobres eram os soldados permanentes de padre João, dispostos – ou melhor – disponíveis para garantir-lhe a vida e o poder. Seus inimigos, inclusive as forças públicas, temiam o *apoio* que ele recebia dos agregados, algo re-conhecido até mesmo por seus detratores.

Em outras palavras, os sertanejos pobres não estavam a "serviço" deste padre apenas pela força invisível de mando, da coação e da violência, mas em função de trocas, deferências e interesses atendidos. Embora não se preocupe em expor os desníveis entre os negociadores, Aldenora Alves Correia esclarece alguns dos aspectos do jogo:

Voluntariamente, homens destemidos vinham servir-lhe de guarda-costas, [...] Eram apelidados “capangas do padre João”[...] Dentre eles houve exagerados que abusaram e chagaram a assassinar indivíduos suspeitos. Mesmo pecando contra a lei de Deus, padre João os protegia, resguardando-os para não serem presos. [...] Certa vez lhe perguntaram se ele mandava matar seus inimigos: - Não minha filha, nunca mandei matar ninguém. Quando, porém, um dos meus homens comete desses desatinos, admoesto-o severamente, mas escondo-o da justiça, porque sei que o fez com a reta intenção de me defender.³⁴⁵

³⁴⁵CORREIA, Aldenora Alves, **Boa Vista do Padre João**. Goiânia: Oriente. 1975. 82 p.

De fato, o poder de mando nas mãos do padre João de Sousa Lima estabilizou as relações de poder por várias décadas, permitindo aos agregados e aos demais sertanejos pobres que retomassem suas vidas e suas roças. Entretanto, não seria pertinente dizer que este estado de coisas tenha alterado significativamente suas vidas, afinal estas relações eram um jogo complexo, quando novas esperanças necessitavam de tempo para destilar os sofrimentos e os medos ocasionados pelos combates.

CAPÍTULO II

MORAL, COSTUMES, VÍVERES, ECONOMIA: ESTRATÉGIAS VENATÓRIAS E DE CULTIVO

"Mas o mundo foi rodando nas patas do meu cavalo
E nos sonhos que fui sonhando, as visões se clareando
As visões se clareando, até que um dia acordei".

Geraldo Vandré e Theo Barros

Olhavam os rios e pensavam: se o encontro do rio Sono com o rio Tocantins tivesse nos trazido mais do que uma mistura de águas, se tivesse sido como um aperto de mão entre bravos que se reconciliavam Pedro Afonso não seria esse lugar de tristeza. Mas eram pensamentos incertos, de gente aterrorizada por anos de vendetas e guerras sanguinolentas que matizaram o encontro do Sono com o Tocantins de um vermelho escuro: vermelho de sangue. As revoltas de Pedro Afonso duraram, entre idas e vindas, quase uma década (1912-1920). Porém, foram nos anos posteriores, quando as lutas entre fazendeiros encontravam-se arrefecidas, que acontecimentos marcaram com fúria a vida e a memória do lugar. Os olhos dos sertanejos voltados para os rios eram marcas desse tempo, quando os assassinios chegavam inesperados: "um tiro ao longe no pasmado da noite, poderia ser uma espera de bicho ou uma traição. Os afoitos tinham morte-relâmpago, sem notícia e sem enterro. Era o terrorismo da tocaias, dentro da vida mortíça nas costas da tartaruga"³⁴⁶.

Em 1926, talvez em um dia destes que o rio corria calmo e quando sua valentia dormia, foi que uma sanha amaldiçoada atravessou as roças de Pedro Afonso. Dores descritíveis, mas incompreensíveis, foram os crimes cometidos pela polícia sob o comando do sargento João de Barros Penteado, que viera para a cidade com o objetivo de garantir a paz. Muitas foram suas vítimas, dentre elas seu seo-Agostinho, Zé Antonio e Mariano.

Naquele dia seo-Agostinho saíra cedo, antes do sol, para arrancar as raízes de mandioca. A faina seria longa, mas seria alegre, pois esperava Zé Antonio e Mariano para o dia de *farinhada*³⁴⁷. Seria alegre porque era um encontro, mas seria alegre também, divertimento de sobra, porque Zé Antonio tinha 11 filhos e todos estariam ali na algazarra que deixava sua filha só felicidade, pois casada há sete anos ainda não tinha *pegado barriga*. Isso era a razão da tristeza no fundo dos seus olhos, tristeza de olhos que era como as águas do rio

³⁴⁶BRASILIENSE, Eli. **Uma Sombra no Fundo do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1971. 15 p.

³⁴⁷*Farinhada* é o nome pelo qual se reconhece, na região dos vales, todo o processo de fabricação de farinha. Outro nome por meio do qual é designado este processo é a *desmancha*.

Tocantins: escuros, quase impenetráveis³⁴⁸. Mas a escuridão naquele dia não seria apenas os dos olhos de Fiinha³⁴⁹, outros olhos se escureceriam para sempre.

José Antonio e sua filharada chegaram ao raiar do sol à casa de seo-Agostinho. Conversavam, porém mantinham o ritmo no serviço. Seo-Agostinho passava a massa no tapiti "sem nada saber, estava em seu trabalho, fazendo a farinha para o consumo de sua família, quando recebe a visita de soldados e, imediatamente, a rajada de balas [...] igualmente morto foi o sertanejo José Antonio, trabalhador que só conhecia sua casa e sua roça".³⁵⁰ Mariano ainda não havia saído de sua casa, estava deitado em um banco, acabara de chegar da roça. Talvez, enquanto descansava, pensou que àquela hora o vizinho já estaria com a massa quase pronta para torrar e que logo deveria ir ajudá-lo. Mas não teve tempo para isso:

José Leôncio e João Moreno [sob o comando de Sgtº Penteado] ainda não satisfeitos com os morticínios por eles praticados vão à casa do [...] velho Mariano [...] estava ali esperando o almoço, quando sem lhe dar nenhuma satisfação, ordena-lhe que se levante, e desfecha-lhe uma saraivada de balas, que o deixa sem vida.³⁵¹

A *farinhada* daquele dia foi triste, mas é improvável que tenham cancelado porque a mandioca já havia sido ralada e a massa estava pronta para a prensa, parar o serviço seria perder o trabalho de meio ano. Era assim tudo na vida: "se o rio divino parasse tudo voltaria a ser fumaça no tempo",³⁵² igualmente, a vida da mulher de seo-Agostinho, aterrorizada diante de tanta brutalidade, e dos onze filhos que Zé-Antonio deixou desamparado seguiu, assim como os rios seguiam³⁵³.

Nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins havia regra para viver, talvez não fosse tão rígida quanto um olhar retrospectivo possa fazer parecer, mas era carregada de ritos, de dores que os homens tinham que suportar, e de mecanismos dúbios de difícil compreensão. O sertanejo pobre permanecia em um conflito interno, algo próprio das pessoas que sabem o que é ter uma vida difícil – entre as necessidades de um "ser biológico" faminto e cansado que habitava dentro dele e outro "ser cultural" que lhe dizia pra viver pelo costume, nas marcas de quem aprendera ser. No entanto, às vezes este homem olhava para dentro de si e via outro, além dos costumeiros: um que desejava andar, mudar, transformar. Mas, aqui, o que faço é um exercício de pedagógico, afinal sei que apesar das ambigüidades e conflitos o sertanejo pobre era uno.

³⁴⁸MIRANDA, Ana Brito. **História de Pedro Afonso**. 3. ed. Goiânia: Oriente. 1973. 47 p.

³⁴⁹Filha de Seo-Agostinho.

³⁵⁰MIRANDA, 1973op. cit. p. 47.

³⁵¹MIRANDA, loc. cit.

³⁵²BRASILIENSE, Eli. **Uma Sombra no Fundo do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1971.15 p.

³⁵³MIRANDA, 1973, op. cit. p. 47.

Mas é necessário voltar ao chão da vida, retrocedo para 1920. Olho agora para Pedro Afonso através dos olhos de Francisco Ayres da Silva³⁵⁴, que, passando ao largo da cidade, seguindo pelo rio Tocantins em seu bote Cristal, deixou aflorar um pensamento sobre a tragédia do lugar:

Entrepasto de comércio [da borracha de caucho] entre Rio Preto [Bahia] e o Araguaia [Conceição do Araguaia- sul do Pará] [...] O progresso rápido atraiu para o local toda sorte de adventícios bons e maus, predominantes estes, e dentro em breve a bela vila se encontrou a braços com [...] verdadeiras guerrilhas [...] Pouco depois, com o êxodo da **população ordeira e laboriosa**, Pedro Afonso, entrou em verdadeira decadência e quase abandono. As casas deterioraram-se e ruíram muitas delas. E dos fundamentos da bela vila, virou uma verdadeira tapera, coberta de matos por todos os lados.³⁵⁵

Esta visão de Francisco Ayres da Silva está grafada em seu relato de viagem *Caminhos de Outrora: diário de viagens*, escrita no ano de 1920, mas somente publicada postumamente, em 1972, na comemoração do centenário de seu nascimento. Médico de formação, fazendeiro e político de herança, jornalista por paixão: era representante do pensamento de uma elite que desejava a presença efetiva dos órgãos de controle social na região dos Vales, embora muito ainda tivesse que esperar. Quartéis militares, hospitais, postos sanitários, nada disso ele viu enquanto viveu³⁵⁶. Ao falecer, no ano de 1957, o que tinha visto eram muitas lutas, porém sua ótica do mundo não lhe permitiu enxergar os pobres, há não ser como desvalidos e desamparados.

Provavelmente por isso não tenha visto, mesmo alguns anos depois de terminadas as revoltas, homens e mulheres trabalhando a terra, diligentemente, com as próprias mãos, apesar de amedrontados. Para outro caminho dirige-se Eli Brasiense. Este, no romance *Uma sombra no fundo rio* (1971), descreve como viu, apenas uma década após Francisco Ayres da Silva por ali ter navegado, a labuta dos pobres em Pedro Afonso:

³⁵⁴Nascido no norte de Goiás, na cidade de Porto Nacional, em 1872. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro no ano de 1899. Retornou a Porto Nacional em 1900 iniciando a carreira médica, porém sem jamais descuidar dos negócios de sua família: criação de gado e comércio com Belém pelo rio Tocantins. Em 1905, fundou o Jornal *O Norte de Goyaz*, seguindo desde 1914 a carreira política tendo seu mandato de deputado renovado até 1930. Faleceu em 1957.

³⁵⁵SILVA, Francisco A. **Caminhos de Outrora: Diário de Viagens**. Ed. póstuma. Goiânia: Oriente. 1972. 28 p.

³⁵⁶Francisco Ayres da Silva faleceu em 24 de maio de 1957 alcançando, de tudo que desejava ver, apenas um pequeno batalhão da Polícia Militar de Goiás, instalado, ironicamente, na cidade de Pedro Afonso.

O homem ajoelhava-se no lodo das vazantes e enterrava sementes. Não sentia a alegria da germinação, nem do rebento das flores. Esperava a colheita como uma esmola e não como um prêmio [...] Recolhia os produtos da terra sem canto nem risos, num silêncio de ritual mortuário [...] Poucos se arriscavam a estender seus plantios além da proteção do rio [Tocantins]. Os jagunços faziam coivara [colocavam fogo] das roças onde o arroz já era ouro. [...] O povo se encaramujara em sua tristeza. Nem se lembrava de olhar a lição de alegria que lhe dava o rio.³⁵⁷

Eli Brasiliense também viu em Pedro Afonso uma tapera, mas não viu uma vila abandonada, pois o narrador deste seu romance, *Uma Sombra no Fundo do Rio* (1971), era Cipriano Rodrigues, um homem real, que, conforme Ana Brito Miranda, em *História de Pedro Afonso*³⁵⁸ (1973):

Até aquela data de 1914 o nome de Cipriano Rodrigues não fazia parte da história de Pedro Afonso. Vivia o pobre e ignorante sertanejo tratando de sua lavoura e de sua família [...] Porém, como feras humanas [o grupo de Abílio Batata, um dos envolvidos nas lutas entres fazendeiros] mataram a pobre de [sua] mulher, encontrava-se grávida [...] abriram-lhe o ventre.³⁵⁹

Este Cipriano tornou-se, juntamente com outros pobres e também com jagunços, a resistência do lugar, enquanto os fazendeiros e comerciantes exilaram-se em Carolina ou em Imperatriz. Esta foi uma das razões para que Francisco Ayres da Silva tenha visto em Pedro Afonso uma cidade abandonada, pois a "população" que ele re-conhecia havia partido para o Maranhão fugindo dos combates sangrentos.

De fato, Pedro Afonso tornara-se uma tapera, porém não abandonada. Os pobres que não tinham aonde ir estavam lá, na margem do Tocantins, procurando plantar para comer, mesmo apavorados, sempre seguiam o caminho. A memorialista Ana Brito Miranda era filha de fazendeiros de Pedro Afonso, portanto tão ligada ao interesses dos abastados quanto Francisco Ayres, porém ela ali nascera, na década de 1890, e ali permanecera: conheceu e viveu alguns dos acontecimentos que marcaram a cidade e por isso pôde narrar o massacre de um dia, um único dia, que foi realizado pelo Sgtº Penteado contra os agregados Seo-Agostinho, Mariano e José Antonio.

³⁵⁷ BRASILIENSE, Eli. **Uma Sombra no Fundo do Rio**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed. 1971. 16 p.

³⁵⁸ Escrito na década de 1940, mas somente publicado no ano de 1973, este relato de memória possui uma seção de Anais contendo documentos públicos sobre o norte de Goiás e, mais especificamente, sobre a cidade de Pedro Afonso, abrangendo mais ou menos quatro décadas (1900 -1940) de histórias da região.

³⁵⁹ MIRANDA, Ana Brito. **História de Pedro Afonso**. Goiânia. 3. ed. Oriente, 1973. 42-43 p.

Miranda, em seu relato *História de Pedro Afonso*, narra a vida nesta cidade nas difíceis três primeiras décadas do século XX, quando as revoltas desestabilizaram as condições de viver na região.

As lágrimas escorriam para os rios, mas os sertanejos pobres persistiam na luta pela vida. Quando as suspensões, às vezes longas, da vida de cultivo e das atividades cinegéticas terminavam e o chão voltava a lhe *pertencer* eram outras estratégias e outras preocupações que lhe moviam, sempre lhe moviam. Francisco Ayres da Silva afirma que as pessoas laboriosas de Pedro Afonso haviam abandonado a cidade, porém o que compreende como labor foi o que lhe impediu de ver o trabalho realizado pelos pobres. Não se trata de discutir a indolência que marca uma visão de mundo sobre os sertanejos pobres, mas de encontrar os indícios e as evidências do trabalho destas pessoas, que nunca cessava.

Esta questão básica e ao mesmo tempo complexa apareceu, por quase dois séculos, como o grande segredo da esfinge dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins. Entre 1839 e 1840, George Gardner, ao viajar pelo sertão nordestino, sul do Maranhão e norte de Goiás mostrou-se surpreso ao chegar às proximidades de Carolina, embora ainda no território goiano:

Tendo-se quase acabado a farinha que levávamos, perguntei se havia alguma naqueles sítios, mas não havia nenhuma, nem haveria por mais um mês, porque a mandioca ainda não estava madura [...] é ainda para mim mistério como consegue viver a grande massa de habitantes.³⁶⁰

O raciocínio de Gardner, obviamente, implica toda uma discussão acerca de visões de mundo, noções de trabalho, etc., que investigarei no capítulo terceiro, quando buscarei trazer novos argumentos a esta questão. Aqui, o problema que interessa é o questionamento deste viajante acerca de como "a grande massa de habitantes" conseguia viver se não havia farinha de mandioca à venda. Obviamente, a relação imediata que construiu foi a de que onde não havia produção comercial, não havia também meios de sustento para as pessoas. Gardner, naquele momento, avançou sobre o conceito/prática da agricultura de subsistência ao conceber que se o sertanejo pobre não produzia para vender, não deveria ter nem ao menos um meio de subsistência: assim, para ele, como se mantinham vivos era um segredo.

A palavra subsistência sempre me incomodou por uma razão muito específica: ela expressa a condição de resistir com um mínimo indefinido ou, então, definido a partir de critérios que ao menos até meados do século XX não correspondia às reais necessidades das

³⁶⁰GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975. 150-168 p.

pessoas. Mas a noção *subsistência* tem uma implicação ainda mais negativa na minha concepção, ela apresenta pessoas que subsistem, ou melhor, *subexistem*: não existem plenamente ou completamente em função de terem que se manter com mínimos vitais. É claro que a fome, a desnutrição e a inanição são problemas sérios e concretos, porém a noção de subsistência me parece ter sido usada na maioria das vezes como sinônimo de atraso em relação à agricultura capitalista, ou, como é mais bem denominado hoje, como sinônimo de miséria se comparada, por exemplo, aos produtos que, advindos do agronegócio, superlotam as prateleiras dos supermercados. Portanto, produzir para manter-se e manter a família não significa miséria, mas, de fato, o prefixo *sub* reporta à noção de incompletude.

Há pouco tempo atrás, pesquisando sobre a questão do cultivo da terra e de outras atividades alimentares deparei-me com o trabalho de Paulo Bertran – realizado em fins da década de 1970 e início da década de 1980 - sobre história da agricultura e eco-história. Em seus trabalhos este autor procura relativizar a idéia da decadência que marcou a historiografia goiana, investigando a agricultura e a pecuária depois do declínio da mineração. Para Bertran, a questão do ócio, da preguiça ou da apatia dos sertanejos, fixada de forma quase incontestada até mais ou menos a década de 1980, não era o ângulo mais profícuo a partir do qual se deveria questionar o problema.

O que se deveria problematizar, segundo ele, era qual agricultura era praticada na região se os conceitos de agricultura rudimentar e de subsistência não alcançavam o processo³⁶¹. Este caminho do autor articulava-se às minhas questões: Como encontrar os indícios e evidências desse trabalho – de cultivo ou da busca por alimento – que não cessava na vida do sertanejo pobre?

Procurando compreender o processo de constituição das práticas agrícolas a partir das pessoas que a constituíram, Bertran busca rever criticamente os conceitos que envolveram a história e a historiografia, surgindo deste esforço a construção de outras noções, como a de *abastância*:

A economia agrícola, propriamente, surge [...] nem tanto da economia de subsistência, nem tanto da comercial, a agricultura do século XIX poderia caracterizar-se como de abastância vez que seu mercado, com localizadas exceções, só raras vezes ultrapassava as barreiras extra-regionais.³⁶²

Por meio da noção de *abastância* foi possível entender qual o mistério para Gardner. Na verdade, para ele qualquer prática agrícola deveria produzir excedente para abastecer

³⁶¹BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia. Oriente. 1978. 47 p.

³⁶²BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil**, Brasília; CODEPLAN, Goiânia: UCG, 1988. 43 p.

amplamente um mercado. Assim, como não encontrou produtos agrícolas, em quantidade, disponível para comercialização, deduziu, equivocadamente, que não havia nos Vales terras cultivadas, o que, conseqüentemente, influenciou sua concepção de que na região o que grassava era a fome. Mas uma análise das evidências à luz da noção de abastância levou-me em outra direção.

De fato, o teste desta noção mostrou-se adequado por iluminar as evidências que já haviam sido cotejadas na pesquisa. Assim, foi útil no sentido de expor em um feixe os ardis que os sertanejos pobres construíram para transformar sua participação na economia social da região em meios para arrefecer a exploração e a dominação a que estavam sujeitos. Acompanhei estes sertanejos pobres nestes caminhos, perseguindo suas estratégias para transformar tarefas cotidianas em meios de construir uma com-formação social que lhe permitisse mover-se em direção a seus interesses de autonomia, ainda que relativa.

O chão era a vida dos sertanejos pobres, talvez por isso quando levantados dele sentiam-se em outra dimensão: a da valentia e a da violência como demarcara Brasiliense em *Rio Turuna* (1964). Por outro lado, sabiam que retornariam à roça. Com os pés assentes na terra e as mãos na enxada, prontos para enterrar as sementes, sentiam-se vivos. Nos *Anais De São Vicente*³⁶³, Leônidas G. Duarte ao reproduzir sua resposta, por meio de artigo no *Jornal O Norte*³⁶⁴ datado de 25 de outubro de 1921, à representação feita pelo Padre João de Sousa Lima contra ele ao Governador de Goiás, deixou entrever como era importante "o cuidar da roça" para o sertanejo pobre.

Duarte, em 1920, deveria seguir de São Vicente até Boa Vista, onde responderia à denúncia, e para isso procurou um camarada para auxiliá-lo na viagem. De fato, nas viagens pelo sertão, era quase sempre necessário – quando não imprescindível –, que os viajantes contratassem trabalhadores para cuidar dos animais, das bagagens e muitas vezes da alimentação, os camaradas contratados para estas atividades eram denominados arrieiros. Porém, Duarte recebeu da pessoa a quem desejava "alugar" a justificativa de que não poderia aceitar a empreitada por ter "serviços da roça a fazer"³⁶⁵. As circunstâncias da recusa são importantes neste caso: Boa Vista e São Vicente do Araguaia encontravam-se há mais de

³⁶³DUARTE, Leônidas G. **Anais de São Vicente**: Goiânia. J. C. Rocha Editor, 1948.

³⁶⁴O *Jornal O Norte* segundo Dunshee Abranches começou a circular em 12 de novembro de 1888 em Barra do Corda - MA (1940, p. 164). Pelas matérias compiladas por Leônidas Duarte e Carlota Carvalho é possível indicar que tenha funcionado regularmente ao menos até a década de 1930, embora não tenha informações seguras sobre sua periodicidade ou sobre o tempo que esteve em circulação.

³⁶⁵DUARTE, op. cit., p. 60.

quatro décadas em permanente conflito e Duarte, sobretudo a partir de 1915, era um dos agentes centrais da disputa.

O arrieiro possivelmente recusou o trabalho em função de recear as consequências da viagem, porém utilizou como argumento algo inquestionável pelos padrões costumeiros: a prioridade do cultivo. Obviamente, a inquestionabilidade deste argumento não se aplicava às situações em que o conflito armado fosse declarado, pois, nestes casos, tanto as prioridades do sertanejo, quanto as de Duarte poderiam ser outras. De qualquer forma, a centralidade da questão é que, por ser costume o trabalho na roça preceder, na maioria das vezes, às outras atividades, o argumento foi considerado válido tanto para quem o forneceu quanto para quem o recebeu. Mas não era uma vida de trabalho fácil.

Ruy Alcides Carvalho³⁶⁶, no livro *De Gente e De Bichos*³⁶⁷ (1982), publicou um conjunto de crônicas escritas por ele durante várias décadas para o jornal *Tribuna de Carolina*, localizado na cidade de Carolina - MA. Os temas são variados, mas uma marca profunda do conjunto de textos é a comparação do tempo passado com o tempo presente na região a partir de um argumento central e contraditório: a modernidade dos assuntos do "Brasil e do Mundo" e a tradição do viver no sertão. Por um lado, o desenvolvimento econômico que ele percebe no sudeste é confrontado com a pobreza do Vale dos rios Araguaia e Tocantins. Por outro lado, os valores da "região desenvolvida" do Brasil são considerados degenerados quando comparados aos valores "tradicionais" do sertão, que, para ele, representava o lugar "onde ainda se podia fluir um resto de paz"³⁶⁸.

Em uma de suas crônicas, *As terras, e nós aqui* (1956), Carvalho compara a agricultura feita na região aos modernos métodos de cultivo, apontando a dificuldade que tinha o sertanejo para fazer a terra produzir, demarcando a dificuldade desta prática como atemporal: "aceita com aquele velho conformismo adquirido dos seus ancestrais, através dos séculos"³⁶⁹. É perceptível em uma série de crônicas de sua lavra o fato de que procurou estabelecer que a supremacia da fazenda de gado fosse devida, em primeiro lugar, ao desenvolvimento econômico e social que a pecuária viabilizou na região, ao contrário da agricultura que, exigindo enormes esforços, permanecia presa ao passado e à ineficácia produtiva.

³⁶⁶Professor e Jornalista de Carolina, sul do Maranhão, durante a década de 1940. Além de publicar *História da História de Carolina*, *De gente e de bichos* e *Coisas da Vida*, escreveu no jornal *A Tribuna do Tocantins* a partir de 1940.

³⁶⁷CARVALHO, Ruy. **De gente e de bichos**. Goiânia, 1982.

³⁶⁸Ibidem, p. 16

³⁶⁹Ibidem, p. 27.

Sua perspectiva voltada para a pecuária é clara nos relatos, afinal ele mesmo era um criador de bovinos, porém é pertinente sua descrição das dificuldades de se cultivar a terra:

A agricultura no vale do Tocantins é feita à unha. Começa pela broca [...] a madeira que não virou cinza será reduzida a estacas e varões com que será cercada a roça. Cerca de cama no chão e bem tecida, para que não entre gado ou animais silvestres [...] o braço não pára nunca. Com as primeiras chuvas, se faz a primeira limpa, com a enxada preparando o solo para a planta. Nestes dias, toda a família [ia] pra roça com as cuias de arroz.³⁷⁰

Acima, Carvalho expõe alguns vestígios acerca das razões para que o trabalho na roça fosse extenuante: para que "o braço nunca parasse". Em sua narrativa é perceptível o vínculo que traça entre o "trabalho feito à unha", ou seja, feito apenas com ferramentas básicas e a necessidade de que toda a "família fosse para a roça", em uma alusão, mais ou menos clara, à insuficiência de braços como um problema iminente a cada ano agrícola, pois na ausência de instrumentos modernos restava ao *agricultor* ter ao menos um número suficiente de pessoas trabalhando. Também Audrin, demarca em seus relatos esta intensidade³⁷¹, porém, ao criticar a indolência de *alguns* pobres que se acostumaram à "fome velha", ou seja, que se acostumaram à subnutrição permanente esquece-se da dificuldade dos roceiros para conseguir braços suficientes trabalhando na lavoura.

Quando tinham a possibilidade, improvável é verdade, de ter uma parcela maior de terra para cultivar, a alternativa de realizar tal empreendimento dependia de ter pessoas suficientes para ajudar em todo o processo, até que chegassem os dias da colheita. O plantio, por exemplo, fazia-se uma questão preocupante, pois como era realizado no período das chuvas, não eram somente as culturas que cresciam, as ervas daninhas também cresciam rapidamente. Assim, a tarefa de retirar as plantas nocivas da roça, realizada por meio de uma limpeza ao redor das culturas, era um trabalho que exigia constante cuidado dos agregados e, principalmente, demandava um maior número de braços.

Porém, como era um período crítico para todos os roceiros, era difícil conseguir ajuda dos vizinhos e companheiros. Em outras palavras, nestes períodos "mais apertados de serviço" lidar com a roça era um trabalho estrito de cada família, o que se tornava um problema mais facilmente contornável quanto maior o número de membros esta possuísse. Alia-se a este, outro problema: quando uma parte da roça "morria sufocada pelo mato", não era apenas o trabalho que se perdia, perdiam-se sementes, que poderia ter servido de alimento; perdia-se tempo, algo que significava muito para estas pessoas, apesar de alguns "conhecedores" do

³⁷⁰CARVALHO, Ruy. **De gente e de bichos**. Goiânia, 1982. 27 p.

³⁷¹AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.1963. 47-48 p.

sertão assegurar o contrário. Nunca era uma situação desejável para o sertanejo pobre perder algo de suas roças.

Carmo Bernardes no romance *Perpetinha - um drama nos babaquais* (1991) atinge o cerne da dimensão mais humana, em suas múltiplas possibilidades, da experiência de cultivo no sertão. Nesta obra misturam-se o real e o imaginado, em que relações de classe, disputas por modos de viver e por poder imbricam-se. Este imbricamento, por um lado, revela-se como uma ironia, realizada no romance como uma vingança dos pobres; por outro lado, revela-se como criação de pequenas estratégias para desprezar, sutilmente, o explorador.

Ambas as formas são engendradas para desvelar, senão acontecimentos sempre reais, ao menos indícios de um homem, de um tempo e de um lugar que décadas, talvez um século, procuraram opacizar. *Perpetinha* desenrola-se em Boa Vista³⁷² e suas personagens são padres, fazendeiros, quebradeiras de coco babaçu, índios, remeiros, camaradas, agregados, vaqueiros, jagunços: os quatro últimos em um imbricamento onde não são possíveis rígidas divisões.

Dentre os agregados, neste romance, há Honório Bispo, personagem desconhecida da historiografia, mas que traz no sobrenome, Bispo, a marca do nome de uma família conhecida naquela cidade ainda na atualidade. Bernardes, ou seu narrador onisciente, ao contar a história de Bispo, atinge o cerne do conflito – em suas múltiplas possibilidades – na questão do tamanho da roça. No enredo, surge este rapaz com um dilema: nas terras cedidas por Joãozinho, provavelmente um fazendeiro ou coronel, fez uma roça muito grande: "no centro de uma mata; cinco léguas e meia da rua, num soturno medonho. Queimou o roçado, ergueu o rancho lá e levou dois irmãos rapazinhos e uma irmã moça refeita"³⁷³.

Bispo trabalhou arduamente, mas, como relata Bernardes, "abriu as pernas demais, fez uma roça grande, e quando chegou a quadra de limpar viu que só ele e os dois irmãozinhos não iam dar conta"³⁷⁴. Ariscava-se a perder uma parte da roça:

O mantimento veio arrebetando de viçoso, seria pena um pedaço da roça ficar no sujo. Arrocho de serviço muito grande. Honório mais os meninos não iam dar conta da roça limpa até o dia 12 de dezembro, véspera de Santa Luzia, de jeito nenhum [...] Quando viu que não dava conta mesmo deliberou sair para arrumar um companheiro.³⁷⁵

Encontrar alguém para ajudar sua família era uma urgência para Honório Bispo. Entretanto, a questão não se resumia em perder a roça para o mato, o narrador aponta que a

³⁷² Povoado real localizado no extremo norte goiano, atualmente é a cidade de Tocantinópolis no estado de Tocantins.

³⁷³ BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991.136 p.

³⁷⁴ Ibidem, p. 137

³⁷⁵ BERNARDES, loc. cit.

roça estar sendo sufocada por ervas trazia outras conseqüências, pois no caso de Bispo não conseguir limpar a roça "até o dia 12 de dezembro, véspera de Santa Luzia [...] Joãozinho ia tomar conta dum mocado". Em outras palavras, o cerne do problema era ter que entregar um pedaço da roça para Joãozinho, o dono da terra, pois se Bispo não conseguisse mantê-la limpa certamente o fazendeiro colocaria seus camaradas na parte que o mato invadira e ficaria com a produção da área que conseguisse salvar³⁷⁶. Todavia, Bispo não se deu por vencido. Foi à cidade e teve

a sorte de arranjar um que estava de sueto³⁷⁷: um que estava "puxando minhoca pro umbigo". Combinou com ele, dele dar duas semanas de serviço, para eles salvarem a roça de ser entregue um pedaço a Joãozinho.³⁷⁸

Nestas circunstâncias, a situação mudou: Bispo, seus irmãos e Joaquim Braz, o novo sertanejo pobre, conseguiram "uma boa safra e não perderam nadinha, no fim, Honório Bispo dividiu parte do que colheu com Joaquim, que era um rapaz sacudido no serviço"³⁷⁹. O objetivo de Bernardes ao narrar que Honório Bispo dividiu sua colheita com Joaquim Braz parece não ter sido demonstrar o resultado excelente da colheita. Na verdade, o que pretendia essencialmente era demonstrar que a maior preocupação de Bispo não era ter que repartir a produção, afinal dividiu com Joaquim Braz, mas ter que dividi-la com o fazendeiro. Em outras palavras, o aspecto primordial para Honório Bispo era conseguir defender seu trabalho e o resultado de seu trabalho da mão do explorador, no caso, o fazendeiro Joãozinho.

As relações que Bernardes trama neste romance constituía parte das disputas entre sertanejos pobres e fazendeiros em torno de relações de exploração e dominação. Para garantir a verossimilhança entre o que narra e as práticas reais do sertão, utiliza como artifício definir até uma data para que Bispo resolvesse a questão – a véspera de Santa Luzia, quando Joãozinho pretendia colocar seus camaradas para “limpar” a parte da roça que estava no mato. No caso de Honório Bispo, ele lutava era contra o aumento da exploração na sua condição de agregado: desta vez o sertanejo pobre vencera.

A roça não era apenas pensada e vivida como uma questão de necessidade alimentar, mas de expectativas e interesses dentro de relações de classe. Cabe aqui um olhar sobre a noção de necessidade utilizada neste trabalho, pois desta concepção depende a compreensão da forma de interpretação que procurei imprimir aos principais eixos sob os quais os sertanejos pobres buscavam organizar seu modos de viver, tanto em relação às práticas de

³⁷⁶BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 137 p.

³⁷⁷Sem trabalho.

³⁷⁸BERNARDES, op. cit., p. 137.

³⁷⁹Ibidem, p. 137-138.

cultivo ou às disputas em torno da alimentação, quanto em outras circunstâncias de trabalho que não a lavoura.

Nesse sentido, se através de um olhar menos atento, o fato de o sertanejo pobre controlar o tamanho de sua roça pareceria paradoxal em relação à sua luta pela constância na aquisição de alimentos, ao aproximar o olhar é possível perceber que este controle vinculava-se diretamente à articulação entre necessidade e modo de vida, pois a necessidade para o sertanejo pobre extrapolava a aquisição de alimentos, não sendo apenas viver ou morrer o que lhe preocupava, mas os modos pelos quais iria viver.

Fazer uma grande roça, em que gastaria muito tempo na preparação do solo, para depois abandoná-la sem poder colher o que havia previsto, seria desorganizar suas práticas de viver e, assim, colocar em risco outros interesses e expectativas como, por exemplo, o tempo necessário para realizar suas atividades venatórias. Apesar de um conjunto de fontes – especialmente as públicas – assegurarem que os sertanejos pobres eram "homens [...] sem ambições, contentando-se com o estritamente indispensável à satisfação das suas necessidades muito limitadas"³⁸⁰, nas vidas reais destas pessoas as condições eram muito diferentes.

Os agregados procuravam lidar com suas realidades observando e trilhando, sempre que possível, os caminhos que lhes permitiriam manter suas práticas de viver sempre no eixo da busca por uma com-formação social. Com-formação social esta em que as disputas de classe fossem travadas em terrenos que possibilitassem a conquista de uma autonomia relativa sem a necessidade, inviável para o sertanejo pobre, do confronto aberto e direto com os fazendeiros.

Por outro lado, ao fazerem suas roças, mesmo tomando todo o cuidado no que concerne às suas relações com os fazendeiros *donos dos lugares*, sabiam que deveriam lidar com as contingências naturais que aconteciam a cada ano agrícola, por isso procuravam organizar sua vida e de sua família de forma mais ou menos adequada para anteciparem-se a elas. Porém, algumas contingências fugiam ao seu controle, como os ataques dos animais silvestres; a estas, a única estratégia era a defesa. Segundo Bernardes nas roças de arroz e milho, em Boa Vista, salvava somente o que vigiava. Os sertanejos pobres faziam arapucas, colocavam espantalho e os "meninos bodoqueiavam o dia todo e mesmo assim os bichos não cessavam o ataque"³⁸¹.

³⁸⁰JARDIM, F. L. R. **Relatório Presidência do Estado de Goiás**, 1896. 13 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009

³⁸¹BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 43 p.

Nesse sentido, diante da *consciência* da instabilidade de suas situações, o agregado buscava constituir seus meios de vida em torno de, por um lado, culturas que tivessem menor custo (como, por exemplo, a mandioca brava) e, por outro, de atividades que lhe dessem alguma mobilidade em caso da necessidade de uma transferência de urgência. Portanto, no seu horizonte, deveriam existir outras estratégias: como a roça de mandioca e as atividades venatórias. Realmente, em grande parte das narrativas acerca do sustento do sertanejo-pobre, convencionou-se afirmar, na tentativa de caracterizar a indolência dos agregados, que sua alimentação consistia exclusivamente de farinha e carne de gado. Bernardes, referindo-se ao costume alimentar na região de Boa Vista, corrobora a idéia deste padrão de alimentação:

Armantino é ciente de que caminha para ir viver num lugar onde o forte no passado do povo é a farinha de mandioca [...] e bem assim é rapadura que essa gente come como se fosse arroz com feijão. O forte do passado deles é a rapadura, a farinha de mandioca, a carne seca e a fava.³⁸²

No entanto, faz-se necessário observar que, se em referência às práticas dos fazendeiros e dos coronéis a territorialização do espaço é mais evidente, quando a questão é o sertanejo pobre, existem duas convenções básicas: ora foram definidos como indolentes que transferiam suas roças de lugar por causa da preguiça em cuidar da terra; ora foram descritos, simplesmente, como subservientes às condições estabelecidas pelos "primeiros ocupantes", como vimos no primeiro capítulo sobre as condições e as possibilidades de ocupação da terra pelo agregado.

Buscando avançar na interpretação das relações destes sujeitos no que se refere às suas práticas de viver na terra e viver da terra³⁸³, um aspecto importante, no âmbito das decisões sobre o plantio, era a existência de uma Lei (conhecida como Lei do Dízimo) que obrigava o agricultor a pagar um imposto sob o tamanho da área cultivada e não sob a quantidade colhida. De fato, este era um risco impossível de calcular, pois o agricultor não poderia saber, diante de todas as circunstâncias problematizadas aqui, a quantidade que colheria, ou se colheria. Neste caso, quando Bernardes afirma no romance *Perpetinha* "que os produtos da lavoura davam pouco progresso", não está apenas falando das dificuldades do trabalho de

³⁸²BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 42 p.

³⁸³Avançado das relações entre mandonismo, uso da terra e braço armado, discutidos no primeiro capítulo, para as dificuldades que os sertanejos pobres enfrentavam com as intempéries naturais, a falta de braços e os ataques dos animais silvestres e domésticos em busca de melhores condições de viver.

cultivo, mas apontando que se, por um lado, a lavoura era uma atividade vital, por outro constituía mais uma dimensão do complexo modo de viver dos sertanejos pobres.

O fato de o dízimo ser um imposto (à taxa de 5% - cinco por cento) calculado sob a área plantada sempre foi um desafio e ao mesmo tempo uma limitação para agricultura no Vale dos rios Araguaia e Tocantins. Talvez por isso, em 1863, o ex-presidente da Província de Goiás, José Martins Pereira de Alencastre, discutindo as dificuldades por que passava Goiás desde o período colonial, tenha reafirmado que "o quinto empobreceu Goiás e o dízimo acabou de matá-lo"³⁸⁴. No entanto, em referência à parte do território goiano e maranhense, não parece ter havido – desde as primeiras décadas do século XIX até o início do século XX – um interesse mais consistente por parte dos coletores em cobrar o dízimo, pois desde a década de 1850 reclamações advindas da administração provincial quanto à ausência no recebimento dos impostos fossem constantes.

Quanto ao sul do Pará, sua ocupação foi efetivamente promovida pelo Estado somente a partir das últimas décadas do século XIX. De fato, em 1893, Ignácio Baptista Moura³⁸⁵, encarregado de vistoriar a concessão, sob arrendo, a Carlos Gomes Leitão de uma área entre os rios Tocantins e Itacaiúnas não se refere, em seu relato, *De Belém a São João do Araguaia – Vale do Rio Tocantins*, a qualquer imposto sobre a agricultura. Referindo-se, apenas, à cobrança pelo arrendo da terra: esta que parece ser a primeira tentativa de instalar o sistema de arrendamento na região dos Vales.

Ignácio Batista, ao chegar ao Burgo, afirma ter sido recebido por Carlos Leitão com muitas obsequiosidades³⁸⁶, numa alusão clara ao fato de ter declarado na introdução do livro que se encontraria com "Carlos Leitão e sua gente dada a valentias"³⁸⁷. Esta é uma questão importante, não tanto pela mudança de opinião de Ignácio Batista sobre Carlos Leitão, mas por consignar que havia *uma gente do fazendeiro*, demarcando, assim, a presença de agregados trabalhando na roça. A situação no Burgo não pareceu favorável aos olhos de Ignácio Batista:

³⁸⁴ ALENCASTRE, J. M. P. **Anais da Província de Goiás**: 1863. Goiânia: SUDECO/Gov. Goiás, 1979. 93 p.

³⁸⁵ Funcionário do estado do Pará que realizou diversas viagens ao sul deste estado para fiscalizar obras e negócios públicos. A primeira delas, em 1896, inspirou seu Livro, lançado em 1910, denominado *De Belém a São João do Araguaia – Vale do Rio Tocantins*. Nele o relato, além de etnográfico, trata de questões relevantes à compreensão da economia e dos interesses das elites regionais na região aqui estudada.

³⁸⁶ MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 311 p.

³⁸⁷ Ibidem, p. 16.

O primitivo estabelecimento, onde se asilaram durante quase um ano os foragidos da lutas sanguinolentas da Boa Vista [primeira revolução – 1892-1895] [...] Era lugar de topografia bem escolhida; edificaram-se ali algumas barracas, fez-se até uma limitada plantação; porém as febres intermitentes assolaram de tal forma os imigrantes, que lhes ocasionaram verdadeira debandada [...].³⁸⁸

No trecho acima, um aspecto é imediatamente re-conhecível: as plantações dos agregados constituíam-se limitadas, como nas circunstâncias anteriores apresentadas aqui. Segundo Ignácio Batista, a modalidade de instalação do Burgo de Itacaiúnas foi o arrendamento, aliás, no que concerne à política de *terras devolutas*, esta modalidade foi praticada pelo Governo do Pará até a década de 1980. Por esta forma, Carlos Leitão contratou com este estado um pagamento anual pelo direito de uso da terra, valor que ele dividiria entre os agregados que haviam se instalado no local. A idéia do Estado era dividir o terreno cedido a Carlos Leitão em lotes específicos para as famílias, porém o constatado por Ignácio Batista foi que as pequenas roças plantadas pelos colonos

ficavam em seguida umas às outras, apenas separadas por diversos renques de algodoeiros [...] os lotes em que estavam localizados os colonos eram mal discriminados, por falta de profissional; como era trabalho urgente retifiquei todas as medidas e ordenei ao concessionário que se fizesse assentar os marcos divisórios.³⁸⁹

Em outras palavras, não havia lotes demarcados. O que se estabelecia neste Burgo era, por um lado, a tentativa de Carlos Leitão de *organizar sua fazenda*, nos termos discutidos no primeiro capítulo, com o sistema de trabalho agregado, porém com uma inovação: a modalidade do arrendo. De fato, as plantações dos agregados estavam todas dependentes das condições que Carlos Leitão *pudesse* promover, tanto na forma e meios de divisão da terra, quanto nas formas de conceder adiantamentos³⁹⁰.

A população que habitava o Burgo de Itacaiúnas era formada em sua maioria por agregados que haviam se exilado no Pará por medo de perseguições, pois ficando ao lado de Carlos Leitão, o perdedor durante as lutas armadas de 1892, encontravam-se escoraçados de Boa Vista. Estes agregados eram "222 habitantes, compostos na maior parte de órfãos e mulheres, constituindo 55 famílias agrícolas. As barracas em que se acham morando essas famílias eram em número de 28 e quase todas mal construídas"³⁹¹. Sobre a questão das casas, Ignácio Batista aparenta, novamente, insatisfação:

³⁸⁸ MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 311-312 p.

Ibidem, p. 311-312.

³⁸⁹ Ibidem, p. 315.

³⁹⁰ Ibidem, p. 311.

³⁹¹ Ibidem, p. 316.

Notei o inconveniente de se acharem duas e até três famílias aglomeradas em umas mesma barraca. Disseram-me ser isso devido ao grau de parentesco que existia entre elas, além de ter o rio, na sua grande enchente de março desse ano, carregado com muitas moradas [...] Os habitantes do Burgo vieram para ali espontaneamente, achavam-se satisfeitos, só lamentando os inconvenientes da pobreza, que é extrema entre eles [...].³⁹²

Nas condições de moradia descritas por Ignácio Batista, há uma evidência importante do processo de transformação nas relações de trabalho que se iniciava na região dos Vales. Para além do arrendo, aquelas pessoas habitarem em barracões coletivos demarca a presença de uma característica da modalidade de trabalho reconhecida na região por camaradagem, modalidade esta que guardava uma grande similitude com a servidão e que será discutida no terceiro capítulo.

Mas não foram as condições de moradia ou a ausência da divisão dos lotes o principal problema que os sertanejos pobres enfrentaram no Burgo de Itacaiúnas. Acostumados a condições de mando todos estavam. Porém, ser agregado de um fazendeiro, até aquele momento, era receber uma terra para plantar e em troca estar à disposição do patrão para qualquer eventualidade: alguns dias de trabalho na roça, uma viagem, um assassinio ou o braço armado permanente.

Portanto é na novidade do arrendo que se estabelece o principal motivo da tensão entre Carlos Leitão e seus agregados: estes não estavam acostumados a ter que pagar pelo uso da terra e receber adiantamentos que deveriam ser devolvidos sob a forma de produção não fazia parte de seu horizonte de experiências. É nesse sentido que as famílias ali estabelecidas assumiram uma postura reticente:

[...]as famílias sem se importarem com os contratos nem com os adiantamentos já recebidos por eles; porquanto sua ignorância, julgam que o Governo deu ao Sr. Carlos Leitão o dinheiro necessário para estabelecer e alimentar todos os colonos por tempo indeterminado. Dos prejuízos desses adiantamentos se não pode livrar o concessionário, por falta de garantias para os obrigar ao cumprimento exato daqueles compromissos.³⁹³

Realmente, o acordo que Leitão havia celebrado verbalmente com os sertanejos pobres não foi *compreendido* e muito menos cumprido pela maioria das famílias. Em primeiro lugar, por não estarem habituados ao fato do estado cobrar qualquer valor monetário dos fazendeiros e coronéis que ocupassem uma área devoluta. Em segundo lugar, porque, na compreensão destes lavradores, mesmo que o estado cobrasse pela terra, os fazendeiros sempre tinham

³⁹²MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 319 p.

³⁹³Ibidem, p. 320.

meios de arcar com o ônus da aquisição, afinal eram os chefes do lugar. Por outro lado, estes agregados – porque de fato eles eram agregados –, já haviam percebido que Carlos Gomes Leitão, ao não dividir os lotes entre as famílias³⁹⁴, tinha a pretensão de organizar uma fazenda para si mesmo.

Ignácio Batista afirma que mesmo pequenas, as roças já estavam no ponto de serem colhidas: a mandioca na hora de virar farinha; o milho, pronto para ser colhido; a cana de açúcar, no ponto ideal de ser levada à moenda. No entanto, somente um forno de torrefação de farinha e uma moenda existiam no Burgo, estes nas terras ocupadas por Carlos Leitão e sua família, o que evidencia sua tentativa de fazer os sertanejos pobres que ali residiam dependerem dele para qualquer atividade. Na realidade, esta era a tentativa de Carlos Gomes Leitão de *organizar sua fazenda*. Esta situação, segundo Ignácio Batista, fazia com que os agregados: "esbarrassem então com a dificuldade de não terem fornos para o fabrico da farinha, moendas para o aproveitamento da cana, nem meios pecuniários para obtê-los. De sua parte, o concessionário não tinha recursos para estabelecer fornos"³⁹⁵.

Em uma perspectiva de conjunto faz-se perceptível a tensão que estas novas formas de *viver de agregado* geraram entre Carlos Leitão e os sertanejos pobres, pois estes percebiam as artimanhas do fazendeiro para, ao controlar a terra e sua produção, obrigá-los a aceitar as condições de arrendo. De fato, este campo de tensão é a característica central da tentativa de uma primeira experiência do sistema de arrendamento na região e um primeiro "sintoma" do que vivenciaria o agregado, a partir da década de 1940, quando este sistema estabelecer-se-ia como a forma padrão de agregação e de trabalho agrícola, até mais ou menos a década de 1980.

Os agregados do Burgo de Itacaiúnas não permaneceram sob este sistema, ainda era muito cedo. Este ensaio mal sucedido de arrendamento fez com que muitos sertanejos pobres retrocedessem a Boa Vista ou transferissem-se para São João do Araguaia, influenciados pela promessa dos inimigos de Carlos Leitão de que receberiam terras para plantar sem que lhes fosse cobrado nenhum valor. Este é um sinal de que formas de cultivar a terra e de viver costumeiros, mesmo tendo que negociar com mandões e coronéis, era o caminho buscado por estas pessoas para construir uma com-formação social, pois construir suas relações a partir de um código cultural conhecido significava, neste período, lutar em uma arena, simbólica e

³⁹⁴ Ao menos metade das famílias que viviam no Burgo habitava em barracões coletivos quando da inspeção realizada por Ignácio Batista de Moura em 1896. Cf. MOURA, I. B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 319 p.

³⁹⁵ MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 315 p.

material, na qual ao menos sabiam moverem-se, mesmo quando tinham que lidar com violências e valentias.

Ao menos até a década de 1930, poucos relatos e relatórios se referem à exeqüibilidade da cobrança de impostos ou do arrendo na região dos Vales. Por outro lado, é necessário considerar que, a partir da década de 1930, dados sobre uma significativa produção, especialmente de mandioca e arroz, aparecem nos relatórios oficiais e nos relatórios do IGB (Instituto Geográfico Brasileiro), embora poucas informações haja sobre comercialização. Todavia, é necessário colocar em perspectiva que, mesmo aleatoriamente, havia a cobrança do imposto sobre a área cultivada e quando isso acontecia sua re-presentatividade expandia-se, construindo a experiência de que uma roça grande (de arroz, por exemplo, que era uma cultura muito sensível) significava muitas vezes prejuízo e fome.

Assim, tendo o sertanejo pobre que lidar sempre com as possibilidades de fome e prejuízo, precisou encontrar uma cultura que, ao menos relativamente, se constituísse numa estratégia contra estas duas situações: a mandioca foi esta cultura. Esta cultura foi ambigüamente narrada e compreendida pelos contemporâneos do século XIX e de grande parte do XX; algumas vezes como uma atividade tipicamente de indolência, outras como uma atividade previdente. Como indolência, a prática encaixou-se no domínio mais amplo do argumento que acusava o sertanejo pobre de não cultivar a terra por ser um "imenso preguiçoso". Na bibliografia do século XIX e XX localizei muitas e representativas narrativas referindo-se à lavoura de mandioca como uma prática relacionada à preguiça do sertanejo pobre.

Couto de Magalhães, em 1863, afirma que "nos sertões de São Francisco, assim como nas partes das Províncias de Goiás, Mato Grosso, Pará e Amazonas, em que floresce as indústrias extrativas [...] pouco ou quase nada se cultiva o solo, a não ser para plantar banana – pacova, como eles dizem – e mandioca"³⁹⁶. De modo similar, o presidente da Província de Goiás, no ano de 1881, ao se aproximar do povoado de São Vicente do Araguaia, no extremo norte de Goiás sentenciar que, nesta cidade, a pobreza mora em miseráveis choças de palha e planta "alguns pés de mandioca e... mais nada!"³⁹⁷.

Em 1920, Francisco Ayres da Silva viajando através do rio Tocantins para Belém do Pará, assim descreve a população de São Joaquim um pequeno povoado paraense:

³⁹⁶MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974. 34 p.

³⁹⁷MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 238 p.

São Joaquim, como tantos outros lugarejos do Pará, está em completa decadência, e o homem da plebe, sem aspirações, sem a menor noção de conforto, nada mais aspira do que o peixe para a refeição cotidiana e farinha para o complemento da alimentação [...].³⁹⁸

Quanto à posição de Ayres da Silva, interpreto que ela circunscreve-se à sua condição de classe: além de médico, membro da elite goiana, era dono de embarcações que realizavam todos os anos viagens de Goiás a Belém do Pará. Nesse sentido, sua concepção sobre os sertanejos pobres era condicionada negativamente pelo fato de suas plantações de mandioca quase nunca ultrapassarem o tamanho de suas necessidades. Afinal, as embarcações que desciam para Belém vendiam e compravam durante todo o percurso, e encontrar pessoas que nada *podiam* comprar e nada *tinham* a oferecer era visto com sinal claro de atraso por esse médico.

Por outro lado, é pertinente observar que, apesar da negatividade consolidada acerca de ser a farinha de mandioca o alimento insubstituível destas pessoas, o que caracterizava o início de uma crise de abastecimento alimentar no Brasil, segundo Caio Prado Junior, era a ausência deste gênero básico, pois:

Pelas qualidades nutritivas da farinha, adaptabilidade da sua cultura a qualquer terreno e excepcional rusticidade, a mandioca, introduzida pela tradição indígena, foi universalmente adotada pela colonização como gênero básico de alimentação; e assim se perpetuou até os nossos dias.³⁹⁹

Acompanhando Caio Prado, compreende-se que a perspectiva que considerava o cultivo de mandioca como uma prática de previdência subsistiu primordialmente no século XIX, especialmente durante anos de colheita ruim ou de desabastecimentos causados por guerras. No ano de 1835, o Presidente da Província de Goiás, José Rodrigues Jardim, reconhece, acerca do desabastecimento e da fome, a pertinência de algumas medidas que no norte da província eram correntes:

A extrema falta que houve do sal a tres annos fez trilhar a tão util, e interessante estrada do Porto Imperial por Amaro Leite: a fome do anno passado fez conhecer a conveniência da plantação de mandioca, e nos trouxe a abundância dos generos mais necessários para a vida: pela decadência da mineração nas Povoações do Norte.⁴⁰⁰

³⁹⁸SILVA, Francisco A. **Caminhos de Outrora**: Diário de Viagens. Ed. póst. Goiânia: Oriente, 1972. 67 p.

³⁹⁹PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. 18 p.

⁴⁰⁰JARDIM, J. R. **Relatório da Presidência da Província de Goiás**, 1835. 18 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

A idéia de decadência da mineração, construída ao longo do século XIX como um marco social e intelectual em Goiás avançou durante a Primeira República para a cristalização da noção de atraso como a essência da história do norte do Estado. Francisco Itami Campos foi um dos estudiosos sobre a Primeira República que vinculou, em todos os aspectos, a atividade agrícola a uma noção de atraso construída por oposição ao período "fausto do ouro".

O cultivo da terra era sempre comparado ao período em que a extração aurífera era muito grande, resultando daí uma visão completamente negativa sobre a agricultura de abastância praticada pelos pobres. É justamente por perceber que o período posterior ao "auge do ouro" foi marcado por uma agricultura apenas para o abastecimento interno da região que Itami Campos define a formação das fazendas e a ocupação do gado como o princípio da recuperação da economia do Vales⁴⁰¹.

No que concerne à produção agrícola em geral e ao cultivo da mandioca em particular, foi, de fato, a articulação dessas duas perspectivas que ficou cristalizada nos principais estudos sobre a economia e a sociedade da região. Luiz Palacín, um dos historiadores desta matriz, recorre muitas vezes em seus trabalhos à questão da decadência da mineração para justificar não apenas a situação de fome e escassez no norte de Goiás, mas também o cultivo único da mandioca como um meio de amenizar a pobreza do nortista, entendida por ele como quase essencializada.⁴⁰² Nessa perspectiva, tem-se a reprodução da tese da decadência/atraso por sociólogos, historiadores, memorialistas e literatos no decorrer do século XX, sem a devida problematização dos seus significados e, principalmente, sem a perscrutação das evidências dos processos vividos pelas pessoas neste período.

Por outro lado, especialmente a literatura - romancistas e contistas - vem buscando *criar* uma vertente diferenciada sobre a compreensão que se tem a respeito dos sentidos que os processos tinham para os sertanejos que os viveram. Carmo Bernardes é um destes literatos, em sua obra procura problematizar sobre quem determina as escolhas dos sertanejos e, no que se refere especialmente aos hábitos alimentares, procura apresentar dois argumentos que, ora se articulam, ora se afastam na narrativa.

No romance *Perpetinha* o aspecto alimentar lhe interessa sobremaneira. Por meio da intervenção de Armantino, personagem principal, que chega a Boa Vista e tem que aprender a conviver com os costumes locais, vai apresentando as dimensões da vida do sertanejo pobre

⁴⁰¹Cf. CAMPOS, Francisco Itami. **Questão agrária**: as bases sociais da política. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1985. Mimeografado.

⁴⁰²PALACÍN, Luis. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás**: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista. São Paulo: Edições Loyola, 1990. 11 p.

em uma constante tensão. A primeira dificuldade que o narrador onisciente afirma ter Armantino encontrado foi adaptar-se à alimentação:

Armantino é ciente de que caminha para ir viver num lugar onde o forte no passado do povo é farinha de mandioca. Gente come farinha até com melancia. A valência é que a farinha é o que há de melhor para o reânimo do corpo, que esgota demais com o calor monstro que referve naquelas paragens.⁴⁰³

Em um primeiro momento, o narrador enuncia que o hábito do sertanejo pobre de comer farinha de mandioca seja resultado do fato de que "cada lugar, conforme o clima e os mantimentos que a terra dá, assim como também a composição da água que se bebe, exigem um hábito de alimentação"⁴⁰⁴. Porém, o que ele denomina como "o que dava certo com o clima do lugar", vai além da questão climática, significando, em síntese, também a qualidade das terras e os riscos que a fauna trazia às roças. De qualquer forma, algo já estabelecido é que as terras da região de Boa Vista eram constituídas de campos relativamente arenosos e apropriadas para o cultivo da mandioca, apesar de haver algumas manchas de terra roxa onde, algumas vezes, se praticou o cultivo de café.

Armantino, de forma análoga ao narrador, ao encontrar-se com o chefe político de Boa Vista, coronel/padre Egídio, descreve uma alimentação baseada na mandioca:

Padre Egídio fez questão de que Armantino participasse com ele do café matutino. Café medroso. Vinha acompanhado com beiju de massa de mandioca, reforçado com uma broa da culinária do norte feita de farinha de [mandioca] puba, uma tigela de farinha [de mandioca] branca, nacos de carne assada escorrendo gordura amarela.⁴⁰⁵

Voltando-se ao que urdiu o narrador sobre o *passadio* alimentar em Boa Vista, não é perceptível qualquer "anormalidade" no relato acima, porém Armantino parece surpreso com o fato de padre Egídio comer as mesmas coisas que toda a população. Espantado com o conjunto da situação, chama-lhe atenção a falta do leite no café da manhã do principal fazendeiro da região, assim se expressando:

Fora da regra do mundo é o sertanejo não fazer conta do leite de vaca. O leite é só para criar o bezerro. [...] Ali no café do padre não era para faltar um leitinho quente, fervido até engrossar, virar creme. A, pois não tinha. O leite de coco, aplicado em quase todo de comer, é o que não falta, tanto na mesa do rico, quanto no jirau do pobre.⁴⁰⁶

⁴⁰³BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 42 p.

⁴⁰⁴BERNARDES, loc. cit.

⁴⁰⁵Ibidem, p. 77.

⁴⁰⁶Ibidem, p.78.

Armantino surpreende-se com a ausência do leite na mesa do padre porque ela contraria sua compreensão de que o fator determinante da alimentação no lugar não era apenas uma questão natural, mas os meios de vida, ou seja, a detenção dos meios de produção: afinal Boa Vista era uma região de pecuária e o padre Egídio era um fazendeiro. Sua percepção das relações era que, sendo o meio de vida do padre a pecuária o correto seria haver leite na sua mesa, o que o confunde Armantino é que nesta circunstância o discurso narrado traz uma nova urdidura ao apresentar mais um aspecto da dimensão dos meios e modos de viver do lugar: o gosto das pessoas.

Note-se que todos comiam farinha porque a *terra do lugar dava certo com o cultivo da mandioca amarga*. Porém, padre Egídio era um criador de vacas, possuía meios para ter leite na mesa e mesmo assim preferia o leite de coco babaçu, fruto típico da região. Ou seja, não eram apenas as condições geo-climáticas - a voz do narrador - e/ou as condições econômicas/detenção dos meios de produção - a voz de Armantino - que definiam os hábitos alimentares da região, mas também o costume e as condições culturais. Bernardes, no conjunto do discurso narrado, vem em socorro de Armantino e do narrador onisciente, resolvendo a questão não com a articulação de geografia, de economia e de cultura, mas mostrando ao leitor a tensão - muitas vezes o conflito - entre geografia/agronomia e economia por um lado, e modos de viver por outro, nos seguintes termos:

Os entendidos dessa parte da ciência, hão de interpretar isso como sendo a resposta cultural dos meios de produção local vigentes, rebatendo nos costumes do povo [...] passadio de boca na base da farinha de mandioca de tudo quanto é jeito, tapioca, goma, beiju de massa.⁴⁰⁷

Na verdade, não eram "os entendidos da ciência" que interpretavam dessa forma. Bernardes, nesse trecho do romance, propositadamente altera sua linguagem: passa de uma escrita fortemente vinculada à oralidade para outra nos moldes da norma culta, conseguindo com isso seu intento: incomodar o leitor e deixá-lo a refletir, cumprindo, *ipsis literis*, uma das principais funções da literatura: colocar o saber, o conhecimento e a interpretação em suspenso. A suspensão provocadora de Bernardes é profícua, pois calha com certa tensão na construção de determinado padrão alimentar para os habitantes dos Vales, especialmente na parte do norte goiano. Construção esta que foi ponto fulcral para a constituição da denominada "identidade tocantinense", a partir da década de 1990.

⁴⁰⁷BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 78 p.

De fato, ocorreu um debate muito ríspido entre os que diziam que o consumo da farinha de mandioca relacionava-se diretamente às condições de produção, e, em última escala, à situação de atraso do norte de Goiás, e os adeptos da idéia da identidade, que centraram seu discurso na idéia do costume indígena herdado e na idéia do gosto. Bernardes é subliminar em sua crítica, porém, neste trabalho tenho a responsabilidade historiográfica de interpretar o que a literatura deixa em suspenso.

As evidências apontam que, dentre as alternativas de cultivo, encontrava-se a mandioca amarga. Adaptando-se ao solo, ao clima da região e, principalmente, adequando-se aos modos de trabalho, a mandioca possuía características que motivavam a preferência do sertanejo pobre, inclusive porque o cálculo da razão produção/área plantada superava em muito a maioria das outras culturas. Por outro lado, os argumentos consolidados sobre esta questão, intimamente vinculados à Antropologia e à História Cultural, relacionam a preponderância da mandioca na lavoura do sertanejo pobre, quase que exclusivamente ao fato de agradar ao paladar e pertencer à sua tradição.

Entretanto, este último argumento restringe por demais as questões que o cultivo deste tubérculo suscita, pois embora a farinha de mandioca tenha sido um dos alimentos mais palatáveis para as pessoas da região, sua preponderância não foi prioritariamente definida pelo gosto ou pelo costume, como também a produção e o consumo de arroz eram pequenos não exclusivamente porque as pessoas "não se dedicavam a cultivá-lo"⁴⁰⁸. A questão era mais complexa. Nestes termos, em 1896, Ignácio Baptista Moura descreve o cultivo da mandioca como uma atividade de lavoura típica, apresentando-o como um processo similar às das outras culturas: havia a preparação do solo, o plantio na época adequada, o cuidado com as ervas daninhas e com os animais e, enfim, o período da colheita⁴⁰⁹.

De fato, acerca do cultivo da mandioca, sua narrativa assemelha-se à de Audrin, porém com uma singularidade: para ele a mandioca era a primeira (e provavelmente única) cultura a ser plantada na roça do sertanejo pobre. Mas para frei Audrin "plantava-se o arroz, o milho e o feijão [...] passados alguns meses, colhiam-se os mantimentos e na terra assim desocupada, tratavam logo de plantar a mandioca"⁴¹⁰. Este é um problema importante por se relacionar diretamente com duas idéias em combate na reconstrução dos modos de viver dos pobres:

⁴⁰⁸JARDIM, F. L. R. **Relatório Presidência do Estado de Goiás**, 1896. 18 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

⁴⁰⁹Cf. MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 44 p.

⁴¹⁰AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 45 p.

dependendo de como fosse seu sistema de cultivo eram caracterizados como laboriosos ou preguiçosos. Assim, investigar o problema da escolha das culturas a serem plantadas pode vir a redimensionar, na tradição intelectual acerca dos sertanejos pobres, a questão da indolência.

É observável que os recortes sempre são arbitrários. Assim, procurando dimensões comuns nos modos de viver dos sertanejos pobres, construí uma territorialização específica quanto ao espaço investigado nesta pesquisa, porém um cuidado essencial residiu em manter em perspectiva que a diferença se sobressai mesmo quando pessoas partilham condições de desigualdade. Tomando Ignácio Baptista Moura e Frei José Maria Audrin como exemplo, é perceptível que suas acepções foram construídas a partir do lugar de onde olhavam e para aonde olhavam.

Ignácio Batista, olhando para a região dos castanhais⁴¹¹, fixou-se no predomínio da roça de mandioca, pois era informado pelas necessidades e expectativas dos donos de castanhais e ao mesmo tempo pela alimentação dos camaradas explorados no trabalho de coleta das castanhas. Certamente também tenha visto roças de arroz e de milho, porém a roça de mandioca, que melhor expressava os modos de viver em um castanhal, foi o que se sobressaiu para ele.

Por outro lado, Audrin constituiu sua perspectiva basicamente a partir de locais onde a pecuária se sobressaía e onde os homens tinham mais *tempo* para cultivar a terra. De qualquer forma, as práticas destes sujeitos não podem ser generalizadas sem o devido cuidado de evidenciar quão diferente podiam ser alguns aspectos e dimensões de suas vidas, conforme fossem as formas de exploração e dominação a que estavam submetidos e os espaços de poder em que se processavam suas disputas.

Não tenho a idéia de afirmar que em determinadas partes se cultivava todas as culturas já referenciadas nesta investigação e em outras apenas a mandioca, mas interpretar as evidências de que, em alguns lugares, estes eram problemas iminentes e que faziam parte da arena de tensões que era a vida do sertanejo pobre. Cultivavam o arroz? Sim, assim como os demais cereais. Cultivavam a mandioca? Também. Porém em cada uma destas circunstâncias, e em todos ao mesmo tempo, os modos de viver eram construídos como modos de luta e, por isso, as estratégias se diferenciavam.

É possível que Ignácio Batista tenha afirmado que a roça de mandioca era plantada sem que nenhuma outra cultura tenha sido feita antes, porque, como apresentei acima, as chances de que uma roça de arroz e feijão fracassasse era considerável, principalmente nas

⁴¹¹A área dos castanhais neste período abrangia territórios do sul do Pará e extremo norte de Goiás.

áreas de florestas em que chovia copiosamente durante o verão, o que não raramente provocava grandes enchentes. Por outro lado, em Audrin, embora ele generalize os espaços, é provável que estivesse se referindo a uma região próxima de campos, onde as águas demorariam mais tempo para invadir uma roça de arroz e milho, o que repercutia positivamente no conjunto da produção. São possibilidades.

Não obstante, algo importante deve ser articulado a este campo de possibilidades. Ignácio Batista durante todo o seu relato coloca como dificuldade para o "desenvolvimento" da região a "falta de interesse que o sertanejo demonstra em cultivar a terra". De fato, ele é claro ao afirmar que "a maior parte ou quase todos os colhedores de castanhas do Tocantins vêm do sertão do Maranhão e de Goiás, aonde voltam depois de finalizada a colheita, exceção de alguns que ficam definitivamente estabelecidos nos sítios próximos aos castanhais"⁴¹². Em outras palavras, o que estaria afirmando é que estes homens, mulheres e crianças eram uma população sazonal; terminada a colheita, todos (ou quase todos) retornavam para suas regiões.

Entretanto, ele expôs esta questão como se fosse algo determinado, ou seja, em função de não terem tempo para plantar, por estarem ocupados com a colheita da castanha que tinha prazo demarcado, os sertanejos pobres *escolhiam* cultivar apenas a mandioca, pois ela era uma cultura mais resistente, e com mais uma vantagem: seu fruto não precisava ser guardado para fazer semente para uma próxima plantação porque era do seu caule, cortado em pedaços, que se fazia novo cultivo. A questão fulcral era que já por esta época, últimos anos do século XIX, não dependia do camarada castanheiro a escolha do que cultivar ou se poderia ou não cultivar.

Mesmo Ignácio Batista, em 1896, já enunciava algo nesse sentido ao dizer que os camaradas castanheiros internavam-se nas matas: alimentando-se insuficientemente e passando a viverem mal abrigados por três ou quatro meses debaixo de palhoças construídas provisoriamente no centro da floresta⁴¹³. Estas pessoas estavam ali para colherem castanhas e não para cultivar a terra e, exceto alguns que não tinham mais meios de sair do castanhal, todos que estivessem alugados para algum comerciante de castanha-do-pará dedicavam-se quase que exclusivamente a esta atividade durante a safra. Mas esta era uma situação específica, não se tratava do agregado de fazenda, ou do camarada alugado para cuidar de uma roça ou do gado.

⁴¹²MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 153 p.

⁴¹³Ibidem, p. 152-153.

Em 1920, Francisco Ayres da Silva em viagem pelo rio Tocantins, levou um considerável carregamento de farinha de mandioca que vendeu completamente aos comerciantes de castanha na região de Marabá, mesma região do Itacaiúnas referida por Ignácio Moura. Por outro lado, não foi somente a farinha de mandioca que ele vendeu. Negociou com os sírios -, que por esta época eram os comerciantes que dominavam o negócio da borracha e da castanha-do-pará - carne, farinha, arroz, feijão, toucinho, rapaduras, etc.⁴¹⁴. Bem se vê que a demanda de produtos alimentares era significativa e, ao que parece, a oferta não lhe supria.

De fato, a partir da década de 1910 a situação de exploração dos trabalhadores que se alugavam como castanheiro⁴¹⁵ aumentou significativamente e possivelmente a grande roça de mandioca que Ignácio Batista viu na região dos castanhais de Marabá em 1896 tenha diminuído bastante de tamanho. Em 1935 a situação de exploração parece mais grave ainda, Júlio Paternostro, em *Viagem ao Tocantins* (1945), narra que os proprietários e arrendatários dos castanhais alugavam os camaradas para apanharem a castanha, explicando a seguir:

em todo o vale do Tocantins usa-se o verbo alugar em vez de empregar. [Essa palavra] exprime com nitidez a situação em que se encontram os sertanejos, da classe dos párias de nossa civilização.⁴¹⁶

A exploração dos camaradas que trabalhavam apanhando castanhas enunciada por Ignácio Moura em 1896 foi, em 1935, exposta claramente por Júlio Paternostro. Conforme ele, os aviadores⁴¹⁷ e donos dos castanhais não permitiam que, durante a safra de castanha, os camaradas alugados realizassem qualquer atividade que os "distraísse" do trabalho de coleta, inclusive com a proibição de *tocarem roças*, a única exceção, algumas vezes era a mandioca. Decorria desta questão que os comerciantes dos castanhais necessitavam sempre de uma grande quantidade de produtos para fornecer aos seus alugados, buscando dar preferência aos alimentos que menor tempo gastasse para ser preparado, conseguindo com isso que os trabalhadores rapidamente voltassem à coleta: a farinha de mandioca não precisava ser cozida e isso aperfeiçoava a exploração.

⁴¹⁴SILVA, Francisco A. **Caminhos de Outrora**: Diário de Viagens. Ed. póst. Goiânia. Oriente, 1972. 53 p.

⁴¹⁵O mesmo que *apanhador de castanha*.

⁴¹⁶PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. V. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945. 83 p.

⁴¹⁷Aviadores eram os comerciantes que alugavam os serviços dos sertanejos pobres para o trabalho no castanhal. O nome aviador vem do fato destas pessoas venderem mercadorias (farinha, arroz, etc.) aos castanheiros em troca destes entregarem certa quantidade de castanha no fim da safra. Muitas vezes estes camaradas não conseguiam realizar tal entrega e, ficando devendo ao aviador, tornava-se um escravo: preso ao castanhal.

No romance *Perpetinha* há uma personagem chamada Leobino Arcanjo dos Santos, trabalhando como vaqueiro de D. Leonor, uma rica fazendeira de Boa Vista, mas que antes havia trabalhado como bugreiro, ou seja, tinha trabalhado em castanhal vigiando os apanhadores de castanha⁴¹⁸. Leoba, como era conhecido, tornou-se amigo de Armantino, protagonista do romance, tendo oportunidade de conversarem sobre os tempos em que o primeiro trabalhara como bugreiro. Seus diálogos são extensos, porém para o que interessa a esta investigação basta dizer que Leobino relata que um dos fatores responsáveis pelo fato dos camaradas "no fim da safra, saíssem entrevados, se acabando de dor nas pernas, atacados de beribéri" era o tipo de alimentação que tinham: à base de farinha e jabuti⁴¹⁹, embora saibamos que a carência de vitamina D ocasionada pelo pouco acesso aos raios solares, em função da cobertura das florestas, seja a principal causa de beribéri.

O preparo do jabuti é, sobremaneira, esclarecedor, pois o tempo que demora a cozinhar é relevante para a compreensão das razões do consumo da farinha de mandioca no castanhal. *Em Perpetinha*, este é um dia na vida do apanhador de castanha:

Vão pra castanha de manhã cedinho com o estômago calçado só de farinha com rapadura e uma fruta que tem lá, chamada frutão. Deixam um jabuti cozinhando na trempe, com um tição de madeira forte, que seja boa de guardar fogo [...] à tarde vêm de volta com o paneiro nas costas atacado de ouriço de castanha. [...] Chega cá no ranchão, emborca o paneiro no montão de ouriços, aí do lado, Aí ele escolhe umas duzentas castanhas das maiores, rala com um ralo da casca da paxúba, rapa rapadura numa cuia. E com uma forquilha socando dentro esmaga o miolo do cupuaçu, derrama na cuia mistura tudo. Mexe farinha de puba no jabuti, que há essa hora está dilindo de cozido, e manda pra dentro aquele tepesto.⁴²⁰

É pertinente uma questão: se os arrendatários buscavam retirar a maior mais-valia absoluta do trabalho do castanheiro ao ponto de alimentá-lo à base de farinha, por que, então, também dar-lhe para comer um animal que demorava horas para cozinhar? Em primeiro lugar, o jabuti abundava nos castanhais, não onerando os arrendatários. Em segundo lugar, os que comiam principal ou unicamente a carne de jabuti eram os que, estando já individadados, não tinham mais como comprar, por exemplo, a carne seca: estes comiam o que lhes davam, como e quando davam. De qualquer forma, individadados ou não, os castanheiros consumiam muita carne de jabuti, assim como outros roceiros dos Vales também apreciavam esta caça.

Um aspecto importante é que a história de Bernardes está baseada em pesquisas de arquivo que converge, inclusive, com relatos de memórias como o de Júlio Paternostro,

⁴¹⁸BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 201 p.

⁴¹⁹BERNARDES, loc. cit.

⁴²⁰Ibidem, p. 202-203.

oriundo de uma viagem realizada em 1935. Mesmo assim, o que torna sua narrativa especial não é a "coadunação de fatos", mas sua interpretação destes e os modos pelos quais faz transparecer as possibilidades da exploração nos aspectos mais rotineiros, como a alimentação. A idéia de Bernardes, ao consignar que a alimentação do apanhador de castanha consistia em jabuti e que este demorava em média 10 horas para cozinhar é apontar que o tempo que o jabuti demorava a cozinhar era o tempo que o sertanejo apanhador de castanhas "passava dentro das matas com o paneiro alceado na cacunda, apanhando os ouriços da castanha-do-pará".

O jabuti representava a exploração. O tempo de cocção do jabuti era a maximização da exploração, pois, além de tudo, neste intervalo de tempo o sertanejo pobre nada comia, pois não podia retirar o paneiro das costas, estando vigiado por um bugreiro⁴²¹. A demora na cocção do jabuti não interferia no trabalho do castanheiro, mesmo porque bastava colocar o jabuti em um recipiente, cobri-lo com bastante água e levá-lo ao fogo com lenha suficiente para queimar o dia todo: o restante o tempo faria. O complemento ideal certamente era a farinha de mandioca, que já vinha pronta bastando misturá-la ao jabuti cozido, pois outros alimentos iriam requerer mais trabalho e, conseqüentemente, a contratação de um cozinheiro, o que não interessava ao *dono do castanhal*. Portanto, da forma como era conduzida a questão da alimentação - o próprio apanhador de castanha cuidando de seu sustento - quanto mais prática e simples fosse, maior exploração seria possível.

Tanto o jabuti era ideal por haver em abundância na região e por não demandar cuidados do camarada durante a cocção, quanto a farinha de mandioca, constituía, sim, uma forma de aumentar os níveis de exploração, o que não tem o objetivo de afirmar que não gostassem da farinha, mas há que se questionar que o gosto pudesse explicar seu uso, especialmente quando se tratava de sertanejos pobres que alugavam sua mão-de-obra.

Nesse mesmo sentido, a afirmação de que a cultura da mandioca era preferida porque demandava pouco trabalho deve ser questionada, pois o trabalho era equivalente para os diversos plantios, o que é apreensível quando se coteja as diversas descrições dos processos de cultivo. Não obstante, além de não demandar sementes, a favor da mandioca havia a questão de que suportava bem tanto a chuva quanto o sol e não requeria terras especiais para seu cultivo, embora o processo de fabricação da farinha não fosse tão simples.

Mesmo que a *desmancha*, como era denominado o processo de fabricação da farinha, fosse simples, o fato de haver uma série de etapas que deveriam ser feitas ao mesmo tempo

⁴²¹ BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaçuais. Goiânia: UFG, 1991. 201-203 p.

condicionou a necessidade de várias pessoas para a realização desta prática. Assim, este aspecto particular, a necessidade reunir muitas pessoas, moldou esta atividade de trabalho, transformando-a em uma prática cultural de confraternização: a *farinhada* forjava-se em uma celebração da fartura, pois promovia o encontro de pessoas que viviam a distâncias relativas e que, como ainda hoje, marcavam suas comemorações por estas ocasiões.

De qualquer forma, o processo variava conforme o tipo de farinha que se desejasse obter, mas um aspecto comum a todos os processos era a necessidade de um forno para torrar a farinha. Em 1896, segundo Ignácio Batista, a mandioca depois de descascada, amassada e prensada⁴²² em *tipitis*⁴²³ era peneirada e levada aos fornos, fabricados de barro e pedra, onde no calor do fogo surgia a farinha. Em 1920, Francisco Ayres da Silva observou e descreveu um processo similar de fabricação de farinha na casa de uma família que vivia de suas próprias roças, na região de Carolina. Depois de narrar o processo de fabricação ele descreve o forno de torrefação da farinha:

é um montão de bolos de barro e pedra, perfurado no centro com uma ou duas bocas ao lado, ao qual se apõe, fechando a abertura superior, uma lage de pedra chata, ou duas, quando se deseja um forno maior, barreado depois com barro resistente. A masseira é um pedaço de madeiro grosso, aberto ao centro, e que serve de depósito para a massa de mandioca ou milho que, ulteriormente, é submetida à torrefação.⁴²⁴

A descrição do forno da família do sítio Alegre tem uma função importante na narrativa de Ayres da Silva, pois o tipo de forno encontrado nas moradias era um de seus critérios para determinar se uma família era pobre ou não. Diferenciando pobres e afortunados diz:

Feita [a farinha de mandioca] como fica dito, e é este o processo corrente nos lares mais pobres, a farinha sobre ser carregada de terra em consequência do forno[afinal era de barro e pedra] não é muito nutriente, sabido que grande parte dos seus princípios amiláceos são esgotados com a perda de sua parte líquida. Nas menages mais afortunadas há os fornos de ferro ou cobre para o preparo da farinha, e há as rodas e as prensas, que completam a aparelhagem para o fabrico [...].⁴²⁵

Mas não era apenas este o critério utilizado por Ayres da Silva para dividir as *classes no sertão*. Para ele, o que separava pobres e abastados era a atividade principal a que se

⁴²²Da massa prensada escorria um líquido que, depois de algumas horas em repouso, condensava no fundo do vasilhame em que foi depositado um pó fino chamado de tapioca e com o qual se fabricava biscoitos e pães, além de cola.

⁴²³Conforme Ignácio Batista *tipitis* ou *tipitis* era uma "espécie de prensa rústica feita de tecidos de talas de palmeira, que comprim [ia]m pela tensão longitudinal". In: MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins**. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1986. 46 p.

⁴²⁴SILVA, F. A. **Caminhos de Outrora: Diário de Viagens**. Ed. póst. Goiânia: Oriente. 1972 44 p.

⁴²⁵SILVA, loc. cit.

dedicavam: os *ricos* eram comumente criadores, comerciantes e cultivadores de cana, enquanto que os pobres se dedicavam principalmente ao cultivo da mandioca. Entretanto, a separação realizada por Ayres da Silva tinha também uma escala mais reduzida, pois, dentre a *classe pobre*, havia os que viviam confortavelmente e os que além de pobres eram "pouco desleixados"⁴²⁶. Neste último caso, da separação dentro da própria *classe pobre*, os critérios eram o tamanho da roça de mandioca e a diversidade de culturas. Por exemplo, numa roça onde o mandiocal era grande e existiam outros cultivos, encontrava-se um "menage confortável" onde, apesar da pobreza, imperava também o trabalho: caracterizado pela diversificação de culturas⁴²⁷.

Nas vivendas onde apenas havia uns pés de mandioca e "nos fundos do sítio se via apenas um pequeno [...] e minúsculo bananal", constatava-se, como o fez Ayres da Silva, que o "pessoal era pobre e, via-se bem, pouco desleixado"⁴²⁸. No entanto, a questão era bem mais complexa, pois o lugar de moradia de uma família pobre onde existiam plantações variadas, criações de animais miúdos, como galinhas e porcos, assim como também benfeitorias, a exemplo de um forno resistente de pedra, significavam menos sua situação econômica ou características de indolência ou labor e mais sua condição de relativa autonomia.

De fato, o grau de independência e dependência podia ser significativamente percebido conforme fosse estruturada a moradia de um sertanejo. Muitos viajantes da época relataram as condições destas moradias. Júlio Paternostro, por exemplo, durante sua passagem pela região em 1935, registrou a indolência de um lavrador, residente nas terras de um fazendeiro, por não ter encontrado um vestígio maior de cultivo:

No percurso de quase 100 km vimos apenas cinco choupanas, onde a penúria era extrema. Meninos de 12 a 15 anos viviam nus por falta de roupa. Naquelas choças só existe a luz do dia. Não as iluminam à noite com lamparinas de querosene ou com luz de sebo. Os moradores [...] levam uma vida selvagem. A luta pela existência quase não exigia esforço [...] A não ser uns pés de mandioca, não plantam nada. De tempos em tempos, fazem com essa raiz a farinha de puba. [...] De vez em quando chupam favos de mel de abelhas selvagens [...] a carne [...] pescam e caçam no Tocantins.⁴²⁹

No mesmo sentido, duas décadas antes Ayres da Silva reconhece, como "uma vivenda das pobres mais confortáveis" as que se encontravam plantadas por uma variedade de culturas, denotando, segundo ele, a laboriosidade dos moradores. Mas estas eram

⁴²⁶SILVA, F. A. **Caminhos de Outrora**: Diário de Viagens. Ed. póst. Goiânia: Oriente. 1972 45 p.

⁴²⁷Ibidem, p. 44-46.

⁴²⁸Ibidem, p. 49.

⁴²⁹PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945. 215-216 p.

interpretações, saindo-se deste círculo alcançam-se evidências da vida destes pobres e dos seus próprios significados para suas práticas de viver. Os sertanejos pobres sabiam que, em alguns lugares sua permanência era temporária, fosse porque o fazendeiro costumava *trocar aleatoriamente de agregados*, fosse porque na região as disputas entre fazendeiros não propiciava à fixação. Nestes casos, a maioria dos roceiros não se interessava em cultivar áreas maiores de terra, mesmo que pudesse cercá-las ou realizar melhorias no lugar. Especialmente, era sinal de transitoriedade o fato de não haver em algumas moradias qualquer árvore frutífera que, por demorarem a produzir, os sertanejos sabiam que eles, seus filhos ou seus netos não comeriam destes frutos. Além disso, suas frutas preferidas eram nativas dos Vales, aliás, ainda hoje entre os idosos e em algumas localidades específicas esta é a preferência.

Estas práticas, ao contrário de ser sinal de fatalismo ou atavismo moral ao índio, eram muito mais a clareza de uma percepção sobre o mundo, sobre seu mundo. A argúcia e a perspicácia destas pessoas, conscientes de quão instáveis era sua situação, resultava muitas vezes em experiências extremas, como as apresentadas por Paternostro.

De forma similar, em 1912, há o relato de Artur Neiva⁴³⁰, este médico sanitarista encontrou, ao chegar a determinado povoado do norte de Goiás, muitas famílias que costumavam utilizar o mel como alimento, mas que não tinham o hábito de cultivar as melonídeas, ou seja, não cultivavam as colméias. A conclusão inicial de Neiva é que isso era prova da indolência do povo, pois,

nenhum dos naturais cultivavam qualquer das meliponidas de que se nutriam, apesar da facilidade em manter os cortiços das abelhas indígenas. O "melador" quando saía a "melar" no dizer local, extraía o mel derrubando a árvore; por este processo pode-se imaginar que grão de incapacidade possuía o sertanejo.⁴³¹

Porém, sua perspectiva transformou-se ao interpelar um sertanejo pobre:

Certa vez, espantados pela ausência completa de qualquer cortiço junto as moradias, perguntámos a um caboclo septuajenário [...] se os cortiços naturais eram mais abundantes na sua mocidade, pois pelo processo de derrubar o paú [...] acarretava na nossa [de Neiva] opinião vários prejuízos, "Quem quer 'melar' agora tem que 'laborar', respondeu-nos; "o homem derruba e não planta, assim nada resiste" e depois dum momento de reflexão, encerrou sua sentença fatalista e que bem traduzia estranha psicologia das gentes daquelas parajens: neste mundo o que é que não se acaba? Só a graça de Deus.⁴³²

⁴³⁰ Médico sanitarista que, a serviço do Instituto de Oswald Cruz, viajou pelos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás em 1912. As notas desta viagem transformaram-se no livro *Viagem Científica...*, publicado em 1916. Após 1930 assume a secretária do Interior do Estado de São Paulo, dedicando-se à carreira política até sua morte em 1943.

⁴³¹ NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999. 114 p.

⁴³² Ibidem, p. 115.

A concepção de Neiva alterou-se de indolente para fatalista, porém sem sair da perspectiva apriorística acerca de quem era o sertanejo. Por outro lado, a resposta do sertanejo pobre induz a prescutar as sutilezas não apenas no momento de formular a resposta, mas também no momento de formular suas estratégias para arrefecer a exploração. É fato que o mel era um alimento constante para as pessoas destas regiões, porém, para cultivar as melonídeas era necessário um lugar em que pudessem construir uma estrutura, uma terra que a maioria não dispunha, afinal, como o próprio Neiva argumentou:

O fazendeiro mais abastado e com um pouco mais de cultura, exerce grande influencia entre os moradores e esta, somente cessa, ao entrar em contato com a esfera de influencia de outro proprietário pelo menos tão abastado. [...] Aliás é impossível evitar; cada fazenda é um latifúndio de dimensões sempre crescentes conforme o afastamento das cidades; a pequena propriedade quase não existe, de maneira que, os moradores, estão de qualquer modo na dependência dos proprietários das terras.⁴³³

O sertanejo pobre sabia que qualquer coisa que cultivasse pertencia ou em algum momento pertenceria ao fazendeiro, afinal o domínio sobre as terras, a chamada zona de influência apontada por Neiva, era também o domínio sobre qualquer coisa que estivesse sobre ela. O sertanejo ao dizer que "neste mundo o que é que não se acaba? Só a graça de Deus", estava expressando a mais genuína e sagaz consciência de sua condição de existência, mas principalmente mostrando sua forma de lidar com ela. Não era uma questão de indolência ou de fatalismo, mas de entender que quando se mudavam de uma fazenda eram obrigados a dar ao dono o que não tinham; por isso a frase "eu dou a você o que não possuo"⁴³⁴ era a perfeita expressão do que lhes era exigido ao sair de uma terra.

Por outro lado, esta talvez fosse sua forma de defender sua dignidade: não possuo nada, por isso já nada me pode ser tomado. Certamente não é um valor do mundo capitalista e por isso é tão difícil às vezes compreender o que move o sertanejo pobre, porque para nós também historiadores, como pareceu impossível para Neiva, é complicado pensar além das convenções do capital.

De qualquer forma, morar em terras alheias, parece, determinava muito das práticas dos sertanejos pobres, porém não em função da questão mais básica da propriedade, ou seja, não em função de não ser o *dono da terra*, mas porque o estar na zona de influência de algum fazendeiro era, na maioria das vezes, a forma mais brutal de expropriação: o sertanejo pobre

⁴³³NEIVA, Artur; PENA Belisário, **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999. 180 p.

⁴³⁴Ibidem, p. 212.

ao sair de uma fazenda, quando tinha esta possibilidade, e não levava nada do que tinha trabalhado para construir, deixava não apenas seu trabalho para trás, deixava sua dignidade. Parece-me, que nesta época, ser apontado como preguiçoso ou miserável não feria tanto este homem, quanto ser expropriado de seu trabalho.

Por outro lado, nem sempre o sertanejo pobre vivia em condições tão instáveis. Muitas situações permitiam que houvesse alguma produção mais ou menos organizada, principalmente em torno do cultivo da mandioca e da produção da farinha. Talvez por estas circunstâncias, a caracterização de pobreza nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins se constituiu de fato pela presença constante de um mandiocal. Nesta questão específica é relevante evidenciar que as plantações de mandioca aparecem nas narrativas a partir de uma constante e, ao mesmo tempo, oscilam entre dois pontos.

A constante é o fato de estarem sempre vinculadas à pobreza e aos pobres; os pontos entre os quais oscilavam era: por um lado, os sertanejos pobres que plantavam mandioca, mas eram trabalhadores e por isso suas vivendas eram "das mais confortáveis"; por outro lado os que plantavam apenas uns pés de mandioca eram preguiçosos e, por isso, viviam em condições de penúria. Marcadamente nas fontes, seja qual for o viés de compreensão, é possível localizar evidências da importância da mandioca para a alimentação dos pobres. Porém, ainda falta o elo que articula o fator alimentação, em suas condições de singularidade, aos modos de viver em suas vinculações com a economia da região e com o campo de tensão nas relações sociais.

De fato, desde as mais miseráveis até as menos pobres vivendas havia roças de mandioca. Então, porque algumas eram consideradas casas de preguiçosos enquanto outras eram descritas como roças de sertanejos pobres, porém laboriosos? Ainda em 1847, alguns indícios desta questão podem ser encontrados, quando mais uma viagem seria empreendida para Belém, através do rio Tocantins e com retorno previsto através do rio Araguaia.

Nesse ano, o Dr. Rufino Theotonio Segurado⁴³⁵ organizou uma viagem com saída prevista da vila de Porto Imperial e destino a Belém do Pará, cujo objetivo era entabular relações comerciais com esta cidade. Dentre os preparativos da viagem, um preparativo de essencial cuidado era a questão da alimentação dos remeiros, afinal não se podia esquecer que três anos antes Castelnau havia praticamente fracassado sua expedição por falta de

⁴³⁵Nascido em Palma, norte de Goiás, em 1820, tornou-se Juiz Municipal da Vila Carolina, que neste período pertencia ao território goiano. Filho do Des. Joaquim Teotônio Segurado ocupou diversos cargos públicos, dentre eles deputado provincial e juiz de direito, vindo a falecer no ano de 1868, em Conceição do Norte, Goiás, aos 48 anos.

mantimentos para sua considerável tripulação. Segurado, considerando esta dificuldade, procurou antecipar-se a ela.

Em seu relato de viagem publicado pela Revista Trimestral de História e Geographia em 1848 afirmou que no dia 08 de abril de 1847 chegava à vila de Carolina, por esta época pertencente a Goiás, demorando-se aí três dias para abastecer os botes com farinha de mandioca que serviria para alimentar a tripulação. Como já apresentado, não era apenas para alimentar a tripulação que a farinha servia. Ela era negociada pelos comerciantes nos diversos portos e também na viagem de Segurado foi "embarcado noventa e duas sacas de farinha pertencentes á sociedade [Companhia de navegação], e que se achavam reservadas" em São João do Araguaia⁴³⁶.

Porém uma questão é inquietante: não há nas fontes quase nenhuma referência a grandes plantações de mandioca nesta região, a não ser depois da década de 1930. Por outro lado, as noventa sacas de farinha que foram embarcadas por Segurado representavam, em média, 5.500 Kg.

Faz-se necessário compreender de onde vinha esta quantidade de farinha. Um acontecimento em 1881 apresenta alguns indícios. Neste ano, J. A. Moraes Leite, em viagem de bote em direção a Belém, aporta em Luiz Alves, no Rio Araguaia, para completar sua carga alimentar e "neste lugar fica durante alguns dias esperando que os carros [carros de boi] chegassem com o feijão, a farinha, o charque comprado aos sertanejos que viviam na região"⁴³⁷.

Em outras palavras, o abastecimento das embarcações, para consumo da tripulação ou comércio, era realizado por meio da compra da produção pertencente aos roceiros. Negociava-se aqui uma quarta de farinha, ali uma dúzia de galinhas ou alguns "pratos de feijão", acolá duas sacas de farinha até completar-se a carga necessária, conforme o barco fosse seguindo. De toda forma, qualquer negociação dependia de uma intrincada relação entre oferta e demanda, mas dois aspectos eram permanentes: primeiro, a necessidade de haver um excedente do produto que a demanda requeria e, segundo, de que o objeto da troca ou negociação fosse interessante para o sertanejo pobre.

⁴³⁶SEGURADO, R. T. Viagem pelos Rios Araguaia e Tocantins, nos anos de 1847 e 1848, p. 423. In: MARTINS, M. R. **A Consciência da Liberdade e outros Temas**. Goiânia: Kelps, 2008. 416-461 p.

⁴³⁷MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 153 p.

No ano de 1931, Lysias Rodrigues⁴³⁸ viajava pelos Estados de Goiás, Maranhão e Pará promovendo a construção de pistas de pouso nas cidades onde a Companhia de Aviação Civil *Pan American Airway* deveria fazer linha. Desta viagem originou-se o relato *Roteiro do Tocantins*⁴³⁹, publicado em primeira edição ainda na década de 1930, em que Rodrigues expõe a dificuldade de se conseguir que lhes vendessem milho. Segundo ele, a justificativa das pessoas para recusarem vender o milho era sua escassez, sendo que, nas ocasiões que conseguiam negociar, a transação se devia à troca por produtos muito apreciados na região: caso da rapadura⁴⁴⁰. Em outros momentos, quando o que ofereciam era dinheiro, as pessoas costumavam recusar.

Esta questão aponta para um aspecto central da vida do sertanejo pobre: eles faziam o que não queriam quando eram obrigados, mas sabiam plenamente fazer suas escolhas. Trocavam milho por rapadura porque a rapadura lhe interessava naquele momento; não aceitavam dinheiro pelo milho, com fez D. Quirina, porque o cereal naquele momento era essencial para alimentar os animais e o dinheiro não resolveria seu problema como não resolveu o de Lysias Rodrigues⁴⁴¹.

O caso da mandioca era peculiar, pois quase sempre era plantada com o fito de, transformada em farinha, uma parte ser negociada, ou seja, a mandioca era moeda no sertão. Aqui é possível compreender qual a razão da diferenciação, dentre os plantadores de mandioca, realizada por Ayres da Silva. Na verdade, quando Ayres da Silva dividiu os pobres produtores de mandioca em trabalhadores e preguiçosos, estava realizando uma diferenciação baseada na capacidade produtiva e na disposição comercial daquelas pessoas. Quem produzia mandioca e negociava costumeiramente a farinha com os comerciantes, inclusive com o próprio Ayres da Silva, era considerado trabalhador, porém alguém que mesmo tendo sua roça de mandioca, fosse qual fosse o tamanho, se recusasse a negociar a farinha, era considerado indolente.

Este não foi um problema restrito ao século XX, ao contrário. Desde meados do século XIX a produção de farinha do sertanejo pobre constituía-se um campo de tensão mais amplo

⁴³⁸Nascido em 1896 no Rio de Janeiro, conseguiu brevê de aviador militar em 1922. Pioneiro na *Rota do Tocantins*, durante a fase do Correio Aéreo Militar, foi um dos desbravadores da comunicação aérea do médio norte. Após participar do movimento político de 1932, exilou-se, sendo algum tempo depois anistiado e reintegrado ao Exército. Na década de 1940, propôs ao Governo de Getúlio Vargas a criação do Território Federal do Tocantins, que abrangeria o sul do Maranhão e o norte de Goiás. Faleceu em 1957.

⁴³⁹RODRIGUES, Lysias. *Roteiro do Tocantins*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Ed. 1987.

⁴⁴⁰Ibidem, p. 35.

⁴⁴¹RODRIGUES, loc. cit.

do que as questões do paladar e do atavismo indígena. Couto de Magalhães, por exemplo, recorreu, em 1864, à proposta de um regimento para os presídios construídos às margens dos rios Araguaia e Tocantins que fizesse com que o sertanejo pobre aumentassem suas roças de mandioca, referindo como providência essencial para re-fundar o povoado de Santa Maria fazer "conduzir para o mesmo presídio [Santa Maria] numerosas famílias; mandando estabelecer ali [...] uma engenhoca para o fabrico de farinha [...]"⁴⁴². Mas não era a simples existência de uma engenhoca e um forno que definiria ou não a produção.

Em 1900, Padre Estevão M. Gallais, chefe da Ordem dos Dominicanos no Brasil, viajando pelo Araguaia em direção ao Pará faz alguns apontamentos acerca do antigo empreendimento de Couto de Magalhães. Conforme Gallais em 1863, assim como em 1900, a tarefa de desenvolver a navegação do Araguaia-Tocantins era impossível, pois para

entreter e desenvolver uma corrente comercial, é preciso uma população que produza e consuma. Ora, o Brasileiro, debaixo deste ponto de vista, está longe de ser tão apressado quanto o Americano do norte [...] Ao redor dos Presídios que o governo havia espalhado ao longo do rio, tinham vindo agrupar-se [...] algumas famílias laboriosas [...] Estas famílias, porém, eram raras, e o produto do seu trabalho se reduzia há muito pouco para impulsionar qualquer empresa comercial.⁴⁴³

Era esta a arena: o sertanejo pobre realizava suas plantações de mandioca, porém a farinha que manufaturava não atendia na maioria das vezes a demanda, o que, sob certo sentido, valorizava o produto. Foi este jogo de oferta e de procura em torno da farinha de mandioca que a transubstanciou em *valor monetário* no sertão. Por outro lado, os pobres, que tinham *seu celeiro embaixo da terra sob a forma de mandioca*, muitas vezes não tinham interesse em transformá-la em farinha, estando muito mais em seu horizonte manter sua garantia alimentar na farinha e constituir outras práticas como meio e estratégias para fazer avançar suas expectativas: da dimensão da abastância para a dimensão da autonomia, que, afinal, eram imbricadas.

Uma destas estratégias eram as práticas venatórias. Porém, antes de tratar especificamente desta atividade enquanto meio para a autonomia relativa do sertanejo pobre, discutirei a relação entre caçada/pescaria e alimentação. Algumas páginas atrás foi apresentado que, segundo Bernardes no romance *Perpetinha*, a carne de gado fazia parte do consumo diário de todo o povo de Boa Vista. Este literato, quando generaliza para toda a população o hábito de costumeiramente comer carne, está, nos limites de suas digressões,

⁴⁴²MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974. 198 p.

⁴⁴³GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 40 p.

problematizando a questão do direito dos pobres ao consumo. Porém, o mais seguro sobre a alimentação dos pobres, localizado no próprio relato de Bernardes, é o que narra sobre o dia a dia dos trabalhadores, exemplarmente sobre uma mulher que trabalha como quebradeira de coco:

Ela é caprichosa, não deixa a bage [do coco babaçu] quebrar nem ferir. As que saem partidas no meio, num golpe estouvado na quebração, ficam para o consumo. Tratar de galinha, tirar o óleo de temperar panela, fazer o leite de coco de cozinhar o jabuti, o tatu e o peixe.⁴⁴⁴

As atividades venatórias eram importantes na vida do sertanejo pobre e delas vinham o tatu, a paca, a anta, o jabuti, o peixe etc. Elas complementavam a alimentação do pobre quando as lavouras, por qualquer razão, fracassavam. E mais que isso, delas no mais das vezes dependia a aquisição de instrumentos indispensáveis, como uma enxada. Nesse sentido, o imbricamento é reforçado pela interdependência entre os interesses das atividades de cultivo e os das atividades venatórias, à medida que esta complementaridade significava mais um aspecto da dimensão da garantia do sustento da vida do sertanejo. Couto de Magalhães, em 1863, afirma que o sertanejo tem na caça e na pesca o meio mais seguro de garantir sua abastância. Ele não estava de todo equivocado, as pessoas organizavam suas vidas de tal forma que dias ou temporadas específicas para caçar e pescar estavam reservadas.

Quando problematizei anteriormente o cultivo da mandioca em uma região de castanhal, busquei discutir a relação entre alimentação e exploração do camarada alugado para um exportador de castanha-do-pará. Por outro lado, havia trabalhadores que viviam na região dos castanhais sem depender de um patrão, podendo cuidar livremente da obtenção de seu sustento. Ignácio Batista expõe com detalhes como se organizavam estes grupos no fim do século XIX. Assim, ao visitar, ainda em 1896, a povoação do Lago Vermelho diz que encontrou

um terreiro limpo, que forma a única rua da povoação. Galinhas mariscavam e cabras pastavam num silêncio beatífico, enquanto as mulheres, descuidosamente, na sala aberta das casas, fiavam à roca ou catavam o milho estendido nas esteiras enxutas [...] havia uma só casa de forno para fazer farinha de todos aqueles lavradores. Mestre Germano [...] rodava ao forno, enquanto o rapazio charqueava ao sol carnes de anta, veado e caititu.⁴⁴⁵

As pessoas acima apresentadas tinham na farinha e no milho seus principais alimentos, retirando das caçadas outra parte de suas necessidades alimentares. De fato, as terras eram

⁴⁴⁴BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 84 p.

⁴⁴⁵MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 308 p.

férteis "e a cultura tratada [era] a da mandioca e do milho"⁴⁴⁶, porém isso não significava que estes sertanejos pobres não se envolvessem na colheita das castanhas. Ao contrário, no ano de 1895, um ano antes da viagem de Ignácio Batista, a produção havia sido de 300 hectolitros. No entanto, havia um aspecto peculiar: a produção havia sido somente de 300 hectolitros porque não havia braços suficientes para aumentar a colheita. É provável que a produtividade menor de castanha estivesse relacionada ao fato de que as pessoas que viviam no Lago Vermelho não dedicassem seu tempo unicamente à coleta de castanha. Este é um fator relevante se considerarmos que o período da colheita da castanha coincidia com a época em que a lavoura exigia mais cuidados.

Portanto, estas pessoas trabalhavam na colheita da castanha, porém não desgostavam da plantação ou das caçadas e pescarias, mesmo porque a carne da caça supria-lhes de proteína, nutriente necessário à reconstrução muscular e que lhe garantia a tenacidade para o trabalho na roça e em outras atividades. Embora possa parecer, este não era um aspecto descomplicado da vida do sertanejo pobre. Na verdade, ao analisar a história da alimentação no Brasil⁴⁴⁷ percebe-se a complexidade dos sentidos do alimento e das formas de adquiri-lo. Certamente, uma das dificuldades que há a superar vincula-se ao fato de que pensamos, retrospectivamente, a aquisição de alimentos e o consumo de nutrientes como uma relação de compra e venda e quase nunca de cultivo ou de atividades cinegéticas.

Henrique Carneiro realiza, no livro *Comunidade e Sociedade: Uma História da Alimentação*⁴⁴⁸ (2003), um trabalho introdutório sobre a História da Alimentação Humana ao apresentar as principais perspectivas teóricas e metodológicas de tratamento do tema. Entretanto, ao problematizar o consumo de carne pelo homem, coloca as práticas venatórias em segundo plano, restringindo-se a defender sua relação com as noções de virilidade e com o simbolismo sexual. Por outro lado, expõe com acuidade que a "Europa valorizou extremamente a alimentação carnívora e promoveu a criação de rebanhos caprinos, ovinos e

⁴⁴⁶MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins**. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 309 p.

⁴⁴⁷Luís Câmara Cascudo, Josué de Castro e Gilberto Freyre foram alguns dos principais estudiosos da alimentação brasileira; entretanto, em suas perspectivas culturais, vinculadas amplamente à antropologia, quase não problematizaram os aspectos sociais da alimentação e, conseqüentemente, não abordaram a relação entre esta e a fome, à exceção de Josué de Castro que realizou um amplo trabalho de mapeamento da fome no Brasil. Outra questão preocupante foi a transposição de modos de viver de uma região para outras, assim como a generalização de alguns alimentos: caso do milho que da cultura bandeirante/paulista expandiu-se numa literatura histórica para os hábitos de todo o centro-norte do Brasil.

⁴⁴⁸CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma História da Alimentação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Editora Campus, 2003.

bovinos [pois] comia-se carne para fazer a guerra"⁴⁴⁹, esquecendo-se, porém, de esclarecer que a carne dos rebanhos não era acessível aos pobres na maior parte do tempo, o que não diminuía suas necessidades de suprir seus corpos com proteínas. Em outras palavras, em seu trabalho, o simbolismo foi tratado de forma restrita, suplantando o tratamento das práticas culturais em uma dimensão global e excluindo da discussão o fato de que as atividades cinegéticas foram, mesmo na época moderna, importantes meios de aquisição alimentar.

Também nos Vales a carne bovina não era a primeira opção das pessoas. Esta, quando havia, destinava-se a abastecer o comércio de Belém, o que a tornava quase que inacessível à maioria. Quanto aos pobres era na caça e na pesca que tinham fornecimento seguro de proteína e gordura. Ignácio Batista descreve um número significativo de espécies do reino animal que encontrou no Médio Tocantins, desde onças até pombos⁴⁵⁰. Os animais citados por ele não são todos comestíveis, embora não se possa afirmar que o sertanejo pobre jamais os tenha consumido.

No entanto, todos eles estavam carregados de utilidades. Frei José Maria Audrin discorre longamente sobre a importância da caça e da pesca na vida do sertanejo pobre entre as décadas de 1900 e 1930. Segundo ele, as atividades venatórias se dividiam por quatro fins específicos: "quer defender a vida; proteger criações e plantações contra animais ferozes ou simplesmente nocivos; quer para prover à alimentação da família, ou ainda para divertir-se em dias de folga"⁴⁵¹.

O principal aspecto na atividade de caça são os armamentos e a munição. No que se refere às armas, há no relato de Ignácio Batista a afirmação de que "as armas empregadas nos exercícios venatórios eram: a espingarda de diversos sistemas, entre os civilizados; e a flecha ou taquara, entre os selvagens"⁴⁵². Audrin, por outro lado, afirma que, em função da dificuldade e na impossibilidade de adquirir armas modernas, usavam "a espingarda de pedra e a garrucha, contemporâneas talvez dos bandeirantes, ou serviam-se, ainda, em pleno século XX, do antiquíssimo bacamarte e até da [espingarda] boca-de-sino"⁴⁵³. Mas não eram apenas, e talvez principalmente, armas de fogo que a maioria das pessoas utilizava, pois custavam *fortunas* de que quase ninguém dispunha. Assim, os instrumentos de caça eram muitas vezes uma questão de costume:

⁴⁴⁹CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade**: uma História da Alimentação. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Editora Campus, 2003. 65 p.

⁴⁵⁰MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 304-306 p.

⁴⁵¹AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 13 p.

⁴⁵²MOURA, op. cit., p. 302.

⁴⁵³AUDRIN, op. cit., p. 13-14.

Felizmente os sertanejos pobres lembram-se dos antepassados, os índios, que com sangue lhes transmitiram admiráveis instintos de esperteza e bravura. Arcos e flechas ainda são utilizados e altamente apreciados, além da zagaia de que falaremos mais adiante, e de um sem número de armadilhas e táticas, que lhes permitem efetuar proezas cinegéticas, capazes de fazer pasmar os melhores caçadores do mundo civilizado.⁴⁵⁴

A divisão construída por Ignácio Batista entre civilizados e selvagens, dependendo dos instrumentos de caça que utilizavam, parece bastante irreal se a compararmos com a narrativa de Audrin. De fato, a visão de Ignácio Batista foi construída a partir da noção de que os sertanejos estavam étnica e socialmente separados dos índios. Com uma perspectiva bem mais realista Audrin sugere que os sertanejos pobres aprenderam dos índios, embora não somente pelo sangue, mas também pelo costume, práticas de caçadas muito úteis.

Entretanto, é necessário tomar cuidado para não circunscrevê-los às noções de civilizado ou de selvagem, pois, se por um lado o sertanejo pobre não era o civilizado, apartado do índio, como o queria Ignácio Batista, também não era um sujeito atávico, como sugeria Audrin. Eram, ao contrário, pessoas específicas que se construíram nas relações, entre etnias, miscigenações e modos de viver diversos, e resultantes dos processos históricos tensos entre desiguais.

Não obstante, é necessário reconhecer que o costume indígena foi útil por longas décadas ao sertanejo pobre e que, ainda hoje, alguns deles ainda permanecem. Dentre as formas aprendidas do índio, algumas eram essenciais porque auxiliavam o lavrador na contenção dos animais nocivos à roça. Em 1907, o Centro Industrial do Brasil tratando da indústria extrativa brasileira aponta, no Volume II da obra *Brasil: Suas Riquezas naturais e suas indústrias*, as inter-relações culturais, discutidas aqui como constituidoras dos sertanejos pobres, ao narrar onde e como é realizada a caçada de uma anta:

Caçam os sertanejos de Goyaz este possante animal por um processo bastante curioso, que consiste em fixar durante a noite em estacas fincadas perpendicularmente antes do roçado um grande número de afiadas lâminas [...] à altura de atingil-os no peito e ventre no momento de sua precipitada passagem costumeira, e são de tal ordem os ferimentos que recebe que quase sempre pouco adiante da [...] armadilha lá se acha morto [...].⁴⁵⁵

⁴⁵⁴AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 14 p.

⁴⁵⁵Centro Industrial do Brasil – IBG. **Séries estatísticas retrospectivas: o Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias**: introdução: indústria extrativa - Suas Riquezas naturais e suas indústrias. V. 02. Rio de Janeiro: IGB, 1907. 369 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

Acima, é perceptível que o sertanejo pobre lutava por sua alimentação no âmbito da roça, por meio da utilização de um intrincado aprendizado cultural, e enfrentando inúmeros problemas, inclusive a invasão dos animais silvestres. Mas a época da roça também significava que a caça poderia vir ao encontro do caçador e muitos destes animais faziam parte da alimentação diária das pessoas, inclusive dos mais abastados. Porém, nem toda atividade venatória vinculava-se à questão da alimentação, muitas caçadas e pescarias buscavam alcançar interesses os mais diversos possíveis.

A pescaria do pirarucu, por exemplo, era uma atividade que tomava bastante tempo do sertanejo pobre, por isso foi uma prática grafada nos relatos de parte dos viajantes desde antes da década de 1840 como uma "prova cabal" da incúria. Entretanto, os sertanejos pobres não tinham sobre suas vidas uma percepção dicotomizada; ao contrário, organizavam seu trabalho na roça, no castanhal ou na extração da borracha de tal forma que os meses de junho, julho e agosto pudessem ser destinados à pescaria. Além disso, nesta prática era indissociável o caráter de divertimento e o interesse no produto da pesca. Audrin relata,

que nos meses de verão, turmas de sertanejos deixa[va]m os trabalhos da roça e [iam] acampar, semanas inteiras, nas belas praias vizinhas dos lagos piscosos. E[ra] lá que se reun[ia]m em montes os pirarucus arpoados durante o dia, para, em seguida, retalhar, salgar, secar ao sol em estaleiros e, finalmente, enfardar os produtos da interessante pescaria.⁴⁵⁶

A pescaria coletiva era um marcante "encontro social", principalmente por que, em parte, a maioria das pessoas que participava dela morava a distâncias consideráveis uns dos outros, encontrando-se não muitas vezes durante um ano. *No romance Serra dos Pilões: Jagunços e Tropeiros*, romance nos sertões do Jalapão⁴⁵⁷, publicado em primeira edição no ano de 1995, o escritor Moura Lima procura expressar o movimento dos homens e mulheres indo em direção à jagunçassem ou rumo às práticas costumeiras de viver no sertão, artifício que utiliza para apresentar a estrutura de sentido que deseja imprimir no romance: o imbricamento entre tempos e práticas violentas e tempo e práticas de normalidade na vida do sertanejo a partir das últimas décadas do século XIX até mais ou menos a década de 1930. Analisando o conjunto da obra de Moura Lima é possível perceber que narrar estas intrincadas relações entre violência e calma vincula-se à contemporaneidade de suas preocupações.

⁴⁵⁶AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 33 p.

⁴⁵⁷MOURA, Jorge Lima de, **Serra dos Pilões- Jagunços e Tropeiros**: Romance nos sertões do Jalapão. 3. ed. Gurupi: Ed., Cometa, 2001.

No caso deste romancista, a distância no tempo entre sua narrativa e as questões que procura expressar é menos um problema para esta análise e mais um meio de compreender como memória e criação se articulam nos romances que constituem as fontes desta investigação, pois *Serra dos Pilões* (1995) é um exemplo de como os processos históricos estão presentes em toda a obra deste romancista e de como ele constrói um exercício de lançadeira: do presente ao passado e novamente ao presente. Apropriando-se de povoações verdadeiras e personagens históricas, procura refinar as relações ao criar personagens fictícios que representam experiências que, se não ocorreram como narrado, certamente expressam valores, sentimentos e práticas que faziam parte dos modos de viver dos sertanejos pobres no período sobre o qual fala este escritor.

Serra dos Pilões não se prende a um espaço único, se passa entre fazendas e grandes áreas pouco habitadas, aonde as pessoas vão se encontrando, indo e vindo nos caminhos da vida, mas há também um espaço específico que é o espaço das memórias das diversas personagens que se encontram pelos caminhos e fazendas. Nas lembranças das personagens é que surgem as povoações concretas como Pedro Afonso, Lizarda, Conceição do Araguaia, Boa Vista e Grajaú. Assim era João Saracura, uma das personagens de *Serra dos Pilões* que, enquanto socava o timbó⁴⁵⁸ no pilão para utilizar na pescaria anual, tinha "sua mente, em chamuscas de imagens, transportando-o para as lutas de Boa Vista⁴⁵⁹, sob o comando do Padre João"⁴⁶⁰.

Retorno à pescaria. A *timbozada* era uma forma de pescaria que envolvia grande número de pessoas, não apenas porque seu resultado era sempre uma grande quantidade de peixe, mas por ser um momento de convívio social. No caso da pescaria que seria realizada na fazenda de João Saracura, o discurso narrado assim a re-apresenta:

Ali na porta do rancho, João Saracura soca no pilão, que é segundada por outros matutos, no mesmo ritmo. Todos cantarolando modinhas alegres. São os preparativos para a timbozada anual, do início das enchentes, na lagoa do Catingueiro Grande. Os sertanejos das regiões circunvizinhas deslocam-se pelos caminhos, com mulheres e crianças, para a alegre pescaria. E a fazenda Capão-da-Onça [...] é o ponto de encontro. Vão chegando aos magotes, com os cacaos às costas e demonstrando imensa satisfação.⁴⁶¹

⁴⁵⁸ Planta que possui uma substância que provoca o anestesiamento dos peixes, facilitando a pescaria de grandes quantidades.

⁴⁵⁹ A cidade de Boa Vista, referida diversas vezes neste trabalho, é uma cidade real assim como o Padre João e as revoltas das quais ele participou nesta cidade. Sobre isso, ver Luiz Palacín, em seu *Coronelismo no extremo norte de Goiás: ou as três revoltas do Padre João*.

⁴⁶⁰ MOURA, Jorge Lima de, *Serra dos Pilões- Jagunços e Tropeiros: Romance nos sertões do Jalapão*. 3. ed. Gurupi: Ed., Cometa, 2001. 94 p.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 93.

No relato de Moura Lima a timbozada era realizada anualmente no início das chuvas em uma lagoa no Jalapão⁴⁶², durando em média quatro dias. Por outro lado, Audrin afirma que a pescaria do pirarucu era realizada especialmente no rio Araguaia durante os meses de junho, julho e agosto e costumava durar semanas. Considerando que a pescaria do pirarucu era realizada no período da seca, durando semanas, enquanto a timbozada ocorria no início das chuvas e durava em média uma semana, é pertinente afirmar que o sertanejo pobre passava, apenas nestas duas atividades, ao menos uns 40 (quarenta) dias por ano e, além disso, em épocas distintas. O que pretendo caracterizar com esta comparação é que durante grande parte do ano o sertanejo pobre possuía uma *agenda* de atividades, exigindo que parte considerável de tempo estivesse disponível.

Todavia, não eram apenas diferenças que existiam entre a pescaria descrita por Audrin e a descrita por Moura Lima, um elemento comum – além do peixe, é claro – entre estas duas formas de pescaria esclarece um importante aspecto nesta reconstrução histórica os valores pelos quais combatiam os pobres. Audrin em *Sertanejos que eu conheci* (1963), ao tratar das pescarias reafirma como essencial a satisfação do sertanejo ao pescar, apontando que a "pescaria [era] muito apreciada não só por causa dos seus resultados inimagináveis, para quem nunca a assistiu, mas ainda por ser ocasião de uma das alegres festas que, no decurso do ano, vêm romper a monotonia da vida sertaneja"⁴⁶³. De fato, as pescarias eram – e ainda são – momentos de celebração na região aqui estudada. João Saracura, ao expressar a alegria que sente pela época da timbozada expõe a importância para o sertanejo pobre deste encontro coletivo:

Não arrepare não, Capitão. Nós estamos preparando a timbozada para a pescaria de amanhã. É a época que eu mais gosto. Os meus amigos dos brejos mais distantes vêm pra cá. E é uma alegria danada, por quatro dias. É só bater as primeiras águas que meu coração se abre, aguardando esse dia.⁴⁶⁴

Portanto, para João Saracura, esta pescaria era a oportunidade de ver e rever amigos que não tinha a oportunidade de ver cotidianamente. Mas este "rever as pessoas" só tinha sentido por re-presentar uma conexão: rever amigos em uma condição de fartura alimentar e, por isso, tão alegre. A narrativa a seguir esclarece como era uma timbozada:

⁴⁶²Jalapão é uma região localizada em parte no território de Goiás e em parte na Bahia. Na parte pertencente a Goiás localizava-se diversas fazendas, além do povoado de Boa Sorte, atual cidade de Lizarda.

⁴⁶³AUDRIN, José Maria. *Sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 37 p.

⁴⁶⁴MOURA, Jorge Lima de. *Serra dos Pilões- Jagunços e Tropeiros* – Romance nos sertões do Jalapão. 3. ed. Gurupi: Ed., Cometa, 2001. 94 p.

O senhor João é o primeiro a levantar-se, após breve repouso: o pessoal vai-se despertando, e em pouco tempo a alegre turma toma o rumo da Lagoa [...] A caravana em alegre cantoria acelera o passo, pois a pescaria tem que começar ao nascer do sol. [...] aos primeiros raios de sol no horizonte, a caravana chega à lagoa. [...] Os homens em movimentos rápidos lançam as canoas na água, enquanto um outro firma a embarcação no jacumã, e mais dois companheiros, sentados, pisam as raízes amontoadas no assoalho. Das raízes, molhadas, porejam em abundância um líquido branco que, por meio de coités, é lançado à direita e à esquerda, ao longo do percurso. [...] Daí a pouco os peixes maiores sobem, totalmente embriagados. Em menos de uma hora vêm à tona peixes de couro e escamas [...].⁴⁶⁵

É perceptível a satisfação de Saracura com a pescaria coletiva, porém é analisando o desfecho da narrativa que seu sentido mais completo transparece:

Os canoieiros vão recolhendo os peixes e levando-os ao pessoal no barranco. As mulheres, em alegres cantorias, vão limpando os peixes e assando-os em espetos, outros cozinhando-os, salgando-os e empaneirando-os em gordas peças para levarem no retorno, nos juquiás. O senhor João, numa alegria interior que transborda, diz ao Capitão: Éta farturão, Capitão! Diga aos homens que podem recolher à vontade e encher os surrões.⁴⁶⁶

Esta personagem, em princípio, afirma que a razão de sua alegria é poder encontrar seus amigos distantes. Porém, no fim da pescaria, o narrador acrescenta que era a fartura – no caso ali, de peixes – que fazia a alegria interior daquele sertanejo transbordar. De fato, à alegria de ver os amigos, articulava-se a alegria de vê-los em uma situação de fartura, porque para aquelas pessoas, suas dores pessoais eram vividas na solidão de seu rancho. É a conexão destes dois aspectos que transforma o encontro: "em dias de festas para êstes, [...] grande data do ano, de tal modo que [...] se referem a acontecimentos importantes indicando [este] período feliz [...] de incontestável fartura"⁴⁶⁷.

Audrin, de forma idílica, e Moura Lima, de modo mais realista, apontam ser a junção destas condições o que torna os dias e semanas de pescaria um período importante no sertão. Este último, principalmente, culmina a narrativa da estadia de Capitão Labareda, bandoleiro na região, na fazenda de João Saracura, com a demonstração de alegria deste pela fartura alcançada com a pescaria.

Duas coisas merecem ser esclarecidas: em primeiro lugar João Saracura não é um criador de gado, mas um lavrador que, ao ocupar uma área, preocupa-se em fazer um rancho, plantar roças, construir uma casa de farinha, esperar que seu paiol fique abarrotado de milho e

⁴⁶⁵ MOURA, Jorge Lima de. **Serra dos Pilões- Jagunços e Tropeiros** – Romance nos sertões do Jalapão. 3. ed. Gurupi: Ed., Cometa, 2001. 100 p.

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 101.

⁴⁶⁷ AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1963. 41 p.

que muitos capados gordos lhe encham o chiqueiro, ou seja: seu trabalho na roça é sua "senha da fartura"⁴⁶⁸.

Para este romancista, a senha da fartura para o pobre também é seu trabalho de cultivo, que lhe fixa na terra. Ao contrário, o grande fazendeiro e o grileiro de terra desterritorializa-o, impedindo-lhe o acesso à sua senha, que é a farta produção. Não há dúvida de que o sertanejo pobre quando levantado do chão perdia-se de si mesmo. Mas muitas vezes, apesar de sempre querer ter um chão para onde voltar, seus interesses o levavam a "correr mundo". Nesse sentido, muitas vezes consideravam a mobilidade, ou melhor, o direito à mobilidade, uma dimensão essencial da vida. Transparecem, novamente, relações sociais tão particulares que para compreendê-las exige-se reconhecer, previamente, que as práticas auferem diferentes sentidos conforme suas configurações nas relações.

Em outras palavras, as pessoas que possuíam um lugar onde pudessem fixar sua roça, apesar de continuar encontrando tempo para suas pescarias e caçadas, tinham entre suas principais expectativas a manutenção da terra onde pudesse plantar, afinal dentre seus valores mais caros estava a defesa e a manutenção da família. Outros, que viviam como camaradas tratavam seus interesses a partir de uma lógica diversa, procuravam na mobilidade meios para arrefecer a exploração e a dominação, pois também estava no seu horizonte de valores, construídos por meio de experiências diversas, o desejo de não depender de outrem para viver. Talvez por isso a condição da fartura fosse tão importante para o sertanejo pobre: por representar uma expectativa de autonomia efetiva. No conjunto, um e outro estavam submetidos, assim como também suas práticas de trabalho imbricavam-se: ambos cuidavam da roça, pescavam e caçavam.

Porém, nas relações sociais estas práticas se configuravam de formas diferentes para cada um destes sujeitos. Para muitas pessoas, caçar e pescar representava mais que alimentação, mais que diversão: para estes as atividades venatórias eram meios de vida. No ano de 1844, Francis de Castelnau já registrava que Boa Vista e Carolina exportavam através do rio Tocantins carne de pirarucu salgada e peles silvestres⁴⁶⁹. Quase um século depois, em 1932, Hermano Ribeiro da Silva⁴⁷⁰ descreve em seu relato de viagem *Nos sertões do*

⁴⁶⁸ MOURA, Jorge Lima de. **Serra dos Pilões – Jagunços e Tropeiros** – Romance nos sertões do Jalapão. 3. ed. Gurupi: Ed., Cometa, 2001. 93 p.

⁴⁶⁹ CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões Centrais da América do Sul**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. 152 p.

⁴⁷⁰ Pertencente a uma tradicional família paulista, tem suas raízes sociais no bandeirantismo. Nesse sentido é observável em seus relatos, oriundos das viagens que realizou à região do vale do Rio Araguaia, o olhar aventureiro e ao mesmo tempo o olhar do conquistador frente ao conquistado.

*Araguaia*⁴⁷¹ (1935) a lucrativa exportação da carne de pirarucu⁴⁷². De fato, as fontes fornecem indícios de que a pescaria e a caçada nunca foi apenas uma atividade de diversão, defensiva ou com o fito alimentar, como propõe José Maria Audrin. Muitos sertanejos pobres tinham nesta atividade uma forma mais ou menos segura de conseguir obter produtos sem os quais não podiam passar na roça, como ferramentas, a cachaça e remédios, especialmente o quinino, droga eficaz no combate à malária.

Porém, muitas controvérsias permanecem acerca das práticas venatórias com fito comercial. Algumas narrativas tendem a afirmar que, mesmo no final do século XIX, as caçadas comerciais praticamente já não eram realizadas. Ignácio Baptista Moura, em 1896, é um dos que afirma que "a caça, no [rio] Tocantins, era um dos exercícios que já ia sendo abandonado pela ambição humana, mais propensa à borracha, ao cacau e à castanha, que lhe dão resultados mais positivos"⁴⁷³. Outros asseguravam que, ainda por volta de 1900, um dos principais produtos exportados no extremo norte, além do couro de boi, era a pele silvestre.⁴⁷⁴

Guardadas as formas heterogêneas das práticas venatórias, assim como também os diferentes graus de intensidade com que era praticada, é possível demarcar que, desde 1861, as peles de animais silvestres constavam no Código Provincial, Lei que regulava a cobrança de impostos em Goiás, como um produto exportado. Assim, José Martins Pereira de Alencastre, presidente da Província de Goiás em 1861, apresenta uma tabela que especifica o valor de cada pele, sendo que, sobre este valor, uma taxa de 10% (dez por cento) deveria ser paga como imposto. A pele tabelada no norte de Goiás com o valor mais alto era a pele de onça tigre que custava 10\$000 (dez mil réis) e sobre este valor deveria ser cobrado o imposto à taxa 10%⁴⁷⁵.

É possível que, nos locais onde a predominância econômica fosse a castanha-do-pará ou o caucho, a exportação de peles silvestres não fosse tão expressiva e, por isso, Ignácio Batista tenha afirmado que as caçadas comerciais tenham sido quase que abandonadas, muito embora também afirme que ainda "havia homens e até mulheres que a ela se dedicavam

⁴⁷¹SILVA, Hermano R. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, 1935.

⁴⁷²Ibidem, p. 53.

⁴⁷³MOURA, Ignácio. B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989, 302 p.

⁴⁷⁴GALLAIS, E. M. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano. Belém: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942. 147 p.

⁴⁷⁵ALENCASTRE, J. M. P. **Relatório da Presidência da Província de Goiás**, 1961. 39 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

exclusivamente"⁴⁷⁶. Frei José Maria Audrin conheceu um casal que caçava conjuntamente e que vivia desta prática. Segundo ele, assim que chegou aos Vales

conheceu nos campos gerais do Norte de Goiás, um velho casal que, durante muitos anos, realizou esta proeza. Mais de cinquenta onças o velho Severo contava ter exterminado com a simples zagaia bem afiada, e auxiliado unicamente pela espôsa que se encarregava de prender com a forquilha a cabeça da fera. Dêsse longo passado de valentias [...] Dona Joaquina conservava, como recordação gloriosa e indelével, enorme cicatriz no rosto. Gostava de repetir-nos como o rei da floresta, certo dia, por pouco, ter-lhe-ia arrancado o maxilar, num daqueles encontros memoráveis.⁴⁷⁷

Audrin não se refere ao objetivo da empreitada acima, porém cotejando seu relato com outras narrativas sobre caçadas, é possível interpretar alguns sinais: a quantidade de onças apresentada como sendo "mais de cinquenta" indicia que estes caçadores tinham preferência por este animal específico. Outra questão é que a zagaia⁴⁷⁸ era uma arma utilizada com o objetivo de causar menor dano à pele do animal, pois com ela o caçador atingia apenas o "coração da fera"⁴⁷⁹. De qualquer forma, vestígios apontam que muitos compradores de peles silvestres vinham, desde o século XIX, do povoado de Couros, hoje cidade de Formosa - GO, comprar peles de onças, veados e penas de emas para exportar à Europa, constando nos relatórios da Presidência de Província de Goiás e Maranhão quantidades relevantes de peles exportadas, a exemplo da Nota de exportação de 1886⁴⁸⁰.

Na referida tabela de Alencastre, datada de 1861, que definia os preços das peles de animais silvestres e também dos couros de gado, há evidências da importância da exportação das peles silvestres. Por um lado, parece que a administração de Goiás tinha conhecimento de que no norte da província a exportação de peles de animais silvestres equiparava-se à de couro de boi, pois estabeleceu o mesmo valor para este e para a pele do veado (esta era a pele mais procurada no século XX segundo Frei Audrin), a saber: 2\$000 (dois mil réis). Ademais, para a pele de onça pintada, onça tigre, lontra ou ariranha, estabeleceu valores acima do valor do

⁴⁷⁶ MOURA, Ignácio. B. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Rio Tocantins. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989. 302 p.

⁴⁷⁷ AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1963. 15 p.

⁴⁷⁸ Comprida haste de madeira com uma ponta feita de lâmina afiada, utilizada como arma de caça e pesca na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

⁴⁷⁹ AUDRIN, op. cit., p. 15.

⁴⁸⁰ CRUZ, G. F. Nota da exportação verificada na Província durante o exercício de 1884-1885. In: **Relatório da Presidência da Província de Goiás**. Goiás: Tipografia Provincial, 1886. 133 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

couro de boi, que, segundo as crônicas do século XIX, era o principal produto exportado no norte de Goiás.⁴⁸¹

As narrativas, principalmente memorialísticas e literárias, não dizem, quase nunca, de números, mas apresentam as pessoas vivendo em meios às atividades venatórias ainda no século XX. Moura Lima é um dos literatos que apresentam esta questão. Na "cena" inicial de *Serra dos Pilões*, romance que narra acontecimentos ocorridos no início do século XX na cidade de Pedro Afonso, Cipriano Rodrigues, uma das personagens históricas de quem Moura Lima freqüentemente apropria-se para construir suas ficções, apresenta a praça da cidade, destruída em função de disputas políticas, como o local onde a povoação tivera outrora vida, onde os negócios se realizavam:

Aqueles paus ali fincados serviam, no passado, para dependurarem a balança romana, onde se pesavam os couros de bois. E também, nesse lugar, os coureiros e vaqueiros passavam horas e horas, ao ar-livre, cujo comércio era na base de troca. Os comerciantes da vila recebiam os espichados, que trocavam por sal e tecidos. Em certas épocas do ano vinham viajantes do Maranhão e levavam os couros em batelões e balsas, deixando aos comerciantes novos estoques de tecidos e sal.⁴⁸²

Este romancista recorre neste trecho do romance ao contraste. Primeiro, havia uma cidade viva e um homem vivo: sua praça, os batelões, Cipriano um comerciante de couros. Depois, uma cidade morta e um homem morto:

Terra arrasada! Cipriano ali com os braços espichados [como se também fosse um couro] em forma de cruz humana, por riba do caibro, entrega o corpo ao marasmo do seu destino. Sentindo-se hipnotizado pelo bagaço das taperas.⁴⁸³

O objetivo do romancista com este contraste é revelar como o interesse dos poderosos, fazendeiros e comerciantes, prejudicou a vida dos pobres como, por exemplo, a vida de Cipriano: agora um "couro morto". Acompanhando este caminho, Moura Lima utiliza uma metáfora engenhosa para expressar o movimento das pessoas em Pedro Afonso antes das revoltas da década de 1910: o espichado⁴⁸⁴ aí era moeda e era sinal de movimento para ricos e pobres. Mas sua metáfora é construída numa relação espessa com a memória cristalizada sobre os modos de viver nesta região. Assim, para construir uma idéia de verossimilhança e identificação com o leitor, busca nos relatos memorialísticos de Julio Paternostro, que esteve em Pedro Afonso em 1935 (duas décadas depois das lutas nesta cidade), a imagem da praça.

⁴⁸¹ ALENCASTRE, J. M. P. **Relatório da Presidência da Província de Goiás**, 1961. 39 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

⁴⁸² MOURA, Jorge Lima de. **Serra dos Pilões – Jagunços e Tropeiros** – Romance nos sertões do Jalapão. 3. ed. Gurupi: Ed., Cometa, 2001. 24 p.

⁴⁸³ MOURA, loc. cit.

⁴⁸⁴ Couro ou pele de animal silvestre ou bovino.

A semelhança no relato da praça não seria um problema para esta investigação se este romancista também não tivesse absorvido de Paternostro uma visão do sertanejo pobre como vaqueiro, sendo esta uma provável razão para não consignar que ali, naquela praça, também se pesava pele de animais silvestres. Na verdade, Moura Lima descreve Cipriano como um comerciante de couros de bois, mas não se refere, como o faz Eli Brasiliense em *Uma sombra no fundo do Rio* (1971), ao fato de que era caçador e que comercializava peles silvestres⁴⁸⁵, inclusive, foi ao sair para tratar de seus negócios que começou a se tornar um "couro morto", pois um dia:

que se ausentara de casa, para negociar uma partida de peles, seus inimigos vieram Mataram Madalena, com a maior judiação. Abriam-lhe o ventre a facão, para retirar o menino ainda vivo e fazer dele peteca [...] Era impossível um homem suportar quietinho uma ruindade assim.⁴⁸⁶

No próprio relato de Paternostro existem dados sobre significativa exportação de peles silvestres: "De dezembro de 1934 a maio de 1935, Boa Vista exportara 6.544 peles de caetetus; 5.344 de veado; 1.700 de queixada; 517 de gato maracajá; 37 de lontra; 28 de onça e que na mesma época Filadélfia exportou [...] 1.228 kg de peles de animais silvestres",⁴⁸⁷ embora não haja nenhuma informação sobre os caçadores. Para Paternostro, dos que não eram vaqueiros não parecia adequado registrar o que faziam com as peles de animais que caçavam, pois, de certa forma, seria fazer um elogio à indolência. Da mesma forma faz Audrin, registra das caçadas apenas quatro funções: defender a vida, proteger plantações contra estragos, prover alimentação e ainda divertimento. Entretanto, o que em algumas narrativas busca-se apagar, em outras se busca reconstruir: caso do romance *Perpetinha, um drama nos babaquais* (1991).

Neste romance Carmo Bernardes, constrói o enredo em várias temporalidades. A primeira é a do início do século em Boa Vista, onde vive Armantino, sua personagem central. A segunda é a das recordações dos moradores da cidade sobre a fundação da mesma em meados do século XIX, memória esta que Bernardes colhe nas falas de pessoas com quem conviveu naquela região e expõe por meio do interesse de Armantino em saber dos "fatos do lugar". Este exercício de lançadeira do presente de Bernardes, ano de 1991, para o passado

⁴⁸⁵Diversas fontes públicas e de memória registram que Cipriano, um dos líderes dos conflitos de Pedro Afonso na década de 1910, era lavrador, caçador e comerciante de peles silvestres. Cf. AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947, p. 239 et. seq.

⁴⁸⁶BRASILIANSE, Eli. **Uma sombra no fundo do rio**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1971. 17 p.

⁴⁸⁷PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945. 128 p.

histórico de meados do século XIX é que constitui o enredo do romance ambientado no início do século XX.

Bernardes, em *Perpetinha*, coloca as referências de seu avô, que era caçador, em articulação com sua própria paixão pela caça para construir Armantino, que logo ao chegar às proximidades de Boa Vista observa a "areia picada de rastros de bicho, nunca [...] viu tanta capivara e anta. [...] fica doidinho, fanatizado por caçada que é"⁴⁸⁸. Armantino não é caçador profissional, Bernardes também não, mas o avô de Bernardes caçava comercialmente. No relato de memórias *Força da nova: relembração* (1981) expõe esta faceta de seu avô:

Meu avô José Martins de Novais (Pernagrossa) que, com sua profissão de fazedor de pente de chifre, às vezes caçava e pescava para negócio, cansou de enjeitar convites para entrar no ofício de fazeção de pena d'ema. Os negociantes adiantavam fornecimento [...].⁴⁸⁹

Conhecendo como se fazia o comércio de peles e penas de animais por dentro, por meio de seu avô, Bernardes ousa aprofundar a discussão da exploração que o comerciante de peles infringia aos pobres que caçavam, pois havia comerciantes que "viviam somente disso, fazendo arrobas no correr de um ano [para exportar]; desbastavam os bandos em mortandades enormes"⁴⁹⁰. Em Boa Vista, onde *Perpetinha* se desenrola, existiam destes comerciantes que viviam da exportação de peles de animais⁴⁹¹.

O modo pelo qual era organizado, o comércio de peles era semelhante aos sistemas da agregação do coco babaçu ou da camaradagem da castanha-do-pará e do caucho. Ou seja, o comerciante fornecia a arma de fogo, a munição e a farinha que seria o complemento da carne que o próprio sertanejo pobre/caçador iria matar. O coureiro, como era conhecido quem vivia "para fazer pele de bicho pra vender", entrava na mata e só voltava quando completava o carregamento que havia ajustado com o comerciante. Nestas circunstâncias, realizada costumeiramente, os coureiros tinham nesta prática seu meio de vida.

Para o comerciante esta não era a mais lucrativa forma de adquirir peles, afinal o coureiro organizava sua vida em torno desta atividade e tinha alguns meios para negociar. Era das pequenas quantidades que os agregados ou os camaradas das fazendas traziam para o comerciante que vinham os maiores lucros. Eles não viviam exclusivamente da caça, seu trabalho principal era a roça ou os serviços que prestavam para algum patrão em atividades

⁴⁸⁸BERNARDES, Carmo. *Perpetinha*: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 21 p.

⁴⁸⁹BERNARDES, Carmo *Força da Nova: Relembrações – Autobiografia*. Goiânia: Edição da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, 1981.151 p.

⁴⁹⁰BERNARDES, 1981, loc. cit.

⁴⁹¹BERNARDES, 1991, op. cit., p. 132.

diversas. Assim, vinham aos domingos e dias santos para a cidade com as peles dos animais que tinham matado durante a semana e, procurando os comerciantes de couros e peles, trocavam pelas mercadorias das quais tinham necessidade. Carmo Bernardes problematiza a exploração a que estava submetido o sertanejo pobre ao afirmar que os roceiros, por não terem meios de manter-se apenas com o trabalho de cultivo, viam-se obrigados a "matar bicho no mato para vender a pele"⁴⁹².

Para o comerciante, este era um negócio vantajoso, pois das negociações que faziam nunca o que pagavam pela pele ultrapassava o que o sertanejo pobre já devia em seu armazém, ficando, ainda, por conta das mercadorias que levavam toda semana para casa sempre uma dívida a saldar. Hermano Ribeiro da Silva evidenciou, em junho de 1932 durante viagem pelo rio Araguaia, a condição do sertanejo pobre que pescava durante a seca, período da vazante dos rios. Em primeiro lugar afirmou que o comércio encontrava-se em decadência naquela região, para depois afirmar que a única atividade que ainda subsistia era o comércio do pirarucu, dominado pelos comerciantes:

Hoje, unicamente na estação seca, existe um comércio rudimentar de peixe salgado, que se remete para os centros progressistas do Estado. Mas o lucro se dissolve nas mãos dos negociantes locais, que mantêm curioso processo de escravatura econômica. Os caboclos endividam-se durante o ano [...] e assim se obrigam, após, a pagar com o resultado da pesca, que passa de mão beijada aos patrões.⁴⁹³

Certo é que, como problematizou Bernardes, muitos destes trabalhadores "eram uma classe de gente que já nascia devendo"⁴⁹⁴. Porém, nem tudo era desvantagem muitos procuravam utilizar a seu favor o fato de não terem um contrato com os comerciantes. Estes eram cientes das vantagens de terem os sertanejos pobres "cativos" na negociação das peles, compravam a preços baixos e tinham a "liberdade" de majorar as dívidas, afinal a maioria dos comerciantes ou era um coronel ou fazia parte das relações de algum. Também os pobres sabiam do prejuízo que tinham ao negociar com os comerciantes locais, que eram na maioria das vezes intermediários nos negócios.

Não era simples caçar sem os meios fornecidos pelos comerciantes de peles silvestres, porém os pobres conheciam armas que eles mesmos podiam fazer – como as zagaia e armadilhas de origem indígena e africanas. Ou seja: as armas não eram problemas insolúveis. Igualmente, eram os meios de curtir a pele, pois se era verdade que não tinham sal, era

⁴⁹²BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 107 p.

⁴⁹³SILVA, Hermano R. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, 1935. 35 p.

⁴⁹⁴BERNARDES, op. cit., p. 195

também verdade que conheciam o barbatimão⁴⁹⁵, que muitas vezes conservava as peles até pelo prazo de um ano.

Em outras palavras, tinham meios e mecanismos para caçar e, muitas vezes, também pescar sem receber qualquer fornecimento do comerciante. Porém, negociar as peles diretamente com o exportador não era apenas uma relação comercial direta, era uma afronta aos poderosos do lugar: era uma quebra nas relações de poder. Nesse sentido, talvez, uma das razões para que não haja muitas referências nas narrativas acerca das práticas venatórias dos sertanejos pobres como um interesse comercial, seja o fato de que os próprios pobres tenham procurado mantê-las *debaixo de um quieto*, ou seja, sem grande alarde.

Talvez a metáfora da *casca da árvore favela* sugerida na apresentação deste trabalho⁴⁹⁶ não seja algo tão impensável. Afinal, se considerarmos que esta casca, assim como a casca do barbatimão, era utilizada no beneficiamento de peles silvestres e de couros e que, no caso dos Vales a comercialização das peles deveria ser realizada pelos pobres de forma sigilosa, talvez não seja improvável que *as cascas* significassem, enquanto metáfora, mais do que até agora foi possível compreender.

No que se refere às tentativas de sigilo nos negócios de peles realizados pelos sertanejos pobres, esta é uma possibilidade bastante pertinente. Em primeiro lugar, porque caso o comerciante soubesse de suas estratégias, as represálias seriam imediatas. Em segundo lugar, porque a alternativa de negociar diretamente com o exportador ou emissário deste significava realizar um melhor negócio. Entretanto, esta não era uma estratégia fácil de empreender, porque os comerciantes costumavam ser muito bem informados sobre seus negócios, mas os sertanejos pobres também tinham seus meios. A primeira providência era não ser alugado para nenhum fazendeiro, ou seja, não ser camarada, pois estando ajustado para alguém poderia até caçar, mas seria improvável conseguir sair dos limites da influência do fazendeiro para fazer a venda.

Assim, a melhor condição, no caso de se desejar alguma liberdade para realizar qualquer atividade, era a de agregado, pois, não tendo uma relação de trabalho propriamente dita com o fazendeiro, poderia ter a oportunidade de fazer uma viagem – onde e quando poderia comercializar em locais distantes do ponto onde residia. Como apontado anteriormente, frei Audrin ao narrar os diversos modos de caçar e as várias espécies caçadas

⁴⁹⁵ Árvore da qual retiravam a casca, depositando-as em tanques com água para serem utilizadas na curtição das peles. Este método permitia que a pele se conservasse por tempo razoável, até que pudesse receber tratamento com sal.

⁴⁹⁶ Sobre a metáfora da *casca da favela* em Ariano Suassuna ver Apresentação desta dissertação p. 13-14.

quase não faz referência à dimensão comercial das atividades venatórias, talvez porque soubesse do conflito que havia em torno da questão.

Apenas na condição específica de relatar o "desejo de ver mundo" do sertanejo pobre surge a questão do comércio das peles na narrativa deste frei. Inicialmente, ele afirma que as pessoas consideravam suas viagens como um aspecto negligenciável de seus modos de viver, porém expõe que esta *necessidade* era "antes de tudo um caso de atavismo. Dos índios se originaram [...] e deles herdaram, sem dúvida, o gosto pelas migrações, que os impele às freqüentes caminhadas".

Na concepção mais geral de Audrin, os pobres se serviam de muitos pretextos para fazer viagens: desde rever um parente, pagar uma promessa até encontrar um animal fugido. Porém, para ele a razão primeira era "quererem distrair-se, [...] procurando novos horizontes, descobrindo novidades"⁴⁹⁷. É interessante observar que, mesmo quando enumera as diversas possíveis motivações para as viagens, era sempre a idéia do "desejar ver mundo" que prevalecia. Em outras palavras, a idéia que prevalecia era a de uma ausência de qualquer motivação específica ou interessada, pois a concepção que Audrin procurou consolidar sobre o sertanejo pobre era que, em um sentido mais amplo, este era um "ser simplório", embora não esteja certa de que ele mesmo acreditasse nisso. A proposta aqui é deslocar, na narrativa de Audrin, de suas interpretações para os *interesses* e expectativas reais dos sertanejos pobres.

Nesta perspectiva, mesmo apontando sempre na direção do "desinteresse", Audrin expõe algumas singularidades das viagens que levam a outras interpretações. Assim, após classificar várias razões para as viagens, consigna que também era "freqüente costume cuidar um sertanejo, durante o ano, de reunir peles de caititus, onças e lontras, penas de emas e de garças, para depois meter-se a caminho, a fim de negociar, e, sobretudo ver mundo"⁴⁹⁸. Seria possível pensar que Audrin estivesse descrevendo um comerciante, porém, na sequência ele afirmar que o sertanejo, nos casos destas viagens, descia até Belém do Pará remando sua *igarité*, pequena canoa de uso próprio dos pobres na região, dirimindo, assim, qualquer dúvida de que não se tratasse de um sertanejo pobre.

Ao registrar a religiosidade sertaneja, Audrin deixou mais algumas pistas. Narrou este frei que, a caminho de uma romaria ou então nas solitárias viagens para pagar uma promessa, costumavam, os pobres, levar produtos da lavoura, especialmente a farinha, para negociar. Expondo a seguir que também as promessas muitas vezes envolviam bens materiais. Eram as ofertas: "o lavrador leva produtos da roça, o seringueiro promete uma bola de seringa, o

⁴⁹⁷AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 91p.

⁴⁹⁸Ibidem, p. 93.

caucheiro uma prancha de borracha, o castanheiro uma medida de castanhas [...] o caçador uma pele silvestre, uma bola de cera de abelhas, um feixe de penas de ema, etc."⁴⁹⁹. É possível imaginar que, em uma romaria que reunia centenas de pessoas, inclusive alguns comerciantes, um caçador poderia levar uma pele silvestre para o santo e muitas outras para o comerciante. Assim, como sugere Audrin, porém com objetivos mais complexos, o sertanejo pobre ainda teria um pretexto inquestionável para viajar: prestar homenagem ao santo.

É provável que a "certeza" que Audrin expressava acerca do fato de que a motivação primeira dos sertanejos pobres em viajar fosse "desejo de ver mundo" e que as outras razões fossem "pretextos dos quais se serviam para fazer viagens" tenha sido alimentada pelos próprios pobres com o objetivo de não verem seus negócios atrapalhados. Por outro lado, não consignar a existência dos interesses destes pobres do sertão em negociar tenha sido uma escolha consciente de Audrin, nos moldes anteriormente discutidos sobre a posse da terra, de descrever as relações sociais no sertão como harmoniosas.

Definitivamente, a tensão das lutas de classe parece estar no cerne das questões que envolviam as práticas de cultivo e as formas de obtenção de alimentos. Estes homens, mulheres e crianças procuravam articular em modos de luta claramente pouco convencionais as condições de enfrentar – não no sentido de luta aberta – as imposições dos fazendeiros. As estratégias para manter suas práticas de cultivo e cinegéticas na interface do consumo e do mercado - ainda que restritas ao espaço regional - visavam não apenas manter os mínimos vitais, embora se saiba que sem vida não há luta, mas encontrar e promover meios de limitar a exploração e ampliar qualquer possibilidade de autonomia.

Portanto, as questões do cultivo e das atividades venatórias para o sertanejo pobre relacionavam-se dois interesses imbricados: duas faces de uma mesma moeda. Por um lado, vinculavam-se à manutenção do sustento em limites satisfatórios de consumo, o que sempre era uma luta árdua, cujo objetivo era defendê-lo da necessidade de ajustar-se como camarada, surgindo, nesta perspectiva, um sentido muito vigoroso para a satisfação demonstrada com a fartura. Assim, a roça de mandioca - transformada em farinha - e as atividades cinegéticas, fornecedoras das proteínas que complementavam a alimentação do pobre, eram importantes caminhos, pois, ao menos como expectativa, permitia que ele se alimentasse sem se submeter ao mando de nenhum fazendeiro.

Por outro lado, articulavam-se às limitações da dominação e da exploração por meio da possibilidade de um maior controle sobre suas condições de existência. Este é um ponto

⁴⁹⁹AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 130 p.

fulcral para a compreensão de como se estabelecia, de forma estável ou não, algumas das manifestações das com-formações sociais nos Vales. Nesse sentido, o que se deve compreender é que estes dois produtos, farinha de mandioca e peles silvestres, eram a base econômica da região. A farinha de mandioca porque era um produto que em todos os portos do rio Tocantins e do rio Araguaia encontrava demanda, afinal ela era o principal alimento dos trabalhadores da navegação.

Mas principalmente, a farinha era uma moeda no sertão, pois muitos comerciantes, como Francisco Ayres da Silva, ao chegar a Marabá ou Conceição do Araguaia trocavam quase todo o seu estoque por sacas de castanhas e "tábuas de borracha", produtos altamente valorizados no mercado de Belém. Por outro lado, os "donos" dos castanhais e das florestas de onde se retirava o látex requeriam sempre significativas quantidades daquele alimento, pois não se pode esquecer que era com "farinha e jabuti" que eles alimentavam seus camaradas.

Todavia, o mais relevante neste processo de construção de estratégias por autonomia, era que o sertanejo pobre tinha consciência de ser o detentor, com primazia, desta moeda: a farinha de mandioca. Este "poder" incomodava permanentemente os grupos dominantes, talvez por isso os sertanejos pobres que cultivam mandioca fossem quase sempre adjetivados como indolentes, nas palavras de Hermano Ribeiro da Silva em 1932:

Neste ponto, nas margens do rio, achavam-se residindo 4 famílias de sertanejos, vegetando em deprimente miséria. Uns costumavam preparar farinha de mandioca (de macachêra, como se diz aqui) a fim de abastecer os [...] barcos, sendo esse o único comércio que effectuam. De momento, todavia, não existe a farinha. Faz mister encomendal-a e ter uma dose elástica de calma para aguardar a tranqüila fabricação.⁵⁰⁰

Na mesma perspectiva, as peles de animais silvestres parecem ter alcançado uma relevância similar à da farinha de mandioca na economia social da região. O comércio de peles silvestres, até mais ou menos meados do século XX, manteve-se nos horizontes dos sertanejos pobres como uma alternativa viável dentro do campo de forças em que disputava sua vida com fazendeiros e coronéis, pois como sugeriu Bernardes era possível expulsar o pobre de "uma terra", mas não de "toda a terra" e onde ele pudesse ir, ao menos neste período, encontraria animais e peixes. Assim, apesar de todas as dificuldades estas pessoas buscavam burlar suas situações para continuarem a praticar suas atividades cinegéticas, afinal ao menos até a década de 1940, como esclareceu acima Paternostro, o mercado de peles ainda era importante na região.

⁵⁰⁰ SILVA, Hermano. R. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, 1935. 152 p.

Por outro lado, desde o início do século XX o exercício destas atividades pelos sertanejos pobres auferiu muitos inimigos, pois para sua realização era necessária uma organização do tempo que diferia dos novos padrões de trabalho que se buscava implantar no Brasil. Assim, as caçadas e as pescarias passaram a ser amplamente combatidas como um símbolo da preguiça no âmbito das mudanças nas relações de trabalho por que passava o país. De fato, as horas, os lugares, as temporadas específicas para caçar e pescar não se enquadrava no código da exploração "organizada" da mão-de-obra.

Assim também eram os modos de viver dos pobres: manifestava-se por convenções específicas. A tocaia de Marcelino, apresentada no primeiro capítulo, aponta alguns indícios de como elidir do campo de visão dos grupos dominantes suas práticas de viver foram estratégias construídas especificamente para defender interesses. Esta elisão, registrada nas fontes muitas vezes como manifestação da astúcia e da dissimulação dos sertanejos pobres era, na verdade, mecanismos utilizados costumeiramente por estes sujeitos para encadear manobras que lhes aproximasse de seus objetivos.

A tocaia, em situações limites ou então como metáfora, iluminou aspectos diferenciais da cultura sertaneja que, por sua inter-relacionalidade e imbricamento, tornou muitas vezes possível manter os grupos dominantes distante de entenderem quais os interesses dos pobres. É possível que os sertanejos pobres tenham utilizado a seu favor esta *incompreensão*, protegendo seu mundo cognoscível em uma arguta e silenciosa *caçada de espera*, para construir ou reforçar estratégias por autonomia.

De fato, muitas vezes o sertanejo pobre lutava contra o trabalho de camarada – quase uma escravidão – outras contra a vida de agregado, quando colocava sua vida e de sua família em risco, porém conforme as relações se re-configuravam no horizonte social da região seus interesses mudavam, tomando direções inusitadas como quando, por exemplo, tendo a mandioca pronta para fazer a farinha não tinha pressa em beneficiá-la. Era esta instabilidade mais ou menos planejada que, muitas vezes, confundia os grupos dominantes, caso da irregularidade dos modos de trabalhar, constituindo-se como um espaço de ação disputado palmo a palmo neste sertão.

Assim, foi no conjunto das práticas de viver, este caleidoscópio onde as cores se alternavam aleatoriamente, porém sem jamais desmanchar o nexos e a articulação do movimento, que a vida do sertanejo pobre tornou-se um processo *sui generis* e tão difícil de decifrar. Nessa perspectiva, muito desta dificuldade em entender como os pobres se moviam nestas relações sociais ocorre em função da incompreensão dos próprios narradores da época, afinal não se pode esquecer que, em grande parte, eles pertenciam à *élite dominante*. Quantos

destes narradores foram confundidos por ardilosas artimanhas ainda é uma questão a ser respondida.

Por outro lado, os ardis dos sertanejos pobres, algumas vezes registrados pelos narradores daquele tempo, esclarecem dimensões importantes dos seus valores e costumes de trabalho e de vida, o que complexifica a questão e obriga o pesquisador a pensar as relações entre fazendeiros e pobres às vezes também como identificação.

Audrin, por exemplo, relatando como estas pessoas relacionavam-se com os "deveres cívicos", especialmente com o recrutamento, afirma que desde as Guerras de Independência havia, da parte daqueles sertanejos, verdadeira ojeriza ao alistamento militar. Escrevendo sobre as razões deste verdadeiro horror, refere-se à Guerra do Paraguai, afirmando que "originou-se, esse receio, da recordação, nitidamente conservada, das brutalidades praticadas outrora, nos sertões, pelos agentes recrutadores [que] pegavam à força e levavam, às vezes, acorrentados grupos de moços destinados à reorganização de efetivos militares"⁵⁰¹.

Audrin relata um acontecimento, da década de 1920, que expõe não apenas o significado do recrutamento para o sertanejo pobre, mas algumas outras conexões. Narra ele que, em desobriga⁵⁰² pelo interior, parou em um dos lugares marcados para passar a noite. Eram umas seis horas da tarde, "o sol se punha, mas na choupana não encontrou ninguém da família". Pensou que talvez ainda estivessem na roça e "gritou pelo nome do roceiro pai de família algumas vezes, sem obter resposta"⁵⁰³.

Já estava decidido a procurar outro pouso "quando ouve vindo do mato: - Senhor Padre, espera tô aqui". Audrin ouviu o pedido e sentou-se para esperar. Passado alguns poucos minutos, aparece Quelementino cansado, "com a voz entrecortada de correr" repete: - "tamo aqui Senhor Padre"⁵⁰⁴. Audrin perguntou-lhe então por sua família, ao que ele respondeu:

Tá todo mundo no mato, tá passando uns homens aí e a gente escondeu os menino, querem que a gente fale o nome e os anos deles, dizem que é pra contar as pessoas do governo do Brasil, mas a gente não tem crença nisso não, é pra pêga é manobra do governo pra conhecer, marcar e depois levar.⁵⁰⁵

⁵⁰¹AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1947. 174 p.

⁵⁰²Viagens realizadas anualmente pelos religiosos de várias ordens para visitar os sertanejos, nelas percorriam trechos sem estradas e paravam em pontos previamente definidos para realizar casamentos, batizados, confissões, crismas, missas etc.

⁵⁰³AUDRIN, op. cit., p. 174.

⁵⁰⁴AUDRIN, op. cit., p. 174.

⁵⁰⁵AUDRIN, op. cit., p. 174.

Na verdade, como esclarece Audrin, não eram recrutadores os homens que andavam pelos Vales, mas recenseadores do Censo de 1920, um dos maiores que o Brasil havia feito até aquele momento. Este frei considerou o medo de Quelementino "um ridículo receio". Porém, retrospectivamente, são reconhecidas as implicações das contagens e requisições de informações sobre a vida do povo, mas esta é outra questão. De qualquer forma, os sertanejos pobres que muitos acreditavam não serem capazes de racionalizar os acontecimentos e as práticas que lhes envolviam, tinha, em sua maioria, a percepção do alcance de algumas das medidas que visavam sua *sujeição*.

Audrin, naquela mesma noite, tentou explicar-lhe que as informações eram para um recenseamento e não para o alistamento militar, mas nada demovia Quelementino de sua opinião. Foi o próprio Quelementino quem expôs razões suficientes, construída na sua experiência de viver, para que os argumentos de Audrin não fossem aceitáveis. Conta que, durante a Guerra do Paraguai, seu irmão mais velho, de nome Quirino, foi *pego*⁵⁰⁶: "ele era um sem padrinho e sem recurso e como não tinha registro levaram só com 15 anos de idade"⁵⁰⁷. Passados alguns anos, Quirino voltou. Na verdade, ele não foi à Guerra do Paraguai, ficando na capital de Goiás para reforçar a guarnição da cidade, enquanto os "militares treinados" foram para os campos de batalha no Mato Grosso.

Não obstante, quando voltara, três ou quatro anos depois, Quirino mudara. Quelementino dizia que seu "irmão era outro, não aceitava mais a vida simples e não obedecia à rudeza da regra de viver do pai da gente, [...] não suportava o trabalho pesado da roça e não queria mais plantar a quarta de arroz que era sempre da obrigação dele"⁵⁰⁸. Audrin, concordando com Quelementino, afirmou que: "muitos, após alguns anos, nos centros civilizados [...] sonhavam com as alegres facilidades das cidades e aproveitavam da primeira ocasião para dizer adeus ao sertão"⁵⁰⁹. Aqui aparecem duas razões essenciais para o sertanejo pobre odiar e resistir de todas as formas possíveis ao recrutamento.

A primeira razão era que estes jovens ao voltarem diferentes poderiam desestruturar a economia regional e esta era uma das razões para que muitos coronéis e fazendeiros protegessem os filhos de seus agregados contra o recrutamento. De fato, os agregados, em sua maioria, trabalhavam por contra própria, mas do que lhe sobrava, em uma relação

⁵⁰⁶O verbo *pegar* transformou-se, na linguagem dos sertanejos pobres, em *pega*, o mesmo que recrutamento realizado de forma brutal. Assim, todo recrutamento militar ficou conhecido por *tempo da pega* ou *tempo da pegação*.

⁵⁰⁷AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1947.175 p.

⁵⁰⁸Ibidem, p. 175-176

⁵⁰⁹AUDRIN, loc. cit.

contraditória quando se referia ao tamanho que o fazendeiro permitia plantar, ele negociava com o próprio dono da terra ou com o comerciante autorizado por este. No entanto, para isso era necessário manter determinado equilíbrio no número de pessoas capazes de trabalhar na lavoura.

De qualquer forma, esta recusa era perigosa, econômica e socialmente, porque não pressupunha qualquer pressão ou limitação dentro do campo de força da região, sendo, antes, uma transformação cultural, estabelecida fora dos espaços de influência dos costumes dos Vales, o que implicava não apenas a supressão de braços, mas, principalmente a supressão da visão de mundo que com-formava socialmente as contradições entre agregados e fazendeiros, colocando em risco a *ordem social estabelecida*. Felizmente para os fazendeiros, a maioria dos sertanejos pobres, ao menos até a década de 1940, partilhava com os *donos da terra* a defesa desta com-formação social.

A forma e a ordem argumentativa da explicação de Quelementino sob o caso do seu irmão esclarecem um aspecto importante sob valores partilhados e costumes arraigados nos Vales. É provável que ao dizer primeiro que seu irmão não obedecia mais o pai, estivesse se reportando ao fato de que essa desobediência da regra de viver paterna vinculava-se principalmente ao fato de que estava desobedecendo a um costume essencial da vida do sertanejo que deveria ser acatado e suportado, apesar de pesados e repletos de privações: o trabalho na roça.

Nesse momento, percebe-se a integração entre trabalho na roça, valores e costumes para os sertanejos pobres, à medida que se compreende que Quirino ao não obedecer a seu pai estava rompendo uma regra familiar, mas principalmente estava rompendo uma norma moral partilhada culturalmente por abastados e pobres nos Vales. Em outras palavras, relegar o meio de vida a que seu grupo social estava vinculado era abandonar o aprendizado de gerações, cujo maior emblema era o respeito e a obediência ao que os mais velhos diziam, pois eles tinham tido mais tempo para aprender.

Por outro lado, a força do costume ter sido sempre tão grande na cultura sertaneja, significou não poucas vezes uma dificuldade para discernir as estratégias de exploração dos fazendeiros e, conseqüentemente, uma maior dificuldade para reagir e rearticular suas estratégias, afinal não se pode esquecer que comumente os grupos dominantes empunham a bandeira das tradições. De fato, este foi e ainda é um dos enfretamentos mais complexos das relações sociais no sertão. Especialmente porque a utilização da tradição pelos grupos dominantes não se resumia e não pode ser compreendida apenas como a força dos poderosos sobre os fracos, pois a defesa da tradição e do costume estava relacionada ao reconhecimento

e à legitimidade social das práticas. Talvez o maior perigo que os que saiam da região, recrutados ou não, representavam fosse sua melhor condição de entender, obviamente em termos de experiência, a diferença entre costume e tradição.

Especialmente ao viver sob a condição de camarada, quando a exploração e a dominação recrudesciam exponencialmente, os pobres sofriam pressões cotidianas no sentido de aceitarem os padrões de uma *tradição construída* como, por exemplo, a lealdade a qualquer custo. Por outro lado, nas vidas destes homens com ajustes de trabalho, caminhos potenciais, que nos outros espaços e condições de trabalhar não foi tão fácil perscrutar, se colocam como ricas possibilidades de investigação. Algumas destas questões serão problematizadas no terceiro capítulo.

Acompanhando esta perspectiva, reconstruir a vida de trabalho do camarada, significa buscar deslindar os significados das narrativas que são fontes nesta pesquisa e, ao mesmo tempo, recompor minha própria escritura como uma prática política baseada em um lugar e constituída a partir de escolhas, arbitrárias de fato, mas que propõe um olhar diferenciado sobre os espaços e as estratégias das pessoas. Evidenciar, no campo de possibilidades de minha escritura, as agências sociais e políticas dos sujeitos é um caminho para colocar em movimento a própria tensão na produção historiográfica, mais que isso, é tentar colocar em movimento a tensão – processada nos recortes, nas seleções, nos exercícios de correspondência ou de refutação – que permite às narrativas organizar os sentidos da vida, tanto no passado quanto no presente, o que não poucas vezes foi e ainda é feito à revelia das práticas e experiências das pessoas reais.

CAPÍTULO III

PRÁTICAS, OLHARES E VOZES DOS E SOBRE OS SERTANEJOS POBRES

"Então não pude seguir valente em lugar tenente
E dono de gado e gente, porque gado a gente marca
Tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente"

Geraldo Vandré e Theo Barros

Uma escrita histórica é instaurada pela dinâmica de uma relação específica: o estabelecimento de um espaço de diferenciação entre as narrativas e as práticas sociais das quais as primeiras se originam. Portanto, uma narrativa histórica nasce de um corte e de uma articulação: evidências de práticas sociais lacunares colocadas em relação a narrativas que buscam tornar presente o que já se tornou uma ausência, consubstanciando uma relação de poder que a própria escrita da história expõe como sendo o centro da disputa no presente. Acompanhando esta perspectiva é que olho para um barco numa manhã de sol de 1901, quando uma benção anunciava uma partida. Manoel Arcanjo, um velho piloto de bote, fará uma viagem crepuscular. O cansado piloto mais uma vez irá pelo antigo conhecido: o rio Araguaia.

Conduzirá mais um homem importante pelo vale do grande rio, desta vez será o frei dominicano Estevão M. Gallais, antes fora um presidente ou um general, acostumara-se a conduzir o poder pela região. Não apenas homens que comandaram almas e homens, mas também homens que dominaram narrativas sobre outros homens. É pouco provável que Manoel Arcanjo tenha sabido que os homens que conduziu em botes e igarités tenham deixado para a posteridade relatos sobre quem era ele, muito menos que estas narrativas demarcavam o campo de uma diferença de forma tão específica.

Ao conduzir Frei Gallais de Leopoldina até Conceição do Araguaia, no sul do Pará, havia uma manhã de sol, um barco e uma benção, mas não havia, ao menos na narrativa de Gallais sobre a viagem, as reflexões de Manoel Arcanjo. Estas são resultado da interpretação que faço do que poderia pensar e sentir este piloto, como representativo do que pensavam e sentiam os camaradas – pilotos, remeiros, arrieiros, castanheiros, maniçobeiros e outros. O Manoel Arcanjo, que conduziu o poder foi conduzido por este nas narrativas dos homens de poder, mesmo sem o saber. São estes Arcanjos, homens em movimento pelos rios ou por terras e depois fixados nas narrativas sob inúmeras e diferentes perspectivas, a quem buscarei, de alguma forma deficiente e lacunar, devolver o movimento.

Manoel Arcanjo era em 1901 um septuagenário que vivia em Leopoldina, às margens do Araguaia em Goiás, e que por quase meio século sulcou as águas deste rio e do rio Tocantins. Sua juventude foi marcada por aventuras em embarcações, lutando contra cachoeiras, rápidos e índios. Porém em seu entardecer, na velhice, foi descrito por Gallais "não somente como um bom piloto, mas também um grande bebedor de cachaça. Quando mais moço era homem para beber três litros por dia. Hoje não suporta mais de um litro. Decididamente a decadência é geral"⁵¹⁰. Sim, era um camarada, alugava a força de seus braços (aleijados, mas fortes) em troca de um pagamento quase sempre transformado em sal ou em ferramentas, quase nunca em dinheiro. Paternostro em 1935 ao re-conhecer este regime de trabalho no Vale do rio Tocantins, muito mais agressivo nesta época do que durante o século XIX, se manifesta acerca dos sentidos que ele, não sem razão, atribuiu à prática do aluguel de homens. Segundo ele

Em todo o vale do Tocantins usa-se o verbo *alugar* em vez de *empregar*. [O que] exprime com nitidez a situação em que se encontra [vam] os sertanejos, da classe dos párias de nossa civilização. Há mais de cem anos que trabalham numa pátria onde não se lhes reconhecem os direitos; invalidam-se, morrem no serviço, sem a menor assistência.⁵¹¹

Paternostro fala de um tempo quando os direitos trabalhistas já eram ensaiados na vida urbana da região centro-sul do país. No entanto, acima está em primeiro lugar, falando de pessoas que viviam muitas vezes relações de trabalho de formas extremas. O termo *alugar* expressa a condição de exploração a que o sertanejo pobre era submetido quando contratado, – quase sempre verbalmente – por um patrão para exercer muitas e diversas atividades. Paternostro, apesar do inconformismo, teve uma visão limitada sobre o que era este modo de trabalhar em suas diferentes formas. De fato, num dia de 1901, Gallais registrou em seu diário de viagem acerca do indispensável para se viajar e viver no sertão, que "nada se faz sem um camarada" e complementou: "bons camaradas, que são dois ou três criados conhecedores dos caminhos, tratadores de animais, um pouco cozinheiros, homens dedicados" são essenciais⁵¹². Em seguida apontou a sutileza desta relação de trabalho, que ultrapassava a pura exploração, ao dizer que

dele [do camarada] depende em grande parte, a hora da partida, a presteza da marcha e a extensão das jornadas, o cuidado das cargas e a boa escolha do pouso. Se não for perito, queira ou não queira, têm mil meios de contrariar o patrão e de lhe causar, além de muitos aborrecimentos, verdadeiros prejuízos.⁵¹³

⁵¹⁰GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 45 p.

⁵¹¹Ibidem, p. 83.

⁵¹²Ibidem, p. 25.

⁵¹³GALLAIS, loc. cit.

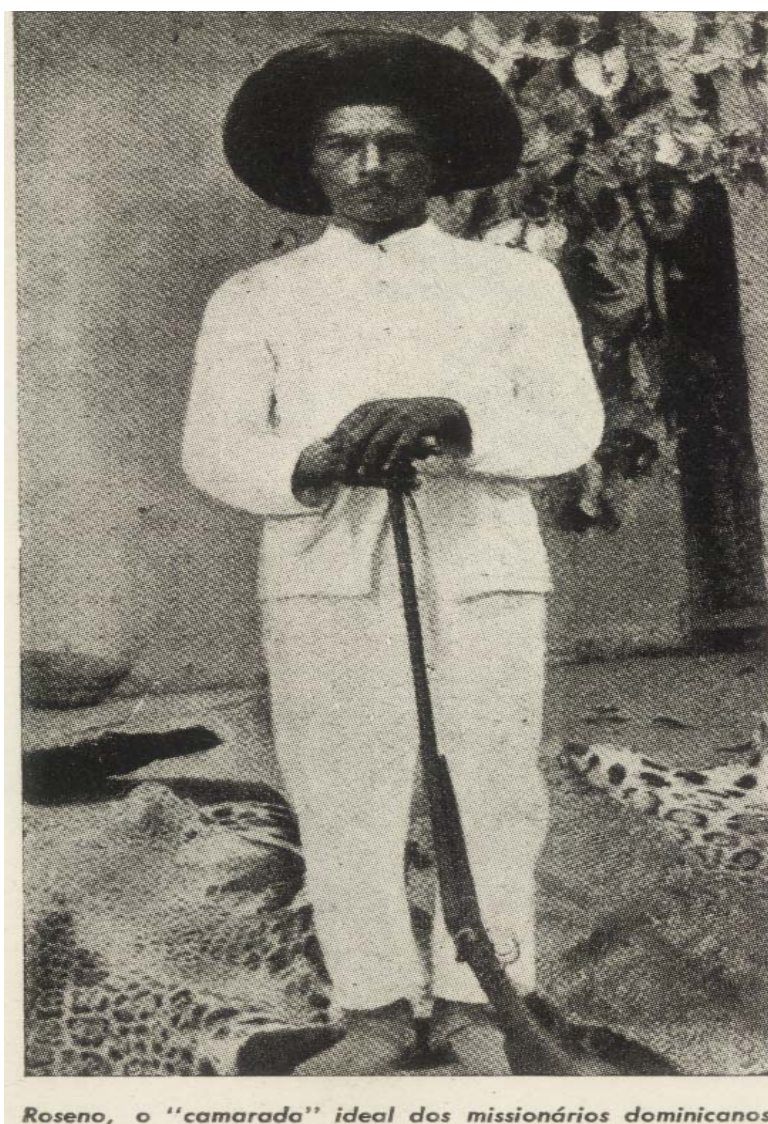


Figura 2 – Roseno o camarada ideal (Audrin – 1920)

Fonte: AUDRIN, Frei José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947, p. 197

É justamente a parte do *queira ou não queira* que faz da opinião de Gallais uma inquietação, mais que isso, um problema: os párias de que fala Paternostro eram homens que tinham *querer* e que certamente faziam escolhas, mas que provavelmente ele, Paternostro, não percebia muito bem. Talvez, tenham sido as escolhas dos camaradas que fizeram com que Gallais dissesse ser Manoel Arcanjo um decadente. Mas não fora sempre assim. Manoel Arcanjo já fora, muitas vezes, descrito de forma diferente. O próprio Gallais, voltando no tempo à década de 1860, afirma que Manoel Arcanjo, "antigo piloto de Couto de Magalhães [...] não era um desconhecido; era conhecido até o Pará pelo nome de *Reis dos Pilotos do*

Araguaia. Navegando há quasi cinqüenta anos nunca embarcação alguma sossobrou em suas mãos"⁵¹⁴.

Porém, que significava ser Rei dos Pilotos do Araguaia? Deixo 1860, mas não volto a 1901. Abro outras páginas, agora de outro tempo e lugar: viajo, em direção a 1881, na narrativa de outro homem de poder que Manoel Arcanjo conduziu: Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província de Goiás, que no primeiro ano da década de 1880 saiu de Goiás, pelos rios Araguaia e Tocantins, em direção a Belém. Certamente aqui era uma bela manhã, manhã de luz e frescor da juventude de Manoel Arcanjo.

Homem experimentado na navegação havia vinte anos, conhecedor dos rios, das cachoeiras, dos índios. Sentidos aguçados pela experiência: um homem necessário, talvez imprescindível, para uma longa viagem pelos rios. Gallais não descreve a aparência de Manoel Arcanjo, Leite Moraes sim: "o nosso piloto é o Sr. Manoel Arcanjo da Silva, preto e aleijado de uma mão; dizem que é o melhor piloto e o melhor prático".

Em 1881, Manoel Arcanjo não morava em Leopoldina, vivia em Santa Maria, presídio fundado ao menos três vezes às margens do rio Araguaia, no século XIX, para continuamente ser destruído pelos índios. Foi deste lugar que saiu a embarcação movida a 16 remos que levaria Leite Moraes para Belém. Leite Moraes narra a vida dentro do barco comandado por Manoel Arcanjo com cores fortes, em nada lembrando a narrativa opaca de Gallais acerca de um Manoel Arcanjo transparente. O piloto, dentre as inúmeras atividades que um sertanejo pobre exercia, era a mais valorizada. De sua capacidade dependia não apenas a vida de homens, mas também a riqueza do patrão. Leite Moraes sabia disso: sua vida e de seu companheiro de viagem, Carlos Augusto, dependia em parte da habilidade de Manoel Arcanjo.

Cumpriu sua missão conduzindo Leite Moraes a salvo até Belém do Pará, porém não sem valentia, não sem enormes perigos que foram transpostos quando realizou "prodígios de valor, de experiência e de presença de espírito..."⁵¹⁵. Sua dança, no comando do leme, durante a travessia da Itaboca, a maior das cachoeiras do Tocantins era o ápice e rendeu-lhe a *admiração* de Leite Moraes:

O piloto, ora de pé, ora deitado, a às vezes dependurado no leme, joga o bote à sua vontade...[...] só tem risos para os perigos e gargalhadas para os abismos, de pé em cima da tolda, com o braço aleijado sobre o leme, assim os anima: - Não tenham medo, menino, eu aqui estou no leme; vocês, sem mim, nada são; eu, sem vocês, nada sou; dêem-me a velocidade que eu darei a direção.⁵¹⁶

⁵¹⁴GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso. 44-45 p.

⁵¹⁵MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 259 p.

⁵¹⁶Ibidem, p. 65.

Avanço algumas décadas em direção a diferentes páginas. Também Frei Estevão Gallais, em 1901, reconhece que sua vida depende da habilidade de Manoel Archanjo. Não é alheio aos perigos da navegação e sabe que é da atenção do piloto que depende a passagem em segurança por travessões e cachoeiras:

Ora são cachoeiras, isto é rápidos onde, num espaço algumas vezes de muitas léguas, o curso do rio sofre diferenças de nível tão bruscas e tão consideráveis que a massa das águas se precipita através dos rochedos com uma violência inaudita, formando turbilhões aos quais nada resiste, engolfando-se em abismos sem fundo e desencadeando o seu furor contra os obstáculos que encontram, com tanto arrebatamento que produz involuntário terror. Nestas passagens, os pobres pequenos barcos como o nosso são levados como uma palhinha e tomam a velocidade de um trem rápido. Desgraçados de nós se o velho Manoel Archanjo tem um segundo de distração, se sua vista se perturba ou se sua mão trema!⁵¹⁷

Porém, muitas coisas distanciam a narrativa de Gallais da de Leite Moraes além do tempo. Suas formas de perceber o mundo que descrevem, assim como as pessoas, são diferentes porque informados por diferentes formas cognitivas. Em comum estas duas narrativas têm o fato de se originarem de viagens em barcos movidos a remos pelos rios Araguaia e Tocantins que tinham como piloto Manoel Archanjo da Silva e terem sido escritas, em sua maior parte, durante os percursos. A narrativa da primeira viagem, a de Leite Moraes, foi publicada pela primeira vez em 1883⁵¹⁸.

O relato da segunda viagem, realizada por Gallais em 1901, foi escrita entre 1901 e 1902, data que é sustentada por cartas entre Gallais e Octaciano Esselin, que traduziu este relato em 1903 para o português⁵¹⁹, ou seja, o relato foi escrito praticamente ao mesmo tempo em que ocorreu a viagem, embora tenha sido publicado em português apenas 1954. É justamente a quase concomitância entre viagem e escritura da narrativa que faz estes dois relatos tão importantes para demarcar não apenas as diferentes formas e modos de se compreender os sertanejos pobres, mas também – e principalmente – quais transformações sociais no tempo fizeram, nestas narrativas, a visada dos autores sobre Manoel Archanjo tão diferentes, apesar de não ser possível desconsiderar que Gallais era antes de tudo um estrangeiro.

⁵¹⁷ GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 67 p.

⁵¹⁸ De acordo com introdução, cronologia e notas explicativas de Antonio Cândido. Cf. MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 07-23 p.

⁵¹⁹ *Entre os Índios do Araguaia*, escrito pelo padre Estevão Maria Gallais em 1901, somente foi publicado em edição única no ano de 1954, porém as cartas que referem ao pedido e autorização de tradução do relato, datadas de 1902, servem de introdução à publicação de 1954. Ver GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 05-09 p.

J. A. Leite de Moraes era um político, mas também era um homem de conhecimento. De aluno a professor do curso de direito no largo do São Francisco transformou-se em um homem ambíguo: algumas vezes um conservador, muitas outras um liberal. Viu na habilidade e na coragem de Manoel Arcanjo o exemplo de sertanejo que deveria tomar para si a responsabilidade pelo "progresso do sertão", especialmente em oposição aos remeiros que, para ele, muitas vezes era a prova da degeneração do homem do interior. Assim, se, em 1881, idéias liberais eram freqüentemente veiculadas em jornais, crônicas, poemas e discursos foi como liberal que Leite Moraes pensou quando formulou sua idéia acerca de Manoel Arcanjo.

Na perspectiva de Leite Moraes, o "progresso" chegaria a Goiás "no dia em que assim anunciar-se o povo goiano pela iniciativa e pelo trabalho"⁵²⁰. De fato, não havia dúvida para ele de que o fim da escravidão estava próximo e era a iniciativa do trabalho livre que poderia trazer "desenvolvimento" para Goiás. Nesse sentido, propunha como solução que se investisse no próprio sertanejo, pois muitos deles eram capazes – como, por exemplo, Manoel Arcanjo que se tivesse tido uma educação científica e um teatro para seu gênio e o seu coração, o que não seria?"⁵²¹. Além disso, a região não poderia, segundo ele, ambicionar que a mão-de-obra do litoral ou estrangeira dirigisse-se aos Vales.

Do outro lado há Frei Gallais. Além do campo ideológico em que se inscrevia - a religião- surge em sua narrativa um tipo de comprometimento específico: acreditava que somente a mão-de-obra estrangeira poderia tirar todo o hinterland do que considerada ser uma situação de decadência. De forma análoga acreditava que somente a doutrina religiosa estrangeira, diga-se francesa, poderia salvar sertanejos e índios. Sua interpretação do mundo sertanejo pode ser resumida pela palavra *decadência*, por ele mesmo justificada:

perguntamos um dia a um bom velho, que comia conosco, porque Leopoldina não tinha prosperado. Respondeu-nos ele: porque foi fundada sobre a cachaça e o deboche [...] o vício original, a embriaguês com seu cortejo habitual, ali está continuando a estragar. Esta é a causa de toda a questão.⁵²²

Para Gallais não havia meios de "desenvolvimento" em Goiás porque nas povoações "que o governo havia criado ao longo do rio, tinham vindo agrupar-se aventureiros, mulheres de má vida, negociantes viciados, espuma sem consistência sobre a qual não se podia fazer alicerce para o futuro".⁵²³ Uma das principais diferenças entre Leite Moraes e Gallais era o fato de que este último não via entre as pessoas originárias dos Vales nenhuma capaz de

⁵²⁰MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 116 p.

⁵²¹Ibidem, p. 265.

⁵²²GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 43-44 p.

⁵²³Ibidem, p.40.

tornar-se um trabalhador, enquanto o primeiro acreditava que *bastava* aos próprios goianos buscar o trabalho e a iniciativa. Obviamente, um e outro estavam longe de compreender a complexidade das relações sociais nestas paragens, porém a diferença de visão entre eles coloca em perspectiva os diferentes sentidos que informam as diferentes narrativas sobre diferentes sujeitos nesta região.

Assim, não somente os sinais ideológicos das narrativas de Gallais e de Leite Moraes podem auxiliar na compreensão dos seus pontos de vista, como também a estrutura narrativa de cada um deles muito informa sobre as diferenças, muitas vezes sutis, das suas compreensões do social. Neste sentido, a vigorosa narrativa de Leite Moraes trás a marca de quem acreditava; a força de quem esperava no "progresso", apesar de também defender que o sertanejo pobre era "um ser dicotômico: aqui um gigante, ali um pigmeu!". De toda forma, sua narrativa não esconde a vitalidade de sua concepção sobre o sertão e sobre o sertanejo.

Gallais, por outro lado, não acreditava no "progresso" da região e, sobretudo, no sertanejo pobre. Para ele, somente em Conceição do Araguaia, cidade onde os Dominicanos "governavam de um modo todo patriarcal, era que os 'bons costumes', a ordem, a justiça e tudo o que constitue uma garantia de futuro para uma população" tinham possibilidade de vingar⁵²⁴. Em outras palavras, a decadência, ou seja, o decaimento permanente e insuperável de Goiás e do sul do Pará somente poderia ser superado em uma povoação onde o estado fosse representado pela autoridade do Rev. Padre, tutelando os incapazes brasileiros.

Na concepção de Gallais somente a articulação da religião e do elemento estrangeiro faria com que o sertão saísse "decididamente da decadência [...] geral"⁵²⁵. Encaminho-me à investigação da estrutura narrativa dos relatos de Gallais e Leite Moraes, pois a problematização do estilo e do conjunto dos sentidos das orações abrem-se como possibilidades de interpretação.

Gallais e Leite Moraes admitiam depender de Manoel Arcanjo, porém cada um deles colocou esta dependência em termos específicos. Gallais afirmava "desgraçados de nós se [...] a mão de Manoel Arcanjo tremer", em um jogo de palavras que por um lado lembra a penitência dos homens diante do pecado: por meio da metáfora da desgraça do homem decaído a religião torna-se o centro de sua interpretação; e por outro lado, remonta à sentença dada a um bêbedo decadente do "novo mundo" que, com suas mãos trêmulas, não mais conseguiria dominar o leme de seu barco: a etnocentria, ou melhor, a xenofobia francesa punindo o sertanejo por ser um insignificante representante do povo americano. Seu relato é

⁵²⁴GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 79-81 p.

⁵²⁵Ibidem, p. 45.

incisivo, não há espaço para sonhos ou heroísmos. Estilisticamente, tem-se uma narrativa marcadamente trágica e o que fica é a idéia do *pecado e do vício original* como culpado pela infelicidade do sertanejo pobre.

Leite Moraes, ao contrário, afirmava sua confiança em Manoel Arcanjo ao questionar:

e teremos ainda perigos? Só Deus o sabe! O Tocantins sempre tem horizontes desconhecidos aos seus navegantes. Em todo caso dormimos sob a mais plena confiança que depositamos no habilíssimo piloto Manoel Arcanjo, o domador das ondas, o vencedor dos rebojos e o conquistador das cachoeiras!!!⁵²⁶

Assumindo o risco, entregou seu futuro nas mesmas mãos que Gallais afirmou serem decadentes. Porém, mais do que as palavras ditas sobre Manoel Arcanjo, são seus ecos expandindo-se sobre o que foi dito sobre outros sertanejos pobres, tanto por Leite Moraes e Gallais, quanto por outros narradores, que é importante perscrutar. O sertanejo pobre personificado por Leite Moraes em Arcanjo era um vencedor, bebia, de fato, três litros de cachaça por dia, mas domava ondas e conquistava cachoeiras. Enfim, sua narrativa tem um tom que se aproxima dos relatos épicos.

A visão de Leite Moraes, inclusive re-presentada por seu entusiasmo ao narrar, grafado no texto por meio de reticências e exclamações, vincula-se ao projeto de construção de nação brasileira, principalmente no âmbito das transformações liberais do final do século XIX. Ou seja, o olhar utilitarista, conjugado ao cientificismo e ao nacionalismo romântico do qual Leite Moraes era herdeiro, marca a constituição de sua imagem acerca de Manoel Arcanjo: um ser heróico, capaz de proezas inigualáveis, mais que isso, um aliado contra os pigmeus que se avolumavam na região dos Vales.

É certo que esta imagem foi construída a partir dos interesses imediatos daquele presidente de Província, porém com uma dimensão embrionária: a possibilidade de tornar aquela região parte da nação. Ao deixar o bote Rio Vermelho, no qual vinha navegando desde Santa Maria, suas palavras anunciam seu pensamento, "há ali um povo... mais do que um povo – uma nação... o futuro o dirá. Dorme ainda, mas já sonha todas as grandezas do mundo, tendo as plantas sobre o Tocantins e a fronte recostada sobre o Amazonas!"⁵²⁷

Por outro lado, frei Estevão M. Gallais, que era um homem conservador no sentido estrito do termo, defendia que o futuro do sertão aqui investigado dependia de que fosse aceito um estado diferente para lhe gerir, argumentando:

⁵²⁶ MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 264 p.

⁵²⁷ Ibidem, p. 302.

Os nossos legistas⁵²⁸ modernos pretendem que em tôda sociedade em formação a autoridade é constituída ou antes criada com todos os órgãos, pelo concurso da vontade de todos. Em Conceição [cidade base das missões dominicanas no Vale do Araguaia e Tocantins] quando se tratou de organizar um governo, não se fez questão de pacto social. Na pessoa dos missionários encontrava-se uma autoridade enviada por Deus para governar as almas na ordem espiritual. Nada de melhor se deparou do que ampliar as atribuições, e entregar tudo em suas mãos. [...] E eis como os missionários se acharam na posse do governo da cousa comum, tanto no temporal como no espiritual. Excelente meio de evitar os conflitos entre os dois poderes.⁵²⁹

A instituição que Gallais considerava necessária às populações do interior do Brasil era a de um Estado que atribuísse "autoridade ditatorial aos missionários"⁵³⁰, ou seja, a única solução seria uma intervenção divina nos negócios temporais. Porém, ele mesmo esclareceu que este "estado de coisas" era conveniente apenas para sociedades como as brasileiras, pois "não estava nada nos gostos de hoje [1901] e que não corria o risco de ser adotado pelos que se acham à testa dos povos do velho mundo"⁵³¹.

Em outras palavras, esta era uma fórmula destinada ao "novo mundo", pois atrasado, o que permitia ser governado "de um modo todo patriarcal"⁵³². Assim, segundo Gallais, poderia o "rev. padre Villanova [...] continuar, ao menos até nova ordem, a gerir os negócios do seu povo como um bom pai de família"⁵³³. Sua perspectiva sobre o Brasil, em geral, e sobre o vale em particular vinculava-se à visão dos viajantes da primeira metade do século XIX. Ou melhor, sua concepção de que o povo, incluindo aí Manoel Arcanjo, era incapaz de iniciativa embasava-se no que fora dito, sobre o conjunto da população brasileira, pela maioria de viajantes que vieram ao Brasil durante os primeiros cinquenta anos do século XIX.

Gallais mantinha sobre os sertanejos, pobres ou ricos, a idéia de que, em sua maioria "levavam freqüentemente uma vida dissoluta e que famílias laboriosas dadas à cultura das terras e à criação de gado [...] eram muito raras"⁵³⁴, permanecendo intacto neste sacerdote o argumento central dos viajantes. O historiador José Carlos Barreiro busca compreender em seu trabalho: *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX*⁵³⁵, quais concepções de tempo e trabalho permeavam os relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante o século XIX. Observa este historiador que os viajantes não compreendiam que, para os "grupos

⁵²⁸ Homens versados em Lei.

⁵²⁹ GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia**. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 74 p.

⁵³⁰ Ibidem, p. 75

⁵³¹ Ibidem, p. 74.

⁵³² Ibidem, p. 82.

⁵³³ Ibidem, p. 82.

⁵³⁴ Ibidem, p. 40.

⁵³⁵ BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

subalternos", as noções de tempo vinculadas ao trabalho disciplinado não tinha significado dentro dos seus modos de viver. Barreiro aponta que os viajantes, ao descreverem os ritmos de trabalho das pessoas pobres nos locais onde passavam, enfatizavam quase sempre seu caráter de ócio e indolência.

Problematizando tal questão, Barreiro adverte para o fato de que entre os trabalhadores pobres do século XIX as concepções de tempo e trabalho da sociedade européia não estavam ainda consolidadas. Certamente, nos Vales do rio Araguaia e do rio Tocantins nem mesmo a chegada do século XX alicerçou, entre os sertanejos pobres, a noção de trabalho advinda da sociedade européia. Também o historiador Nasr Fayad Chaul, analisando a formação da sociedade goiana, preocupa-se em desconstruir as idéias de atraso, decadência e indolência utilizadas por viajantes e cronistas do século XIX para descreverem a Província de Goiás. Segundo Chaul, os viajantes edificaram a idéia de que:

A precariedade das estradas e as poucas existentes isolavam Goiás, a carência das comunicações isolava o comércio (Pohl), a incapacidade do povo em se superar o isolava (D'Alincourt). As casas abandonadas nos arraiais, para onde o povo ia apenas em ocasião das festas religiosas (Saint-Hilaire) eram o retrato do sertão de Goiás. Rural e sem produção agrícola, rico em ouro e pobre em alimentos, carente em tudo e sem forças para sair do marasmo (Cunha Mattos e Taunay). Reino do ócio e da preguiça [...].⁵³⁶

Acompanhando as reflexões de Chaul e Barreiro, é possível compreender que a visão de mundo que embasava os argumentos de Gallais acerca de Manoel Arcanjo era a mesma que concebia a população como um rebotallo. Nestes termos, o modo de viver de Manoel Arcanjo, vinculado à bebida, à alegria, aos relacionamentos amorosos nos muitos portos que ancorava, foi demarcado como sinal de atraso dos indivíduos. Porém o que vincula mais fortemente a visão de Gallais aos dos estrangeiros é a concepção de que estas características eram biológicas e não históricas, ou seja, não podiam ser mudadas a não ser que as etnias bases da formação social no Brasil, negro e índio, fossem depurados⁵³⁷.

Ponto fulcral. Diferença essencial entre Gallais e Leite Moraes, o primeiro compreende os sertanejos pobres a partir de uma des-caracterização racial que agrupa negros

⁵³⁶CHAUL, Nars F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG, Ed. UCG, 1995. 42 p.

⁵³⁷Auguste de Saint-Hilaire em Viagem à província de Goiás, entre 1818 e 1819, afirma ter proposto ao governo brasileiro como única forma de "dotar de melhores qualidades a raça americana" promover a união entre índios e africanos. Sua opinião era de que uma raça mista poderia resistir à superioridade da raça branca, que "aos poucos iria se amalgamando com a população atual" até que resultasse no branqueamento da população, pois "o mestiço nem sempre é superior às duas raças que lhe deram origem, mas é sempre melhor do que uma delas" In: SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina R. Junqueira Col. Reconquista do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 136 p.

escravos ou não, índios e mestiços na “categoria” de sub-raças, relacionando etnia e indolência⁵³⁸. O segundo, ao contrário, influenciado por idéias liberais, mas vinculado antes de tudo ao nacionalismo, entende que um preto aleijado como Manoel Arcanjo era capaz, se assim o quisesse, de tornar-se um homem talhado para o labor: era a fórmula “iniciativa e trabalho”.

São essas perspectivas, imbricadas durante mais de século na produção intelectual do e sobre o Brasil, que informam os pontos de vistas de Leite Moraes e Gallais. Porém, a interpretação que construí acerca de Manoel Arcanjo difere significativamente das acima expostas. Em primeiro lugar porque não está in-formada pelas mesmas perspectivas; em segundo lugar, porque é feita retrospectivamente. Por um lado, estes são aspectos positivos para a reconstrução, pois coloca minha narrativa numa situação de distanciamento das posições ideológicas em disputa durante o período aqui estudado. Por outro lado, instiga – de fato, obriga –, a recolocar a questão da dificuldade em reconstruir a vida de pessoas sobre as quais não se têm mais do que um leve esboço.

Sendo Manoel Arcanjo desde a década de 1860 um piloto experiente, é provável que em 1881 contasse aproximadamente quarenta (40) anos de idade. Com esta idade, era ainda um homem forte, capaz de conseguir manejar com agilidade e habilidade o leme de um bote como descreve acima Leite Moraes. Era também um homem dotado de inteligência, mas, principalmente, se destacava por ser relativamente disciplinado, o que, imagino, foi um fator relevante para que tenha sido escolhido por Couto Magalhães, um militar exigente, como seu “primeiro piloto”. Leite Moraes considerava-o chefe imediato da tripulação e quando havia algum problema envolvendo os remeiros era a Manoel Arcanjo que ele recorria.

Portanto, nas mais belas manhãs de sol da existência de Manoel Arcanjo eram sua resolução e sua disciplina que se sobressaíam dentre as demais qualidades dos tripulantes. Assim, na madrugada do dia 27 de dezembro de 1881, Leite Moraes dava os primeiros alertas para acordar a tripulação. Porém, os remeiros resistiam a descer ao porto, atrasando a partida do bote Rio Vermelho em ao menos quatro horas. Apenas Manoel encontrava-se em seu posto às três horas da manhã⁵³⁹.

⁵³⁸ Saint-Hilaire, no relato *Viagem às nascentes do Rio São Francisco* declara-se contra a escravidão, porém discorre longamente, numa nota de rodapé, sobre os riscos de declarar o fim da escravidão. Sua conclusão não difere muito das de D’Alincourt ou das Gardner sobre a população goiana ao afirmar a inferioridade do negro e do índio em relação ao branco, expondo, por exemplo, sobre Pilões em Goiás: “Os habitantes [...] são todos mulatos ou negros não se dedicam ao cultivo da terra” Cf. SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira Coleção Reconquista do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 81 p.

⁵³⁹ MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 178 p.

Na mesma perspectiva, a firmeza de seu braço era comparada à firmeza de suas decisões. A questão se fazia sentir quando resoluções acerca da técnica para navegar os rios eram necessárias e também nas decisões de como lidar com os homens do sertão, fossem eles índios ou não-índios. Imaginemos: as águas do rio Araguaia balançavam o bote Rio Vermelho, a presença dos índios a bordo não era algo insignificante, ao contrário. Havia mais de duzentos arcos prontos a atacar toda a tripulação de Leite Moraes. Mesmo assim, o desejo de conhecer uma aldeia dominava este presidente. À aldeia do Capitão Amburá⁵⁴⁰ seguem Leite Moraes, Manoel Arcanjo, Sargento Lobo, Basílio, Carlos Augusto e Silvestre. Aos demais camaradas foi ordenado que não desembarcassem.

Dentro de uma mata de cocais estava encravada a aldeia. Possuindo muitas casas de palha, tornava possível imaginar que não havia ali menos do que 500 guerreiros. Porém, a primeira imagem que prendeu a atenção de Leite Moraes foi o desinteresse de uma índia que estando "socando coquinhos em um pilão; continuou o seu serviço" como se a caravana daquele presidente ali não estivesse. Possivelmente foi este desinteresse que interessou tanto a Leite Moraes – uma relação de alteridade distorcida na sua concepção -, fazendo com que não percebesse que os índios se aglomeravam muito em torno de si.

Mas Manoel Arcanjo não estava diante de algo novo e sua atenção se redobrou, consciente da iminência do perigo aconselhou Leite Moraes a uma rápida retirada e, no centro da aldeia Carajá, às margens do Rio Araguaia, foi sua opinião a acatada quando os índios começaram a exaltar-se⁵⁴¹. Em outras palavras, do conjunto de características tomadas como "experiência do piloto de bote" fazia parte, além da habilidade e disciplina, também certa dose de sensatez. Habilidade, sensatez e disciplina faziam parte das características de Manoel Arcanjo. Aliás, qualidades de muitos outros pilotos: como Casemiro, que morrerá, em 1920, navegando o rio Tocantins na embarcação de Francisco Ayres da Silva, que sobre este piloto morto dizia:

velho piloto! Tantas vezes leão das águas, zombando delas com extrema perícia e agilidade, jamais excedidas por nenhum outro, pois que Casemiro era o mais afamado dos timoneiros do alto e do baixo Tocantins. Vencedor, graças à sua agilidade e perícia, em inúmeras e seguidas viagens, de todos os grandes óbices do rio, e agora tragado pelas mesmas águas, tantas vezes vencidas.⁵⁴²

Após o lance fatídico da morte de Casemiro, as qualidades de seu substituto são também aferidas por Ayres da Silva ao afirmar que

⁵⁴⁰Capitão era o termo pelo qual eram conhecidos os caciques das tribos indígenas dos vales do Araguaia e Tocantins durante o século XIX.

⁵⁴¹MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 204-205 p.

⁵⁴²SILVA, F. A. **Caminhos de Outrora**: Diário de Viagens. 1. ed. póst.. Goiânia. Oriente, 1972. 61 p.

o [...] piloto, o aprendiz, pois o mestre sumiu-se nas águas do Tocantins, é um rapaz da plebe, mas tratável, muito cortês e zeloso. Raramente se afasta de seu posto, quer chova, quer faça sol e, à menor coisa, está sempre de alerta e zelando pela vida de seus companheiros e pelo interesse do patrão [...].⁵⁴³

Casemiro foi designado o "mais afamado dos timoneiros" em função de sua perícia e agilidade, assim como também seu substituto foi destacado por Ayres da Silva por seu extremo zelo à sua função. De forma análoga, Manoel Arcanjo, por ser reconhecido como um piloto hábil, ágil, disciplinado e sensato, recebeu a alcunha de "Rei dos Pilotos": todos estes bem representaram a imagem do piloto de barco.

No entanto, algumas pistas levam a questionar esta caracterização tão limitada. Por um lado, como já discutido acima, porque a vida do patrão e seus bens dependiam, em grande parte, do piloto – o que pode ter levado os narradores, comumente os patrões das embarcações, a privilegiar nos relatos as características mais importantes quando se referia à preservação de suas vidas e de suas cargas. Por outro lado, é preciso admitir que dentre os hábitos dos tripulantes dos barcos, que sulcavam o rio Araguaia e o rio Tocantins, havia o excessivo consumo de álcool, costume que, em um sentido mais genérico, não contribuía para a manutenção da disciplina. Problematizarei abaixo alguns aspectos da questão do consumo de álcool procurando confrontar a imagem construída sobre o remeiro e sobre o piloto aos vestígios de suas práticas reais.

Volvendo muitos anos, e muitas páginas, é possível ver que, dentre os tripulantes o piloto era o mais bem pago. Segundo Couto de Magalhães, na década de 1860, o que, por exemplo, um piloto recebia por uma viagem redonda do porto de Leopoldina em Goiás até o Pará era mais que o triplo do que recebia um remeiro: o primeiro recebia 300\$000 (trezentos mil réis) enquanto o segundo recebia 80\$000 (oitenta mil réis)⁵⁴⁴. Duas décadas depois, o pagamento de Manoel Arcanjo foi marcado por Leite Moraes com sendo 400\$000 (quatrocentos mil réis) e de um remeiro 60\$000 (sessenta mil réis)⁵⁴⁵.

Note-se que em duas décadas (entre 1860 e 1880) o pagamento percebido por um piloto de bote foi acrescido em quase o dobro do valor pago a um remeiro. Por outro lado os remeiros tiveram seus rendimentos reduzidos em 20\$000 (vinte mil réis), passando o piloto que, na década de 1860, recebia em média três vezes mais que um remeiro, a receber quase sete vezes mais.

⁵⁴³SILVA, F. A. **Caminhos de Outrora**: Diário de Viagens. Ed. póst. Goiânia. Oriente, 1972. 87 p.

⁵⁴⁴MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974. 63 p.

⁵⁴⁵MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Cia das Letras, 1999. 236-237 p.

Deve-se considerar que, após a derrocada de Couto de Magalhães como empreendedor da navegação do Araguaia na década de 1870, a situação do transporte fluvial tendeu, especialmente nas décadas de 1880 e 1890, a deteriorar-se, sendo possível que esta circunstância tenha influenciado negativamente no valor médio pago aos remeiros. No entanto, neste período parece ter havido também o refinamento de certa percepção acerca da importância, ou melhor, indispensabilidade dos pilotos, tanto no que se referia à sua habilidade para salvaguardar bens e vidas, quanto no que se referia à sua capacidade de lidar com os remeiros. Talvez por isso seu pagamento, mesmo na situação de crise por qual passava a navegação dos rios Araguaia e Tocantins, tenha se mantido estável, inclusive com uma leve tendência a elevar-se.

Quanto ao consumo de bebida alcoólica em grande quantidade pela tripulação há alguns problemas. Em 1901, Gallais, ao apresentar Manoel Arcanjo, diz imediatamente que além de bom piloto era um excelente bebedor de cachaça, o que para aquele religioso demarcava o caráter degenerado do piloto. Apesar dos problemas da interpretação de Gallais, não se pode negar que a *cachaça* fazia parte não apenas do costume alimentar de qualquer remeiro, aqui tomado como qualquer membro de uma tripulação, mas era um dos hábitos arraigados de uma vida inteira, experienciada por gerações de navegadores destes dois rios.

Havia o frio da madrugada, havia a necessidade de mergulhar durante minutos, ou mesmo horas, para empurrar um bote carregado que houvesse ficado preso em um trecho do rio, o que já se constituíam razões suficientes para o consumo de álcool, tendo em vista que este aquecia o corpo. Mas não eram apenas estes os motivos para que um remeiro ou piloto consumisse uma quantidade relativa de bebida alcoólica, a bebida entorpecia aqueles homens das mazelas de seu trabalho arriscado, mal pago, extenuante: brutal. Mas também havia outro aspecto, este essencial para a compreensão dos valores e interesses dos sertanejos pobres: por um lado, o consumo do álcool construía as condições necessárias para o descanso e para a festa; por outro lado constituía espaços para reivindicações.

Em 1931, Lysias Rodrigues viajava pelo rio Tocantins no batelão⁵⁴⁶ denominado *Nazareth*, com o objetivo de visitar as cidades que estavam destinadas a fazer parte da linha a ser percorrida pelos aviões comerciais da *Pan Air*. Esta empresa pretendia servir como correio aéreo e, ao mesmo tempo, para transportar carne fresca para o mercado de Belém. Rodrigues, por causa do calor, resolve montar acampamento em uma praia em frente à pequena vila de Ipueiras, localizada à margem do rio Tocantins.

⁵⁴⁶Outro nome que os barcos recebiam na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins.

Ocasão perfeita, provavelmente esperada pela tripulação do batelão em que a comitiva de Rodrigues viajava, para construir a circunstância adequada a uma parada mais prolongada. O próprio Lysias Rodrigues narra que Hidelbrando, o piloto do batelão, como "contasse [os patrões] demorarem um pouco mais, por causa do calor sufocante que fazia [...] resolveu dar um jeitinho de arranjar música"⁵⁴⁷. Em pouco tempo chegaram dois homens trazendo uma sanfona, uma flauta de bambu e certamente a cachaça para o remeiro *molhar a palavra*. Estava organizada uma festa, com música, bebida e, provavelmente, mulheres.

Rodrigues deixou registrado sobre esta mesma noite que, como os remeiros estivessem cansados e o tempo estivesse ameaçador, resolveu pernoitar em Ipueiras. A motivação do *patrão* para parar neste local vinculava-se ao calor que fazia dentro do batelão, porém a tripulação, incluindo aqui o piloto, percebeu que a parada se constituía uma ocasião imperdível de prolongar a parada: logo eles organizaram um batuque⁵⁴⁸.

Assim, do acontecimento da festa, avança-se para o problema de que o remeiro bêbedo não era capaz de remar ou conduzir o leme com habilidade, surgindo então a oportunidade de interromper por horas, algumas vezes dias, as viagens. Rodrigues aceita o argumento provável de que a tripulação estava cansada e habilmente contorna a iminência de uma paralisação mais prolongada, agradando a tripulação:

Observando que a equipagem⁵⁴⁹ estava fraca por causa da alimentação, resolvemos dar-lhes jantar por nossa conta, hoje; o que eles comem, é também a tal carne de vento com arroz cozido, a chamada "Maria Isabé" que tem um cheiro de causar náuseas e nem café de manhã o Milhomens lhes dá.⁵⁵⁰

A alimentação que Rodrigues proporcionou aos remeiros consistiu em peixe, ovos, arroz branco e pinga, o que foi considerado pelos remeiros como um verdadeiro banquete. É perceptível aqui o imbricamento entre alimentação, álcool e festa, especialmente considerando que todos estes acontecimentos foram precipitados pelos remeiros. Rodrigues provavelmente percebeu que da música, para a festa, daí ao álcool e à impossibilidade de continuar a viagem faltava pouco, assim procurou construir uma estratégia que fizesse com que a paralisação durasse apenas uma noite. De qualquer forma, até aqui, ainda não foi possível definir qual eram os interesses dos remeiros: descanso? A festa? Ambos? Outras questões?

⁵⁴⁷ RODRIGUES, L. **Roteiro do Tocantins**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1987. 114 p.

⁵⁴⁸ Batuque era uma festa de origem africana realizada pelos pobres e para os pobres. Em sentido próximo temos o *pipiral* que também era um nome que designava as festas dos pobres.

⁵⁴⁹ O mesmo que tripulação.

⁵⁵⁰ RODRIGUES, loc. cit.

Um acontecimento durante o jantar que Rodrigues ofereceu aos remeiros apresenta alguns indícios de questões específicas acerca dos interesses que moviam os sertanejos pobres e ao mesmo tempo alerta com muita força para o risco de se tomar estes rastros e indícios como absolutos. O jantar preparado para os remeiros e o local da festa, onde se encontravam os músicos e a pinga, era a praia onde também estava o acampamento de Lysias Rodrigues. Porém, durante o jantar começou a chover, o que impeliu Rodrigues a procurar "uma casa na vila, onde pernoitar"⁵⁵¹. Este aviador preocupado com os remeiros, que estando na praia não estariam bem abrigados da chuva colocou "uns cômodos da casa à disposição deles [dos remeiros], mas só vieram o Laureano e o Adalberto"⁵⁵².

Ora, uma mesma estratégia se desdobrou em acontecimentos diversos, e cuja significação para os remeiros também não pode ser considerada única. Hidelbrando queria a festa, mesmo que não fosse seus interesses principais dançar, beber e encontrar as moças do lugar. Provavelmente todos queriam a pinga; e a possibilidade de uma alimentação melhor jamais seria rejeitada. No entanto, quando os fortes pingos de chuva fizeram com que os remeiros se espalhassem procurando abrigo, suas vontades, escolhas e interesses aparecem menos homogêneos: as diferenças se estabeleceram e o vento da chuva espalhou o que parecia igual.

Laureano e Adalberto, provavelmente cansados, aceitaram os cômodos da casa como uma oportunidade para terem mais conforto no descanso. Hidelbrando e Ciríaco preferiram ficar na praia, mesmo sob o risco de chuva, e aproveitar a festa, ou seja, preferiram aproveitar a interrupção do trabalho para outros interesses. Percebe-se que os significados atribuídos pelos pobres às suas práticas, mesmo àquelas que partilhavam costumeiramente, eram diferentes.

Retornando outra vez para um tempo mais antigo, é possível entrever, evocando novamente Manoel Arcanjo, algumas outras questões sobre as disputas em torno do trabalho sob ajuste: a camaradagem. Assim como a maioria dos remeiros, Arcanjo não era um herói hercúleo e não era um alcoólatra degenerado. De fato, bebia grandes quantidades de álcool, o que seus "janeiros avançados" tendiam a reduzir, mas continuava na medida de suas forças, conduzindo embarcações com a responsabilidade necessária para que cargas e homens chegassem aos seus destinos. Agora no processo destas práticas, uma disputa tensa era travada entre camaradas, explorados na situação de alugarem sua força de trabalho, e patrões.

⁵⁵¹ RODRIGUES, L. **Roteiro do Tocantins**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1987. 115 p.

⁵⁵² RODRIGUES, loc. cit..

Quem foi então Manoel Arcanjo, senão um camarada durante toda sua vida? Ele não diz sobre todos, mas diz as diferentes formas pelas quais um homem ou muitos homens podem ser compreendidos enquanto trabalhadores. Sim, discute-se aqui trabalho, mas antes se discute relações de trabalho, que não podem ser entendidas como categorias ou profissões, pois a vida assim não era. Como Arcanjo, outros camaradas eram imprescindíveis. Porém, os modos como foram narrados e, conseqüentemente, interpretados é intrincada; Ademais, principalmente a partir do século XX, a visão predominante foi negativa: nos moldes de Gallais, apesar das inúmeras diferenças.

Procurando apreender vestígios dos modos de viver dos camaradas busquei outras narrativas sobre outros tripulantes e outras narrativas sobre outros sertanejos pobres que trabalhavam como camaradas: alugados nas embarcações, nas fazendas, nos maníobais, nos castanhais. Sobre a vida de Manoel Arcanjo não é possível saber muitos outros aspectos, pois as lacunas se interpõem.



Figura 3 – Pilotos de batelões (Coudreau – 1897)

Fonte: COUDREAU, Henri. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Trad. Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980

Nesta perspectiva, talvez seja possível apresentar um quadro mais ou menos completo. Porém não busquei imitar a realidade, antes, a idéia ao pintar esta tela, foi deixar

claro onde as cores foram minhas escolhas por não conhecer os matizes originais da pintura. Embora o desafio aceito e perseguido nesta pesquisa tenha sido o de reconstruir os modos de viver dos camaradas a partir de uma exaustiva problematização das fontes, transformadas em evidências e perscrutadas conforme um método histórico de investigação, a honestidade intelectual obriga-me a admitir que mesmo com este esforço os resultados foram limitados e muitas lacunas ainda permaneceram. Considerações inquietantes e, ao mesmo tempo, instigantes.

Procurei "resolvê-lo" acessando a vida de sertanejos pobres que viviam de forma mais costumeira trabalhando como alugados, embora soubesse que quase nenhum deles tenha permanecido apenas como camarada. Fosse trabalhando como remeiro, arrieiro, apanhador de castanha ou peão do eito moviam-se muitas vezes, em tempos mais ou menos regulares, destas atividades em direção à roça, quando muitas vezes tinham vida de agregado.

O próprio instituto escravista, seguindo este caminho, foi um elemento estabilizador da cultura sertaneja: uma dimensão da vida nos Vales que, em larga medida, manteve uma maior flexibilidade do uso do tempo e do espaço nas atividades de trabalhar e viver dos homens livres durante o século XIX. De fato, o escravo exercia nessa cultura o papel central de ampliador do tempo e de intensificador máximo do trabalho, liberando, guardadas as devidas ressalvas, a população livre para manter-se sob critérios mais integrativos de vida e trabalho.

Assim, senhores de escravos – fazendeiros que, em regra, tinham o mando da terra – posseiros, e sertanejos pobres partilhavam culturalmente esta integração nas práticas de trabalho, o que em certo sentido significava para este último maior autonomia para escolher as formas de viver. Penso caber, aqui, uma pequena exposição sobre a perspectiva assumida nesta pesquisa acerca do trabalho escravo dentro do período escravista, embora não seja interesse desta investigação analisar os problemas que envolvem este instituto como sistema jurídico.

Nesse sentido, tomei por base as reflexões de Silvia Hunold Lara no artigo *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*, acerca do risco de assumir o ano de 1888 como um marco temporal que separa diametralmente duas formas opostas de relações: o trabalho escravo e o livre. Segundo Hunold, "a maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas

primeiras décadas do século XX"⁵⁵³. O interesse de Hunold no artigo acima referido é questionar a exclusão do trabalhador escravo das análises sobre trabalho, porém seus questionamentos permitem problematizar outras dimensões como, por exemplo, alguns cânones da História do Trabalho. Acompanhando esta perspectiva, interessa mais de perto a esta investigação problematizar, sobretudo, o porquê de, sob o marco de 1888, estarem subsumidos não apenas o escravo como um trabalhador, mas também o trabalhador livre antes da emancipação.

Em outras palavras, se o trabalhador escravo foi opacizado na história do trabalho, o trabalhador livre que viveu antes de 1888, principalmente nas regiões mais afastadas do "centro-sul", também o foi. Realmente, foi consolidado na historiografia que após 1888 tenha ocorrido um período de transição da escravidão para o mercado de trabalho livre, ficando a impressão que trabalhadores livres e escravos não existiram fora do marco estabelecido para sua aparição na historiografia. Não é esta a perspectiva assumida neste trabalho. Aqui procuro pensar este jogo de relações, observando que, desde antes da emancipação, os trabalhadores livres e pobres, aqui denominados sertanejos pobres, empreendiam estratégias que não significavam nada menos que modos de luta contra a exploração, o que muitas vezes significava utilizar o escravo como um substituto, ao menos até a década de 1880.

Um acontecimento que talvez possa ser tomado como representativo ocorreu entre um sertanejo pobre, recrutado em Goiás, o General Couto de Magalhães, e um pretense escravo fugido, às margens do Lago Dumbá, formado pelas águas do rio Araguaia⁵⁵⁴. Couto de Magalhães era um aficcionado por práticas venatórias; assim, quando foi presidente da província de Goiás, entre 1863 e 1864, costumava empreender viagens às margens do Araguaia para caçar e pescar. Nestas ocasiões, organizava pequenas expedições formadas por uma guarda: eram os soldados comumente que conduziam a canoa, faziam a comida, e garantiam a segurança.

Durante o ano de 1863, em uma destas expedições, saiu do rio Araguaia e alcançou o Lago Dumbá. Este lago formava diversas ilhas cobertas de matas, onde os soldados e a população ribeirinha diziam haver um quilombo constituído de "calungas bravios" que não consentiam que navegassem no referido lago além de determinado lugar. Couto de Magalhães não era um homem que se deixava intimidar, ainda mais que contava quase sempre com uma boa guarnição.

⁵⁵³HUNOLD, S. L. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. p. 26. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

⁵⁵⁴MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974.152-155 p.

Possivelmente em meio aos botos que rufavam próximos à canoa e das nuvens de pássaros aquáticos que costumavam freqüentar aquelas praias no mês de outubro, procurou não "atirar para não dar sinal aos pretensos inimigos"⁵⁵⁵. Mesmo assim, sua sanha pela caça fazia-se irresistível e, a certa altura do lago, vê algo que não sabe definir e, fazendo mira, preparou-se para atirar.

Porém, quando "visava"⁵⁵⁶, um dos soldados, pondo-se diante dele, com uma figura tão consternada, que parecia querer chorar, disse [...] – Senhor doutor, pelo amor de Deus não atire"⁵⁵⁷. Surpreso, e provavelmente irritado, Couto de Magalhães perguntou-lhe: "– Então, por quê?"⁵⁵⁸. O soldado engoliu a voz e nada disse. É impossível não imaginar, todos os pensamentos que lhe vieram à cabeça: que loucura, impedir o tiro do Presidente da Província! E agora, como explicaria? Poderia terminar morto ali, ou pior, jamais conseguir dar baixa!

Couto de Magalhães, neste momento já bastante impaciente, ordenou ao soldado que fosse à frente e este se adiantou, ocorrendo um impressionante diálogo. O soldado disse: "–Eu ando querendo dar baixa, tenho caçado um substituto e não acho". Couto de Magalhães retrucou: "– E o que tem isso com o meu tiro?" Respondeu o soldado, "É que o tiro esparrama os negros do quilombo e eu estou querendo pegar um calunga para pôr no meu lugar"⁵⁵⁹.

Transparece aqui um fato prodigioso, nos termos de algo que acontece como situação extrema e singular, sendo, justamente, por sua excepcionalidade que deve ser investigado. De fato, a substituição do soldado livre – mas não tão livre –, pelo escravo é a visão extremada e talvez mais transparente dos meios pelos quais o trabalhador escravo estabilizava as relações entre as pessoas livres dos vales do Rio Araguaia e Tocantins. Natalie Zemon Davis, em *O Retorno de Martin Guerre*⁵⁶⁰, problematiza as possibilidades que a análise de casos – no limite, maravilhosos – tem de ajudar a compreender como as pessoas viviam em determinada época ou lugar.

Sua compreensão de que os prodígios "constituem os casos mais extremos e, portanto, os mais raros dentro de um conjunto de coisas ou acontecimentos de mesma natureza", contribuiu para o entendimento, nesta investigação, de como relações limítrofes permitem alcançar as aristas das relações e das práticas mais comuns das pessoas⁵⁶¹. Em

⁵⁵⁵ MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974. 153 p.

⁵⁵⁶ Visar, aqui, tem o mesmo sentido que fazer mira.

⁵⁵⁷ MAGALHÃES, loc. cit.

⁵⁵⁸ MAGALHÃES, op. cit., p. 154.

⁵⁵⁹ MAGALHÃES, op. cit., p. 154.

⁵⁶⁰ DAVIS, Natalie. Z. **Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna**. Trad. Mariza Corrêa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁵⁶¹ Ibidem, p. 131-133.

outras palavras, compreendo que não era um acontecimento rotineiro um soldado querer *caçar um escravo fugido* para colocá-lo em seu lugar como recruta, porém é inspirador pensar nas infinitudes de atividades que o escravo fazia, ao menos até a década de 1870, liberando o sertanejo pobre, e que, ao deixar de fazer, contribuiu para aumentar a tensão em torno das relações de trabalho dos homens pobres juridicamente livres.

De fato, desde o final do século XIX, muitas medidas administrativas e legais foram iniciadas em Goiás e no sul do Pará essencialmente para garantir um fluxo de mão-de-obra permanente para as atividades desenvolvidas na região. A proibição jurídica da escravidão é a engrenagem principal a mover este conjunto de medidas no sentido de garantir aos patrões todos os meios legais para explorar ainda mais o trabalho do sertanejo pobre. É verdade que articulado ao fim da escravidão, têm-se, desde o fim do século XIX, duas atividades econômicas em desenvolvimento: a extração da castanha-do-pará e da borracha⁵⁶². Ambas as atividades exigiam quantidade relativa de mão-de-obra, o que reforçava a necessidade do estado de empreender medidas a favor do aluguel da força de trabalho.

Com a chegada do século XX surge a expansão, ainda que em pequena escala, da pecuária no norte de Goiás, acrescida do aumento da produção de arroz nas várzeas do Araguaia, especialmente do lado do Estado de Goiás. Outras atividades que se consolidaram como base econômica na região é a já conhecida exportação de peles silvestres e couros de bois e a extração do coco da palmeira babaçu, sendo que este último produto surge no extremo-norte de Goiás e no sul do Maranhão abundantemente.

Todas estas atividades necessitavam de mão-de-obra. Uma parte dela já estava organizada sob a forma de trabalho livre desde as últimas décadas do século XIX nas atividades venatórias e extração das castanhas. Outra parte, como a extração da borracha e a produção de arroz entraram no século XX necessitando encontrar alternativas para o problema da "falta de braços" que, apesar de existirem, muitas vezes recusavam ao trabalho empregado, ou melhor, alugado.

Esta é uma questão importante, pois se, por um lado, a presença de escravos arrefecia um pouco as disputas em torno do trabalho livre entre pobres e não pobres. Por outro, nessa região, sua presença já não era significativa desde a década de 1860. Ou seja, o fim jurídico da escravidão não instituiu um problema novo, mas, articulado ao desenvolvimento das

⁵⁶²Com o aumento da demanda pela borracha desde as duas últimas décadas do século XIX houve uma *corrida* pela descoberta de novas fontes deste produto, assim a extração diversificou-se por várias plantas. Na região aqui investigada a borracha era extraída essencialmente das plantas mangabeira e maniçoba no sul do Maranhão e extremo norte de Goiás respectivamente, e da planta do caucho no sul do Pará.

atividades econômicas acima apontadas, serviu para recrudescer uma disputa já existente. De fato, a retração do número de escravos pode ser acompanhada desde o início do século XIX nesta região, atingindo seu ápice a partir da segunda metade deste século.

Em Goiás, por exemplo, durante o ano de 1804, quando a mineração ainda tinha alguma importância, a população escrava representava 39,9% do total da população, passando em 1856 para 10,1% e chegando em 1872 a 6,6%. No sul do Maranhão não parece muito diversa a situação: nas cidades de Carolina e Pastos Bons, por exemplo, a concentração de escravos desde meados do século XIX diminuiu, principalmente em função da retração econômica ocasionada pelas revoltas na região investigada, sobretudo a Balaiada. Quanto ao Pará, o sul somente começou a ser efetivamente povoado a partir das duas últimas décadas do século XIX, com a transferência de população do sul do Maranhão e norte de Goiás em função das revoltas armadas e da exploração do caucho e da castanha-do-pará, organizadas basicamente com mão-de-obra livre.

Segundo Renato Leite Marcondes, no trabalho de doutoramento *Desigualdades Regionais Brasileiras: Comércio Marítimo e Posse de Cativos na Década de 1870*,⁵⁶³ a tendência nestas três províncias era decrescente no que se refere ao número de escravos desde meados do século XIX, à exceção da região de São Luís no Maranhão. Em Boa Vista⁵⁶⁴, por exemplo, a população escrava em 1872 era de 286 pessoas. Destes, 37, 9% trabalhava na agricultura, 33,7% trabalhavam de doméstico, 8,9% trabalhavam na pecuária e 16,8% trabalhavam em ofícios diversos⁵⁶⁵, enquanto que o restante estava distribuído entre diversas atividades.

Ademais, a propriedade destes escravos não era centralizada – a média era de 4,3 escravos por proprietários, sendo estes últimos marcados como sendo 66 pessoas. Entretanto, tomando a população livre de Boa Vista, calculada em 7872 pessoas, vê-se que esta média cai para 0,03 pessoas, ou seja: nem mesmo um trabalhador cativo por habitante. Pelos padrões estatísticos, vê-se que a grande maioria da população de Boa Vista neste período não detinha

⁵⁶³MARCONDES, Renato L. **Desigualdades Regionais Brasileiras: Comércio Marítimo e Posse de Cativos na Década de 1870**. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, 2005.

⁵⁶⁴Boa Vista era a principal vila da região aqui estudada na década de 1870, localizada no extremo norte de Goiás.

⁵⁶⁵O percentual alto de trabalhadores com ofícios é um reflexo da significativa quantidade de mulheres escravas que são descritas no censo de 1872 como costureiras, embora entre as livres o número de costureiras também fosse inquietante. A questão é que não havia na região um pólo algodoeiro, apesar de todas as mulheres fiarem e coserem as roupas de sua família, um questionamento intrigante, mas que necessita de uma pesquisa específica.

escravos, o que poderia significar que o fim jurídico da escravidão não tenha representado uma preocupação maior para as relações econômicas da região.

Porém, estes dados e padrões não alcançam o trabalho e as relações de força dentro destas experiências. Nunca a retração do número de escravos poderá, por exemplo, fazer compreender o sentido para Henrique – um menino cativo –, de ter sido retirado de sua família e entregue a Vicente Bernardino, fundador de São Vicente do Araguaia, pelo pagamento de uma dívida em 1868, conforme descreve Leônidas G. Duarte em seus *Anais*⁵⁶⁶. Como também a vivência de Esperança ou de "Eufrásia, com seus três filhos, Chico Luzia, Mamédio e Satira", escravos de Padre Carvílio chegados em Carolina em 1881, não se traduz com um número. Sobremaneira, a vida de Chico Luzia – ou melhor, de Francisco, nascido cativo, vivendo do duro trabalho de vaqueiro na fazenda Santa Rosa, do mesmo Padre – chama a atenção para o conflito e a tensão acerca da inter-relação entre trabalhadores escravos, patrões e/ou proprietários e trabalhadores livres.

Conforme relata Adozinda Luso Pires, nas memórias *Meu mundo encontrado*, Francisco Luzia, em 1888 devia contar ao menos com 20 anos e sempre trabalhara na fazenda de Padre Carvílio. Com o fim jurídico da escravidão e com início da "febre da borracha", na última década do século XIX, este resolve tentar a sorte longe do cativo. Pires narra que Francisco, como vaqueiro, conseguiu "boa semente de gado", ou seja: teria conseguido na partilha anual ou bianual adquirir um pequeno rebanho, porém

Por este tempo, veio a novidade da borracha nas matas do Rio Araguaia, Altamira no Xingu e Gameleira. Foi um nunca acabar de ambição de todos à procura de riqueza e ele, Francisco, não atendeu pedidos, nem rogos e lá se foi procurar um Patrão e rumando para a exploração da borracha, brilhante esperança de futuro. Infelizmente Francisco não teve sorte.⁵⁶⁷

Conforme Pires, Francisco "adoeceu num forte impaludismo" e, não resistindo, veio a falecer⁵⁶⁸. No estilo único de Pires, para impingir ao leitor o desejo de compreender mais os acontecimentos, diz que Francisco Luzia, trabalhando na fazenda Santa Rosa como vaqueiro, "ganhou boa semente de gado" numa alusão – ainda que frágil – à sua condição privilegiada como vaqueiro do seu pai de criação, o Padre Carvílio Luso⁵⁶⁹. Por outro lado, após falar de sua morte por impaludismo nas matas de cacho, termina o curto relato sobre a vida de

⁵⁶⁶DUARTE, Leônidas G. **Anais de São Vicente**: Goiânia. J. C. Rocha Editor, 1948. 148 p.

⁵⁶⁷PIRES, A. L. **Meu mundo encontrado**. Carolina: Gráfica Olímpica, 1979. 32 p.

⁵⁶⁸Ibidem, p. 33.

⁵⁶⁹Ibidem, p. 32.

Francisco afirmando que "suas crias da fazenda Santa Rosa ficaram para sua mãe e seus irmãos"⁵⁷⁰.

Ora, Francisco pretendia explorar o caucho no sul do Pará. Nada mais pertinente do que vender seu pequeno rebanho e montar sua própria turma de trabalhadores; porém, ao contrário disso, foi procurar um patrão, deixando suas crias na fazenda de Padre Carvílio. Possivelmente este Padre, por não conseguir fazer Francisco ouvir "seus pedidos, nem rogos", para não deixar a fazenda, decidiu impedir-lhe de levar seu gado.

Entretanto, a questão de Pires não se refere somente a Francisco. Acima, ela está falando de si mesma e das relações de classe no sertão, pois ela mesma foi vítima da usurpação de seu gado e terras quando do inventário de Padre Carvílio na década de 1920. Segundo ela, recebera como dote e herança

as escrituras das terras e a fazenda Riacho Fundo, com 200 gados vacum e 6 cavalares que quando do falecimento do Cônego Padre Carvílio foi por sua madrinha Rita Luso consumida [...] causando-lhe grande prejuízo.⁵⁷¹

Em outras palavras, na lógica de Adozinda Luso Pires, ao fim e ao termo, o "nós" de suas relações articula-se às experiências dos explorados, apesar da indubitável dificuldade de sentir-se parte de algum dos lados, que claramente delimita em sua narrativa como sendo os dos ricos e dos pobres.

Retorno a Francisco Luzia. A tensão e o conflito em torno de sua transformação de trabalhador cativo em trabalhador livre são representativos de quão imbricadas eram estas relações, quando a diminuição intermitente do número de trabalhadores cativos significou, diametralmente, o aumento da tensão nas relações de dominação e exploração entre e interpopulações livres e escravas. Afinal, dentre as atividades de abastância, os escravos desempenhavam um papel central na manutenção de seus donos, ao mesmo tempo em que dentre os trabalhadores domésticos escravos, uma gama de atividades – que o termo trabalhador doméstico não atinge – também fossem exercidas. Nesse sentido as explorações extrativas, os serviços de remeiros, arrieiros e vaqueiros, especialmente por não aparecerem como profissões recenseadas em 1872, possivelmente eram trabalhos partilhados por pessoas livres e cativas.

A Guerra do Paraguai, na região aqui estudada, foi um artifício essencial na tentativa de fazer o trabalhador livre aceitar o trabalho empregado. Os sertanejos pobres que não estivessem trabalhando de alguma forma ou que não tivesse sob a sombra de um chefe

⁵⁷⁰PIRES, Adozinda L. **Meu mundo encontrado**. Carolina: Gráfica Olímpica, 1979. 33 p.

⁵⁷¹Ibidem, p. 141.

poderoso eram comumente os mais recrutados. Esta prática foi, durante as décadas de 1860 e 1870, um forte argumento contra a expectativa do sertanejo pobre de ter um patrão. Couto de Magalhães, na década de 1863, escreveu em seu relato *Viagem ao rio Araguaia* algumas decisões que considerava importantes para alavancar a navegação dos rios Araguaia e Tocantins. Por essa época, mesmo ainda sob o instituto escravo, a preocupação mais premente era com a mão-de-obra: tanto no sentido de consegui-la, quanto no sentido de discipliná-la.

Parece que a idéia de Couto de Magalhães era utilizar a isenção de recrutamento como uma premiação aos homens que se submetessem à condição de tripulante, como remeiro nos botes comerciais, durante determinado período. Assim, propunha que, para dar "incremento à indústria e ao comércio", era necessário incentivar "fáceis vias de comunicação"⁵⁷² fluvial, sendo que, para que estas medidas dessem resultado, seria necessário organizar o trabalho sob contrato de aluguel.

Ou seja, organizar e disciplinar os camaradas, convindo, ainda, "animá-los [aos camaradas] com algumas vantagens, entre outras – a isenção do recrutamento, enquanto estivessem empregados na navegação, ou desde que, abandonando-a, provassem haver dado cinco viagens redondas ao Pará"⁵⁷³. Esta era uma medida pensada e difundida pelos homens de governo, das Províncias de Goiás e também do Pará, e perpassada pelo argumento da premiação e da punição. Nesse sentido, tanto servia a Lei de Recrutamento para punir os sertanejos pobres que se recusavam a trabalhar como alugados, quanto também poderia ser o sustentáculo para a organização de uma legislação especial para os camaradas,

em virtude da qual as tripulações fica[riam] sujeitas a um regulamento semelhante ao militar, de modo que os donos dos barcos tivessem no governo, e independente do poder judiciário, sempre moroso, e portanto inútil nestes casos, quem garantisse a execução dos contratos que celebrassem com seus camaradas.⁵⁷⁴

No Pará, na década de 1860, as mesmas idéias circulavam. O Presidente do Pará, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em seu relatório à Assembléia Provincial, em 1862, propõe soluções nas quais Couto de Magalhães se inspira para construir seu plano para a navegação. Neste relatório, Brusque propõe que o militar passe a ser, nas povoações construídas às margens dos rios, um misto entre militar e roceiro o que, em certo sentido, seria a outra face do sertanejo pobre submetido à disciplina militar, visto que ambos, soldados e roceiros, estariam à mercê dos ordenamentos militares:

⁵⁷²MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974. 188 p.

⁵⁷³MAGALHÃES, loc. cit.

⁵⁷⁴MAGALHÃES, loc. cit.

Sujeito sempre às práticas da disciplina militar, acomodadas convenientemente ao fim da instituição [quando cumprisse o tempo a que estava obrigado como recruta], deve o soldado ser obrigado à cultura de uma certa e determinada área fixada pelo prudente arbítrio de seus superiores, sendo-lhe livre a escolha da cultura, a que se queira dedicar.⁵⁷⁵

A prática de utilizar o serviço militar como coação para que o trabalhador aceitasse alugar-se promoveu muitos conflitos nesta região. Conflitos estes que foram experienciados como uma disputa de poder entre e intergrupos dominantes e sertanejos pobres. Os grupos políticos locais disputavam entre si o controle dos arranjos políticos e de trabalho com o fito de atingirem ou manterem seus interesses locais, muitas vezes em choque com os interesses das oligarquias estaduais. Esta situação, por um lado, significava sempre uma maior pressão sobre os sertanejos pobres e, por outro, também a abertura de uma diversidade de possibilidades de ação, em que estes pobres buscavam defender seus próprios interesses.

Este jogo muitas vezes desagradava aos governos de Goiás, principalmente a partir da década de 1890, quando a lei não mais permitia o uso do recrutamento para obrigar o sertanejo pobre a se alugar a algum patrão e a emancipação jurídica dos cativos já havia acontecido. Na mensagem da Presidência de Goiás, dirigida à Assembléia em 1896, o presidente Francisco L. R. Jardim descreve a situação da mão-de-obra em Goiás:

Todas as classes queixam-se da falta de braços para as respectivas indústrias e serviços doméstico. A Lavoura definha [...] Os braços della deslocados pela emancipação e outras causas, não foram supridos pela imigração [...] e dahi o desaparecimento ou depauperamento do que aqui chamávamos, com impropriedade, a grande lavoura [...].⁵⁷⁶

Mas a questão principal nesta região, mesmo ainda no calor da emancipação, era a recusa do homem livre ao trabalho de camarada. Jardim, neste mesmo relatório, alerta para a necessidade de se fazer os homens livres – condenados por vagabundagem, embriaguez ou turbulência – cumprirem suas sentenças com trabalho forçado, explicitando suas razões:

Outrora, para obrigar o homem livre ao trabalho, havia o recrutamento forçado, e o receio do serviço militar o levava a procurar ocupação, locando muitos os seus serviços. Livres hoje desse espantinho, só se ajustam os que são por índole trabalhadores ou os que, urgidos pela necessidade, buscam no ajuste o meio de obter elevadas quantias por adiantamento, exigindo muitas vezes uma retribuição desproporcionada aos trabalhos prestados ao locatário.⁵⁷⁷

⁵⁷⁵BRUSQUE, F. C. A. **Relatório da Presidência da Província do Pará**. Typografia Provincial, 1862. 12 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

⁵⁷⁶JARDIM, Francisco. L. R. **Relatório Presidência do Estado de Goiás**, 1896. 13 p. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

⁵⁷⁷Ibidem, p. 13.

De qualquer forma, a tensão entre trabalhadores e patrões aumentou desde a década de 1900. Em primeiro lugar, por causa do surgimento de novas atividades econômicas na região; segundo, em função do fim jurídico da escravidão e, em terceiro lugar, mas não menos importante, porque a maioria dos patrões buscava manter as relações com homens livres nos mesmos moldes utilizados com os homens institucionalmente escravizados.

A conjugação destes três aspectos colocou o trabalhador pobre e livre certamente em maior evidência, o que, por um lado, em significativa dimensão, tornou a exploração e a dominação uma questão mais premente nas relações de trabalho, embora até mais ou menos a década de 1930 não houvesse, ainda, por parte da maioria dos fazendeiros dos Vales grandes preocupações em tornar a terra produtiva. Entretanto, isso não significa que as relações de camaradagem não tenham existido ou que tenham sido amenas nos Vales, ao contrário, as dívidas e a violência recrudesciam nas atividades que requisitava ampla mão-de-obra, como nos castanhais ou nos maniçobais.

Por outro lado, a indefinição sobre estas "novas formas" de trabalhar, ao menos até as duas primeiras décadas do século XX, beneficiou os sertanejos pobres em algumas destas disputas em função da desorganização dos grupos dominantes no que concernia às suas prioridades e interesses. Nesse sentido, a mobilidade do sertanejo pobre, não apenas entre lugares nesta região, mas principalmente entre atividades e patrões, significou, ao menos momentaneamente, um espaço de ação e reação.

O trabalhador alugado geralmente recebia pagamento pelo trabalho em produtos da lavoura, mas o que recebia quase nunca era suficiente para prover suas necessidades. Assim, com um valor irrisório, que, na década de 1900 não passava de quinze mil réis para os serviços da roça, da pecuária ou do doméstico, logo começava a tomar emprestado ao patrão. Segundo Hugo de Carvalho Ramos, o patrão "dava-lhe cinco hoje, dez amanhã, certo de que a cada mil réis que adiantava, era mais um elo acrescentado à cadeia que prenderia o jornaleiro ao seu serviço"⁵⁷⁸. Mas não eram todos os camaradas que caíam no enredo do patrão, muitos lutavam como podiam para não contraírem dívidas. Na década de 1910, Hugo de Carvalho Ramos⁵⁷⁹, no livro de novelas e contos *Tropas e Boiadas* narra sua visão dos conflitos em torno das relações de trabalho após a emancipação.

⁵⁷⁸ RAMOS, H. C. **Tropas e Boiadas**. Coleção Belamor. 8. ed. Goiânia: Editora UFG, 1998. 107 p.

⁵⁷⁹ Goiano de origem, nasceu em 1895, em uma família abastada da cidade de Goiás. Em 1910, iniciou sua intensa, porém curta atividade intelectual com a publicação, em periódicos, de artigos e contos. Sua literatura foi marcada por uma noção de sertão que ficava entre o exótico, das lendas à violência, e a clareza das relações de trabalho nestes espaços. Em 1912, mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de cursar Direito. Porém, a nostalgia em relação *aos tempos do sertão goiano* acompanhou-o pela vida,

A camaradagem era para ele o centro de toda tensão entre pobres e fazendeiros e/ou comerciantes, por isso procurou narrar as ações e reações de ambas as partes. Na novela *Gente de Gleba*, por exemplo, apresenta os camaradas Benedito e João Vaqueiro. O primeiro, um camarada que se considerava livre por não ter qualquer dívida prendendo-o ao fazendeiro e o segundo, um vaqueiro que vivia em uma queda de braço com o patrão para não se endividar. Em comum, essas personagens têm o fato de acreditar serem livres por não deverem a seus patrões. Em todo caso, mesmo em débito, havia a possibilidade de transferir-se de patrão, quando – ou se – encontrasse alguém que lhe comprasse a dívida.

Baseando-se nas memórias de seu avô e de seu pai, mas também em suas experiências e na historiografia, Carmo Bernardes expõe no romance *Perpetinha: um drama nos babaquais* (1991) as possibilidades dos sertanejos de mover-se em busca de melhores condições de viver. É na história da personagem Ascenso do Rosário Bezerra que surge um camarada nesta busca. Ascenso é conhecido como Jurupa, afinal, na região era – e ainda é – costume "toda gente atender por apelidos"⁵⁸⁰. Maranhense, acostumado à vida no sertão, vivia em Boa Vista no início do século. Sua paisagem eram as "palmas batumadas" do babaçu, de lado a lado do rio Tocantins, entremeadas aqui e acolá de ipê amarelos, cega machados roxos ou jatobazeiros, onde as esperas de veado ou de anta parecem já nasciam com as próprias árvores.

Jurupa costumava caçar durante muitos dias e muitas noites. Procurava antes uma boa espera e, munido de uma espingarda, provavelmente ainda do tempo da Balaiada, e do restilo⁵⁸¹ de cana de açúcar, passava horas em busca de uma boa pele ou de carne. Mas esta não era sua única atividade. Como a maioria dos sertanejos pobres, vivia banzando de um lugar, patrão ou atividade para outra. Na cena inicial deste romance, Jurupa conhece Armantino, personagem principal de *Perpetinha*, trabalhando de bombeiro na embarcação em que este último viajava como passageiro.

Bombeiro, na verdade, foi o nome que Armantino, forasteiro na região, deu aos homens que tinham a função de retirar água do fundo da embarcação, que insistia em alagar por causa da uma vedação insuficiente. Mas não era este o nome que o narrador onisciente do romance, conhecedor dos hábitos do sertão e dos sertanejos, dava ao trabalho de Jurupa. Para

influenciando definitivamente a escrita de seu único livro *Tropas e Boiadas*, publicado em primeira edição no ano de 1917. Cometeu suicídio em 1921.

⁵⁸⁰BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 26 p.

⁵⁸¹Cachaça fabricada em engenho rústico, forte e com alto teor alcoólico.

ele, como para as pessoas do lugar, este camarada era um porco d'água – em outras palavras, era um ajudante da embarcação "no serviço duro de esgotar [...] o barco"⁵⁸².

Jurupa imediatamente "faz cara de camaradeiro"⁵⁸³ para Armantino, este em um lugar estranho, não rejeitou a aproximação, mesmo reconhecendo que o interesse do camarada era muito mais "em ganhar um golinho de cachaça que [Armantino] chupa o dia todo, pelo gargalo da garrafa"⁵⁸⁴. Armantino está correto acerca dos interesses de Jurupa, pois o álcool não é apenas um vício é um costume consolidado na vida do sertanejo-pobre, com toda a carga de experiência que o que é costumeiro trás. Porém, seus interesses iam além.

A vida do embarcadinho não era fácil, fosse do remeiro, fosse do ajudante da tripulação. Além dos longos dias distante do contato de outros viventes, pois "o mundo de um barco navegado era muito estreito", havia também – talvez principalmente – o "patrão [que buscava] esfolar o pessoal de bordo"⁵⁸⁵. De qualquer forma, Jurupa e Armantino travaram contato: o camarada mostrava ao forasteiro, um aficcionado em caçadas, os seus melhores pontos de espera, enquanto Armantino dividia com Jurupa, durante os longos dias isolados do mundo, seu precioso anestésico: a cachaça. Ao fim da viagem, certamente não eram amigos, mas Armantino reconhecia a aproximação ao afirmar, sobre si mesmo, que "criatura desligadona, liberal ao ponto de dividir com os porcos-da-água, laia mais miserável da tripulação, os biscoitos, as bebidas, e mais esbanjaria se mais houvesse a esbanjar"⁵⁸⁶.

Entretanto, no porto de Boa Vista, ponto final da viagem, Jurupa aparece. Ele vinha "se oferecer para ajudar", estava deixando seu antigo patrão, "seo-Lima", o dono do batelão, e desejava *alugar-se* para Armantino. De fato, precisava de alguém que conhecesse a região, mas tinha medo das conseqüências. Enfim, não resiste:

Não tou tomando empregado de ninguém não. Depois esse homem vem tirar satisfação comigo, e eu vou arrumar encrenca logo no dia que chego? Essa não, companheiro! [...] foram ajustar as contas, Jurupa não tinha nada a receber. Pegou o ordenado todo adiantado – danou-se. Trolado⁵⁸⁷ de tudo, fazia força para não cambalear.⁵⁸⁸

As personagens Jurupa, Benedito ou João Vaqueiro aqui se encontram por meio de uma circunstância central: todos eles evitavam dever ao patrão o que não dificultaria uma improvável, mas esperada, transferência. Não é difícil imaginar que provavelmente nenhum

⁵⁸²BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991, p. 18

⁵⁸³Significa que tentou ser simpático.

⁵⁸⁴BERNARDES, op. cit. p. 28.

⁵⁸⁵BERNARDES, loc. cit.

⁵⁸⁶BERNARDES, loc. cit.

⁵⁸⁷Trolado significa bêbedo.

⁵⁸⁸BERNARDES, op. cit. p. 51.

deles teria o que receber quando resolvessem deixar seu patrão, mas o esforço de não construir dívida era uma estratégia, nem sempre bem sucedida diga-se, eficaz. Para Jurupa certamente o foi: abria-se para ele a possibilidade de encontrar outro patrão, se melhor ou pior ainda o saberia, mas escolhera arriscar-se em direção ao novo. Para Armantino:

Mesmo aquele peão tendo apresentado meio truviscado na cachaça, ele chegou em boa hora. Vinha se oferecer para ajudar, e dizia que não pretendia embarcar mais nunca. Gostava de labutar e[ra] na terra firme. Toda a dúvida é que seu tipo mal encarado assombrava, não fazia cara de negócio. Era uma espécie de burro vermelho estrelo, que não amansa. Acostuma mas amansar, mesmo, não amansa.⁵⁸⁹

Jurupa é uma personagem construída com uma intenção básica: dar conta, no romance, das tarefas mais difíceis, mais duras e mais extenuantes, atividades que Bernardes sabe os personagens centrais, ricos e/ou forasteiros, não conseguiriam ou queriam realizar. Em outras palavras, no romance, a matéria narrada - sucessão e transformação de fatos, vivências e situações - precisa construir um universo representável, ou seja, precisa ser preenchida de materialidade e Jurupa faz parte do núcleo de personagens secundárias que dão suporte ao desenrolar da ação e das relações entre as personagens centrais, no caso o herói-problema Armantino.

Eis a busca de um efeito de verossimilhança no romance de Bernardes. Jurupa era o sertanejo pobre, pau para toda obra, que re-presentava no romance a rede de segurança de Armantino. Nesse sentido Jurupa, mesmo fazendo parte do conjunto de personagens secundárias, é construído com as características materiais do mundo e das pessoas que Bernardes quer ver representado. No caso, para Jurupa foi construído um mundo físico permeado de sentidos vivos: "tinha a pele curtida de sol, era jovem, não passava dos trinta anos, sinal de que se desencubiria de muitas atividades penosas para Armantino"⁵⁹⁰.

Suas habilidades, como de muitos outros camaradas, estes reais, eram essenciais à vida no sertão. Mas principalmente era a pluralidade de Jurupa, aqui como um depositário das características dos sertanejos pobres reais, onde a especialização era algo que não restringia seu mundo, que fazia a diferença. Jurupa era assim, servia de criado para Armantino, "fazia beiju de massa, assava carne, cuidava do café da manhã"⁵⁹¹, mas também era um artífice:

⁵⁸⁹BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 52 p.

⁵⁹⁰Ibidem, p. 26.

⁵⁹¹Ibidem, p. 125

A indústria de Ascenso [Jurupa] chegou na hora. Ele é maranhense, sabe fazer toda coisa do buritizeiro. Trabalha bem tanto na palha e na seda, em como nos braços de buriti. Faz cestos [...] tapitis, carroça de vedar chuva, coberturas de casas [...] é dono de fazer todos esses troços. Arrumou braços de buriti e atamancou uma cama de jirau. Armantino passou a dormir nela, se livrou do "ninho de xexéu"^{592,593}

No conjunto, não apenas a habilidade de Jurupa para fabricar objetos do buritizeiro *chegou na hora* para Armantino. Sua existência, ou melhor, sua presença na vida de Armantino, para o enredo do romance, foi providencial. Nesta direção específica, a providencialidade de Jurupa foi bem descrita por Dona Emerenciana, personagem da elite e uma "das donas do lugar", ao dizer que o camarada "era perigoso, [mas] tinha a vantagem de ser leal, obediente, e não enjeitar serviço"⁵⁹⁴. O fato de não enjeitar trabalho é parte do universo que se quer representado no enredo, porém sua construção passa pelo ordenamento do real representável.

Ou seja, os significados que Bernardes pretende no enredo necessita de uma relação com as práticas sociais vividas porque sua proposta é aproximar sua construção ficcional da realidade. Assim, a variedade de tarefas realizada por Jurupa, que, além, de fazer serviços domésticos, como apresentado acima, também servia de vaqueiro, pois Armantino havia comprado um sítio e tinha umas "vaquinhas parideiras [com] Ascenso zelando pra ele"⁵⁹⁵, tem na narrativa um valor mimético, ou seja, guarda certa contigüidade com o real.

Entretanto, o princípio de realidade nesta história de Bernardes "realiza-se (mais do que em qualquer das tarefas realizadas por Jurupa) especialmente na figuração metafórica de tranquilidade que Armantino, na condição de forasteiro "em terras alheias", encontrou tão cedo em "já [ter] arranjado o seu capanga particular, feliz na escolha, porque com aquele no contrapé ele podia se considerar seguro"⁵⁹⁶. O capanga, Jurupa, pode não ser real, porém a sensação de segurança articula-se ao real empírico, "des-realizado na ficção e re-realizado numa proximidade com o universo representável da realidade "⁵⁹⁷.

Trata-se aqui de um romance, ou seja, trata-se ficção. Jurupa, apesar de amalgamar muitas características dos sertanejos pobres, não é real, porém as experiências que Bernardes lhe atribui são. Em 1917, Hugo de Carvalho Ramos publica em *Tropas e Boiadas* (1917)

⁵⁹² Ninho de xexéu é o mesmo que rede para dormir.

⁵⁹³ BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 115-116 p.

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 159.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 186

⁵⁹⁶ Ibidem, p. 26.

⁵⁹⁷ BARTHES, Roland. **O Grau Zero da Escrita**: seguido de novos ensaios críticos. 2. ed. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 74 p.

trecho de uma carta⁵⁹⁸, escrita em 1915, endereçada ao seu primo que vivia no sertão goiano e de onde é também originário. Nesta carta, divide com seu parente toda a nostalgia que sente do tempo em que passava as férias na fazenda Chapada, mas, sobretudo, relembra as histórias do caseiro da fazenda: o Casemiro.

Em 1910 Casemiro era octogenário, mas ainda trazia "o braço mais rijo e feroz dos eitos da roça três léguas derredor"⁵⁹⁹. Porém, suas habilidades e tarefas tinham sido muitas. Sempre trabalhara para o Capitão José Manuel, tio avô de Ramos, em princípio no presídio de Santa Maria às margens do Rio Araguaia no extremo norte de Goiás, ainda em meados do século XIX, depois se transferira para as margens do Araguaia na região de Santa Leopoldina, também em Goiás.

Nos tempos de Santa Maria, trabalhou como cabo ordenança e vaqueiro particular do Capitão. Porém, esta é uma descrição por demais vaga. Ramos vem iluminar dizendo que Casemiro era caçador e era pescador, além de campear as reses do capitão nos campos de Santa Maria. Mas era, sobretudo, leal, como também o era o Jurupa, construído por Bernardes. Ramos relembra a vida de Casemiro nos tempos em que aquele presídio foi atacado pela colerina, uma diarréia grave e muitas vezes mortal, talvez na década de 1870 quando outras fontes também referem a esta epidemia. Casemiro

relatava [...] entre sério e jocoso, como a colerina alastrara súbito no presídio [Santa Maria], afrontando do último recruta ao comandante; de como faltaram então todos os recursos e mantimentos naqueles fundões. Só a ele [Casemiro] poupava, a danada! Ia para o fundo do quintal, o pau-de-fogo⁶⁰⁰ aperrado, entre os bamburrais, assuntando. Tucanos, quebrando talas, granizavam saltitantes nas embaúbas. – Pum! Pum! Botava um, botava dois, três abaixo; e era essa a canja que, com milho pilado, servia ao pé do leito aos patrões devorados de febre.⁶⁰¹

A lealdade do camarada é, neste trecho, testada até o último grau: os patrões ardendo em febre, Casemiro sai para caçar o único alimento possível – no caso o tucano – para alimentá-los, quando poderia estar distante, pois mesmo a guarnição da vila encontrava-se doente. Uma possibilidade é que, como muitos camaradas, ele jamais tenha tido a expectativa de encontrar outro patrão que não o de uma vida inteira e, por isso, não aproveitara para fugir enquanto todos estavam doentes. Por outro lado, não se pode desconsiderar que, para muitos camaradas, a lealdade era seu maior valor. De qualquer forma, Casemiro, para os patrões, era

⁵⁹⁸RAMOS, H. C. Nostalgias (Trecho de carta escrita em 1915 na cidade do Rio de Janeiro). In: RAMOS, H. C. **Tropas e Boiadas**. Coleção Belamor. 8. ed. Goiânia: Editora UFG, 1998. 21-28 p.

⁵⁹⁹Ibidem, p. 24.

⁶⁰⁰Pau de fogo na região é o mesmo que arma de fogo, espingarda ou bacamarte.

⁶⁰¹RAMOS, op. cit., p. 24

também providencial: caçador, vaqueiro, doméstico, cozinheira e ainda protegia-os. Mesmo que, em seu entardecer, tenha se tornado um peão do eito, braço forte na roça, Casemiro

em seu tempo de moço [...] tempos brabos [...] de combates e matanças [protegera seus patrões] contra os índios canoeiros, caiapós e xavantes durante o “ataque do fortim de Santa Maria [quando] ele, ajoelhado à soleira do rancho, a velha espingarda reíuna e respectiva munição ao lado, mordendo impassível o cartucho, fizera frente a toda uma tribo encarniçada de guerreiros, fuzilando-a à queima roupa e dando assim tempo à guarnição de tocar a rebate e acudir em defesa.”⁶⁰²

Parece que a idéia de Bernardes, ao construir Jurupa, não é dar visibilidade à personagem – afinal este somente aparece à sombra de Armantino: "onde este tira o pé, Ascenso coloca". Assim, não parece haver, em um primeiro momento, muita diferença entre o que Bernardes narra de Jurupa e as lembranças sobre Casemiro, o vaqueiro/jagunço, no trecho da carta de Ramos. Ambos eram homens que estavam a serviço de alguém, apenas isto. Nas narrativas – especialmente nas memórias – sobre os sertanejos pobres é quase sempre assim que os homens alugados aparecem. Frei Audrin, por exemplo, na biografia de frei Domingos Carrerot, narra as viagens dos frades dominicanos pelos sertões dos Vales durante mais de trinta anos, porém é significativa a forma como procura esmaecer, em sua escrita, a presença e a ação dos camaradas nestas viagens.

Nestas, especialmente para desobrigas, costumava frei Carrerot arriscar-se em situações perigosas e por lugares insalubres, narrando Audrin muitas e muitas destas vivências. Sobretudo ao narrar as longas viagens realizadas por frei Carrerot, Audrin alenta a idéia de ser aquele um destemido e solitário viajante, apresentando-o como um guia experimentado. Assim, quando frei Domingos conduziu frei Hilário Tapir⁶⁰³ pelo sertão - enfrentando caminhos difíceis, feras selvagens e chuvas torrenciais - não apareceu na narrativa de Audrin nenhum camarada. E mesmo quando era certa sua participação nas viagens Audrin pouco dizia destes sujeitos, apesar do título de seu livro, *Entre Índios e Sertanejos do Norte*, muito instigar⁶⁰⁴.

Assim, em outra ocasião, no ano de 1913, Dom Domingos Carrerot, neste momento já alçado à Prelazia de Conceição do Araguaia, empreendia uma viagem desta cidade até Porto Nacional, norte de Goiás, por trilhas que nesta época recebiam o nome de estradas, onde florestas, baixões pantanosos e tabocais imensos testavam a resistência dos homens. Audrin novamente expõe um viajante solitário, apenas que desta feita o próprio Audrin "teve o prazer

⁶⁰²RAMOS, H. C. Nostalgias (Trecho de carta escrita em 1915 na cidade do Rio de Janeiro) In: RAMOS, Hugo C **Tropas e Boiadas**. Coleção Belamor. 8. ed. Goiânia: Editora UFG, 1998. 24 p.

⁶⁰³ Frei dominicano de Toulouse, França, que esteve no Brasil em 1911.

⁶⁰⁴AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947. 96-97 p.

e a honra de ser o companheiro" de Dom Domingos Carrerot⁶⁰⁵. Igualmente, todas as dificuldades da viagem parecem terem sido vividas e resolvidas somente pelos dois padres:

Prosseguimos na viagem durante longos dias, somente à tardinha de 19 de setembro [...] pudemos avistar o Rio Tocantins [...] À noite caiu terrível chuva e nossa barraca ficou inundada. Deixamos a rede tiritando de frio; torcemos o pano do toldo todo ensopado, em falta de lenha enxuta procuramos algumas 'canelas d'ema' combustível precioso que nos permitiu acender um fogo suficiente para aquecer água e 'passar um cafésinho' bem ralo.⁶⁰⁶

Somente à entrada da cidade de Porto Nacional é possível re-conhecer que havia outras pessoas na viagem – provavelmente camaradas –, pois neste momento Audrin relata que "a uns oito quilômetros da cidade, apea[ram] junto a um riacho, e num instante o sol abrazador das onze horas enxugou tudo e puderam assim fazer um pouco de 'toilete' [...] e seguir, deixando atrás a *comitiva* [...]"⁶⁰⁷. Em outras palavras, Audrin considerou necessário consignar a existência de uma *comitiva* apenas quando não havia mais necessidade dela. Sua percepção fica mais evidente quando finalmente faz referência a um evento em que Dom Carrerot inevitavelmente precisou de camaradas.

De fato, em junho de 1919, Dom Carrerot empreendeu uma grande desobriga, estando, conforme Audrin, sem a companhia de nenhum irmão de hábito. Nesta viagem, após alguns dias, as febres da região atacaram-no e ele teve que se deixar transportar em uma rede até a casa do velho Alexandre, um de seus hospedeiros. Ora, seu transporte foi realizado por homens que o acompanhavam e, se não era nenhum missionário, eram certamente seus camaradas. Mas não é esta a interpretação que Audrin oferece dos acontecimentos, para ele a causa de Dom Carrerot encontrar-se, naquela ocasião, com a saúde debilitada era o fato de estar sozinho e estar sozinho era, em sua compreensão, estar "sem o auxílio de ao menos um missionário":

Sabemos já como era imprevidente, ou antes, indiferente em assunto de cuidados corporais, desde seus primeiros anos de apostolado. Quando andava sozinho, muito mal se alimentava, e muitas vezes fora de hora; o que devia fatalmente enfraquecê-lo, e permitir à febre voltar e aniquilá-lo em pouco tempo.⁶⁰⁸

Frei Audrin, acima, enuncia que Dom Carrerot somente estaria acompanhado se estivesse com seus irmãos de hábito e que, por outro lado, caso estivesse apenas com

⁶⁰⁵AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947. 123 p.

⁶⁰⁶AUDRIN, loc. cit.

⁶⁰⁷AUDRIN, loc. cit.

⁶⁰⁸Ibidem, p. 162.

camaradas, mesmo que estes fossem sua comitiva, estaria sozinho. Narrando outra viagem de Dom Carrerot, esclarece plenamente sua compreensão ao afirmar que: "sozinho, com dois camaradas, [Dom Carrerot] toma novamente o rumo de Conceição do Araguaia, onde a Providência lhe reserva tão altos destinos"⁶⁰⁹. Porém, é provável que antes de lhe reservar destinos, a providência divina tenha lhe reservado camaradas, pois, sem eles, seu destino talvez não tivesse se cumprido.

Em *Entre Sertanejos e Índios do Norte* é difícil recompor algo do que tenha sido a vida dos camaradas, a não ser de forma fugidia. Compreendo que não interessava a Audrin consignar em sua narrativa qual a relação entre Dom Domingos Carrerot e os homens que lhe acompanhavam durante as viagens. Neste aspecto, Bernardes não se diferencia de Audrin, pois não pretendia construir uma vida para Jurupa, mas a constrói para encenar as vivências e as experiências nos Vales. No caso de Perpetinha, Bernardes não recorre, como o faz Audrin ao isolar Dom Carrerot de suas relações com os camaradas, ao fechamento da vida das personagens, pois elas só existem como possibilidade a partir da construção destas inter-relações.

No caso de Bernardes, o enredo de *Perpetinha* pede que apareçam sertanejos pobres, pois é no sertão que se desenrola a trama, mas Jurupa, como outros também, não podem aparecer ou desaparecer do nada é preciso que ele surja de algum lugar: é aqui que se processa o interesse para nós historiadores porque a realidade, para além do real do romance, se faz presente nas formas pelas quais se dá o encontro entre Armantino e Jurupa. A aproximação, as caçadas, e finalmente a troca de patrão, que no horizonte de possibilidades de Jurupa era um interesse permanente, eram para os sujeitos reais de que trata esta investigação uma dimensão nas disputas pela vida, pois

quaisquer que sejam as escolas em nome da quais se declara, é absolutamente, categoricamente realista: ela é realidade, isto é, o próprio fulgor do real. Entretanto, e nisso verdadeiramente enciclopédica, a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dar um lugar indireto, e esse indireto é importante.⁶¹⁰

Acompanhando a perspectiva acima, o indireto das estratégias e da vida de Jurupa se faz precioso por aparecer como uma forma de luta, ou seja, real e social se apresentam na tessitura de Bernardes à sua revelia, ou não. As estratégias de Jurupa retiraram-lhe de uma condição desfavorável, realizando um trabalho do qual não gostava e a serviço de um patrão ruim, para uma situação nova e melhor, pois

⁶⁰⁹AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947. 76 p.

⁶¹⁰BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução Leyla Perrone-Moisés. 13. ed. São Paulo: Cultrix. 2007. 18 p.

ficou combinado dele receber uma importância toda semana. Bom. Ao menos assim ele ia ter com que mandar medir uma dose de pinga, nas vendas, e não fazer feio perante os companheiros. Nos fins de mês, ele entrava no pagamento do ordenado, sem desconto do que recebia semanalmente.⁶¹¹

Para Jurupa, as vantagens tinham sido várias, mas há especialmente um aspecto que parece se sobressair sobre os demais: a possibilidade de trabalhar para um patrão que não lhe censurava as práticas, ao contrário. Armantino pagava semanalmente a Jurupa determinado valor com o qual este não “fazia feio” nas rodas de cachaça. Ao mesmo tempo patrão e camarada partilhavam a caçada costumeira, o que era incomum se lembrarmos a dificuldade que o camarada empregado nos castanhais tinha para conseguir tempo para qualquer atividade, inclusive, para as artes venatórias. Mas não era, de fato, o arrefecimento da exploração que atraiu Jurupa, claro que não!

A exploração não era tão menor que a de outros camaradas. Ainda realizava muitas atividades concomitantes, e devia estar sempre pronto a servir com lealdade a Armantino. Jurupa também não tinha dia fixo de descanso e, especialmente, não podia procurar outro patrão sem a permissão do atual. Todavia, alguns de seus valores eram respeitados – como o uso costumeiro da cachaça e as artes cinegéticas, o que lhe dava ao menos a sensação de que alienar seu tempo não lhe tolhia totalmente de uma vida mais ou menos integrada.

Entretanto, muitos outros camaradas não viam em suas vidas horizontes como o que tivera o camarada representado por Bernardes. De fato, diversas medidas vinham sendo tomadas, mesmo antes do fim jurídico da escravidão para possibilitar um maior controle sobre o trabalhador livre. Desde a lei do serviço militar até o decreto n. 2827 de 1879, que previa descontos de mais de 80% nos salários e a celebração de contratos com prazos de 10 anos ou mais sem a possibilidade de revogação por parte do trabalhador, os procedimentos de controle e organização sofisticavam-se.

Entretanto, foi a instituição da Lei de Camaradagem de 1892 que preparou os patrões para reforçar, a partir da segunda década do século XX, muitas das medidas de controle e restrição sobre os trabalhadores desta região. Nessa lei, estavam registradas muitas práticas costumeiras das relações de trabalho em Goiás, Pará e Maranhão: obrigava-se o camarada a dormir na casa do patrão ou no local do serviço; impedia-lhe de sair sem autorização prévia e, caso devesse algo ao patrão, era obrigado a trabalhar para este até que pagasse a dívida, demorasse o tempo que demorasse. Mas havia também inovações na Lei de 1892: o Código

⁶¹¹ BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: UFG, 1991. 59 p.

Penal e Civil passou a ser usado como forma de pressionar o trabalhador. De fato, por meio destes instrumentos legais os camaradas podiam ser processados civilmente em caso de descumprimento das cláusulas previstas nos contratos de aluguel, mas, principalmente, era o alcance criminal que exercia maior coerção sobre eles.

Nestas circunstâncias, a prisão certamente era um dos maiores medos do trabalhador. Os camaradas estavam sujeitos, conforme o artigo 44 desta Lei, à pena de 10 a 20 dias de prisão em caso de "1º- O locador [camarada] que se ausentar sem motivo; 2º- O que, permanecendo no estabelecimento, não quizer trabalhar"⁶¹². Não obstante, não era o objetivo dos patrões manterem seus camaradas na prisão, mas utilizar a prisão como uma ameaça e, ao mesmo tempo, com uma punição eventual aos que descumprissem seus contratos. Portanto, havia fortes indicações de que a prisão era mais uma forma de pressão e menos uma costumeira punição, o fato de constar nesta mesma lei, em sequência ao art. 44, os seguintes artigos esclarece melhor este argumento:

Art. 45. Cumprida a pena, o locador será obrigado a voltar ao serviço, e se reincidir na falta que cometeu, ser-lhe-há imposta a prisão pelo dobro do tempo da primeira.
Art. 46- Não terá logar a prisão, ou, estando já preso, será posto em liberdade: 1º- Si o locatário [patrão] lhe conceder perdão; 2º- Si pagar o seu débito, compreendidos nelle os serviços pelo tempo que reste do contracto; 3º- Si offerecer fiador a contento do locatário.⁶¹³

A prisão certamente era uma medida extremada, principalmente porque as relações de compadrio e apadrinhagem, sobretudo a partir do início do século, não contribuíam para a aplicação destas soluções, porém não era incomum especialmente quando a necessidade de mão-de-obra se fazia presente. Em 1916, por exemplo, no relato *Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás*, escrito pelos médicos sanitaristas Artur Neiva e Belizário Pena, há uma das perspectivas acerca dos modos pelos quais o trabalho era disputado por camaradas e patrões.

A origem deste relato foi uma viagem realizada em 1912 por estes médicos, a serviço do Instituto Maginhos, cujo objetivo era estudar as condições sanitárias das zonas referidas no título da obra. Porém, falar de sanitarismo no Brasil a partir do final do século XIX é falar de necessidade de mão-de-obra, de trabalhador estrangeiro, de exploração e, conseqüentemente, de exclusão do trabalhador nacional nas zonas centro-sul do país. De fato, na agenda nacional o principal ponto era conseguir que trabalhadores estrangeiros viessem ao Brasil.

⁶¹²O GOYAZ apud SILVA, A. L. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cànone, 2001. 59 p.

⁶¹³Ibidem, p. 60

No entanto, um entrave comum à vinda desta mão-de-obra era a situação de insalubridade do Brasil, pois muitas doenças, sobretudo a febre amarela, atacavam principalmente os estrangeiros recém-chegados. É nestas condições que surge Manguinhos, espécie de laboratório de pesquisa, centro profilático e ao mesmo tempo fabricante de vacinas. Assim, quando a presidência deste Instituto passou para Oswaldo Cruz iniciou-se uma fase de inúmeras tentativas profiláticas, tanto quanto há uma procura por parte do estado brasileiro em desenvolver medidas de saneamento.

As viagens científicas para recolher amostras de doenças, bactérias, insetos também adquirem importância. No ano de 1904, Artur Neiva se junta ao Instituto de Oswaldo Cruz como auxiliar no serviço de profilaxia da febre amarela. Seus biógrafos o descrevem como um homem erudito, com conhecimentos especializados na área de medicina, além de um profundo amor à pesquisa. De fato, a escrita do relato de viagem em questão está permeada pela visão do pesquisador, um misto de conhecimento técnico em medicina, zoologia e parasitologia, acrescida de uma forte tendência etnográfica.

A parte que interessa aqui é seu olhar etnográfico, ou seja, sua descrição do que compreende serem as características dos sertanejos pobres, sobretudo as observações sobre norte de Goiás. Sua concepção mais geral é que a pobreza da maioria das pessoas era ocasionada pela indolência, afirmando que no povoado do Veríssimo, no norte de Goiás, "o tipo comum de habitante [...] não era de saúde. Homens de estatura média, ou abaixo da média, franzinos e pálidos. População indolente. Ausência de plantações de legumes e verduras nos quintaes e raras as árvores frutíferas"⁶¹⁴. Para Neiva a população pobre não tinha iniciativa para o trabalho e esta era uma das razões para a doença e a fome. Por outro lado, não deixava de descrever como eram tratados os sertanejos na região, detendo-se principalmente em relatar como era a vida dos camaradas maniçobeiros⁶¹⁵:

Passamos por alguns ranchos de maniçobeiros, com os quais conversámos, ouvindo-lhes a historia de sua escravisação. Contratados por um patrão, seguem para o maniçobal, onde os generos alimentícios lhes são debitados por preço de 100 a 200% maiores do que os preços das feiras. Dentro de pouco tempo, o salário não cobre as despesas, tornando-se eles devedores do patrão [...].⁶¹⁶

⁶¹⁴NEIVA, Artur; PENA, Belisário, **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999. 212 p.

⁶¹⁵Pessoas que trabalhavam na extração de látex/borracha do arbusto denominado popularmente de maniçoba.

⁶¹⁶NEIVA, Artur; PENA, Belisário, op. cit., p. 196.

A exploração dos camaradas, de fato, desde as primeiras décadas do século XX, torna-se mais ampla. A Lei de Camaradagem, criada em 1892, passa a ser aplicada com mais rigor, tornando mais fortes não apenas a exploração, mas também a resistência. Conforme esta lei, o sustento alimentar do camarada poderia ou não ser de responsabilidade do patrão, porém o habitual era que o trabalhador tivesse sua alimentação controlada pelo seu "empregador". Nestas circunstâncias, quando um camarada estava alugado para um patrão, este lhe fornecia os mantimentos e anotava, na maioria das vezes, um valor bem maior do que o devido, inviabilizando que, ao final do mês, o trabalhador tivesse algum saldo de salário a receber. Esta era uma prática generalizada.

Em 1935, Júlio Paternostro, ao percorrer o sul do Estado do Pará, descreve situação similar em relação aos camaradas que trabalhavam na coleta da castanha-do-pará. Segundo ele, as atividades dos sertanejos pobres na região eram controladas por um patrão que lhes *alugava* a mão-de-obra durante o período das chuvas, época em que as castanhas amadureciam e caíam das árvores castanheiras. Este era um modo de vida que envolvia muitas vezes toda a família dos camaradas alugados. Estes costumavam acordar ainda de madrugada para iniciar o trabalho: percorriam as castanheiras, descalços e de calças curtas, em busca dos ouriços; juntava-os em montes e quebrava-os para coletar as castanhas, que, em média, eram doze em cada ouriço. Paternostro, ao chegar à vila de São João do Araguaia, também no Pará, descreve o que viu:

O apanhador de castanhas atravessa riachos a pé, ou, de canoa, quando mais profundos [...] penetra nas matas quase desprotegido [...] Muitas vezes seguem-no a mulher e os filhos, que o auxiliam na faina. [...]. O trabalho consiste em catar os ouriços, recolhe[-los] a um cesto chamado "panero" [...] cuja capacidade é de cem litros, pesando quando cheios aproximadamente 60 kg. [...] O apanhador leva-os às costas seguro por duas alças [...] do castanheiro êle o conduz[ia] até as "bordas do castanhal" denominadas "pontas".⁶¹⁷

O trabalho extenuante em poucos anos levava o camarada à invalidez, pois as longas marchas forçadas, com mais de sessenta quilos às costas, costumavam "arquear a coluna vertebral de muitos dêles"⁶¹⁸. Também Paternostro relata sobre "alguns homens e rapazes com essa 'cifose profissional' que, para colher de 1 a 2 hectolitros de castanhas, precisavam trabalhar 10 horas por dia". Porém, quando estas pessoas além das condições extremas de

⁶¹⁷PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945. 83-84 p.

⁶¹⁸Ibidem, p. 84.

exploração eram impedidas de sair da mata de castanhal surgia mais uma agravante à sua condição: a dominação.

Nessas situações, o camarada alugado era enviado ao centro da mata e mantido isolado até o fim da safra. O isolamento era garantido pela presença de um vigia que era pago pelo *dono do castanhal* para combater os ataques de índios aos camaradas e, ao mesmo tempo, impedir que estes saíssem do interior das matas. O apanhador de castanha ou camarada, neste caso, nunca tinha permissão para dirigir-se até a vila onde suas castanhas eram comercializadas, sendo sua marcha restrita ao local onde a canoa ficava esperando para recolher as castanhas – *as pontas* –, e levá-las às vilas onde seriam negociadas com comerciantes de Belém.

Estas "pontas" eram os lugares de contato dos apanhadores de castanha com o "mundo": ali eram carregadas as castanhas e era descarregado o sal, bem como algumas outras mercadorias de primeira necessidade, que era levado pelas picadas ao centro da mata, onde aqueles apanhadores habitavam por cinco meses. Foi assim, no ano de 1935, que Paternostro encontrou a região de Marabá:

Durante a safra da castanha, os habitantes da mata não vão ao povoado para comerciar ou tomar parte em funções religiosas e festivas [...] Os arrendatários e "aviadores" (nome que se dá aos comerciantes do Baixo Tocantins) utilizaram-se dos meios de transportes modernos⁶¹⁹ para "isolar" na mata, os apanhadores de castanha. [Aos arrendatários] não interessava o progresso da região da qual se serviam com fim exclusivo de obter lucros.⁶²⁰

A razão mais aparente para que os patrões não permitissem que os apanhadores de castanhas se afastassem das matas de castanhais era impedir que estes fugissem lhes devendo. Porém, existia outra razão, e esta definia muito das práticas de dominação que sofriam os sertanejos pobres: sob o pretexto de que os apanhadores de castanhas que tinham dívidas com seus patrões podiam empreender fugas indo às vilas, pretendiam, na verdade, impedir que os trabalhadores vendessem sua produção de castanhas-do-pará livremente. A questão era o controle da produção de castanhas.

Em outras palavras, a dívida do trabalhador servia para explorar não apenas sua força de trabalho, mas, restringindo sua locomoção, para controlar todo o circuito da castanha, o que significava dominar as possibilidades de autonomia do camarada. De fato, quando o

⁶¹⁹Nesta época, 1935, meios de transportes modernos na região eram as grandes embarcações movidas a vapor, que carregava toda a castanha reunida em determinado local.

⁶²⁰PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945. 80-81 p.

apanhador de castanhas podia, em tempos idos, levar "em barcos a remo [...] os produtos silvestres para vendê-los nos povoados"⁶²¹, havia uma quebra no circuito de produção e comercialização das castanhas, pois o preço do produto e também das mercadorias que comprava deixava de ser compulsório em função da especulação ocasionada pela descentralização da comercialização. Em outras palavras, não sendo o preço da castanha fixado pelo comerciante, o camarada tinha uma margem maior de negociação das mercadorias que necessitava, pois podia, conforme as circunstâncias da comercialização, conseguir um preço melhor pelas castanhas ou melhores condições na compra das mercadorias que precisava comprar.

A narrativa de Paternostro acerca da vida dos sertanejos pobres na região dos castanhais do sul do Pará esclarece muito das experiências de exploração vivenciadas por estes sujeitos na região aqui investigada. Entretanto, no que se refere às práticas coercitivas, sua narrativa é mais lacunar. Por outro lado, duas décadas antes transparece no trabalho de Artur Neiva e Belisário Pena o relato de como a coerção, a dominação e a resistência eram vividas pelos trabalhadores nos Vales.

Neiva, ao contar como era a vida dos camaradas que trabalhavam extraindo látex nas fazendas de maniçobais diz da exploração dos homens, quando se tornavam reféns de dívidas majoradas dia a dia por seus patrões. Na região por ele percorrida, como nas demais regiões aqui investigadas, a forma habitual de exploração e dominação dos trabalhadores era a dívida. Os patrões forneciam gêneros alimentícios aos camaradas por preços inomináveis, sem que estes tivessem o direito de adquiri-los onde quisessem, descontando-lhes estes valores do serviço prestado ou da produção conseguida. Em algum tempo, essas pessoas tornavam-se cativas dos patrões. Neiva apresenta duas formas específicas de como a dívida era utilizada pelo patrão para controlar o camarada:

Por mais diligente que seja o maniçobeiro, em pouco tempo, é devedor do barraquista⁶²² e desde então, fica-lhe escravizado até que, por acaso, consiga saldar a dívida, ou que outro barraquista ou alguém o *compre*,⁶²³ saldando a dívida. Outro sistema de escravização: rapazes pobres de 12 a 16 anos são atraídos por fazendeiros, barraquistas ou tropeiros com promessas falazes [...] Decorrido algum tempo é apresentada uma nota da dívida do infeliz, que não pode ser saldada. Aparece então um *abnegado*⁶²⁴ que se prontifica a pagar a dívida do rapaz, mediante a sua escravização ao *generoso*⁶²⁵ pagador.⁶²⁶

⁶²¹PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945.81 p.

⁶²²Barraquistas eram os arrendatários ou "donos" das florestas de maniçobas, patrões dos maniçobeiros.

⁶²³Grifo do autor.

⁶²⁴Grifo do autor.

⁶²⁵Grifo do autor.

O camarada, sob o controle do patrão, encontrava-se muitas vezes em condições insustentáveis. Deste modo, a sua única solução era, muitas vezes, a fuga. O próprio Artur Neiva vive situação semelhante quando seu cozinheiro foge:

abandonou a comitiva o nosso cosinheiro que tínhamos contratado [...] Os nossos camaradas não nos inspiram confiança, e estamos sempre receiosos de alguma traição, sobretudo agora, que vamos atravessar uma região [...] de barracões de maniçobeiros [...].⁶²⁷

É provável que, aqui, o camarada que servia de cozinheiro na comitiva de Neiva tenha utilizado a fuga em função da perspectiva de encontrar um patrão que atendesse seus interesses entre os barraquistas dos maniçobais, o que poderia bem ser, por exemplo, não sair da região em direção à capital Goiás, que era para onde iria a comitiva de Neiva, mesmo que isso lhe custasse trabalhar em uma das atividades mais duras da região: as florestas de maniçobais. Neiva não perseguiu seu camarada *fugido*⁶²⁸, porém a maioria dos patrões tinha atitude diversa.

Neste mesmo dia, ele narra que, naquela região, camaradas "si fojem e são agarrados, tomam surras medonhas. Si resistem, são mortos impiedosamente"⁶²⁹. As fugas não eram incomuns, mas, de conformidade com a Lei de Camaradagem, e principalmente ao lado das elites locais, as autoridades costumavam colaborar com a "devolução" dos camaradas que deixavam seus patrões sem pagar as dívidas. Esta era a situação à época. A lei nunca protegia o camarada, além das relações de poder beneficiar sempre o patrão. Nos maniçobais, Neiva teve a oportunidade de ver esta coalizão de forças:

Estes *generosos*⁶³⁰ (barraquistas, fazendeiros, tropeiros, etc.) são sempre amigos de todos os governos, de sorte que nada lhes acontece, e as autoridades pactuam sempre com estas traficâncias. Durante a nossa permanência [...] fugiram dum maniçobal para a vila, quatro maniçobeiros pedindo a proteção da autoridade local contra as atrocidades de que eram vítimas. Ao encalço deles, vieram emissários [vigias, capangas] do *barraquista*⁶³¹ e a esses foram entregues pela autoridade local os quatro infelizes.⁶³²

⁶²⁶NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999. 199 p.

⁶²⁷Ibidem, p. 195.

⁶²⁸Grifo meu.

⁶²⁹NEIVA, Artur; PENA, Belisário, op. cit. p. 196.

⁶³⁰Grifo do autor.

⁶³¹Grifo do autor.

⁶³²NEIVA, Artur; PENA, Belisário, op. cit., p. 199.

A história daqueles que conseguiam escapar definitivamente das situações de *cativeiro* é muito difícil de reconstituir. Mas algumas vezes isto é possível porque vestígios inusitados foram deixados em algumas narrativas. J. A. Moraes Leite, em 1881, quando esteve na Aldeia do Capitão Amburá, encontrou "entre os índios, alguns homens que pareciam civilizados e que ao [lhes] verem correram para as matas de babaçus". Imediatamente, Leite Moraes inquiriu Manoel Arcanjo sobre o significado daqueles "homens" no meio dos indígenas. A resposta de Arcanjo foi rápida e objetiva: "não sei seo-presidente, pode ser que seja 'pego' de alguma embarcação que passou por aqui". Novamente, Leite Moraes questiona: "e porque correram para o mato?". A resposta: "não sei seo-presidente"⁶³³.

Mas havia na tripulação de Leite Moraes o Capitão Lobo, militar de Goiás e conhecedor da realidade local, que ouvindo a conversa entre o presidente da província e Manoel Arcanjo chamou de lado Leite Moraes e disse: "são camaradas fugidos, não pagam as dívidas a seus patrões vem homiziar-se no meio destas tribos de animais ferozes, correram porque viram a gente, ficaram com medo de ser alguém no encaço deles"⁶³⁴. Felizmente para aqueles camaradas, a expedição de Leite Moraes não tinha o objetivo de aprisioná-los. Porém, a razão para Arcanjo esconder a verdade, apesar de não ter elementos que me reporte a alguma certeza, deve vincular-se à condição de camarada, pois, a priori, negar a verdade não condizia com as características de lealdade relatadas pelo próprio Leite Moraes sobre ele.

É provável que o teatro da deferência em quase todo o tempo representado por Manoel Arcanjo para Leite Moraes – teatro que lhe rendeu a imagem de "responsável e rei dos pilotos!" – tenha sido nesse momento colocado em suspenso em nome da verdadeira lealdade, daquele "tipo" que somente possuíam aqueles que partilharam condições de opressão. Afinal, parece-me que Manoel Arcanjo não se colocava distante ou de fora das relações sociais de exploração e dominação no sertão, mesmo que a percepção que algumas narrativas tenham construído sobre ele diga o contrário.

Desta condição de camaradas fugidos em meio aos indígenas, surge um ou outro indício de que foram formadoras de povoações na região dos Vales. O Ten. Umberto Peregrino, no relato de viagem *Imagens do Tocantins e da Amazônia* (1940), em viagem de reconhecimento militar pelo rio Tocantins em direção à ilha do Marajó, é um dos poucos narradores que faz alusão a esta situação:

⁶³³MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Cia das Letras, 1999. 200-201 p.

⁶³⁴Ibidem, p. 201-202.

onde os sertanejos pobres conseguiam alguma liberdade para plantar suas roças todo morador podia fazer roça. A roça é liberto, pois começou de uns índios amansados pelos camaradas que fugiam das fazendas. Foi assim que surgiu Remanso.⁶³⁵

Destes espaços de transformação social, poucos vestígios restaram. Por outro lado, a literatura ficcional da época em que Neiva, e posteriormente Peregrino, esteve no norte de Goiás construiu narrativas acerca dos meios utilizados por patrões para manter o controle sobre os trabalhadores alugados. Hugo de Carvalho Ramos escreve em 1916 uma novela denominada *Gente de Gleba*, onde representa metonimicamente os métodos coercitivos, especialmente a violência, utilizados costumeiramente pelos patrões contra os camaradas. Trata-se de uma narrativa ficcional marcada profundamente pelas estruturas de sentido da época e que promulga, por outro lado, a ideologia dos grupos dominantes na região. Nesta novela, Ramos deixa na narrativa as marcas da surpresa que a brutalidade da época lhe causa.

De fato, na República Velha, o fim do estatuto jurídico da escravidão e o mandonismo construíram relações sociais a partir de soluções extremas devido ao problema da mão-de-obra em Goiás, mas principalmente devido à recusa que os pobres tinham em aceitar que lhes fosse impingido um modo de viver semelhante ao do escravo. São estas soluções extremas que dão o tom de surpresa à narrativa de Ramos. Este, fala da crueldade com que coronéis e fazendeiros tratavam seus agregados e camaradas porque se espantou com a circunstância de que aquele tratamento não estivesse sendo dado a um escravo, mas a homens livres. Ramos não negaceia, apresentou a cena como ele a via. Neste conto, com ares de novela, narra a punição de um agregado que fugira e fora capturado:

Levantou-se numa sacudidela, correu para a casa do tronco, na dependência à banda, onde o Coronel, cercado de seus homens, empunhava o rebenque, ameaçando o preto acorrentado ao cepo, que, sem proferir palavra, olhava obstinadamente as cadeias do pulso [...] O fazendeiro voltado para os camaradas, ordenava imperioso: - Que um de vocês chegue para aí às direitas o relho neste negro.⁶³⁶

Malaquias, o agregado que fugira, era um homem livre. Porém, Ramos narra que ele "apanhou calado, batendo a cinza do cachimbo, que acendera momentos antes".⁶³⁷ É verdade que Ramos denuncia a vida de exploração e dominação do pobre no início do século XX no sertão goiano, porém, sob um olhar retrospectivo, que certamente não restabelece a época, é possível ver que sua narrativa circunscreve-se num mundo de conformismo que ele expressa,

⁶³⁵PEREGRINO, Umberto. **Imagens do Tocantins e da Amazônia**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, p. 1940. 41 p.

⁶³⁶RAMOS, H. C. **Tropas e Boiadas**. Coleção Belamor. 8. ed. Goiânia: Editora UFG, 1998, 135 p.

⁶³⁷RAMOS, loc. cit.

por meio de sinais, na construção da personagem Malaquias: um preto que vencia o seu torturador. Como?

Àquela resignada mudez, a encher de espanto os demais, afrouxou a sanha do algoz, que aplacado já à trigésima vergastada, rosronou dentre dentes: - Tens para hoje a tua conta, veremos o resto depois. E olha que não sou dos mais vingativos, fosse noutra fazenda e a tua medida seria acrescentada [...].⁶³⁸

O conformismo heróico do "preto Malaquias" fez com que seu castigo parasse. Não foi necessária qualquer outra medida. Da mesma forma, é construído todo o enredo de *Gente de Gleba*, onde o coronel, após matar violentamente outro camarada da fazenda, recebe "uma alegre cavalgada que veio estacar [...] no pátio onde havia pouco se desenrolara aquela execução sumária [...]. Iam prazenteiros e satisfeitos"⁶³⁹. A fazenda voltava à normalidade e o que aplacou a morte do camarada não foi a revolta, mas uma punição divina: a filha do coronel morreu de tristeza e de paixão pelo camarada que nunca soubera de seu amor.

A solução – ou melhor – o desfecho escolhido por Ramos assenta-se em dois aspectos centrais, por um lado existe o tom dramático, típica estruturação da narrativa de ficção, que devolve a harmonia à fazenda – "iam prazenteiros e satisfeitos" –, por meio de um fim terrível: a morte. Por outro lado, este aspecto é o elo entre a realização/dês-realização do real na ficção, pois constrói literariamente a valoração, ideologia, do grupo a que pertence o autor: a aceitação da violência e das situações sociais como são.

É relevante refletir sobre algumas questões da narrativa literária de ficção. Em primeiro lugar, a cena em si, para a história, não é capaz de dizer muito, sendo necessário interpretar. Nesse sentido, em Ramos há a nudez da violência, que chocou à época, e ainda hoje o faz. Entretanto, há um tom, uma nuance que é a nota central da literatura da época: o conformismo; mas que também é a defesa, quase que desapaixonada, de uma posição de classe. Assim, a morte que redime não é a morte do camarada, mas a morte da filha do coronel, entregue como desfecho do conto e como forma de recuperar o equilíbrio perdido na fazenda sem mudar qualquer coisa na ordem das relações sociais.

Além da abordagem literário-ideológica de *Gente de Gleba* o que singulariza a investigação realizada pelo historiador é perceber os vínculos daquelas abordagens com um real empírico que muitas vezes não se mostra desvelado pelo enredo. A tragédia da história, o conformismo e a defesa de classe trazem, ainda que furtivamente, a possibilidade de se

⁶³⁸RAMOS, H. C. **Tropas e Boiadas**. Coleção Belamor. 8. ed. Goiânia: Editora UFG, 1998. 136 p.

⁶³⁹Ibidem, p. 151-152.

entender como era a vida dos camaradas, mas que deve ser compreendida não a partir do final escolhido, mas do mundo representado no decorrer da narrativa.

Assim, se no final da história surge um mundo re-harmonizado pelo conformismo, no transcorrer da ação, é possível ver a persistência dos sertanejos pobres em lutar por autonomia. De fato, quando se compreende a fuga de Malaquias, mesmo tendo sido ele recapturado, ou a luta de João Vaqueiro para não endividar-se ou a morte de Benedito por ter, ele, ousado envolver-se com a amante do coronel alcança-se na ordem do imaginável um campo de possibilidades reais. Em outras palavras, mesmo quando a obra guarda uma relação de proximidade mimética com o real é a interpretação do historiador que se constitui elemento de significação histórica do real. É necessário separar o processo histórico real, da posição de classe e do conformismo intelectual, muitas vezes lido em Euclides da Cunha, Afonso Arinos e Coelho Neto, inspiradores do autor de *Gente de Gleba*.

No que se refere ao conformismo intelectual, é possível encontrá-lo também presente em Artur Neiva, porém vinculado a outra concepção de sociedade e, diferentemente de Ramos, propositivo. Neiva, ao afirmar que o sertanejo é inaproveitável, apóia sua concepção menos na realidade que conheceu do que em uma concepção prévia de sociedade, que considerava o elemento nacional, principalmente os nortistas "incapazes". Ele enuncia, de fato, as condições de exploração dos trabalhadores da região, porém, fatalisticamente aceita-as como condições dadas, afirmando que "por iniciativa própria aqueles habitantes serão incapazes de sair da grande pobreza em que vivem, o espírito de iniciativa é pequeno, e esse mesmo, anula-se diante do isolamento em que jazem"⁶⁴⁰.

Conforme Neiva, seria necessário que houvesse o interesse do Governo em incentivar a migração do estrangeiro para esta região. Mas como esta medida não seria tão logo tomada, melhor seria que "Deus fizesse uma obra de misericórdia e chamasse todos esses infelizes à sua mansão celeste", pois constituíam há quase três séculos "uma raça cretinizada, na sua maioria por cruel enfermidade evitável, incapaz e inaproveitável"⁶⁴¹. Não há, na acepção de Neiva, um responsável pelas condições de viver dos sertanejos pobres. O que ele consigna é apenas a consequência desta situação, como sendo resultante da "pobreza e quase miséria gerais"; o que, para ele, era a causa da "escravidão dos miseráveis aos poucos indivíduos menos ignorantes e que dispunham de alguns recursos [...]"⁶⁴².

⁶⁴⁰NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999. 181 p.

⁶⁴¹Ibidem, p. 212.

⁶⁴²Ibidem, p. 198.

A concepção mais geral deste médico é que, sem a inicitiva do estrangeiro, não haveria qualquer condição de melhoria social e econômica no norte de Goiás. Porém, como esta migração era improvável, as condições de exploração persistiriam indefinidamente como uma "condição natural". O próprio Artur Neiva experimentou a força desta "inevitabilidade" quando se encontrava no norte de Goiás. Para organizar sua viagem de volta ao centro-sul do país, precisava basicamente de duas coisas: animais e camaradas. Os primeiros, ele conseguiu com mais facilidade, porém para encontrar os segundos teve dificuldade – afinal, como ele mesmo constatou, "a escassez de braços era enorme e constituía das maiores faltas, este fato levou à situação tão vulgarizada dos contratos"⁶⁴³. Nesta situação, encontrou auxílio entre "os menos ignorantes" coronéis da região:

Encontramos grande dificuldade para arranjar camaradas que substituíssem dois dos que nos acompanhavam [...] e que aí nos deixaram. Felizmente o Coronel Josué conseguiu um deles e nós *compramos*⁶⁴⁴ o outro a um fazendeiro, pagando uma dívida do camarada, de RS. 70\$000 (setenta mil réis), passando ele, segundo a praxe da terra, à nossa propriedade até saldar a dívida.⁶⁴⁵

Ao *comprar*⁶⁴⁶ o camarada Neiva acreditou ver confirmada sua visão de que era a falta de braços, elemento essencial para que as pessoas produzissem e locomovessem-se, que justificava o uso por parte "dos menos ignorantes e com mais recursos" da escravização de outros homens. Ele não tinha meios para conseguir um trabalhador naquelas circunstâncias, então comprar um camarada e receber outro de um coronel pareceu ser sua única alternativa. Isso significava, para este médico, o inevitável das relações se sobrepondo aos valores humanistas, acreditando ele, ser "a escassez do braço naquelas zonas que sugeria destas infâmias [a escravidão]"⁶⁴⁷. Nesse sentido, dizia: "somos *insuspeitos*"⁶⁴⁸ para o afirmar, o Norte tem-se mostrado até hoje incapaz de progredir com o braço livre, origem do desenvolvimento material do Sul do Brasil"⁶⁴⁹.

A concepção de sociedade que permeia a construção das idéias de Neiva sobre o norte de Goiás apresenta-se ainda aqui influenciada por sua visão de pesquisador, de homem de ciência. Acrescente-se a isso sua visão de progresso e desenvolvimento retirada da sociologia

⁶⁴³NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999. 180 p.

⁶⁴⁴Grifo do autor.

⁶⁴⁵NEIVA, Artur; PENA, Belisário, 1999, op. cit., p. 213.

⁶⁴⁶Grifo meu.

⁶⁴⁷NEIVA, Artur; PENA, Belisário, 1999, op. cit., pp. 181-182.

⁶⁴⁸Grifo meu.

⁶⁴⁹NEIVA, Artur; PENA, Belisário, op. cit., p. 181-182.

e será possível compreender o que o motivava. Assim, a estrutura da narrativa de Neiva se baseava na construção de quadros sociológicos, nos quais se colocava como um observador neutro – ou melhor –, em uma condição de *insuspeição*⁶⁵⁰, como afirma acima. Os quadros constituídos por este médico têm como tipologia básica um sertanejo inópio, inspirado, ou melhor, marcado pela imagem do jeca-tatu de Monteiro Lobato, de quem ele era amigo e com quem manteve uma profícua e duradoura correspondência. Entre Neiva e Lobato havia um intercâmbio constante de idéias, inclusive no que se refere à visão de que, para o desenvolvimento do Brasil seria necessário aprender com o elemento humano estrangeiro, proposição política primordial em ambos.

A partir de uma metodologia sociológica é perceptível em sua narrativa a contrastação permanente. Os jecas-tatus eram, enquanto sertanejos pobres, contrastados e comparados ao seu oposto civilizado e capaz que se encontrava no litoral brasileiro, no exterior ou ainda, em número bastante reduzido, entre os próprios sertanejos. O que pode ser observado na afirmação seguinte "à exceção dos fazendeiros e alguns indivíduos viajados ninguém liga importância ao dinheiro, e pode-se oferecer quantias relativamente grandes por uma dúzia de ovos ou um frango, que são recusados desdenhosamente"⁶⁵¹.

De fato, o que se percebe da narrativa pretensamente controlada de Neiva é a tentativa de produzir um texto que possa ser qualificado como trabalho científico, neutro e imparcial, sendo esta a principal razão para não ter receio de usar as palavras escravidão, escravização e escravos. Obviamente, o resultado imparcial e neutro não foi alcançado, pois a própria produção da narrativa, como fonte ou como evidência, é uma prática social construída no terreno comum das relações sociais e, por isso mesmo, marcada pela concepção ideológica de quem narra. É neste ponto que as idéias de Neiva podem ser problematizadas e escrutinadas como vestígio dos modos de viver e trabalhar dos sertanejos pobres.

Após o fim jurídico da escravidão tornou-se interdito referir-se, na esfera pública, ao cativeiro, pois esta era uma realidade social que desafiava a ordem legal. A idéia de que com o fim deste instituto não haveria escravos consolidou o tom proibitivo deste assunto. Júlio Paternostro, por exemplo, narra, em seu roteiro de viagem, a situação dos camaradas que trabalhavam na coleta de castanha como uma intensa exploração: situação em que os "párias do Brasil viviam isolados" por imposição de seus patrões. No entanto, não faz referência aos significados deste isolamento. Neiva, por outro lado, não circunscreveu as condições de vida

⁶⁵⁰Grifo meu.

⁶⁵¹NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999. 215 p.

dos trabalhadores à recrudescente exploração, mas recolocou o problema em termos mais amplos nas disputas em torno das relações de trabalho.

Por outro lado, evidenciar que se tratava de uma condição de escravização não colocou Neiva em uma posição de denunciante da situação, pois não é possível classificar seu discurso, enquanto conjunto de enunciados por ele proposto, como uma denúncia contra a escravização dos trabalhadores sertanejos, como já discutido acima. Todavia, o uso dos termos *escravidão*, *escravização*, *cativo*, *escravos* e, principalmente, do termo *dominado*, coloca-nos, a nós historiadores, diante de um novo campo de possibilidades de compreensão e interpretação – não apenas dos signos, mas das próprias práticas que os in-formam, no caminho que propõe Bakhtin:

É como se as palavras fossem liberadas dos grilhões do sentido, para desfrutar de um período de folga em completa liberdade e estabelecer relacionamentos incomuns umas com as outras. É verdade que nenhum elo consistente é formado na maioria das vezes, mas a breve coexistência dessas palavras, expressões e objetos fora de suas condições lógicas usuais expõe sua ambivalência inerente. Seus múltiplos significados e potencialidades que não se manifestariam em condições normais, são agora revelados.⁶⁵²

A liberação dos sentidos na narrativa de Neiva ocorre à sua revelia. Os termos *escravidão* e *escravização* somente reaparecem no contexto de sua escritura em função de um elemento marcadamente presente na experiência construída durante a viagem: a dominação dos trabalhadores. No texto, o termo "dominado" aparece uma única vez:

Toda a rejião percorrida é muito atrazada. Não há noção de conforto relativo, nem mesmo asseio; [...] pobreza e quasi miséria gerais e por isso a escravização dos miseráveis aos poucos indivíduos menos ignorantes e que disp[unham] de alguns recursos, sem que esses procur[ass]em minorar as precaríssimas condições de seus dominados.⁶⁵³

O surgimento desta palavra no texto é um ato de liberação dos sentidos das práticas como as enxerga Neiva. Nesse sentido, a palavra *escravidão* é esclarecida no texto não mais como uma "exposição de fatos", mas como a noção mais forte, e menos neutra, das significações plurais das relações de trabalho naquele período. Neiva reconhecia, enquanto *cientista insuspeito*, que, para além da condição de exploração, comum a todos os trabalhadores, era a condição de dominação incondicional sofrida por aquelas pessoas que lhe autorizava, na verdade impunha, a usar o termo *escravidão* e *escravos*. De fato, foi *um tiro no*

⁶⁵²BAKHTIN M. apud HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al] Liv Sovik (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 210 p.

⁶⁵³NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999. 198 p.

pé, ou melhor, um duro golpe com o qual Neiva "o cientista/médico" atingiu Neiva "o político". A potencialidade e ambivalência dos signos, iluminados pela possibilidade de subverter os sentidos usuais dos discursos, aponta não mais na direção do conformismo do intelectual, mas na direção da tensão e do conflito nas práticas.

Nesta perspectiva, apesar da visão conformista e até certo ponto fatalista de Neiva, uma tensão se estabelece na escritura de seu texto entre a dominância discursiva⁶⁵⁴ de, por um lado, seu olhar científico e, por outro, seu olhar político-ideológico, permitindo novas perguntas e interpretações. Portanto, nesta controvérsia, os limites da narrativa controlada são testados e, por vezes, forçados a demonstrar a sua potencialidade para outras interpretações.

No caso de Neiva, não se trata apenas de perceber retrospectivamente que ele havia ultrapassado os limites de sua concepção ideológica, mas de perceber que foi sua própria aceção de ciência que lhe fez transgredir - em nome da insuspeição e da neutralidade do conhecimento que pretendia produzir - as normas intelectuais e políticas de seu tempo, ao expor que a articulação indissociável entre exploração e dominação constituía escravidão em um tempo que não permitia moral e legalmente tais práticas.

Articulando na investigação deste problema narrativa e experiência, vê-se que o conformismo não se sustentava como prática do sertanejo pobre. A questão é que a idéia da aceitação somente surge *a priori* ou *a posteriori*, e quase nunca como construção da vida. Os camaradas espancados, presos ou mortos, o são porque, de alguma forma, resistem e lutam para construir espaços de mudança em suas realidades. Nestas configurações, possibilidades de autonomia para os pobres originam e são originadas nas disputas, práticas e discursivas, entre e intergrupos políticos da região, que buscam, numa reedição permanente, alavancar processos de dominação e controle social.

Estas possibilidades são, nos espaços que permitem configurar novas práticas sociais, constantemente contraditadas por narrativas que buscam construir um conjunto coeso de significantes. Mas as vidas dos sertanejos pobres não estão expressas na coesão das narrativas. Suas práticas, inclusive na estratégia de esconder o que sabiam e como viviam, funcionavam como meios eficazes de burlar as regras violentas ou de buscar alternativas para transformar a vida como foi o caso dos camaradas vivendo na tribo de Capitão Amburá e que Manoel Arcanjo escondeu. Nesse sentido, mesmo com a vulnerabilidade de suas condições de viver,

⁶⁵⁴Nos termos propostos por Mikhail Bakhtin acerca da filosofia da linguagem. Cf. BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 10. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Annablume, 2002.

os camaradas eram capazes de empreender ações que invalidam o argumento de apático ou de inapto.

A vida de Manoel Arcanjo não se restringia à oscilação ente um herói e um bêbado; a vida de Francisco Luzia não se resumia à sua condição de ex-escravo. Assim como a vida dos camaradas que fugiam dos barracões de maníobais não era marcada apenas pela violência. As narrativas falam dos homens capturados, porque dos que foram bem sucedidos em suas fugas pouco se soube e, principalmente, pouco se quis divulgar em um momento que as tentativas de disciplinar a mão de obra eram cruciais. Mas isso não retira do campo de possibilidades, em futuras investigações, a questão de saber mais sobre os resultados de sua luta por autonomia, pois sua existência as evidências já iluminaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para reconstruir os modos de viver e trabalhar dos sertanejos pobres que viveram nos Vales do rio Araguaia e rio Tocantins trilhei um caminho norteado por duas bússolas: a integralidade das relações e práticas de viver e os conflitos e tensões provocados por diferentes pessoas, instâncias e grupos sociais para que esta integralidade se mantivesse ou se dissolvesse. Este foi um caminho difícil. Em primeiro lugar, porque ainda não estavam claros em quais lados – pela manutenção ou pela dissolução – as instâncias, os grupos e pessoas se colocavam.

Em segundo lugar, e em decorrência desta primeira dificuldade, não foi fácil reconstruir os campos de luta destas pessoas, pois a alternância e/ou a mobilidade das relações construíram um emaranhado que foi conduzido pela historiografia quase sempre pela estrada mais fácil, ou seja, a estrada que estabelecia as formas de viver e de disputar poder nos Vales a partir de cânones ou categorias estabelecidas. Definitivamente não foi por esta estrada que segui.

Ao contrário, segui por trilhas e veredas em busca de rastros e vestígios que apontassem indícios e evidências dos modos pelos quais as pessoas, em suas intrincadas relações, seguiam pela vida. Não foi uma "viagem perdida". Muitos lugares e problemas obscuros a respeito do tema, da temática, das pessoas e do período foram iluminados, apesar de muito ainda haver a pesquisar. Encantamentos e desencantamentos, todos encantados, repercutiram na reconstrução destas histórias ambíguas e complexas. Além disso, reportando-me aos escritos acima, percebi que a paixão pelo tema ainda não passou, apesar de estar mais bem localizada e controlada por uma nova experiência em termos de procedimento.

Assim, foi possível apresentar dimensões do viver dos sertanejos pobres que não havia até este momento sido problematizadas e reconstruídas. Por outro lado, mesmo tendo sido eu quem narrou esta história, sempre encontro nas fontes, quando as revejo, uma vitalidade promissora para mim e para outros pesquisadores. A vitalidade destas fontes é parte das "descobertas desta pesquisa", pois foi em razão dela que percebi, e foi possível perseguir, a vitalidade da vida dos sertanejos pobres. A questão sobre a ocupação da terra, talvez o fio condutor da energia para as demais problematizações, levou-me à questão dos primeiros ocupantes da região. De fato, a idéia de uma historiografia e de uma literatura memorialística que não reconhece os sertanejos pobres como as pessoas que já habitavam esta região antes que as fazendas comessem a ser organizadas, a partir das três primeiras décadas do século

XIX, foi determinante para compreender e explicitar como a opacização dos pobres foi uma atividade persistente e permanente no registro das histórias dos Vales.

Entretanto, nas fontes, há evidências e vestígios que contrapõem tais registros. Os indícios de que muitos foram assassinados no início da "organização das fazendas" é uma evidência de que muitos resistiram a sair da terra ou a se tornarem agregados, ou seja, muitos resistiram a que lhes fosse tomado seu espaço de viver – e mais que isso, resistiram ao processo de normalização de suas vidas. Por outro lado, na maioria das circunstâncias, estes pobres tiveram que se adequar à condição de agregados, porém mesmo nesta condição de viver e trabalhar houve o interesse em buscar uma normalidade possível que lhes permitisse com-formação nestes espaços de integralidade e de dissolução.

Esta foi uma das dimensões em que a pesquisa avançou: a perscrutação das fontes tornou possível por meio da reconstrução de algumas das práticas do sertanejo (a) pobre - agregado, camarada, jornaleiro – transparecer que, mesmo em meio à violência e mesmo tendo sido esta ação a mais hábil estratégia, ele/ela era capaz de racionalizar suas práticas.

Desde os indícios que a literatura ficcional aponta sobre os agregados do Mané baiano, em *Santa Rita* (1995), que aceitaram fornecer o mantimento anual da professora em troca de que seus filhos pudessem estudar, passando pelas dificuldades de Carmo Bernardes – romancista/memorialista/agregado – em acomodar-se à força invisível do mando que lhe assustava e, por isso, tanto lhe re-voltava. De Paraíba do Norte, que perdera tudo e transformara essa perda em sua *razão* de viver e matar até Cascavel, vaqueiro e jagunço da família Leda, que para não perder o que tinha – sua família e seu rancho – tornara a atividade de matar em um *meio* para viver. Em todos eles é possível localizar práticas empreendidas com habilidade e racionalidade, embora os resultados poucas vezes dependessem de suas ações.

Por outro lado, não é tão simples entender e reconstruir quais eram seus interesses com esta ou aquela ação, pois a linha que separa ou entrecruza o teatro da deferência e a prática da lealdade é tênue. E quem poderia ter certeza? Como provoca Thompson, "um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que realmente pensa"⁶⁵⁵. Entretanto, em algumas circunstâncias uma iluminação maior sobre a realidade se fez presente. Assim, a condição de estarem "levantados do chão", enfrentando situações extremas de fome e abandono, foi uma das maiores dificuldades vividas pelos sertanejos pobres durante as revoltas ocorridas a partir das três últimas décadas do século XIX nos

⁶⁵⁵ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005, p. 38.

Vales. Na verdade, durante a revolta de 1907, a iniciativa de apoiar unicamente o padre João – correndo muitos riscos – expôs as potencialidades destes sujeitos, pois, como afirmou Carmo Bernardes sobre si mesmo e sobre sua compreensão acerca dos pobres: mesmo revoltados, fatalistas ou insensíveis – insensíveis no sentido de resistentes ao próprio sofrimento – ainda assim eram capazes de agir, justamente porque estavam vivendo, e "o que era a vida senão o movimento?".

Esse movimento foi visível quando utilizaram o argumento da fé. A cada inquirição das fontes indícios mais claros apareceram de que este argumento era um ardil mais ou menos consciente para justificar seu apoio incondicional ao padre João, contrariando uma norma social consolidada na região: a de que cada agregado respondia ao seu fazendeiro. O fato de serem, também, construtores desta mística de fé em torno do padre se traduzia para o sertanejo pobre como uma condição a favor da estabilidade do poder, pois, ao vincularem padre João e padre Cícero, fragmentavam tanto as dissidências dentro da elite fazendeira - uns por medo do "fanatismo" do sertanejo pobre, outros por receio de suas próprias crenças - quanto dentro e a partir das relações dos próprios pobres que perseveraram na posição de braço armado da "velha sereia", talvez porque ela verdadeiramente enfeitiçasse com seu canto como diziam seus inimigos.

O atendimento dos pobres ao "encanto do padre João", em suas relações com a construção do místico e do mítico, não foi o objeto deste trabalho. Da mesma forma, até que ponto este encanto fazia parte de um imaginário construído pelo próprio sertanejo pobre e era reforçado culturalmente por dimensões valorativas paternas, porém interessadas, são questões que ainda merecem uma análise específica e exaustiva. Todavia, eram novas relações, em potência e em consistência, que deslocaram o poder intra-elite na região e ao mesmo tempo mantiveram, talvez com algumas alterações, a condição básica de dominação do sertanejo pobre, o que não significa dizer que em outros aspectos não tenha havido mudanças. Mudanças estas que integraram, inclusive, a dimensão mística e mítica à possibilidade de arrefecer a exploração.

Acompanhando esta perspectiva, o deslocamento do poder para a zona de influência do padre João arrefeceu as prolongadas lutas armadas por várias décadas, em função da permanente organização de "seus homens de armas". A presença (ou presunção da presença) destes homens leais era concreta e eficaz à medida que os sertanejos pobres que tinham suas famílias vivendo nas terras sob o mando daquele padre pensavam duas vezes antes de rebelar-se ou mudar de lado. Além disso, o fato de permitir a ocupação da terra respeitando o costume do uso sem qualquer vínculo monetário era importante para a manutenção da estabilidade

social, pois o sertanejo pobre não reconhecia, aliás, se recusava a pagar arrendamento, como foi problematizado acerca do Burgo de Itacaiúnas.

Outra vantagem para o sertanejo pobre foi que a prática de não pagar qualquer valor pecuniário pela ocupação da terra terminou sendo ampliada para outras fazendas, em função da representatividade que o poder do padre João exercia sob outros fazendeiros. Ou seja, as condições de dominação foram mais bem assimiladas pelos sertanejos pobres do que a desordem, sem terra e sem proteção, que lhes dificultava as condições de viver, pois nestas circunstâncias não tinham um horizonte de experiências no qual embasar suas práticas e escolhas.

Os laços de convivência, as trocas e a reciprocidade dentro de um campo comum de forças garantiu ao padre João um braço armado permanente, o que sustentou por mais de três décadas um eficaz teatro de deferência e/ou uma consistente manifestação de lealdade por parte dos agregados. De uma forma ou de outra, a normalização social, mando e controle, dos sertanejos pobres foi paulatinamente estabelecendo-se, antes mesmo da necessidade de utilizá-los como jagunços ou como camaradas. Porém se o processo de normalização, dentro de tensões, conflitos e confrontos, inevitavelmente disciplinarizou o sertanejo pobre, o tempo também agiu a seu favor lhe ensinando caminhos de luta: tenha sido por meio da formação ou por meio da resistência. Caminhos, aliás, que muitas vezes se confundiam ou se travestiam um no outro dentro das práticas dos pobres.

Nesse sentido, não estar levantado do chão representava a possibilidade de empreender outras ações. É nesta circunstância – quando agregado e em condições relativas de paz - que buscavam transformar as tarefas cotidianas de cultivar a terra, de pescar e de caçar em meios para alcançar uma autonomia relativa. Autonomia relativa esta que poderia ser traduzida, por um lado, no desejo de manter o costume e, por outro, na vontade de transformar a realidade de opressão a que estavam submetidos, inclusive, quando o aspecto mais básico de sua vida era explorado: a alimentação que, afinal, era o que garantia a energia necessária para o trabalho.

Estou sugerindo que a dimensão biológica sozinha não definia – em referência à integralidade da vida social – as demais questões vinculadas aos modos de viver. Neste sentido, ao investigar os hiatos abertos sobre a questão alimentar surgiram outros significados para as atividades básicas de produção e consumo do sertanejo pobre. Uma questão que se reverteu em campo de possibilidades neste trabalho foi a problematização do argumento do atavismo à cultura indígena e africana. O aprendizado com índios e negros não permaneceu apenas aprendizado, transformou-se em experiência que foi de encontro à visão reacionária e à visão do atraso em muitas situações - neste sentido, talvez devêssemos, alguns de nós

historiadores, rever o que compreendemos por experiência. De fato, a própria historiografia e ciências sociais quando despreza este aprendizado termina por não perceber as potencialidades das pessoas para modificar suas condições sociais.

Por exemplo, o cultivo da mandioca para fabricação de farinha e a venda de peles silvestres não foram adequadamente investigadas nas análises históricas porque estiveram quase sempre vinculadas, na tradição acadêmica, ao "atraso" e à "decadência" dos Vales, em oposição, primeiro à pecuária e depois à agricultura de exportação que representaram em épocas diversas ou concomitantes o "progresso" e o "desenvolvimento". Nesta pesquisa, ao contrário, partindo dos aprendizados de cultivo, de artes cinegéticas, de contato entre pessoas, de fartura e de comércio, perscrutei relações estruturantes e estruturadas de uma economia que fazia e refazia-se enquanto prática social importante na região.

Realmente, não se tratava da agricultura cafeeira do final do século XX, muito menos das estradas de ferro disputadas por Minas Gerais e Goiás até o último trilho no início do século XX. Também não se tratava do argumento – aliás, que ainda merece ser interrogado à exaustão – de que o gado se autotransportava, ou de que as riquezas naturais dos Vales seriam o futuro da região. Referia-se aos campos de interesse econômico dos grupos sociais que viviam na região e que foram negligenciados pela maioria dos historiadores em função de um olhar pré-estabelecido do que seria uma economia e o econômico.

Um aspecto é imprescindível demarcar: a economia da região dos Vales consistia no comércio com Belém-PA, sul do Maranhão e, desde o início do século XX, alguns estados nordestinos como Bahia, Piauí e Pernambuco. Mas existia, antes de tudo, uma economia interna que se baseava na capacidade regional de abastecimento alimentar e, aliás, sustentava a economia comercial acima referida.

Nesse sentido, a produção de sertanejo pobre era central, pois afastava uma dificuldade sócio-econômica dos Vales: o desequilíbrio da relação preço/custo para transportar alimentos de outras praças que não as que estavam dentro dos limites regionais. Esta foi uma razão suficiente para que, por exemplo, Francisco Ayres da Silva, filho de uma família de comerciantes, classificasse os sertanejos pobres entre trabalhadores e indolentes, conforme sua disposição, mas, principalmente, sua capacidade de produzir excedente.

Embora a maioria dos relatos que faz referência ao comércio de peles silvestres seja de viajantes ou gestores administrativos e não dos comerciantes regionais, este comércio era uma importante atividade na região, fazendo parte do intrincado jogo em que o sertanejo pobre era, também, um dos agentes das relações comerciais. Assim, enquanto o pobre podia manter "seu celeiro embaixo da terra" – a raiz da mandioca esperando para fazer a farinha –, havia alguma

segurança em empreender caçadas de animais dos quais eram extraídas peles valiosas que eram, infelizmente, quase sempre negociadas ou vendidas para os comerciantes, com grande desvantagem para o caçador.

Mas há um aspecto essencial: o sertanejo pobre re-conhecia seu lugar nesta economia e, quando conveniente, fazia o fazendeiro ou o comerciante saber de sua consciência. É claro, que esta exposição não era o mais comum. O mais costumeiro era deixar as situações ambíguas – o que ocorreu em 1830 com George Gardner e com Hermano Ribeiro da Silva, em 1932 – quando as circunstâncias forjadas e negociadas mantiveram-se no limiar do incompreensível.

De fato, não é necessário hierarquizar os aspectos mais relevantes para que o pobre decidisse não estocar e/ou não vender alimentos, principalmente a farinha de mandioca, pois o jogo se dava justamente na interface entre: 1) A questão de previdência, pois guardava para seu próprio consumo; 2) Uma questão de estratégia de negociação para valorizar o produto; 3) Uma questão cultural que direcionava o sertanejo pobre a "manter seu celeiro em baixo da terra": as raízes de mandioca estariam ali bem guardadas e, melhor, não estariam tão visadas.

Um aspecto central acerca das atividades acima referidas é que elas se constituíam não apenas uma dimensão importante para os pobres, elas eram também atividades que faziam parte da construção de um mundo possível para todos os sertanejos dos Vales do Rio Araguaia e Tocantins neste período. Especialmente, o que parecia um problema para os que registraram a questão da decadência econômica e da vida primitiva na região, quase sempre era a formação de um mundo cheio de diferenciais, onde o que parecia atrasado e pobre para quem olhava era satisfatório para quem vivia.

Não obstante, os campos de disputa mais extremos eram em torno das bruscas mudanças nas relações de trabalho, especialmente porque o sistema de camaradagem, quando o sertanejo pobre "alugava-se", entrelaçava dia-a-dia, em um processo indissociável, as dimensões da exploração e da dominação em suas práticas, em uma similitude de escravidão. A necessidade de mão-de-obra, mas também prática que os fazendeiros que tinham possuído escravos mantiveram de oprimir os trabalhadores livres, marcou a condição de trabalho do camarada.

Por outro lado, as práticas das revoltas, quase sempre individuais, permaneceram nos homens livres sujeitos a estas condições de trabalho, principalmente por meio da fuga, uma prática comum também ao trabalhador escravo. Portanto, mesmo a violência sofrida diariamente e a exploração pela dívida não deixaram os sertanejos pobres sucumbirem ao fatalismo, ainda que a força invisível do mando, a que todos estavam sujeitos, fosse

implacável. Entretanto, as estratégias para acomodar-se à dominação e/ou acomodá-la estiveram sempre no horizonte de expectativas dos camaradas. Por isso, buscavam meios para trocar de padrão, não endividar-se, ou transformarem o teatro da deferência numa minoração da "escravização" e da violência, o que muitas vezes deixava de ser teatro – algumas vezes nunca o fora – e tornava-se lealdade, como foi o caso do velho Casemiro, camarada do tio de Hugo de Carvalho Ramos.

Acompanhando esta perspectiva, iluminou-se o indício e a evidência da existência, conhecimento e re-conhecimento, por fazendeiros e camaradas, de um código social que estabelecia padrões de normalidade mesmo para a exploração e a dominação. Porém, este código, mesmo precário, não era um padrão de harmonia ou de consenso, mas uma disputa pela com-formação entre interesses quase sempre contrários, que tinha sua própria lógica. Em outras palavras, eram relações de poder disputadas dentro de um campo onde as forças dos fazendeiros eram incomparáveis às dos camaradas, mas os exercícios por acomodação⁶⁵⁶ não eram unilaterais. Ambos os lados disputam, com múltiplas estratégias, dois movimentos: acomodá-las, no sentido ver seu interesse ou sua necessidade atendida, ou acomodar-se a ela, no sentido de recuar, esperar ou desistir.

De qualquer forma, todos os caminhos levavam ao estabelecimento do mando: definir quem mandava e determinar quem deveria obedecer. Por isso, muitas vezes, práticas de cruenta violência foram realizadas. Por outro lado, a com-formação social estabelecia, previamente, alguma subserviência, não no sentido atribuído por Audrin, mas como expectativa de que em relações entre desiguais quem tinha mais a perder deveria ceder mais. Ou seja, os camaradas deveriam ceder sempre mais e mais, o que não significava que esta fosse uma norma inquestionável.

De fato, a base desta com-formação social era a capacidade do fazendeiro de infringir medo e dor ao sertanejo pobre e à sua família. Porém, na maioria dos casos, o medo era suficiente, embora a violência física não fosse impensável ou impraticável. Por outro lado, a com-formação não estava articulada à idéia de conformismo, era antes um jogo de interesses disputados permanentemente, existindo, inclusive, interesses mútuos entre fazendeiro e sertanejos pobre/camarada. Assim, era na interface desta disputa, que não permitia resultados permanentes, que se construía a cultura sertaneja.

Esta condição social, traduzida como processo na vida do sertanejo pobre foi construída não apenas como acomodação ou como resistência aos grupos dominantes, mas

⁶⁵⁶Note-se que eram "exercícios **por** acomodação" e não "exercícios **de** acomodação".

como meio de, em certo sentido, blindar suas estratégias contra as investidas dos fazendeiros em apreendê-las e convertê-las em meios de controle. No presente, este parece ser um conflito mais consciente de todos os lados: sertanejos pobres, fazendeiros e políticos têm suas estratégias de luta mais demarcadas, porém, as arenas parecem mais difusas e tênues. Mas estas são outras questões.

Finalmente, reconstituir os modos de viver e trabalhar dos sertanejos pobres foi, em certo sentido, fundar-lhes, como agentes de uma prática social, ou seja, foi uma busca por rearticular suas estratégias de viver ao campo político de luta contra a exploração e a dominação. As escolhas das culturas, as adequações à terra ou as atividades venatórias não foram definidas apenas como reação às condições de existências. Estas práticas eram uma agência das pessoas, pensadas e construídas para minorar as situações de exploração e fazer avançar as lutas muitas vezes em direção a um mundo transformado, ainda que estas transformações tivessem significados diferentes para cada sertanejo pobre.

Quanto à busca incessante por perceber as narrativas a partir de seus dois eixos, como construção de sentido e como lugar das evidências e indícios das práticas sociais reais, esta foi uma das tarefas mais complexas. No entanto, o caminho que segui, apesar dos percalços, me proporcionou algumas descobertas, o que me permitiu continuar a trilhá-lo. Ao mesmo tempo, esse processo de apreensão da existência de uma relação de diferença entre as práticas sociais reais e as narrativas, fontes nesta pesquisa, me conduziram a reconhecer que minha própria narrativa historiográfica, não deixa de ser uma das narrativas em disputa pela reconstrução, no presente, não apenas dos modos de viver daquelas pessoas, mas dos próprios sujeitos como agentes sociais.

No que se refere à agência sócio-política do sertanejo pobre, ou ao obscurecimento de sua agência, talvez seja instigante uma analogia entre o "esquecimento" da potencialidade das fontes literárias nas pesquisas, como portadoras de alguns indícios evidentes e outros latentes sobre a realidade nos Vales, e o "esquecimento" da potencialidade dos sertanejos pobres como sujeitos de relações sociais específicas e complexas. Assim, uma pergunta que talvez seja necessário fazer é: qual a relação entre a desvalorização das narrativas ficcionais e a opacização das práticas dos sertanejos pobres, especialmente quando o argumento central para não investigar a vida destes pobres é a idéia de que não há fontes sobre eles? As perguntas continuam, mas qual seria uma maneira melhor de terminar a escrita de uma investigação histórica do que com novas perguntas?

REFERÊNCIAS

- ABDALA JR, Benjamim. **Literatura Comentada**: Bernardo Élis. São Paulo: Abril Educação, 1983.
- Amorim, J. R. R. (Org.). **Notícias Históricas de Grajaú**. Imperatriz: Ética, 2008.
- ALMEIDA, N. A. **Estudos sobre quatro regionalistas**. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1985.
- ALMEIDA, P. R.; KOURY, Y. A. História Oral e Memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectiva**. Publicação dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, n. 25 e 26, p. 27-54, jul. 2001; jan. 2002.
- ALMEIDA, P. R. “Cada um tem um Sonho Diferente”: Histórias e Narrativas de Trabalhadores no Movimento de Luta pela Terra. In: **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. Laura Antunes Maciel; Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Khoury (Orgs.) São Paulo: Olho d’Água, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2003.
- APOLINÁRIO, J. R. **A escravidão Negra no Tocantins Colonial**: vivências escravistas em Arraias (1739 -1800). Goiânia: Kelps, 2000.
- AQUINO, N. A. *A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins*. GERALDIN, Odair (org.) **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2002.
- ARAÚJO, J. S. **“Um grande dever nos chama”**: A arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão (1865-1869). Imperatriz: Ética, 2008.
- ARINOS, Afonso. **Pelo Sertão**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre história e memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- ASSUNÇÃO, M. R. **A Guerra dos Bem-te-vis**: A Balaiada na Memória Oral. Coleção Humanidades. 2. ed. v. 06. São Luís: Edufma, 2008.
- AVANÇO, Douglas. **Roteiro de Análise**. São Paulo: FTD S/A, 196?.
- BARBOSA, A. S.; NETO, A. T.; GOMES, H. **Geografia: Goiás- Tocantins**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 10. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Annablume, 2002.

BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARREIRO, J. C. Tradição, Cultura e Protesto Popular no Brasil: 1780-1880. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 16, p. 9-24, fev. 1998.

BARTHES, Roland. **O Grau Zero da Escrita**: seguido de novos ensaios críticos. 2. ed. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____. (Org.). **Análise Estrutural da Narrativa**. Trad. Maria Zélia Barbosa Pinto. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo**. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. Obras Escolhidas, Volume III.

BENEVIDES, Cleusa. **Paranatinga**. Palmas: Gráfica Pollo, 2005.

BIANCA, Mirian. **Família e Poder em Goiás**. Goiânia: Alternativa, 2003.

BLOCH, Marc. **A apologia da História**: Ou o ofício do historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BORGES, Barsnolfo G. **Goiás nos quadros da Economia Nacional**: 1930-1960. Goiânia: Editora UFG, 2000.

BORGES, D. R. **Rio Araguaia Corpo e Alma**. São Paulo: IBRASA; EDUSP, 1987.

BRAGA, P. E. S. **Casos Reais e Inacreditáveis**: estórias do norte Goiano e de vários setores do país. Goiânia, 1985.

BRITO, Francisco, **Memórias de Outro Tempo**: 1904-1959. Goiânia: Edição da Editora e Gráfica Abertura Ltda, 1980.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**: Novas Perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **História e Teoria Social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **A Escola dos Annales**: (1929-1989) A revolução Francesa da Historiografia. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. **Variedades de História Cultural**. Trad. Alda Porto. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CÂMARA, Jaime. **Nos Tempos de Frei Germano**. 2. ed. Goiânia: Editora o Popular, 1979.

CAMPOS, Francisco Itami. **Questão agrária**: as bases sociais da política. São Paulo, 1985, p. 07. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1985. Mimeografado.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2002.

CAMPOS, Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira**: o caso Gregório de Matos. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, J. A. **Presença da Literatura Brasileira**: das origens ao Realismo, História e Antologia. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Presença da Literatura Brasileira**: Modernismo, História e Antologia. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Brigada Ligeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. **A Educação pela Noite & outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 10. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades / Editora 34, 2003. Coleção Espírito Crítico.

_____. **Iniciação à Literatura Brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. **Na Sala de Aula**: Caderno de análise Literária. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

_____. **O Método Crítico de Silvio Romero**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Noções de análise histórico-literária**. São Paulo: Humanitas, 2005.

_____. **Literatura e Sociedade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

_____. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos 1750-1880. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. [et al.] **A Personagem de Ficção**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARDOSO, C. F; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade**: uma História da Alimentação. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Editora Campus, 2003.

CARONE, Edgar. **A República Velha I** (Introduções e classes sociais) 4. ed. São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, A. M. M; FLORIO, Marcelo. A literatura como documento histórico. In: **Revista D'art**, São Paulo, n. 02, p. 40-44. Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. **O movimento separatista do norte de Goiás** (1821-1988). Goiânia: 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHAUL, Nars F. (Org). **Coronelismo em Goiás**: estudos de casos e famílias. Goiânia: Kelps, 1998.

_____. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG, Ed. UCG, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 8. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: A campanha de Canudos. 5. ed. São Paulo: Ediouro, s/d.

DAVIS, Natalie Z. **Culturas do Povo**: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna. Trad. Mariza Corrêa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **O Retorno de Martin Guerre**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, L. O. **Mulher de Fibra**: As estratégias das Quebradeiras de Coco no Tocantins como um Marco Empírico para o Desenvolvimento Sustentável. Palmas: TO, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade do Tocantins, 2005.

DOLES, E. M. D. **As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente. 1973.

DUBY, Georges. **Senhores e Camponeses**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ÉLIS, Bernardo. **Chegou o Governador**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

_____. **André Louco**. (contos). Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato brasileiro. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Globo, 2001.

FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2005.

FENELON, Déa Ribeiro. *Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação. Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 04, p. 21-36.

FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 10, 1993, p. 73-90.

FERNANDES, Rinaldo (Org). *O Clarim e a Oração: Cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

FONSECA, J. S. *Viagem ao Redor do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1986.

FONTANA, Josep. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

_____. *Introdução ao estudo da História Geral*. Trad. Heloísa Reichel. Bauru: EDUSC, 2000.

FLORES, K. M. *Caminhos que Andam: O rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Belo Horizonte: 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

FRANCO, M. S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

FRIZON, Marcelo. *O Regionalismo na Literatura: o diagnóstico de Antonio Cândido*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GARCIA, J. G. *Rio do Sono*. Goiânia: Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, 1948.

GERALDIN, Odair (Org.) *A (Trans)Formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAMSCI, ANTONIO. *Literatura e Vida Nacional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al] Liv Sovik (Org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Sobre História.** Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **O Novo Século:** Entrevista a Antonio Polito. Trad. Allan Cameron e Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Bandidos.** Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1976.

_____. RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOGGART, Richard. **As utilizações da Cultura I:** Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOLANDA, Sérgio B. **Visão do Paraíso:** Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNOLD, Sílvia L. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História.** Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo, uma política de compromissos.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Coleção Tudo é História).

JESUS, A. L. F. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. **História e Perspectiva.** Publicação dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, n. 35, p. 247-265, jul. 2006.

_____. **No Sertão das Minas:** Escravidão, violência e liberdade (1830 -1888). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007.

LAGO, A. C. **Brejo,** Aldeia dos Anapurus. São Luís: Estado do Maranhão, 1989.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Alfa-ômega, 1986.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática:** os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LIMA, M. F. **Vozes do Caminho.** Goiânia, 1969.

LOWELL, Joan. **Terra Prometida.** Trad. Lígia Junqueira. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1950.

MACIEL, Laura A. (et al). **Histórias:** Memórias e Linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MANDROU, Robert. **A cultura popular na França nos séculos XVII e XVIII**. Paris: Stock, 1964.

MAGALHÃES, S. M. **Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no século XIX**. Franca: SP, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2004.

MAIA, V. E. **Desenvolvimento Econômico de Goiás**. Goiânia: Kelps, 2005.

MARANHÃO, R. G. **Carolina: Meu Mundo Perdido...** Rio de Janeiro: Orlando Fernandes Graf, 1971.

MARTINS, M. R. **Coronelismo no Antigo Fundão de Brotas**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2004.

MARX Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Trad. João Maia. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

_____. ENGELS, F. **A ideologia Alemã** (Feuerbach). Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDONÇA, Sônia R. **O Ruralismo Brasileiro** (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

MIRANDA, A. B. **História de Pedro Afonso**. 3. ed. Goiânia: Oriente, 1973.

MORAES, Jomar (org.). **Ana Jânsen: a rainha do Maranhão**. 2. Ed. Imperatriz: Ética, 2007.

NEVES, I. D. **Rasas Raízes: contos**. Goiânia: Cartográfica, 2002.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC. 1993.

OLIVEIRA, M. F. **Cidades Ribeirinhas do Rio Tocantins: Identidades e Fronteiras**. Goiânia, 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2007.

OLIVEIRA, N. A. **Navegando pelo Tocantins**. Palmas: s/d.

OLIVEIRA, Ricardo. *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de Brasil profundo*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V. 22, nº 44, p. 511-537. 2002.

PALACÍN, Luis. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____. **Cultura Popular x Estado** (Conferência). **História Revista**. Revista do Departamento de História da UFG. v. 1 n. 1, p. 1-7, jan. 1996.

_____. MORAES, M. A. S. de. **História de Goiás** (1922-1972). 3. ed. Cultura Goiana. Goiânia, 1981.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquia (1889-1934): a Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978..

PARENTE, Têmis G. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 1999.

_____. **O Averso do Silêncio**. Goiânia: UFG, 2005.

PIMENTEL, S. V. **O Chão é o Limite: A Festa do Peão e a domesticação do Sertão**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

PORTELLI, Alessandro. As fronteiras da memória: massacre das fossas ardeatinas: História, mito, rituais e símbolos. **História e Perspectiva**. Publicação dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, n. 25 e 26, p. 9-26, jul. 2001; jan. 2002.

_____. História Oral, Como Gênero. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.

_____. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Trad. Flaksman, Dora Rocha. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2 n. 3, 1989.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 2005.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 47. ed. São Paulo: Record, 1988.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002.

RIEDEL, Diaulas (Org). **As Selvas e o Pantanal: Goiás e Mato Grosso**. São Paulo: Cultrix, 1942.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e Ideologias**. Tradução e Organização Hilton Japiassu. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ROCHA, L. M. **O Estado e os Índios: Goiás 1850-1889**. Goiânia: Editora UFG, 1998.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São (1970-1980)**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1988.

SANTOS, Jocyléia S. A Cenog no discurso dos seus integrantes. In: **A (Trans)formação Histórica do Tocantins**. Odair Geraldin. (Org). Goiânia: Editora UFG, 2002, p. 89-105.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: Cultura da Memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. **Paisagens Imaginárias**: Intelectuais, Artes e Meios de Comunicação. Trad. Rúbia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Tempo Presente**: Notas sobre a mudança de uma cultura. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1948.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, D. B. (Org). **Goiás: Sociedade e Estado**. Goiânia: Cânone, 2004

SILVA, Ana L. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cânone, 2001.

SILVA, Otávio B. **Breve História do Tocantins e de sua Gente**: Uma Luta secular. 2. ed. Araguaína: Solo, 1997.

SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOBRINHO, A. F. **Breve História de Xambioá**. Xambioá: Produções Artísticas Ltda, 2006.

TEIXEIRA, M. D. L. **Mauro Borges e a Crise Política de 1961 em Goiás**: Movimento da Legalidade. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

TELES, José M. **Vida e Obra de Silva e Souza**. Goiânia: Oriente 1978.

_____. **Dicionário do Escritor Goiano**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2000.

TOCANTINS, Leandro. **O Rio comanda a Vida**: Uma interpretação da Amazônia. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa I**: A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **A formação da Classe Operária Inglesa II**: A maldição de Adão. Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **A formação da Classe Operária Inglesa III**: A força dos trabalhadores. Trad. Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Senhores e Caçadores**: A Origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

_____. **As peculiaridades dos Ingleses: e Outros Artigos.** Antonio Luigi Negri e Sérgio Silva (Org.) Campinas: UNICAMP. 2001.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** Na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VILAÇA, Marcos V; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1978.

ANEXO A

DESCRIÇÃO DE UM BATELÃO E DE UMA BALSA REALIZADA POR JÚLIO PATERNOSTRO EM 1945, A PARTIR DE SUAS OBSERVAÇÕES EM 1935

1. O Batelão

Antigamente, quando não existiam os ‘gaiolas’ e os ‘motores’, os batelões percorriam durante meses toda a extensão do rio. Agora, limitam-se a ligar distâncias de cem, duzentos quilômetros, em viagens de oito, quinze dias. O batelão do Tocantins lembra, em certos aspectos, a ‘plancha’ do rio Paraguai e, em outros, o batelão dos rios do Sul. A proa é pontiaguda e a pôpa larga, reta. O leme, preso por uma forquilha, sai da extremidade da pôpa sem perfurar o barco como acontece na ‘plancha do rio Paraguai. Um tripé sustentando um pequeno tacho de ferro constitui o fogão, que se acha na frente do leme. A parte média do batelão é coberta por um toldo como a tampa cilíndrica de um baú, feito de talas e ramagens de palmeiras; assemelha-se ao toldo de esteira empregado nos carros de boi de Mato-Grosso. Em cima dessa cobertura dependuram vários objetos, inclusive a ‘carne de sol’ que se come durante a viagem. Sob ela, vão as mercadorias, que na minha viagem foram substituídas por uma caixa de material, permitindo espaço suficiente para me abrigar nas horas de sol ardente. Debaixo do toldo, três homens podem se deitar ao comprido, sobrando altura de meio metro até a arcada das ramagens. De cada lado do batelão, da proa até quase à popa, uma tábua de 40 cm de largura, chamada ‘plancha’ serve para ‘varejar’; corresponde ao ‘pisa pé’ do barco do rio Paraguai. O batelão é munido de varas ou croques de 4 a 5 metros, alguns ferrados, e que se utilizam para atracações em árvores, pedras e barrancos. Entre o toldo e a proa vêem-se nos barcos dois ou três pares de forquilhas onde se alceiam os remos de faia para ‘vogar’ (movimentar o barco a remadas. Subindo o rio, os barqueiros procuram sempre as margens ou baixios do meio, para alcançar o fundo com as varas e dizem que estas ‘chiam’ quando encontram firmeza. Varejam para que o barco ainda mais ligeiro.

2. A Balsa

O outro tipo de embarcação é a balsa. Só se usa para descer o rio; tem o aspecto de uma palhoça de terra firme. As toras de palmeiras, amarradas fortemente com embira, constituem um quadro que bóia em cima d’água. Nele, constroem uma casa com porta e janelas; a

cobertura é de capim de várzea. No interior dessa casa errante cozinham, estendem a roupa lavada e dormem em redes. De lado de fora fazem um cercado onde encurralam uma vaca para se ter leite em viagem e empilham a carga mais comum: couros de boi. Quando transportam rêzes, a embarcação afigura-se a um curral descendo o rio. Na parte traseira, levantada numa forquilha de meio metro, sai uma viga de conduru que mergulha na água: é o leme. Nas águas, quando a correnteza é grande, atinge à velocidade de 6 km horários, viajando noite e dia. Seu dono é um sertanejo que nunca teve pressa. Naquele mar grande, no coração de sua terra, deitado na rede, vai navegando e tirando acordes da viola, sem incomodar-se com coisa alguma deste mundo... Quase sempre no fim da viagem, a balsa é abandonada, apodrecendo de velha. Às vezes, seu dono encontra alguém que precisa continuar a descida do rio e então a vende. Lá vai a casa flutuante para um destino que seu construtor não imaginara. Uma balsa custa 40\$000 – o mesmo preço da construção de uma palhoça em terra⁶⁵⁷.

⁶⁵⁷PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945. 173-180 p.

ANEXO B

DESCRIÇÃO DO COTIDIANO DOS REMEIROS, SEU TRABALHO E SUAS INTRINCADAS LENDAS REALIZADA POR JÚLIO PATERNOSTRO EM 1945 COM BASE EM SUA VIAGEM AO VALE DO TOCANTINS EM 1935

De torso nu, os remeiros vão e voltam nas planchas, jogando ritmicamente as varas, o tórax apoiado sobre elas, os músculos retesados desde os esternos-cleidos-mastoídes até as pantorrilhas (sic), enquanto o barco avança contra a corrente. De vez em quando alteram o varejar rítmico para um chiste ou uma marretada de vara numa arraia mal percebida sob a água. Na beira do rio, em Carolina, enquanto procurávamos um batelão que nos conviesse, vimos remeiros com as mais diversas epidermes e estruturas físicas: brancos de pele afogueada com cabelos castanhos ou ruivos, negros grandalhões, mestiços de negro e índios, e entre eles predominavam os cabras e mulatos. Ora usam camisas, ora trazem o tórax nu. As calças de algodão, às vezes, são curtas. O chapéu de carnaúba, laçado ao pescoço, é da mesma cor dos dentes serrados na ponta, que estão constantemente à mostra na fisionomia acobreada e angulosa dos remeiros. Seus bustos atléticos possuem a anatomia dos intercostais vivamente desenhada. No trabalho, cansam mais do que deveriam, com o físico que apresentam, Fossem bem alimentados, possivelmente seriam gigantes. Ao cabo de três horas param para descansar. Estão sempre alegres, cantando, falando, dizendo graçolas, num linguajar que muitas vezes não podemos entender. Nessa região, os remeiros intercalam a atividade no rio com as vaquejadas no agreste e nos ‘gerais’. São campeiros e barqueiros ao mesmo tempo: ora correm nos pingos, ora se movimentam nas viagens lentas dos batelões. Trazem da campeiragem vocábulos que aplicam ao trabalho de barqueiro, e vice-versa. Chamam constantemente ‘boi’ à embarcação. E como boi para andar direito, precisa ser xingado, ouvem-se o dia inteiro nomes dos mais inocentes aos de mais baixo calão, dirigidos ao pobre barco. Numa ocasião em que o batelão enrascou-se nuns arbustos marginais, o piloto enfureceu-se e, tomando a vara, assumiu a mesma atitude que um vaqueiro para com o boi tresmalhado "bote é o mesmo que boi, quando entra na caatinga, só a cacete!". A toada dos remeiros lembra sempre a do "aboio", e, quando trabalham como vaqueiros, ao se achegarem a uma casa no campo, dizem "vamos encostar" em vez de "vamos apear". Adotam nas viagens dos batelões os mesmos métodos pelos quais conduzem o gado. Nas margens desertas do rio, como nas planuras dos “gerais”, têm sempre um local escolhido para o pouso ao relento. Atracado o barco, fazem um fogo onde suspendem o caldeirão de ferro em que cozinham a

"carne de sol" com arroz, prato que chamam de "maria-isabel". Usam uma bebida, a jacuba, constituída de rapadura, farinha de mandioca e água. Essa é a alimentação dos barqueiros e peões. Ao cair da noite, encontram-os em volta do fogo, chalreando, contando histórias que ressumbram coisas campestres. As lendas dos barqueiros do médio Tocantins não se fundamentam exclusivamente em motivos da água, como na Amazônia. Misturam cenas que passam ora no rio, ora no pastoreio. Uma narrativa entremeada de trechos cantados na toada do aboio, muito generalizada, é a do "Mané Cantador". Trata-se de um herói que deixou o pastoreio para se tornar barqueiro e que regressa à campeiragem. Voltando, encontra sua palhoça derrubada, a roça queimada, o cavalo morto. A única coisa que o aguardava era a namorada com tristeza nos olhos e magreza no corpo. Soube que a malvadeza foi feita pelo "Zé Caolho" (demônio), que não conseguiu conquistar a bem-amada do herói. O "Mané Cantador" promove então um "ajunto" onde entram vaqueiros e barqueiros. Vão à casa do vigário, que se assusta com a fila de gente formada em sua porta, julgando serem pedintes da esmola do "Divino". "Mané Cantador", a cavalo, restribe-se e pede ao padre "lavará" para matar "Zé Caolho". O vigário nega, o "ajunto" desconfia que o padre tem parte com o "Zé Caolho" e resolve procurar o malfeitor. Surgem então as aventuras, que se passam ora no rio, ora no campo. Cada narrador acrescenta uma passagem tirada da imaginação ou da experiência. Riem, divertem-se ouvindo essa história, cuja textura brota da vida livre, corajosa e solidária a que todos eles estão afeitos. Outras vezes, promovem diálogos onde há malícia, como por exemplo o caso de "Dona Noca". Enquanto "varejam" de ponta a ponta no batelão, um rapaz espreme a voz e começa: "- Dona, Dona! – eu vim cá pedir uma coisa... mas estou com vergonha..." Outro responde no meio das varejadas: "- O que é seu moço?" – "Ah! não digo não!" – "Diga" – "Não digo não... seu eu digo vancê me xinga..." – "Diga moço. Ora já se viu!" – Óia, a Sra. Está mandando... vai me xingar..." "Fale xentes" – "Eu quero que vancê me dê..." – Oh! Sua peste, desgraçado dos infernos!"... E os dialogadores rodeiam a história, aumentam o diálogo para gáudio dos companheiros, requebrando-se em cima da plancha, fazendo momices, enquanto enterram a vara no fundo do rio e o batelão vai abrindo sulcos no meio da água⁶⁵⁸.

⁶⁵⁸ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasileira. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945. 173-180 p.

ANEXO C

DESCRIÇÃO DE UM BOTE E DE SUA ORGANIZAÇÃO PARA UMA VIAGEM A BELÉM PELO RIO TOCANTINS REALIZADA POR FRANCISCO AYRES DA SILVA EM 1920

Que é bote, tosca embarcação de alguns metros de comprimento, por 4 ou 5 de largo, calando pouco mais de metro. Compõe-se o bote de duas casas, sendo uma à popa e outra à proa, esta maior que aquela, separadas por um pequeno espaço de pouco mais de metro, forrado com tábua, chamado tombadilho. À proa, o bote tem um outro espaço forrado, chamado forro de proa. As duas casas são ordinariamente cobertas à palha, servindo tal cobertura durante o espaço de um ano. A casa ou compartimento de frente, tendo um encaibramento muito resistente, depois do que recebe as ripas curvas e longas, servindo-se de madeira, taboca e caranã, que por sua vez recebem palha. Sobre a palha deitam ainda ripas de caranã, paxibas, e amarram-nas a cipó. Esse conjunto dá às casas resistência especial, de modo a poder receber muito peso em cima das casas e dentro, a. poder-se armar redes sem o menor prejuízo. O compartimento de frente, chamado proa ou paiol, é maior, quase o dobro, da casa de trás, a popa, e é aí que se acumulam ou são conduzidas todas as mercadorias grosseiras, como sal, ferragens, gêneros chamados de estiva, bem assim todo o reduzido serventório da população, tanto mais acrescidas em número quanto maiores, os botes. A outra casa, a popa recebe os gêneros mais nobres, como fazendas, etc., bem assim os objetos mais nobres de alimentação: café, bolos e objetos de uso diário do patrão, piloto, popeiros e passageiros. A proa ou paiol, quando de descida, recebe todo o carregamento que vai servir de objeto de permuta a dinheiro, gêneros de exportação, que darão margem à permuta monetária, que por sua vez vai servir de valor aquisitivo em Belém. Assim, pois, Belém nada recebe do que o bote conduz ao descer, pois tudo é vendido ao correr da viagem, nos diferentes pontos ou povoados existentes à beira rio. O paiol fica por tal forma entulhado que mal cabe os pequenos sacos em que cada tripulante conduz sua rede, sua roupa, o fumo, os cigarros, etc., objetos de imprescindível necessidade. O Paiol que chega até o forro de proa recebe, numa promiscuidade desconcertante, a farinha de mandioca, o arroz, o feijão, o fumo e uma série de outras pequenas cousas de mercado. No paiol, encostado, no tombadilho, há de cada lado um cômodo especial onde agasalham a carne de boi, que vem exposta ao ar e à umidade, inclusive salpicos de água do porão, que fica ou é constituído pelo espaço intercalar deixado pelos dois cômodos, reservados para a carne. De cada lado da casa de proa está um pequeno espaço de alguns decímetros, onde os tripulantes se assentam para manejar as pás ou remos,

ou, então, ficam de pé para o manejo da vara ou do gancho e forquilha, quando de subida. A proa do bote, a parte exatamente que fende a água, é mais saliente, e culmina por símile de figura qualquer, jacaré, cavalo, etc., é o talhamar. À popa, na parte superior, perfurando sua casa, está o leme que culmina por sobre a casa com um braço, grande alavanca que engasta na haste do leme, que, por sua vez, tem sua grande aba composta de algumas tábuas rigorosamente pregadas. Todo esse conjunto constitui o leme que dá direção ao bote. O leme é apoiado na quilha que fica pregada ao fundo do bote, bem no centro e suportado ainda seu peso por pares de ferragens de engate, localizados em pontos diversos ao longo de sua haste. Constituindo assim, todo esse conjunto marcha à força propulsora exclusiva do braço do homem, quer de descida quer de subida, e para tanto ora se servem da pá e do remo, ora da vara, do gancho e da forquilha. Enquanto os remeiros dão propulsão e marcha no bote, o piloto, com o pesado leme, dá-lhe direção e afasta a tosca embarcação dos escolhos que se encontram disseminados ao longo do rio em percursos conhecidos. [...] Entre os tripulantes do bote, os lugares se distribuem por maneira um pouco diferente. À proa ficam dois proeiros, um de cada lado, e dois contra-proeiros. A estes incumbe missão arriscada. São eles que saltam à frente com a corda quando se faz necessário puxar o bote; são eles que nos lugares empedrados livram o bote, com seus varejões, de estilhaçar-se nas pedras. Tornam-se, pois, os verdadeiros auxiliares das manobras do piloto. [...] O serviço do remo é cadenciado, e quem dá o compasso é o proeiro. A este e ao piloto cabe chamar para o serviço, ativar o pessoal, convidá-lo a mais fortes esforços, quando há algum perigo. Para tal empregam expressões especiais, dizendo por exemplo: “Pegam o pau direito rapaziada! Olhe lá, carreira de longe é que ajuda derribar o boi! Vá conversando quele cumo priquito no arroz!”⁶⁵⁹.

⁶⁵⁹ SILVA, Francisco. A. **Caminhos de Outrora**: Diário de Viagens. Ed. póstuma. Goiânia: Oriente. 1972. 17-19 p..

ANEXO D
DESCRIÇÃO REALIZADA POR FREI JOSÉ MARIA AUDRIN DE
UMA "CAÇADA DE ESPERA"

1. Caçada de “Espera”

Outro modo de caçada interessante e muito praticado no sertão é a “espera”. Realiza-se essa caçada unicamente em cima de uma árvore, de preferência um pequizeiro ou uma cajazeira, na época do ano em que as flores do primeiro ou as frutinhas perfumadas da outra se desprendem e cobrem o chão. Dessas flores e frutas muitos bichos selvagens vêm fartar-se durante as noites luarentas. O caçador escolhe de antemão uma árvore que notou ser mais freqüentada, verificando pelos rastros impressos na terra quais os bichos que podem interessá-lo: veado, paca, cutia, anta, etc. À tardinha volta, trepa na árvore, suspende entre dois galhos sólidos a sua rede e nela instala-se de espingarda na mão. A regra é manter-se sem movimento, sem fumar, sem tossir; apenas poderá mascar fumo, com a condição, porém, de não cuspir no chão e sim na cuia que traz consigo. Talvez terá de suportar por longas horas a demora, agüentando o sereno da noite e lutando contra o sono. Sua paciência não ficará sem recompensa. Em dado momento, escutará o pisar macio da caça que se aproxima prudente e um tanto desconfiada por causa do cheiro do homem. Mais um pouco e o bicho começará a fartar-se em baixo. Nessa hora o caçador, com mil cuidados, faz exata pontaria e a vítima rola no chão, prostrada pelo tiro certo a ecoar no silêncio da noite. De tal maneira os sertanejos se apaixonam pela “espera” que chegam a perder muitas noites de sono e prejudicar a saúde com a umidade do sereno. Alguns até perderam a vida, quando, vencidos pela fadiga, deixaram cair a arma, que detonou contra eles.⁶⁶⁰

⁶⁶⁰AUDRIN, José Maria. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1963. 29-30 p.

APÊNDICE A – FONTES

1. RELATÓRIOS ADMINISTRATIVOS DAS PROVÍNCIAS/ESTADOS DE GOIÁS, PARÁ E MARANHÃO

Memórias Goianas. Goiânia: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/UCG, N° 03 a 17.

[HTTP://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm). Acesso em: 30 set. 2009

[HTTP://www.crl.edu/content/brazil/mara.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/mara.htm). Acesso em: 30 set. 2009

[HTTP://www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm). Acesso em: 30 set. 2009

[HTTP://biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br). Acesso em: 15 jan. 2010

2. RELATOS MEMORIALÍSTICOS

ABRANCHES, Dunshee de. **A Esfinge do Grajaú: memórias.** 2. ed. São Luís: ALUMAR, 1993.

ALENCASTRE, J. M. P. **Anais da Província de Goiás:** 1863. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci.** 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte.** 1. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1947.

BERNARDES, Carmo. **Força da Nova: Relembrações – Autobiografia.** 1. ed. Goiânia: Edição da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, 1981.

_____. **Rememórias II.** Goiânia: Leal – Livraria Editôra Araújo Ltda, 1969.

_____. **Quarto Crescente: Relembrações.** 2. ed. rev. Goiânia: Ed. da UFG; Ed. da UCG, 1986.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil.** 3. ed. rev. e ampliada. Imperatriz: Ética, 2006.

CARVALHO, Ruy. **De gente e de bichos.** Goiânia, 1982

DUARTE, Leônidas G.. **Anais de São Vicente.** Goiânia: J. C. Rocha Editor, 1948.

GALLAIS, E. M. **Entre os Índios do Araguaia.** Salvador: Livraria Progresso, 1954.

_____. **O Apóstolo do Araguaia:** Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano. Belém: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

- MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974.
- MAGALHÃES, Couto de. **O Selvagem**. 4. Ed. Comp. Recife: Cia. Ed. Nacional, 1940.
- MARANHÃO, Othon. **Setentrião Goiano**. Brasília: CEGRAF, 1990.
- MARIANO Astrogildo. **Histórias Maranhenses: os missionários e os pobres**. Rio de Janeiro: Ordem dos Capuchinhos, 1908, p. 163.
- MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MOURA, Ignácio B. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins**. 2. ed. Belém: SECULT/ FCPTN, 1989.
- MOURÃO, Diego. **Acontecimentos de Conceição do Araguaia**. Goiânia: Goyaz, 1909.
- MIRANDA, Ana B. **História de Pedro Afonso**. 3. ed. Goiânia: Oriente, 1973.
- NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem Científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco e de norte a sul de Goiás**. Coleção Memória Brasileira. v. 17. 2. ed. Brasília: CEGRAF, 1999.
- OLIVEIRA, A. L. B. **O Vale Tocantins-Araguaia: Possibilidades Econômicas e Navegação Fluvial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Coleção Brasiliana. v. 248. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945.
- PEREGRINO, Umberto. **Imagens do Tocantins e da Amazônia**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1940.
- PIRES, A. L. **Meu mundo encontrado**. Carolina: Gráfica Olímpica, 1979.
- RODRIGUES, Lysias. **Roteiro do Tocantins**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora Ed, 1987.
- _____. **O Rio dos Tocantins**. Rio de Janeiro: Cons. Nacional de Geografia, 1945.
- SEGURADO, Rufino T. Viagem pelos Rios Araguaia e Tocantins, nos anos de 1847 e 1848. In: MARTINS, M. R. **A Consciência da Liberdade e outros Temas**. Goiânia: Kelps, 2008, p. 416-461.
- SILVA, Francisco A. **Caminhos de Outrora: Diário de Viagens**. 1. ed. póstuma. Goiânia: Oriente, 1972.
- SILVA, Hermano R. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, 1935.
- SILVA, Otávio B. **Breve História do Tocantins e de sua Gente: Uma Luta Secular**. 2. ed. Araguaína: FIETO/Solo Ed., 1997.

TONINI, Quinto. **Dom Orione**: Entre Diamantes e Cristais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1959.

VIEIRA, Augusto. **Memórias do Sertão**. São Luís: SIOGE, 1936.

3. FONTES LITERÁRIAS

BRASILIENSE, Eli. **Rio Turuna**. 1º ed. Goiânia: Editora UFG, 1964.

BERNARDES, Carmo. **Perpetinha “Um drama nos babaquais”**. 1. ed. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

_____. **Santa Rita**. 1. ed. Goiânia: Editora UFG, 1995.

_____. **Reçaga (contos)**. 2. ed. Goiânia: UNIGRAF, 1983.

_____. **Xambioá: Paz e Guerra**. Goiânia: AGEPEL, 2005.

_____. **ressurreição de um caçador de Gatos**. Coleção Belamor. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. 3. ed. Goiânia: Livraria José Olympio Editora; Editora Civilização Brasileira; Editora Três, 1974.

_____. **Caminhos e Descaminhos (Contos)**. Goiânia: Livraria Brasil Central Editora, 1965.

_____. **A Terra e as Carabinas**: Novela. Goiânia: R&F Editora Ltda, 2005.

LIMA, Jorge Moura. **Serra dos Pilões – Jagunços e Tropeiros**. Romance nos sertões do Jalapão. 3. ed. Gurupi: Cometa Editora, 2001.

_____. **Chão de Carabinas-Coronéis, peões e Boiadas**. 1. ed. Gurupi: Cometa Editora, 2002.

_____. **Veredão**. 1. ed. Gurupi: Multigraf Araújo, 1990.

RAMOS, H. C. **Tropas e Boiadas**. Coleção Belamor. 8. ed. Goiânia: Editora UFG, 1998.

4. RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões Centrais da América do Sul**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

COUDREAU, Henri. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Trad. Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.

_____. **Viagem ao Tapajós**. Trad. Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1977.

_____. **Viagem ao Xingu**. Trad. Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1977.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. Trad. Regina Regis Junqueira. **Viagem à Província de Goiás**. Coleção Reconquista do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, A. Trad. Regina Regis Junqueira. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Coleção Reconquista do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.